

LOURDES KAROLINE ALMEIDA SILVA

**SOLIDARIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE DO VOLUNTARIADO
PELO VIÉS DA IDENTIDADE SOCIAL.**

MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

UFPI

TERESINA/2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

LOURDES KAROLINE ALMEIDA SILVA

**SOLIDARIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE DO VOLUNTARIADO
PELO VIÉS DA IDENTIDADE SOCIAL.**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade Federal do Piauí, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas, sob orientação do Professor Doutor Francisco de Oliveira Barros Júnior.

UFPI

TERESINA/2007

SOLIDARIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE DO VOLUNTARIADO
PELO VIÉS DA IDENTIDADE SOCIAL.

LOURDES KAROLINE ALMEIDA SILVA

Dissertação de Mestrado submetida à Coordenação do Curso de Mestrado em Políticas Públicas do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí – Área de Concentração: Estado, Sociedade e Políticas Públicas.

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor
Universidade Federal do Piauí
(Orientador e Presidente)

Professor(a) Doutor(a)
Universidade Federal do Piauí

Professor(a) Doutor(a)
Universidade Federal do Piauí

TERESINA/2007

*Dedico esta dissertação a minha avó Maria
de Lourdes, por seu amor e dedicação
constantemente.*

*Em memória de meu avô José Paulo e de
todas as crianças que conheci no Lar de
Maria, mas que, infelizmente, não
continuaram entre nós.*

Às pessoas que sempre estão comigo...

Durante estes dois anos de mestrado, passei por diversas fases: de tristeza, de vontade de desistir frente aos obstáculos, de alegrias, de construção de amizades, de pequenas derrotas e de grandes vitórias. Mas, uma das coisas que mais me incomodou foi a sensação de solidão. Diante de tantas vozes ouvidas, lidas, que se faziam presentes em minhas leituras diárias, eu me sentia só. Diante de tantas pessoas que me ajudavam e ainda me ajudam, eu me sentia só. Porque a pesquisa, por mais que tenhamos ajudas as mais diversas, é uma construção solitária. Por causa dessa sensação, uma vez, ao chegar em casa depois de um passeio ao shopping, com minhas amigas do mestrado escrevi um texto meio prosa meio poesia, intitulado “Solidão”. Eis o texto:

“Em um shopping, na praça de alimentação de um shopping, dois homens sentados sozinhos, cada qual ao redor de uma mesa, cada qual com copos cheios de bebida. Um que era barbudo dormia. O outro que era careca, não focava nada com o olhar. Dois homens sozinhos na praça de alimentação de um shopping, em uma noite fria e chuvosa. Cada qual com seu copo de bebida a lhe fazer companhia, no meio da mais barulhenta solidão. E, eu, frustrada, vi tudo isso, senti o vazio da solidão e o gosto amargo da bebida que nos engana, que nos ilude. Eu quis mudar aquela situação. Quis dar a cada um deles e a mim também, a companhia calorosa de um ombro amigo e fraternal e afastar para bem longe aqueles copos cheios de bebidas amargas, que nos iludem acerca da solidão”.

Depois de todo o aprendizado desses dois anos, percebi claramente que não estou só. Há pessoas que estão comigo diariamente, quer perto quer longe. E são a essas pessoas que dedico sinceramente todos os meus agradecimentos.

Agradeço o aprendizado do amor, do cuidado e da generosidade às minhas tias-mães/mães-tias e aos meus tios-pais/pais-tios que me amam, que me cuidam e que são extremamente generosas(os) comigo. As minhas tias-mães/mães-tias, as quais agradeço o ensino do verdadeiro voluntariado emancipador: tia Anadir, minha mãe amada, minha amiga de toda e qualquer hora, minha conselheira, minha guia, neste mundo nebuloso; tia Doracy, que sempre reclama comigo, mas que tem um coração de ouro, pois se sacrifica para me proporcionar o melhor conforto possível; tia Doza, sempre séria, mas sempre prudente, que desde a minha infância me incentivou a lutar pelos meus sonhos; tia Ray, mulher guerreira e que até hoje se sacrifica pelos(as) sobrinhos(as) para que possamos ter

as oportunidades de uma vida melhor; tia Maria, que diante de uma grande dificuldade se mostra valente e batalhadora e tia Luiza, por seu carinho e disponibilidade de me ajudar quer seja fazendo algo por mim ou simplesmente me ouvindo. Os meus tios-pais/pais-tios que sempre estão comigo, dando-me apoio, nos momentos certos: tio Raimundo, que a seu jeito manteve e mantém meus estudos e que com sua história de vida, me ensinou o valor do sacrifício pelas outras pessoas; tio Vicente, que é meu pai de criação e meu padrinho, que por muitos anos foi meu braço direito, em vários cantos do Brasil, nos quais moramos e tio Chico, que conheci a pouco tempo, mas que se mostrou uma pessoa guerreira e sempre alegre diante das dificuldades.

Agradeço às minhas primas-irmãs/irmãs-primas, minhas amigas, a amizade, o cuidado, o carinho, as brigas, os desentendimentos e os momentos alegres e tristes que tivemos juntas. Embora, eu esteja, especialmente, longe delas, devo meus sinceros agradecimentos a Elizabete, a quem amo muito e a Anadi Ramoni, que me faz chorar de vez em quando, mas espero que a próxima lágrima derramada seja de alegria do nosso reencontro. A essas duas meninas agradeço o aprendizado da saudade, sentimento que sempre temi, mas que hoje, me faz recordar de momentos maravilhosos com pessoas amadas.

Agradeço à minha priminha Mariana, a quem amo como uma filhinha do coração. Menina doce, inteligente, curiosa, interessada e sempre disposta a viver alegremente. Agradeço o seu amor e a oportunidade de lhe amar muito. Agradeço a sua presença em minha vida. E que este agradecimento público lhe sirva de incentivo em seus estudos. Agradeço ao meu primo Jean Paulo, por seus cuidados e por seus serviços. Agradeço à minha prima Camila por ser parte de minha vida e por seus abraços. Agradeço ao meu primo Paulo Henrique, por sua simplicidade e generosidade com os animais que criamos. Agradeço ao meu filho cachorro Vidão, que sempre me recebe com alegria em casa, que não me deixa tomar café sossegada com o seu olhar de cachorrinho abandonado. Agradeço a Vidinha, por sua insistência de sempre querer ficar dentro de casa. Eita, jabuti persistente.

Agradeço a minha mãe, Maria José, e aos meus irmãos José Alex e David Alisson. Aos meus primos Jorge Paulo, por sua insistente vontade de querer me aborrecer e Alexandre, que como Jorge, gosta de me ver zangada. E à vovó mais linda do mundo, dona Maria de Lourdes, minha vó linda, guerreira e uma excelente cuidadora, a quem amo muito e muito. Agradeço à tia Tiana e sua família e a tia Isaly e sua família, pelos torcidas e aplausos pelas minhas vitórias. Agradeço à tia Dijé, a Rosana e toda a sua família pelo

apoio constante. À Terezinha e à Lilian Rachel, sua filha, amigas de longa data, que sempre me acompanharam e que alegremente sorrimos juntas em nossas vitórias.

Agradeço às minhas amigas de longa data. Luciana, que mesmo em nossos altos e baixos, soube e sabe respeitar meu modo de ser diferente do seu, por ter chorado junto comigo quando estive muito doente e por ainda freqüentar minha casa com tanta alegria. Lidiane e sua família, que me ajudaram bastante em um momento difícil de minha vida e que mesmo terminado o ensino médio há sete anos atrás, em pouco tempo iremos juntas com Leda, Marinalva e Kinha comemorarmos dez anos de amizade. Joana, a quem conheço desde a infância e que depois da partida de Elizabete e Anadi está comigo, ajudando em serviços, os quais não consigo fazer. Ianara, paciente, que de vez em quando, fica horas ouvindo-me falar sobre minha vida. Ana Wirna, por seu carinho, amizade, companheirismo, por ser uma pessoa terna e meiga e a toda a sua família, meus agradecimentos. Savya Halley, por ser tão centrada e dinâmica. Débora, que juntas aprendemos a valorizar as diferenças uma da outra. Débora Soares, que mesmo estando no Rio de Janeiro, todo dia se faz presente em minha vida. Solange, por suas diversas contribuições.

As meninas(os)-catequistas do Santuário de São Francisco: Telma, com seus abraços de acolhida; Leidiane, com seus sorrisos constantes; Paula, com sua meiguice e simplicidade; Anderson, com sua simplicidade e responsabilidade; Lucas, com a sua diversão; Rawena, com sua paciência. E um agradecimento especial, dentre o meu grupo de amigas catequistas, vai para a minha “traduction tabajararas”, Raelmah, 100% Rock, minha amiga e voluntária de traduções importantes.

Agradeço a Joaquim e a Deusa, sua esposa, por suas sempre disponibilidades de me ajudarem. A dona Francisca, seu Geraldo e dona Albertina, por serem parte de minha infância, de minha adolescência e por ainda hoje, estarem comigo e torcendo por minhas vitórias. À minha madrinha Toinha, por nossos longos anos de convivência. À dona Mariana pela torcida.

Agradeço a meu orientador e professor Francisco de Oliveira Barros Júnior, por sua paciência, ética, integralidade moral, generosidade, simplicidade e, principalmente, por sua capacidade de reconhecer nas pessoas não a aparência física, mas o potencial que cada uma tem. Mais do que orientações teóricas e metodológicas, as suas orientações são de vida, de caminhada reta e honesta, de postura coerente e digna de todo respeito.

Agradeço à professora Dione Morais, pela paciência, por sua extraordinária forma de ensinar e, principalmente, por ter me ensinado generosamente a entender melhor a teoria das identidades sociais. Aliás, a professora Dione Morais é um exemplo maravilhoso de professora. Agradeço à professora D'Alva por ter feito parte de meu exame de qualificação e ter dado tantas contribuições valorosas, assim como agradeço à professora Vânia Teresa, por suas orientações e sua disponibilidade em uma das etapas mais difíceis do mestrado, o exame de qualificação. Agradeço a professora Simone, por sua simplicidade, respeito e ética e por ser tão humana no tratamento com as outras pessoas. Ao professor Fabiano, que conheço desde a graduação e que, me ajudou a melhorar meu projeto de pesquisa. À professora Rosário, por sua simplicidade e disponibilidade. À professora Guiomar, pela disciplina Teoria Política. E à secretária mais competente e mais singela que já conheci, Neila, que durante todo esse tempo foi e é uma pessoa sempre disponível e generosa.

Agradeço às minhas amigas: Manuela, sempre quieta, mas simplesmente fantástica, inteligente e guerreira; Iolanda, que tem uma linda voz, um coração de ouro e uma grande capacidade de superar obstáculos; Maria Helena, mãezinha de Xica, que assim como Iolanda tem uma linda voz, e que juntas em dois períodos importantes do mestrado compartilhamos os sofrimentos e as alegrias; Íris, generosa, sempre pronta pra ajudar e pra participar de nossas confraternizações; Giovana, mãe de Gabriela, mulher generosa; e Tânia, que quando possível sempre me dava caronas e que juntas compartilhamos também momentos difíceis no mestrado. E é preciso ressaltar que tive o prazer de viajar com Manuela e Iolanda, de participar de confraternizações com todas essas mulheres mestradas e também com os mestrados e futuros mestres Edílson e Paulo Henrique Bueno.

Agradeço a todas as crianças atendidas pelo Lar de Maria, especialmente, a minha pituchinha, Beatriz, que toda vez me recebe com um gostoso abraço e com a frase: “minha maguicelinha”. Agradeço à Sônia, Sandra, dona Raimundinha, Saúde, Toinha, Josélia e Conceição por todas as contribuições dadas para esta pesquisa. Agradeço à Maria José Moreira, por nossa amizade e nossos diálogos acerca desta dissertação. Agradeço à Carmem Lúcia Campelo, presidenta da RFCC-PI, a permissão de minha pesquisa e o apoio dado. À Gracinha, que foi fantástica em suas contribuições. À Samara, que foi a minha primeira entrevistada e que me deu uma excelente entrevista. À dona Elisomar, por seu carinho e por nossas conversas. A todas as voluntárias entrevistadas, que me ajudaram bastante e que juntas construímos esta dissertação, meus sinceros agradecimentos.

Enfim, agradeço a Javé, meu Deus e Pai, a Jesus Cristo, meu Salvador, irmão e amigo, à Maria, minha singela mãe espiritual, por todos os presentes dados durante toda a minha vida, principalmente, por terem colocado em meu caminho pessoas tão maravilhosas e importantes, que foram verdadeiros anjos celestiais. A todas as pessoas que contribuíram para meu sucesso e a todas as pessoas que não contribuíram, meus agradecimentos. Especialmente, às que não contribuíram, pois me ajudaram a fortalecer minha vontade de querer lutar cada vez mais por uma vida melhor e cada vez mais feliz.

A todas as pessoas citadas e não citadas, simbolicamente, entrego uma rosa, como forma de representar o meu amor...



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Primeiro símbolo da RFCC-PI.....	103
Figura 2 – Novo símbolo da RFCC-PI.....	104
Figura 3 – Símbolo do Lar de Maria.....	105
Figura 4 – Símbolo das campanhas da RFCC-PI.....	114
Foto 1 – Foto de Nossa Senhora ao lado de uma bíblia católica.....	107
Gráfico 1 – Número de voluntárias estagiárias ingressas na RFCC-PI, no período de 2001 a novembro de 2006.....	57
Gráfico 2 – Gráfico da periodicidade das reuniões da RFCC-PI, de abril de 1986 a novembro de 2006.....	98
Organograma 1 – Estrutura organizacional da Rede Feminina de Combate ao Câncer do Piauí.....	185

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados percentuais de identificação das voluntárias entrevistadas.....	148
Tabela 2 – Resumo das respostas dadas pelas voluntárias entrevistadas à pergunta sobre a motivação de trabalhar na RFCC-PI.....	150
Tabela 3 – Resumo das respostas dadas pelas voluntárias entrevistadas à pergunta sobre o que é ser voluntária, em sentido amplo.....	157
Tabela 4 - Resumo das respostas dadas pelas voluntárias entrevistadas à pergunta sobre o que é ser voluntária da RFCC-PI.....	161
Tabela 5 - Resumo das respostas dadas pelas voluntárias entrevistadas à pergunta sobre a atuação dos governos municipal, estadual e federal, na área social.....	165
Tabela 6 - Resumo das respostas dadas pelas voluntárias entrevistadas à pergunta sobre a importância do voluntariado para a sociedade.....	170
Tabela 7 - Resumo das respostas dadas pelas voluntárias entrevistadas à pergunta sobre se elas consideram o voluntariado como um trabalho.....	175
Tabela 8 - Resumo das conversas involuntárias entre voluntárias e a pesquisadora durante as entrevistas.....	195

LISTA DE ABREVIATURAS

AA – Alcoólicos Anônimos

ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais

ABRINQ – Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos

CACC – Casa de Apoio à Criança com Câncer

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CEFET-PI – Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IAVE – Sigla em inglês e que, em português, significa Associação Internacional de Esforços Voluntários.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

Lula – Expressão que designa resumidamente o atual presidente do Brasil: Luís Inácio Lula da Silva.

MARE – Ministério da Administração e Reforma do Estado

ONG's – Organizações Não-Governamentais

OSCIP – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

PDRE – Plano Diretor da Reforma do Estado

PNPE – Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego

PSDB – Partido Social Democrata Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

RBA – Reunião Brasileira de Antropologia

RFCC-PI – Rede Feminina de Combate ao Câncer do Piauí

SUS – Sistema Único de Saúde

RESUMO

Esta dissertação cujo título é “Solidariedade e Políticas Públicas: uma análise do voluntariado pelo viés da identidade social” teve como objetivo principal a análise do processo de construção identitária dos voluntariados, gerenciados estrategicamente pelo Estado, tendo como campo de estudo a entidade filantrópica Rede Feminina de Combate ao Câncer do Piauí (RFCC-PI) e um dos seus cinco projetos sociais, a Casa de Apoio à Criança com Câncer – Lar de Maria. A metodologia utilizada foi pautada no método da interdisciplinaridade/na epistemologia da complementaridade, que proporcionou o diálogo entre duas teorias comumente compartimentalizadas: teoria do Estado e teoria das identidades sociais. Como recursos metodológicos foram utilizados: pesquisas bibliográfica e documental; observação de campo na RFCC-PI e no Lar de Maria; diário de campo, e entrevistas com vinte e uma voluntárias das setenta e quatro voluntárias atuantes da entidade. As perguntas feitas às voluntárias entrevistadas correspondem a sete grandes categorias: 1) motivação valorativa; 2) voluntariados; 3) voluntariado do/pelo amor e da/pela vida; 4) solidariedade local; 5) voluntariados – ferramentas legitimadoras; 6) trabalho voluntário e 7) extras – conversas involuntárias entre voluntárias. A dissertação foi dividida em cinco partes: introdução; três capítulos, nos quais fiz um diálogo constante entre teoria e prática, e considerações finais, que parafraseando Marco Aurélio Nogueira, recebeu o título de “desdobramentos possíveis”. O argumento central desenvolvido foi o de que o terceiro setor é uma construção político-econômica do Estado para a implantação do programa neoliberal de redução da ação social estatal, e o voluntariado uma construção, não recente como o terceiro setor, mas re-valorizada sócio-culturalmente, nos últimos dez anos, no Brasil, e nesse processo, o voluntariado como identidade social, uma das ferramentas de legitimação da nova postura do Estado brasileiro. Enfim, com a redução da ação social do Estado brasileiro houve a sua desresponsabilização com o social e a conseqüente responsabilização da sociedade pela gerência de políticas sociais pontuais e focalistas. Assim, a cultura dos voluntariados promoveu a construção das identidades voluntárias, que legitimam o processo de publicização. Daí, ocorreu e ocorre a despolitização, a refilantropização do social e o encapsulamento das reivindicações políticas e sociais da sociedade, sendo que os direitos sociais e a solidariedade social foram transmutados em deveres sociais para com os(as) excluídos(as) e solidariedade voluntária e local.

Palavras-chave: Estado, neoliberalismo, terceiro setor, voluntariado, identidade social, dívida.

ABSTRACT

This dissertation whose heading is “Solidarity and Publics Politics: an analysis of the volunteerings one for bias of the social identity” had as main objective the analysis of process of identitary construction of the volunteerings ones, managed strategically for the State, having as study field the philanthropic entity Rede Feminina de Combate ao Câncer do Piauí (RFCC-PI) and one of its five social projects, the Casa de Apoio à Criança com Câncer – Lar de Maria. The used methodology was ruled in the method of interdisciplinary in the epistemology of the complementarity, that provide the dialogue between two generally compartmented theories: theory of the State and theory of the socials identities. The methodologic resources they had been used: bibliographical and documentary researches, observation of field in the RFCC-PI and Lar de Maria, daily of field and interviews, with twenty one of the seventy four operating volunteers of the entity. The six questions to the interviewed volunteers correspond the seven great categories: 1) valorous motivation; 2) volunteerings; 3) volunteering of the/for the love and the/for the life; 4) local solidarity; 5) volunteerings – legislators tools; 6) voluntary work and 7) extras – involuntary and voluntary colloquies between volunteers. The dissertation was divided in five parts: introduction; three chapters, in which I made a constant dialogue between practical and theory and final reflections, that paraphrasing Marco Aurélio Nogueira, the cheating received from “Possible Unfoldings”. The developed central argument was of that the third sector is a politician-economic construction of the State for the implantation of the new-liberal program of reduction of the state’s social action, and volunteering a construction not recent as the third sector, but reverse speed-valued sociocultural in last the teen years, in Brazil, and this process, the volunteering one as social identity, one for the tools of legitimation of the new position of the Brazilian State. At last, with the reduction of the social action of the Brazilian State it had its disresponsibility with social and the consequent responsibility of the society for the management of punctual and focalist social politics. Thus, the culture of the volunteerings ones promoted the construction of the voluntary identities, that legitimize the process of publicity. From there, it occurred and it occurs the dispoliticity, the rephilanthropy of the social and politics claims of the society, being that the social rights and social solidarity had been transmuted in social duties with excluded and local voluntary solidarity.

Key-words: State, new-liberalism, third sector, volunteering, social identity, gift.

SUMÁRIO

RESUMO.....	11
ABSTRACT.....	12
LISTA DE ABREVIATURAS.....	13
LISTA DE FIGURAS.....	15
LISTA DE TABELAS.....	16
INTRODUÇÃO.....	19
<i>CAPÍTULO I</i>	
ESTADO, POLÍTICAS SOCIAIS E VOLUNTARIADO: A MINIMIZAÇÃO DA AÇÃO SOCIAL DO ESTADO E AMPLIAÇÃO DA AÇÃO SOCIAL DA SOCIEDADE.....	32
1.1 Acerca dos objetivos: nota introdutória.....	32
1.2 Estado de bem-estar social brasileiro e programa neoliberal.....	34
1.3 O reino da solidariedade.....	49
1.4 Relação entre a saúde no Brasil e a saúde no Piauí.....	61
1.5 O voluntariado piauiense na área médica da oncologia infantil.....	66
<i>CAPÍTULO II</i>	
VOLUNTÁRIAS CONTRA O CÂNCER INFANTIL PIAUIENSE: CONSTRUÇÃO SÓCIO-POLÍTICO-CULTURAL DAS IDENTIDADES SOCIAIS.....	81
2.1 Identidade como problema social.....	81
2.2 Conceito de identidades sociais e processo de interpelação, no <i>campo minado</i> do voluntariado da Rede Feminina de Combate ao Câncer do Piauí e do Lar de Maria.....	83
2.3 Identidade, valores e sentimentos motivadores do voluntariado da Rede Feminina	

de Combate ao Câncer do Piauí e do Lar de Maria.....	109
2.4 Identidade voluntária contra o câncer infantil piauiense e a questão da dádiva.....	116
<i>CAPÍTULO III</i>	
“LUTAR CONTRA O CÂNCER É LUTAR PELA VIDA”: ANÁLISE POLIOCLAR DO VOLUNTARIADO CONTRA O CÂNCER INFANTIL PIAUIENSE.....	130
3.1 Estranhamentos possíveis entre duas práticas discursivas diferentes: voluntariados.....	130
3.2 Relatos de uma vivência em um <i>campo minado</i> : ambigüidades e contradições latentes de uma identidade pautada no amor ao(à) próximo(a).....	142
3.3 Dados percentuais: olhando-se em um espelho quantitativo.....	147
3.4 Motivação valorativa do voluntariado contra o câncer infantil piauiense.....	150
3.5 Voluntariados.....	157
3.6 Voluntariado do/pelo amor e da/pela vida.....	161
3.7 Solidariedade local.....	165
3.8 Voluntariados: ferramentas legitimadoras.....	170
3.9 Trabalho voluntário.....	175
3.9.1 Trabalho voluntário: definições como ficção.....	176
3.9.2 Trabalho voluntário: normatização, classificação e hierarquização das identidades voluntárias.....	178
3.9.3 Olhares cruzados em uma perspectiva poliocular: direitos e deveres do trabalho voluntário.....	181
3.9.4 Os dez mandamentos do trabalho voluntário: um chamado publicizador.....	186
3.10 Extras: conversas involuntárias entre voluntárias.....	195
3.10.1 O câncer como realidade social.....	197
3.10.2 O amor e suas disputas: os conflitos do voluntariado contra o câncer infantil piauiense.....	201
DESDOBRAMENTOS POSSÍVEIS.....	203
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	214

INTRODUÇÃO

É preciso “estimular, em matéria de identidade, o impensado e o arriscado, o inexplorado e o ambíguo, em vez do consensual e do assegurado, do conhecido e do assentado. Favorecer, enfim, toda experimentação que torne difícil o retorno do eu e do nós ao idêntico” (SILVA, 2000: 100).

Em dezembro de 2000, quando eu tinha 17 anos e estava no último ano do Ensino Médio, fiz uma promessa a Deus, na qual me comprometi a ajudar alguma instituição de caridade caso eu passasse no vestibular. Minha promessa foi motivada pela minha participação na Igreja Católica, como catequista, desde os meus quatorze anos de idade. Passei no vestibular e, portanto, senti a obrigação de cumprir com minha palavra dada a Deus. No entanto, não sabia em qual instituição de caridade trabalhar, assim eu chamava as instituições/entidades filantrópicas, as organizações não-governamentais (ONG's) e demais instituições/entidades/organizações do terceiro setor.

Foi, então, que uma de minhas tias materna me indicou a Rede Feminina de Combate ao Câncer do Piauí – RFCC-PI. Até aquele momento, eu não sabia da existência da RFCC-PI e muito menos do Lar de Maria – Casa de Apoio à Criança com Câncer, que tinha sido inaugurado há apenas seis meses. É interessante destacar que a indicação da RFCC-PI, dada por minha tia, não foi por acaso, mas, como diria Max Weber, uma ação social afetiva, pois meu avô materno faleceu devido a um câncer no fígado. Portanto, devido à doença e ao tratamento pelo qual meu avô passou, minha tia teve contato com a questão da doença câncer e da assistência a pessoas com câncer, realizada pela RFCC-PI.

Minha tia levou-me à RFCC-PI, no início de 2001. Fui recebida pela, então, presidenta da entidade Carmem Lúcia Campelo. Cabe ressaltar, que neste trabalho, valorizo a questão de gênero, por três motivos principais, o que me leva a utilizar a expressão presidenta. O primeiro motivo é devido à importância de incorporar a dimensão de gênero, na língua portuguesa, que é predominada por termos no gênero masculino. Contudo, explico que a utilização dos termos no feminino é uma escolha consciente, porém é preciso levar em conta o fato de que “em algumas construções, os dois termos [masculino e feminino] talvez não fiquem esteticamente bem empregados” (COSTA, 2006: 10).

O segundo motivo é, consideravelmente, pessoal. Sou mulher e uma das autoras da pesquisa. Além disso, falo na primeira pessoa, o que é uma forma consciente de atuação do

meu papel de pesquisadora, da área de ciências sociais. A terceira e a mais importante razão da valorização da questão de gênero, nesta pesquisa, é o fato de os sujeitos pesquisados serem mulheres. Então, em respeito às mulheres-voluntárias, desta pesquisa, isto é, aos sujeitos pesquisados, sujeitos esses vistos não pela perspectiva de sujeitos que se sujeitam à pesquisa, mas sujeitos atuantes, pensantes, falantes e, principalmente, co-construtores da pesquisa, incorporo no corpo de todo o texto a questão de gênero. No entanto, reconheço a minha ainda concepção “machista” da língua portuguesa, pois me refiro sempre, primeiramente, ao gênero masculino, para, em seguida, e entre parênteses referir-me ao gênero feminino, que, nesta dissertação, é o predominante.

Depois da minha apresentação na Rede Feminina, passei a frequentar, em horários definidos, a entidade, como estagiária. Primeiramente, servia lanche na radioterapia do Hospital São Marcos e visitava as crianças atendidas pelo Lar de Maria. Porém, ao iniciar as aulas na universidade, minha frequência, na RFCC-PI e no Lar de Maria, se reduziu, consideravelmente. Em 2002, praticamente não atuei como voluntária. Retornei, timidamente, em 2003. Parei de servir lanche na radioterapia, mas iniciei uma atividade, que é realizada só uma vez ao ano, que é a das vendas de *kits* da campanha de arrecadação de recursos financeiros da Rede Feminina.

Desde 2003, minha atuação consiste em visitar as crianças atendidas pelo Lar de Maria. Em 2004, fiz estágio curricular pela Universidade Federal do Piauí, na Casa de Apoio à Criança com Câncer. Desse estágio, resultou o trabalho “Anjos Carecas: representação social da criança com câncer atendida pelo Lar de Maria – Casa de Apoio à Criança com Câncer”. Este trabalho originou o projeto de pesquisa de mesmo título, que foi apresentado à Coordenação do Mestrado de Políticas Públicas, para ser avaliado, no processo seletivo de 2005. O projeto foi aprovado, mas, devido as minhas próprias dificuldades de encaixar o projeto ao Mestrado de Políticas Públicas, seu tema foi modificado, passando a ser o estudo da relação Estado e voluntariado, pelo viés da identidade social. Além disso, a pesquisa sobre representação social da criança com câncer é de grande valia para esta pesquisa devido à presença do imaginário negativo da doença câncer nas falas de algumas voluntárias entrevistadas.

Mais uma vez e por motivos de doença, precisei me afastar da Rede Feminina e do Lar de Maria, em 2005. Penso que esse afastamento tenha prejudicado a pesquisa. Retornei às minhas atividades voluntárias, em 2006, e em abril desse mesmo ano, durante a reunião mensal, anunciei às voluntárias a necessidade de fazer entrevistas com vinte e uma (21) delas, para a realização da pesquisa. Todas as voluntárias presentes ofereceram colaboração, que,

somente depois de iniciada a pesquisa de campo, percebi que foi uma colaboração aparente. Mas, com as dificuldades de campo encontradas, através de negociações consegui obter as vinte e uma entrevistas com vinte e uma voluntárias da RFCC-PI.

Durante todos esses anos, excluindo o ano de 2006, a Rede Feminina promoveu, para o grupo de voluntárias da entidade e para a comunidade teresinense, em geral, cursos de capacitação de voluntários(as). Em 2005, houve uma modificação nos cursos de capacitação. A primeira modificação foi em relação ao aceite de voluntárias. Atualmente, para se cadastrar como voluntária da entidade é preciso fazer o curso de capacitação, o qual foi dividido para voluntárias, em um determinado período do ano, e para pessoas não-voluntárias, em outro determinado período do ano, o que corresponde à segunda modificação.

De 2001 até hoje, estranhava como ainda estranho, o voluntariado. Perguntava-me e pergunto-me o motivo de algumas pessoas quererem ser voluntárias. Por que as voluntárias da Rede Feminina [e eu mesma] têm [tenho] a necessidade de dizer que “são voluntárias” [sou voluntária]? O que motiva o orgulho das voluntárias da entidade em vestir blusas, batas, usar broches, que as caracterizam como voluntárias da Rede Feminina de Combate ao Câncer do Piauí? Por que o grupo de voluntárias da entidade é composto, prioritariamente, por mulheres? Essa última pergunta foi, também, formulada por um homem em um dos cursos de capacitação de voluntários(as) contra o câncer. A resposta dada pela voluntária responsável, no momento da pergunta, foi que o motivo era o da filiação da Rede Feminina à Rede Feminina de Combate ao Câncer “Carmem Prudente”, a Rede Feminina Nacional, com sede, em São Paulo. Então, aceitar homens como voluntários seria perder o título de Rede Feminina de Combate ao Câncer.

Penso que há mais do que isso em jogo. A mulher, na sociedade ocidental, é vista como a cuidadora por excelência. É a pessoa que sabe cuidar da família, dos(as) filhos(as), sabe ajudar doentes e desvalidos(as). Remeto essa questão ao nome dado à Casa de Apoio à Criança com Câncer. Por que Lar de Maria? De acordo com a tradição religiosa cristã, Maria é a mãe de Jesus. Duas imagens muito presentes no imaginário das voluntárias da entidade. Por que o símbolo do Lar de Maria é uma casa com um coração dentro? Por que a bata da Rede Feminina é cor-de-rosa? A cor rosa é relacionada ao sexo feminino. Frequentemente, dão-se rosas às mulheres e muito dificilmente aos homens. Aliás, a flor rosa foi o símbolo da RFCC-PI, desde sua fundação até o mês de setembro de 2006. Agora o novo símbolo da RFCC-PI é um coração em movimento, sendo que o novo *slogan* da entidade é “o nosso movimento é pela vida”.

Fiz vinte e uma entrevistas com voluntárias da entidade. Todas as voluntárias entrevistadas permitiram o uso de seus nomes verdadeiros na pesquisa. Contudo, por questões éticas e de escopo privado, substituí seus nomes verdadeiros por nome fictícios. Isso não quer dizer que não respeito a co-autoria das voluntárias. Ao contrário, este trabalho foi escrito, pensado, realmente, construído por inúmeras pessoas: os(as) autores(as) teóricos(as) sobre o tema em questão, as voluntárias da RFCC-PI; pessoas que construíram discursos e práticas discursivas sobre o voluntariado; o meu orientador e professoras(es) do Mestrado de Políticas Públicas, que ajudaram e ajudam com suas orientações. Então,

Restou-nos, assim, o problema da autoria. O que vem a ser autoria quando tantas vozes se fazem presentes? Quando fazemos interlocução com tantos autores? Quem somos, o que fizemos? Talvez tudo o que podemos fazer é concordar com Dom Toríbio de Cáceres y Virtudes, personagem do conto de Gabriel García Márquez, *Do amor e outros demônios*. (...) – As idéias não são de ninguém (...). – Andam voando por aí, como os anjos. (...). coloca-se, sim, a necessidade de contabilizar esforços. Trata-se de reconhecer as contribuições e o tempo despendido e de aceitar a responsabilidade pelas idéias formuladas (SPINK, 1999: 12-13).

Isso não me torna uma reprodutora de idéias de outras pessoas, mas uma pesquisadora sensível ao diálogo dinâmico e constante de tantas vozes, que andam e voam por aí, gritando ansiosas para serem ouvidas e valorizadas. Assim, penso: falo e escrevo para ser ouvida, lida, pensada e refletida. Caso eu apresente um novo conceito para as ciências humanas, dar-me-ei por satisfeita pelo primeiro de tantos outros passos que ainda darei. Mas, caso isso não aconteça, dar-me-ei por satisfeita pela minha capacidade de ter sabido ouvir e refletir sobre algo que tanto me incomodava e incomoda e, que, talvez incomode outras pessoas, mas, que, ao contrário de mim, não tiveram a oportunidade de analisar esta “pedra no sapato”.

Embora, eu seja uma voluntária da Rede Feminina, não trabalho, nesta pesquisa, com um posicionamento de defesa acrítica do voluntariado. Por mais estranha e contraditória que essa postura possa parecer, a minha escolha de análise é totalmente viável e cabível com a minha identidade de voluntária. É preciso questionar, problematizar e explicar como a diferença e, assim, as identidades são ativamente produzidas. O que está em jogo nas identidades sócio-político-culturais? O que está em jogo na identidade voluntária contra o câncer infantil piauiense? Como diz Tomaz Tadeu Silva, é preciso “estimular, em matéria de identidade, o impensado e o arriscado, o inexplorado e o ambíguo, em vez do consensual e do assegurado, do conhecido e do assentado. Favorecer, enfim, toda experimentação que torne difícil o retorno do eu e do nós ao idêntico” (SILVA, 2000: 100).

Também é necessário considerar que nenhum indivíduo está fechado em uma identidade unidimensional. As identidades resultam de construções sociais, fazem parte da complexidade do social. Sou voluntária, sou cientista social, sou mestrande de políticas públicas da linha de pesquisa cultura e identidade, sou filha, irmã, catequista da Igreja Católica, são inúmeras as minhas identidades. Sou o resultado de diversas vinculações sociais, o que me dá identidades sincréticas, identidades construídas em função de contextos de relações específicas a situações específicas. Isto é, integro o constructo da pluralidade das referências identificatórias ligadas à minha história. Ressalto, no entanto, que apesar das identidades serem multidimensionais, elas não perdem suas unidades, pois as referências identificatórias ligadas à história dos indivíduos quase nunca estão “em uma posição de equivalência no contexto de uma dada situação” (CUCHE, 2002: 195).

A análise do voluntariado pelo viés da identidade social, ou seja, a análise do processo de interpelação da sociedade pelo Estado, na promoção dos voluntariados como identidades, no caso específico da RFCC-PI e da Casa de Apoio à Criança com Câncer, exigiu um diálogo entre duas teorias de linhas de pesquisa distintas. Uma das teorias é a do Estado capitalista moderno, que engloba o programa político-econômico-sócio-cultural neoliberal. A outra teoria é a das identidades sociais relacionadas a valores motivadores e à questão da dívida. No percurso desse diálogo, é enfocada a contextualização histórica, política, econômica e social do terceiro setor brasileiro e piauiense. Por isso, esta pesquisa foi construída com a ajuda de um método dinâmico.

Ao contrário do paradigma vigente no meio científico, o qual é caracterizado pela dissociação e pela especialização disciplinar cada vez mais exacerbada, o que torna superficial e incoerente o conhecimento, pauto o método utilizado nesta pesquisa na exigência dinâmica da interdisciplinaridade, ou seja, em uma epistemologia da complementaridade, da convergência (GUSDORF *in* JAPIASSU, 1976). Embora o pensamento complexo não exista como paradigma de complexidade, sua problemática da não eliminabilidade, da não eliminação é reconhecida por alguns traços, tais como a necessidade de associação entre o objeto e o seu ambiente (princípio da auto-eco-organização), a necessidade de ligação entre o objeto e o observador, a desintegração do elemento simples e a confrontação com a contradição (MORIN, 1996a). Assim, faço o diálogo entre a teoria político-econômico-sócio-cultural neoliberal e a teoria das identidades sociais, por meio da via do pensamento complexo, que é capaz de unir conceitos compartimentalizados (MORIN, 1996b). Ressaltando que, “a revolução de hoje trava-se, não tanto no terreno das idéias boas ou

verdadeiras, opostas em uma luta de vida e de morte às idéias más e falsas, mas no terreno da complexidade do modo de organização das idéias” (MORIN, 2001: 292).

No caso desta pesquisa, as seguintes técnicas foram utilizadas: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, observação participante, diário de campo e entrevista. A construção de uma pesquisa necessita de fundamento teórico, ou do estudo de diferentes propostas teóricas, o qual se pauta em leituras, intelecções, discussões e elaborações de associações possíveis, o que leva o(a) pesquisador(a) a promover diálogo entre os autores consagrados. “Ler é o passo inicial” de uma pesquisa, é o “passeio da alma”, que “implica identificar os significados que o[a] autor[a] confere às questões estudadas” (OLIVEIRA, 1998: 25). Para isso, é preciso respeitar as idéias do(a) autor(a), não distorcendo suas proposições e não fazendo associações sem a observância das especificidades de seu pensamento (OLIVEIRA, 1998).

A pesquisa documental, assim como a pesquisa bibliográfica, é analisada de acordo com a especificidade dos documentos. Nesse caso, os documentos (estatuto, regimento, atas, projetos, leis, decretos) referentes à Rede Feminina de Combate ao Câncer do Piauí, coordenadora do projeto social Casa de Apoio à Criança com Câncer – Lar de Maria, foram e são importantes por terem apontado a forma como as voluntárias da entidade se representam formal e legalmente, o que fornece informações sobre o processo de construção da identidade voluntária contra o câncer infantil piauiense, identidade pautada no conceito de solidariedade voluntária e local.

Outra técnica utilizada é a observação participante, que juntamente com a entrevista, faz parte da pesquisa de campo (CICOUREL, 1990). É uma técnica rica por permitir a construção de dados pormenorizados, mas que pode implicar inúmeros desafios, por ser permeada de dificuldades quanto à sua aplicação, ou seja, a observação participante é

como um processo pelo qual mantém-se a presença do[a] observador[a] numa situação social com a finalidade de realizar uma investigação científica. O[a] observador[a] está em relação face-a-face com os[as] observados[as] e, ao participar da vida deles[as] no seu cenário natural, colhe dados [sic]. Assim, o[a] observador[a] é parte do contexto sob observação, ao mesmo tempo modificando e sendo modificado[a] por este contexto (CICOUREL, 1990: 89).

Essa definição é a mais completa, pois aceita como pré-requisitos da observação participante tanto a presença constante do(a) observador(a) no contexto observado como a interação face-a-face. Além disso, incorpora quatro aspectos importantes: a coleta de informações para a construção de dados, como finalidade; o esclarecimento quanto ao papel do(a) observador(a); referência ao tempo necessário para a realização da observação, que

pode ser curto ou longo; e a relevância do papel do(a) observador(a) tanto como modificador(a) e como receptáculo do contexto observado (HAGUETTE, 1987).

A observação participante foi realizada na Rede Feminina de Combate ao Câncer do Piauí, em suas reuniões mensais, festividades, confraternizações e encontros extraordinários, e na Casa de Apoio à Criança com Câncer – Lar de Maria, em visitas semanais e, às vezes, quinzenais. É relevante enfatizar que tenho um duplo papel nesta pesquisa: o de pesquisadora-observadora e ator social pesquisado, pois sou voluntária da Rede Feminina. O meu papel de voluntária (“nativa”) da RFCC-PI facilitou meu contato inicial de pesquisa, pois, segundo Cicourel (1990), é importante convencer as pessoas observadas de que o(a) pesquisador(a) não lhes fará mal no processo de observação.

A observação participante é uma técnica de construção de dados a menos estruturada das ciências sociais, pois não supõe instrumentos específicos que direcionem a observação, recaindo, dessa forma, sobre o(a) pesquisador(a) a responsabilidade pelo sucesso de sua prática. Sua flexibilidade, devido a alguns fatores externos, como o viés sociocultural, profissional/ideológico, interpessoal e normativo de quem observa, pode causar distorções nos dados construídos e, conseqüentemente, causar interpretações errôneas sobre o estudo (HAGUETTE, 1987).

Outra dificuldade desta técnica é referente ao cuidado que precisei ter durante a observação participante para não cair no ardil do menosprezo à “nativa”, deixando de enfatizar o contexto da ação. Também, precisei ter cuidado com outras armadilhas durante a pesquisa, que poderiam apresentar resultados não previstos, como o uso da pesquisa na dinâmica política local, o que reforçaria relações de poder, ao invés de pensar sobre essas relações. Além disso, é importante destacar que a pesquisa não precisa trazer vantagens materiais imediatas às pesquisadas e, ao usar a observação participante, dou importância tanto à representação quanto à ação do sujeito falante, atuante e pensante (ZALUAR, 1986).

Ao observar participando do grupo estudado também fui observada, ou seja, as voluntárias da Rede Feminina elaboraram explicações a meu respeito como pesquisadora-observadora e como voluntária, o que não quer dizer que precisei ficar dando informações sobre a pesquisa às pesquisadas, pois isso acontece mais quando se dirige às líderes. Em relação às explicações que as voluntárias elaboraram a respeito de minha pesquisa, tive a impressão que algumas estavam “desconfiadas” do trabalho, que ficaram receosas em dar informações para a construção da pesquisa, o que faz parte da realidade da pesquisa. Mas, isso me deixou em uma situação extremamente delicada, devido a duas obrigações que devia e devo cumprir: a obrigação ética com a imagem das voluntárias da entidade e a obrigação de

analisar os dados construídos, da maneira menos distorcida possível. Assim, precisei controlar minha influência no grupo, para não prejudicar a construção dos dados, através da distorção das informações (FOOTE-WHYTE, 1990).

Como complemento à observação participante, utilizei o diário de campo, recurso muito utilizado pela etnografia, para registrar o cotidiano da pesquisa. O diário de campo, assim como os documentos, é uma fonte histórica e pode ser arquivado. A sua elaboração ocorre concomitante com uma ampla discussão teórica, no esforço de registrar tudo o que for relevante. Embora relate o cotidiano, os fatos são narrados numa perspectiva mediada por embasamento teórico adequado (LOPES et al *in* WITHAKER, 2002).

Também utilizei a técnica entrevista, que foi aplicada com a ajuda de um gravador de fita magnético, cujo objetivo foi o descortinamento de perspectivas e pontos de vista sobre o voluntariado, com o intuito de compreender a relação entre os atores sociais e sua situação, a partir de crenças, atitudes, valores e motivações (GASKELL, 2003). O uso da entrevista, nesta pesquisa, é importante devido à identidade e diferença serem o produto de atos de criação lingüística, tendo, por isso, que ser nomeadas. “É apenas por meio de atos de fala que instituímos a identidade e a diferença como tais” (SILVA, 2000: 77). Isto é, “a identidade e a diferença são o resultado de um processo de produção simbólica e discursiva” (SILVA, 2000: 81), e mais ainda, por serem expressas por meio da linguagem, também são marcadas pela indeterminação e instabilidade.

A entrevista é uma prática discursiva, que tem como uma de suas finalidades “buscar no discurso o processo, o movimento, o sentido” (PINHEIRO, 1999: 185), o que me ajuda a compreender como a identidade voluntária contra o câncer infantil piauiense é construída e usada. Embora, a RFCC-PI preste assistência a pessoas de várias idades, uso a expressão identidade voluntária contra o câncer infantil piauiense por duas razões. A primeira refere-se a maior visibilidade do Lar de Maria em relação à RFCC-PI, na comunidade teresinense. E, até o momento, o Lar de Maria só dá assistência a crianças e adolescentes. O segundo motivo é devido à existência de uma outra entidade que presta apoio a pessoas com câncer, em Teresina. Essa entidade é a Fundação Maria Carvalho Santos, cujo *slogan* é “a fonte da solidariedade”. O objetivo social da Fundação Maria Carvalho Santos é oferecer apoio a mulheres com câncer de mama. Então, para diferenciar o voluntariado e a identidade voluntária da RFCC-PI de outros voluntariados e de outras identidades voluntárias uso a expressão identidade voluntária contra o câncer infantil piauiense.

A entrevista como prática discursiva é entendida como uma interação, que “se dá em um certo contexto, numa relação constantemente negociada. Numa conversa o locutor

posiciona-se e posiciona o outro” (PINHEIRO, 1999: 186). A minha interação com as voluntárias entrevistadas foi bastante negociada, principalmente, com as que se recusaram a dar entrevistas gravadas. Por isso, precisei negociar com as voluntárias, Luzia e Imaculada um outro tipo de entrevista para não perder por completo suas falas acerca do voluntariado. Então, restou-me a alternativa de aceitar por escrito os “possíveis” posicionamentos dessas voluntárias. Sei que perdi vários aspectos como tons de fala, trechos de histórias que poderiam vir a lume, por meio do esforço de construção de memórias durante a entrevista, figuras, personagens, gestos, tantas outras coisas importantes para a análise das falas dessas voluntárias, como o choro de revolta da voluntária Albertina diante do descaso dos governos em relação ao setor social e os risos irônicos da voluntária Berenice, também em relação à atuação dos governos, na área social. Enfim, ao invés do fervor de uma entrevista interativa, recebi frios papéis, que não me contavam sobre as entrelinhas dos momentos de reflexão e de construção das respostas às perguntas feitas.

Também fiz entrevistas via *e-mail*, com duas voluntárias, Maria e Mirna, devido às mesmas terem um ritmo de trabalho, que impossibilitou nosso encontro face a face. No entanto, as entrevistas por *e-mail*, embora concisas, foram muito úteis, devido aos seus conteúdos como também por me abrirem espaço para por em prática uma metodologia diferente e realizada com sucesso por Benedetto Vecchi, que organizou um livro cujo título é “Identidade”, através de entrevistas realizadas via *e-mail* com Zygmunt Bauman, pesquisador da área de ciências sociais. Diz Benedetto Vecchi,

Em todos os seus textos, Zygmunt Bauman consegue abalar as nossas crenças fundamentais, e este livro de entrevistas sobre a questão da identidade não é exceção. As entrevistas fogem um pouco do padrão por não terem sido realizadas com um gravador e porque entrevistado e entrevistador nunca estiveram face a face. O *e-mail* foi o instrumento escolhido para o nosso diálogo, o que impôs um ritmo um tanto fragmentário a nossa troca de perguntas e respostas. Na ausência da pressão do tempo e do face a face, nosso diálogo a longa distância foi caracterizado por muitas pausas para reflexão, pedidos de esclarecimento e pequenos desvios para assuntos que originalmente não pretendíamos abordar (VECCHI, 2005: 07).

Com as minhas duas entrevistadas por via de *e-mail* não houve a necessidade de pausas para esclarecimentos, visto que as mesmas foram concisas e claras em suas respostas. Também não houve desvios no percurso das respostas para outros assuntos, o que facilitou o entendimento rápido das falas escritas das voluntárias. Ao contrário das entrevistas por escrito das voluntárias Luzia e Imaculada, que me deram frios papéis preciosos, recebi de Maria e Mirna frios papéis virtuais enviados por telas de computador. Ora, estou falando de

identidades sociais em um contexto neoliberal, que tem como um de seus pilares a globalização e nada mais característico desta quebra de tempo e espaço do que a *internet*, a falta de tempo ou o contrário a aversão às tecnologias como gravar voz em um gravador. Daí, que fazer pesquisa é aprendizado passo a passo, um verdadeiro passeio de alma, um processo ambíguo e também contraditório. Lúcia Cortes Costa se referiu ao terceiro setor como um nebuloso campo, eu me refiro ao mesmo como um campo minado. E a pesquisa, por ser repleta de surpresas, de necessidades de flexibilidade e de adaptabilidade e, principalmente, de negociações também é um campo minado, de incertezas e inseguranças, permeada de sabores e dissabores, por isso, que é tão dinâmica e difícil de ser definida e de ter regras prontas para a prática, visto ser um processo sempre em andamento, como as identidades sociais.

Os sujeitos da pesquisa ou as entrevistadas foram seis voluntárias pertencentes à diretoria, três pertencentes à administração, duas fundadoras da RFCC-PI, cinco que estão na entidade há mais de cinco anos e cinco voluntárias que exercem seu trabalho, principalmente, no Lar de Maria, totalizando um número de 21 (vinte e um) sujeitos entrevistados. Seis perguntas orientaram as entrevistas e, foram: 1 – o que a motivou a ser voluntária do Lar de Maria e da RFCC-PI?; 2 – o que é ser voluntária, em um sentido amplo?; 3 – o que é ser voluntária do Lar de Maria e da RFCC-PI?; 4 – como você vê a atuação dos governos (municipal, estadual e federal), na área social?; 5 – qual a importância do voluntariado para a sociedade? e 6 – você considera o voluntariado como um trabalho?

As seis perguntas elaboradas para a entrevista, juntamente com a análise dos dois livros de atas e demais documentos referentes ao voluntariado da RFCC-PI e do Lar de Maria são seis grandes categorias analíticas. As perguntas permitem-me passar de uma esfera global ou macro para uma esfera local ou micro. Através da primeira pergunta, analiso os valores motivadores do voluntariado da RFCC-PI e do Lar de Maria – primeira grande categoria: motivação valorativa. A segunda pergunta permite-me analisar os discursos exteriores, que apresentam um ideal de voluntariado, entendido no seu sentido mais amplo e mais divulgado: extravasamento da solidariedade voluntária e local através da doação de tempo, dinheiro e habilidades pessoais para causas sociais. Assim, apresenta-se a segunda grande categoria: os voluntariados. Dos voluntariados, em geral, para um específico tipo de voluntariado, é a passagem que a terceira pergunta proporciona. O que faz as voluntárias contra o câncer infantil piauiense, as voluntárias contra o câncer infantil piauiense? Tenho, então, a terceira grande categoria: o voluntariado do/pelo amor e da/pela vida.

O argumento desenvolvido, nesta dissertação, é o de que o Estado brasileiro interpela a sociedade para os mais diversos tipos de voluntariados e que através deste processo interpelativo promove, estrategicamente, a construção de identidades voluntárias, as quais dão legitimidade ao processo de publicização, responsável pelas transferências de atividades de serviço social do Estado para a sociedade. Dessa forma, a quarta pergunta (e mais a frente, a quinta pergunta) apresenta tanto como as voluntárias da Rede Feminina são interpeladas pelos discursos estatais para o serviço voluntário como a quarta grande categoria: solidariedade voluntária e local. A quinta pergunta é um complemento da quarta, pois através das respostas dadas pelas voluntárias sobre a importância do voluntariado para a sociedade, fundamento a análise do processo de interpelação dos voluntariados. Tem-se, assim, a quinta grande categoria: voluntariados – ferramentas legitimadoras.

Por último, pergunto se as voluntárias da RFCC-PI se consideram com trabalhadoras. Ou seja, a sexta grande categoria – trabalho voluntário – me permite analisar a questão da dívida, em seu duplo aspecto de interesse e desinteresse, a qual é intrinsecamente relacionada à identidade voluntária contra o câncer infantil piauiense. No entanto, não analiso essa construção identitária pelo ponto de vista da troca, mas pelo signo da solidariedade voluntária e local. Entendo que a solidariedade voluntária local é desenvolvida pela sociedade. Não é universal e não prioriza os direitos de todos(as) cidadãos(ãs), mas de determinados grupos, que podem ser de crianças doentes, desabrigados(as), usuários(as) de drogas, de pessoas idosas, de pessoas com algum tipo de deficiência, entre outros grupos. Já a solidariedade social é desenvolvida ou que deveria ser desenvolvida pelo Estado, através da universalidade dos direitos sociais dos(as) cidadãos(ãs). Em outras palavras, a solidariedade social e os direitos sociais de todo(a) e qualquer cidadão(ã) foram transmutados, pelas políticas neoliberais, em solidariedade voluntária e local, em dever, em obrigação das pessoas com as questões sociais.

A dissertação é dividida em cinco partes: introdução, três capítulos, nos quais não fiz dissociação entre teoria e pesquisa empírica, pois tentei dar aos mesmos dinamicidade e por fim, as considerações finais, que parafraseando Marco Aurélio Nogueira, chamo de “desdobramentos possíveis”.

No primeiro capítulo, faço uma discussão teórica acerca do *welfare state* ou Estado de bem-estar social, no mundo e no Brasil, embora, haja uma corrente teórica que discorda da existência do Estado de bem-estar, no Brasil. Depois, discuto a implantação das orientações neoliberais, no Brasil, com a crise internacional do *welfare state*. Destaco os dois governos FHC (1995-2002), os quais implantaram os princípios neoliberais, no que Elaine Behring

chama de contra-reforma do Estado brasileiro. Dentre as várias micro contra-reformas, enfatizo, especialmente, o processo de publicização dos serviços sociais e científicos, considerados pelo governo FHC, como não exclusivos do Estado.

Com o processo de publicização, houve a transferência da ação social estatal para a sociedade, que se tornou uma sociedade de bem-estar social, interpelada pelo Estado, principalmente, através do discurso da solidariedade, que perdeu seu sentido de solidariedade social e universal, priorizadora dos direitos sociais, passando a ser uma solidariedade despolitizada e marcadamente focalista, voluntária e local. A responsabilização da sociedade pela questão social fez emergir, no contexto brasileiro, o terceiro setor, e a re-valorização do voluntariado. O terceiro setor é entendido como ações pontuais, focalistas, solidariamente despolitizadas e locais, que se utiliza de valores e sentimentos morais e tem como substrato o trabalho voluntário ou o voluntariado. O voluntariado, a meu ver, é a ferramenta de legitimação do, hoje, sutil processo de desmonte do Estado, no que tange às políticas públicas sociais. Finalmente, no primeiro capítulo, apresento a RFCC-PI e o Lar de Maria, e discuto acerca do voluntariado exercido pela entidade e alguns aspectos que lhe tangenciam, como a questão de gênero e a representação social do câncer.

No segundo capítulo, dou continuidade à discussão crítica iniciada no primeiro capítulo, mas com enfoque nas identidades sociais, entendidas como processos socialmente construídos, permeados de relações de poder, repletos de ambigüidades, contradições e vicissitudes, que dinamizam sua construção. As identidades sociais relacionam-se diretamente com as culturas, daí que a cultura do voluntariado, no Brasil, favoreceu a interpelação e construção de identidades voluntárias, que legitimam o processo de publicização dos serviços sociais brasileiros. Isso mostra que as identidades sociais são contextuais, marcadas pela época, pelos lugares e sujeitas a transformações, e como diz Michel Agier, as identidades são buscas inacabadas.

Por serem buscas inacabadas, as identidades não podem ser analisadas por uma perspectiva essencialista, que naturaliza as identidades. As identidades sociais por “flutuarem no ar”, como diz Zygmunt Bauman, devem ser analisadas pela perspectiva não-essencialista que desreifica, des-naturaliza e des-essencializa as mesmas. As identidades sociais são inerentemente mergulhadas em jogos de poder, portanto, não são inocentes, visto serem estratégicas, relacionais, plurais, mutáveis e que tem como instrumento de eficácia o aspecto performativo dos enunciados. Os sentimentos e valores morais fazem parte da construção das identidades sociais, pois os mesmos são constituintes das subjetividades. Por fazer uma análise poliocular, relaciono o processo de construção da identidade voluntária contra o

câncer infantil piauiense à questão da dádiva, que simultaneamente é interessada e desinteressada e utilizada como meio interpelativo para os voluntariados.

No terceiro capítulo, comparo dois discursos diferentes, um texto escrito e um filme, ambos brasileiros, para mostrar as diversas práticas discursivas que são construídas sobre os voluntariados e o terceiro setor. Apresento os dados quantitativos obtidos durante as entrevistas e explico o conceito de campo minado, o qual se refere duplamente aos discursos falaciosos do Estado, no processo de interpelação dos voluntariados, e às ambigüidades do voluntariado da Rede Feminina de Combate ao Câncer do Piauí, pois entre o que é dito e o que é feito, há diferenças substantivas. Não me refiro à idoneidade da entidade em relação às ambigüidades do voluntariado contra o câncer infantil piauiense, mas às práticas das próprias voluntárias enquanto voluntárias. Finalmente, analiso as seis categorias apresentadas acima e uma sétima categoria surgida de conversas negociadas, ou seja, involuntárias entre voluntárias. Isto é, apresento a categoria “extras”, pois algumas voluntárias foram muito sucintas em suas respostas, o que me fez “forçá-las” a dialogarem mais acerca de seus voluntariados.

Por fim, nas considerações finais, cujo título é “Desdobramentos possíveis”, expressão de Marco Aurélio Nogueira, faço um breve percurso pelas discussões travadas ao longo da dissertação, dando destaque aos pontos de maior relevância na análise da construção identitária contra o câncer infantil piauiense, que por sempre estar em transformação não pode ser definida, simplesmente analisado o seu processo de construção. Também destaco a contribuição dos(as) autores(as) teóricos(as), que durante dois anos estiveram comigo, nesta batalha diária, que, inicialmente, foi difícil, mas que se revelou uma batalha dadivosa e repleta de surpresas. A estes(as) autores(as), que, infelizmente, só tive a oportunidade de conhecer pessoalmente apenas quatro (Carlos Montaña, com quem troquei alguns *e-mails*, durante estes dois anos e que conheci no X ENPESS; Maria Carmelita Yazbek, que coordenou a sessão de apresentação de trabalhos da qual participei no X ENPESS; Josenília da Silva Oliveira, com a qual estudei na mesma escola e na mesma sala no último ano do ensino médio e Lúcia Vilarinho) agradeço sinceramente por todas as contribuições possíveis e inimagináveis.

Enfim, todo este processo de pesquisa foi permeado por sabores e dissabores, que só aprendi mediante o próprio fazer, ou seja, “o melhor aprendizado da pesquisa social é fazê-la sabendo-se o que se faz” (OLIVEIRA, 1998: 23), não esquecendo que o(a) pesquisador(a) “se torna, ao mesmo tempo, sujeito e objeto na investigação científica” (OLIVEIRA, 1998: 23).

CAPÍTULO I

ESTADO, POLÍTICAS SOCIAIS E VOLUNTARIADO: A MINIMIZAÇÃO DA AÇÃO SOCIAL DO ESTADO E A AMPLIAÇÃO DA AÇÃO SOCIAL DA SOCIEDADE.

Porque na hora que surgiu o voluntariado, no Brasil, eu acredito, a meu ver, que... Eu acho que o poder começou a se encolher, certo, passou a se encolher, achando que a obrigação é da nação. (...). Enfim, eu acho que na hora que o poder faz, a sociedade fica mais tranqüila. Mas, quando essa responsabilidade vem para a sociedade, a sociedade, realmente, ela vive muito preocupada. (...). Porque você faz um trabalho sério, você ajuda ao governo, você, indiretamente, tá ajudando ao governo a manter uma cidade com a manutenção. (...). E o governo? Porque não direcionar tantas coisas, tantos impostos? (RESPOSTA DA VOLUNTÁRIA ALBERTINA À PERGUNTA SOBRE A ATUAÇÃO DOS GOVERNOS NA ÁREA SOCIAL).

1.1 Acerca dos objetivos: nota introdutória.

O processo de construção do terceiro setor e de re-valorização do voluntariado é uma discussão que engloba o aporte teórico sobre o Estado de Bem-Estar Social ou *Welfare State* mundial e brasileiro e o aporte teórico acerca do programa político-econômico-sócio-cultural neoliberal, especificamente, em relação à redução da esfera estatal brasileira, no que tange às políticas sociais. Embora, uma determinada parcela de estudiosos(as) do terceiro setor e do voluntariado façam, acriticamente, defesa a estas alardeadas novas alternativas democráticas do Estado, trabalho, nesta dissertação, com a concepção crítica do Estado e da sociedade, em relação ao atualmente chamado terceiro setor e uma de suas categorias, o voluntariado.

A crítica pretendida tem como característica o “retorno dos saberes dominados”. Isto é, faço o diálogo entre dois saberes diferentes: o saber científico e o saber local e singular das voluntárias da Rede Feminina de Combate ao Câncer do Piauí – RFCC-PI sobre seus papéis de voluntárias, que se pode chamar de “discursividade local”. Não faço, exatamente, uma genealogia, que é “o acoplamento do conhecimento com as memórias locais, que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização deste saber nas táticas atuais” (FOUCAULT, 1979: 171), como Michel Foucault, mas, tomo de empréstimo uma

característica importante deste conceito: o diálogo entre o saber científico e o saber local e singular (discursividade local), para, assim, através de uma pesquisa sobre o voluntariado, especialmente, o voluntariado contra o câncer infantil piauiense, pelo viés da identidade social, elaborar uma crítica ao não comprometimento do Estado brasileiro com as questões sociais. “Trata-se, aqui, de analisar uma experiência local, particular, sem perder de vista que ela é perpassada pelo não-local, ou seja, por processos sociais mundializados, portanto, definidos longe das fronteiras regionais” (SCHERER *et al*, 2001: 116).

O argumento central da pesquisa é o de que o terceiro setor é uma construção político-econômica do Estado para a implantação do programa neoliberal de redução da ação social estatal, e o voluntariado uma construção, não recente como o terceiro setor, mas re-valorizada sócio-culturalmente, nos últimos dez anos, no Brasil, e nesse processo, o voluntariado como identidade social, uma das ferramentas de legitimação da nova postura do Estado brasileiro. No intuito de dinamizar a discussão teórica trazida pelo capítulo são apresentados, através da construção de dados históricos, políticos, culturais e sociais, a Rede Feminina de Combate ao Câncer do Piauí, criada, em 1954, mas reconhecida oficialmente, em 1986, e o seu principal projeto social, Casa de Apoio à Criança com Câncer – Lar de Maria, inaugurado, em 2000. Portanto, a construção dos dados históricos, políticos, culturais e sociais da entidade RFCC-PI e do seu projeto social, Lar de Maria, representam construções de épocas/contextos diferentes, mas que culminam em um contexto maior e recente de um projeto nacional audacioso, a transferência de atividades de serviço social do Estado para a sociedade.

O terceiro setor pode ser analisado sob três pontos de vista: do âmbito de suas ações; de sua composição e dinâmica, e de “sua finalidade maior – a solidariedade”, cujo “passaporte básico é a ação voluntária. [Isso] Significa um velho/novo modo de expressar compaixão para com o próximo e/ou de engajamento cívico, pela ação solidária, em sociedades complexas e planetárias” (CARVALHO, 1998: 02). Nesta dissertação, desses três pontos de vista apresentados acima, é o terceiro que é trabalhado com maior profundidade. Ou seja, analiso a prática da solidariedade nas ações voluntárias do terceiro setor, na construção social de identidades voluntárias, no caso específico da identidade voluntária contra o câncer infantil piauiense.

O conceito de solidariedade é multifacetado assim como suas práticas. Nos últimos dez anos, no Brasil, o conceito de solidariedade foi re-construído como uma estratégia política de interpelação para os voluntariados e de legitimação para o terceiro setor. Essa re-construção estratégica-política do conceito de solidariedade o desarticulou politicamente, substituindo-o por uma compaixão pelos(as) mais necessitados(as). Para Maria do Carmo de

Carvalho, “a ação política é transmutada em ação solidária. Ou melhor, a solidariedade é a nova expressão da ação política” (CARVALHO, 1998: 03).

Com os movimentos sociais, iniciados na década de 1960, novos sujeitos/atores foram introduzidos como protagonistas “na revolução cultural que ocorreu nas últimas décadas” (CARVALHO, 1998: 03). Como desdobramento dos movimentos sociais, as organizações não-governamentais (ONG’s) passaram a ser o espaço de articulação política. Neste processo, a identidade de classe é substituída por outras identidades, não mais referenciadas na luta de classe, mas em projetos micro-identitários. Penso que as identidades voluntárias se encaixam nestes projetos micro-identitários. Pois, a sociedade civil, como novo ator principal, capaz de movimentar múltiplos e heterogêneos projetos sócio-políticos e de encarnar a utopia humanitária ancorada em variados micro-discursos (ou variadas práticas discursivas), abriga, em seu seio, os(as) cidadãos(ãs), sujeitos construídos sócio-culturalmente, através do processo de interpelação, que nomeia e posiciona indivíduos em posições de sujeitos para que assumam e invistam em determinadas posições.

1.2 Estado de bem-estar social brasileiro e programa neoliberal.

O *welfare state*, de acordo com Marta Arretche, é um fenômeno do século XX, que se expandiu e se institucionalizou no período do pós-guerra, caracterizado pela “provisão de serviços sociais”, pela cobertura das “mais variadas formas de risco da vida individual e coletiva”, o que o tornou “um direito assegurado pelo Estado a camadas bastante expressivas da população dos países capitalistas” (ARRETCHE, 1995: 03). Com a crise de 1929/1932, houve uma ampliação de instituições e práticas estatais intervencionistas, embora as políticas sociais não tenham tido uma forte expansão. O *welfare state* ou “idade de ouro” foi um consenso do pós-guerra materializado pelo poder assumido por partidos social-democratas, pela institucionalização de algumas políticas abrangentes e universalizadas, com vistas à cidadania social e também pelo triplo comprometimento governamental em: 1) aumentar recursos para a melhoria e expansão dos benefícios sociais, 2) favorecer uma economia mista, ampliadora de um sistema de bem-estar social e 3) favorecer o crescimento econômico unido ao pleno emprego (BEHRING e BOSCHETTI, 2006).

Para Marta Arretche, há dois tipos de causalidades que orientam os argumentos explicativos sobre o *welfare state*: causalidades de natureza econômica e causalidades de natureza política ou institucional. Em relação à primeira causalidade, “o *welfare state* seria um

resultado ou subproduto necessário das profundas transformações desencadeadas a partir do século XIX, sejam elas o fenômeno da industrialização e modernização das sociedades ou o advento do modo capitalista de produção” (ARRETCHE, 1995: 05). Já em relação às causas de ordem política ou institucional,

uma vez dadas determinadas condições econômicas, seja o surgimento dos programas de proteção social, seja suas formas de expansão, seja ainda suas variações têm como razão causal fatores relacionados à luta de classes, a distintas estruturas de poder político, ou ainda a distintas estruturas estatais e industrializadas (ARRETCHE, 1995: 05).

Contudo, seguindo a preocupação de Esping-Andersen (1991) quanto à definição do *welfare state*, baseio-me em Sônia Draibe, que entende o conceito de *welfare state*

no âmbito do Estado capitalista, [como] uma forma de regulação social que se expressa pela transformação das relações entre o Estado e a economia, entre o Estado e a sociedade, a um dado momento do desenvolvimento econômico [...]. Concretamente, trata-se de processos que, uma vez transformada a própria estrutura do Estado, expressam-se na organização e produção de bens e serviços coletivos, na montagem de esquemas e transferências sociais, na interferência pública sobre a estrutura de oportunidades de acesso a bens e serviços públicos e privados e, finalmente, na regulação da produção e de bens e serviços sociais privados (DRAIBE, 1993b: 19).

Este conceito de *welfare state* incorpora a perspectiva da responsabilidade estatal na regulação do mercado, ou em outras palavras, a intervenção do Estado na regulação das relações sociais e econômicas. Essa regulação ou intervenção estatal do *welfare state* tinha dois objetivos principais: “manter o equilíbrio entre oferta e demanda e assegurar benefícios de proteção aos(as) trabalhadores(as) em momento de perda da capacidade laborativa e, mais globalmente, aos(as) cidadãos(ãs) em situações de dificuldades econômicas e sociais” (BEHRING e BOSCHETTI, 2006: 98).

Os *welfare states*, embora formem um grupo, não são um único caso puro, mas “aglomerados distintos de regimes” (ESPING-ANDERSEN, 1991: 111). Assim, Esping-Andersen (1991) identifica três tipos de regimes de *welfare state*: regime social-democrata, pautado em um sistema de proteção social abrangente; regime ou modelo conservador, caracterizado pelo corporativismo e pela estratificação ocupacional; e regime liberal, caracterizado pela universalização das oportunidades.

Em outro trabalho, Esping-Andersen (1995) diz que o *welfare state* “representou um esforço de reconstrução econômica, moral e política” (ESPING-ANDERSEN, 1995: 73) e que fora do grupo central original de países da Europa Continental, América do Norte,

Austrália e Nova Zelândia, nenhum outro país tem *welfare state* no sentido clássico do termo. Essa afirmação de Esping-Andersen exclui o Brasil da possibilidade de ter desenvolvido um Estado de bem-estar social, afirmação da qual discordo, pois, nos dois governos Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-2002) houve a implantação de programas de reforma do Estado, pautada no discurso de “uma crise fiscal do Estado, uma crise do modo de intervenção do Estado no econômico e no social, e uma crise da forma burocrática de administrar o Estado” (PEREIRA, 1997: 09). No entanto, Esping-Andersen é importante por mostrar que não existe tipo puro de *welfare state*. Em outras palavras, existem diferentes formas de Estado de bem-estar social. Além disso, esse autor dialoga com outros autores como Marcelo Medeiros e Sônia Draibe, que defendem a existência de um Estado de bem-estar social brasileiro, mas dentro de suas particularidades contextuais, sociais, políticas, econômicas e culturais.

Em relação à discussão da existência ou não de um Estado de bem-estar social brasileiro, Elaine Behring e Ivanete Boschetti falam sobre as polêmicas e divergências na literatura sobre políticas sociais em torno da utilização do termo *welfare state* para designar, de forma generalizada, países que implementaram políticas sociais baseadas nas orientações keynesiana-fordistas. As autoras também abordam a discussão travada no Brasil, com a utilização do termo traduzido para Estado de bem-estar social para explicar a realidade brasileira e assim como Pedro Demo e Maria Ozanira da Silva e Silva e outros(as) autores(as), não concordam com a existência de um Estado de bem-estar social brasileiro. Todavia, no Brasil, mesmo não tendo existido um *welfare state* no sentido clássico do termo, com políticas sociais redistributivistas e promotoras do pleno emprego, devido às particularidades contextuais do Brasil, que se inseriu tardiamente e prevalecendo a elite econômica no cenário do mercado internacional, por meio de uma revolução de cima para baixo, em uma proposta de desenvolvimentismo, concordo com Sônia Draibe que caracteriza o Estado de bem-estar social brasileiro como meritocrático-particularista-clientelista. E, explico que a discussão acerca do Estado de bem-estar social brasileiro não é uma discussão central, nesta dissertação, pois a mesma é uma discussão de plano de fundo, cuja função é iniciar a discussão sobre a implantação do programa neoliberal, na década de 1990, e, conseqüentemente, a implementação da contra-reforma estatal, concretizada nos dois governos FHC (1995-2002), e que teve como um de seus sub-programas, o programa de publicização, o qual é importante na análise do terceiro setor e dos voluntariados, no Brasil.

Para Sônia Draibe, a ausência do conceito de *welfare state*, no Brasil, representa a imagem negativa das políticas sociais brasileiras quanto aos seus reduzidos efeitos e seus

baixos graus de eficácia e efetividade sociais, como também simbolicamente, a ausência de integração e mobilização das políticas sociais. A autora afirma que o desenvolvimento e consolidação do Estado de bem-estar social brasileiro foram moldados sob um regime autoritário, de modelo concentrador e que excluía socialmente do desenvolvimento econômico, o desenvolvimento social. Assim, o intervencionismo estatal brasileiro é específico, mas que retém e amalgama características de tendências gerais dos *welfare states* dos países de capital avançado às condições históricas particulares brasileiras. Assim como Marta Arretche, Elaine Behring e Ivanete Boschetti, Sônia Draibe diz que o *welfare state* teve início no final do século XIX, devido o agravamento dos efeitos do ciclo econômico nas condições de vida de trabalhadores e a conseqüente intensificação dos conflitos de classe. Já, no Brasil, o Estado de bem-estar social só teve início na década de 1930, assim como afirma também Marcelo Medeiros.

Sônia Draibe divide o período do Estado de bem-estar social brasileiro em três fases:

- a primeira fase é a que corresponde aos períodos de 1930 a 1943 e de 1944 a 1964 – nessa fase são criados (legislativamente) os Institutos de Aposentadorias e Pensões e algumas leis trabalhistas; também há alterações nas áreas de políticas de saúde e de educação, sob elevados graus de centralização, no executivo federal. O período de 1944 a 1964 segue os mesmos parâmetros definidos no período anterior, porém promove avanços concernentes à centralização institucional e à incorporação de novos segmentos sociais no sistema de proteção social, sob um padrão seletivo, heterogêneo e fragmentário de intervenção social estatal. Ou seja, o período de 1930 a 1943 foi o período de introdução do Estado de bem-estar social, no Brasil. E, o período de 1944 a 1964 foi o período de expansão fragmentada e seletiva da intervenção social estatal. É importante ressaltar que o período de 1930 a 1943 e o período de 1966 a 1971 foram período efetivados sob regimes autoritários, cujas ações sociais estatais foram preventivas, favorecedoras da elite nacional e que buscavam a legitimação dos regimes adotados através das políticas sociais.
- A segunda fase é a que corresponde aos períodos de 1965 a 1977, 1977 a 1981 e o de 1981 a 1985 – nos períodos de 1965 a 1977 e de 1977 a 1981 são superadas as formas fragmentada e seletiva do período anterior, organizados os sistemas nacionais públicos de educação, saúde, assistência social, habitação e previdência social e implementadas políticas de massa, de ampla cobertura relativa. Os períodos de 1965 a 1977 e de 1977 a 1981 foram os períodos de consolidação institucional e expansão massiva do Estado

de bem-estar social brasileiro. O período de 1981 a 1985 foi o período de reestruturação conservadora do sistema de políticas sociais, no Brasil.

- A terceira fase é a do período de 1985 a 1988 – foi a fase de reestruturação progressista e de definição de novos direitos sociais, através da Constituição Federal de 1988.

Em resumo, Sônia Draibe diz que o sistema de proteção social brasileiro suplementou-se por meio de mecanismos de corte assistencialista e em suas relações com os grupos de interesse e com o sistema político, adquiriu, desde a fase de introdução, uma conotação clientelista, meritocrática e particularista. O Brasil, em meados da década de 1980, gastava na área social 18,3% do Produto Interno Bruto (PIB), quase como um país desenvolvido, apresentando, no entanto, resultados insuficientes e desanimadores quanto à melhoria na redistribuição de renda e na universalização dos serviços sociais. Isso é devido à intervenção estatal brasileira ter se fundado na capacidade contributiva do(a) trabalhador(a), o que a autora chama de distribuição primária de renda. Enfim, o *welfare state* brasileiro seguiu o caminho conservador, por isso, negou substancialmente o bem-estar através do progresso econômico.

O Estado de bem-estar social brasileiro é, para Marcelo Medeiros, em suas circunstâncias de surgimento e desenvolvimento, diferente do *welfare state* dos países europeus e norte-americanos, devido à posição diferenciada do país na economia mundial e a suas peculiaridades históricas. O *welfare state* brasileiro surgiu, a partir da década de 1930, como regulador dos aspectos referentes à organização dos trabalhadores assalariados dos setores modernos da economia e da burocracia, ou seja, surgiu “a partir de decisões autárquicas e com caráter predominantemente político” (MEDEIROS, 2001: 08).

Para Marcelo Medeiros, ao menos até a década de 1990, o Estado brasileiro utilizou “as políticas sociais como um instrumento de legitimação da ordem política e social e fornecimento de mão-de-obra assalariada à indústria” (MEDEIROS, 2001: 21) e teve seu caráter redistributivo comprometido por três ordens de fatores: sociedade altamente segmentada devido ao modelo de desenvolvimento concentrador; inexistência de coalizões entre trabalhadores industriais e não industriais e baixa autonomia da burocracia em relação ao governo.

O *welfare state* brasileiro é classificado por Draibe (1993b) como meritocrático-particularista-clientelista. Dessa forma, o *welfare state* brasileiro reforçou as desigualdades preexistentes, se expressou na forma de corporativismo, e teve seu caráter redistributivo reduzido a programas assistenciais. Mas, a partir da década de 1990, para Medeiros (2001), o

welfare state brasileiro começou a passar por diversas mudanças organizacionais, inclui-se também mudanças na estrutura institucional das políticas sociais. No entanto, para o autor, não é possível afirmar se essas mudanças resultarão em um modelo mais distributivo de *welfare state*. Na realidade, não resultou em um modelo mais distributivo de Estado de bem-estar social, mas em seu total esfacelamento, pelo que Behring (2003), chama de contra-reforma do Estado brasileiro e Marco Aurélio Nogueira, de reformismo fracassado, na década de 1990.

As mudanças organizacionais do *welfare state* brasileiro são o resultado da conjuntura internacional do Estado de Bem-Estar Social, que, a partir do final da década de 1970 para início da década de 1980, entrou em crise. A crise dos *welfare states* provocou uma discussão, que esteve dividida, principalmente, entre conservadores e progressistas. Os progressistas argumentavam que a crise do Estado Protetor iria edificar uma nova estrutura mais próxima de uma sociedade de bem-estar, assentada em uma nova sociabilidade, pautada não no Estado e nem no mercado, mas na sociedade, por meio da descentralização e autonomização das políticas sociais. Os conservadores, por seu turno, defendiam a volta aos livres mecanismos do mercado, através da diminuição do papel centralizador e intervencionista do Estado (DRAIBE e HENRIQUE, 1988).

Embora, no Brasil, a concepção conservadora tenha tido maior ênfase no cenário da contra-reforma estatal, nos anos 1990, o que se pode encontrar, de fato, é uma mescla de concepções. Sônia Draibe e Wilnês Henrique elencaram oito tipos de teses acerca da crise dos *welfare states*, e são:

- “O *welfare state* não passa por uma verdadeira crise; sofre antes uma mutação em sua natureza e operação” (DRAIBE e HENRIQUE, 1988: 56) – esta tese foi defendida principalmente pelos progressistas, defensores da necessidade da redução gradativa da pobreza, desigualdade e injustiça social. Em linhas gerais, os defensores desta tese pretendiam a passagem de um Estado de bem-estar para uma sociedade de bem-estar;
- “O *welfare state* é uma estrutura perniciosa e corresponde a uma concepção perversa e falida do Estado” (DRAIBE e HENRIQUE, 1988: 57) – esta foi a tese principal dos conservadores, para os quais o *welfare state*, política-ideologicamente, é uma concepção falida do Estado e, economicamente, a estrutura responsável pela crise fiscal, econômica e social do Estado, por impedir os mecanismos de mercado sanarem a economia;
- “A crise do *welfare state* é, sobretudo, uma crise de caráter financeiro-fiscal” (DRAIBE e HENRIQUE, 1988: 59) – tese defendida, conjuntamente, por

conservadores e progressistas e que consiste na culpabilização da continuidade e ampliação dos gastos sociais do Estado, como responsável pela crise do Estado de bem-estar;

- “A crise do *welfare state* é, principalmente, uma crise produzida pela centralização e burocratização excessivas” (DRAIBE e HENRIQUE, 1988: 61) – tese defendida por conservadores e progressistas. Critica a burocratização excessiva e a centralização exagerada como inibidoras da democracia e que provocam crises administrativas, devido à ineficácia administrativa dos aparelhos e instituições estatais;
- “A crise do *welfare state* deve-se à sua perda de eficácia social” (DRAIBE e HENRIQUE, 1988: 61) – esta tese aponta como fator causador da crise a fraca eficácia do *welfare state* e, que, portanto, como solução é necessária a supressão do Estado de bem-estar ou a adoção de cortes significativos nos orçamentos sociais do Estado;
- “A crise do *welfare state* é principalmente uma crise de legitimidade e de baixa capacidade de resistência da opinião pública” (DRAIBE e HENRIQUE, 1988: 62) – tese que coloca na fragmentação da opinião pública, na ausência de coesão social, na desconfiança em relação à capacidade e eficiência do Estado, na baixa ou nula legitimidade dos programas estatais, na alta visibilidade de programas específicos de caráter assistencial as raízes da crise dos *welfare states*;
- “A crise do *welfare state* deve-se ao colapso do pacto político do pós-guerra sobre o qual a erigiu-se” (DRAIBE e HENRIQUE, 1988: 63) – tese que coloca na redução do crescimento econômico, nos anos 1970, o abalo das bases políticas sustentadoras das práticas redistributivas estatais;
- “A crise do *welfare state* deve-se em princípio à sua incapacidade de responder aos novos valores predominantes nas ‘sociedades pós-industriais’” (DRAIBE e HENRIQUE, 1988: 65) – tese que defende a substituição de valores materialistas por valores pós-materialistas, o que tem alterado a opinião pública e gerado demandas que as instituições sociais e políticas não são capazes de atender.

Apresentadas as oito teses sobre a crise dos *welfare states*, analiso como a contra-reforma do Estado brasileiro, nos dois governos FHC (1995-2002), mesclou essas diversas concepções. As mudanças organizacionais dos *welfare states*, a partir da década de 1990, das quais se refere Marcelo Medeiros, são a aplicação dos programas neoliberais de reforma do Estado, que tem como uma de suas principais estratégias a privatização dos serviços sociais, isto é, a diminuição do gasto público e o estímulo à independência para “responder às

demandas mais diferenciadas e individualistas da sociedade ‘pós-industrial’” (ESPING-ANDERSEN, 1995: 106), gerando uma transferência das responsabilidades do Estado pelo bem-estar para os indivíduos.

A década de 1990 transcorreu, na maioria dos países da América Latina, sob a área do milagre salvacionista do pensamento único da reforma neoliberal do Estado, que visava simultaneamente combater a ineficiência/ineficácia/incapacidade do Estado e valorizar as potencialidades do mercado, único capaz de promover duplamente crescimento econômico e desenvolvimento social. Neste sentido, os(as) cidadãos(ãs) foram relegados(as) para um plano de esquecimento, principalmente, a maioria dos(as) excluídos(as) sociais. No Brasil, com os dois governos FHC (1995-2002), a contra-reforma estatal foi triunfante: privatizações, priorização do mercado em detrimento de políticas sociais universais, publicização, a prática do gerencialismo na administração para combater o burocratismo emperrador do desenvolvimento econômico e social, entre outros aspectos (BEHRING, 2003). Como diz Marco Aurélio Nogueira,

O Estado ocupa posição subalterna na atual conjuntura, dominada pela racionalidade do capital. Não tem como se sobrepor aos fatores que determinam a ordem social, mas ao mesmo tempo é levado a interferir nela e é chamado a cumprir funções de regulação, que se mantêm ainda que de modo marginal. Não consegue fornecer a “racionalidade” requerida pelo sistema, mas não pode ser sumariamente descartado ou desativado. Além do mais, a sociedade, do mesmo modo que “desiste” do Estado – aderindo, ou ao individualismo mercantilizado, ou ao espontaneísmo quase anárquico da “sociedade civil” –, não se cansa de exigir continuadas formas de intervenção estatal, outras políticas sociais, medidas contra a violência ou a favor de um novo pacto social (NOGUEIRA, 2006: 11).

O que Marco Aurélio Nogueira quer dizer é que o Estado, na conjuntura neoliberal, reduz-se em relação à sua capacidade de elaborar, implementar e executar políticas públicas de corte social, mas, por outro lado, é “necessária” a sua ampliação no que diz respeito aos incrementos “indispensáveis” da abertura do Brasil para o mercado internacional, com vistas únicas para o crescimento financeiro internacional, e é importante ressaltar que este crescimento financeiro é quase que exclusivamente internacional, devido ao Brasil ainda continuar a inchar o bolo, mas não reparti-lo com a sociedade brasileira, de forma geral. Daí, a criação do cidadão(ã) consumidor(a), do(a) cidadão(ã) egoísta mas solidário(a), que doa seu tempo, seus talentos e seu dinheiro para causas sociais e o(a) cidadão(ã) que se organiza em movimentos diversos para lutar contra as barbáries impostas pela nova conjuntura política, social, econômica e cultural. Isto é, “o Estado teve de intervir para não intervir” (SANTOS: 2006: 119).

A intervenção não intervencionista do Estado brasileiro, como se o Estado estivesse em frente a um fantasma, esvazia a esfera pública e prioriza a tal chamada reforma gerencial para dar governabilidade à reprodução do capital financeiro internacional, como dito anteriormente. Mas, essa repetição é necessária para mostrar “a crescente subordinação do social aos interesses do capital financeiro. O social estrangido pelo econômico. O social refilantropizado, despolitizado, despublicizado” (YAZBEK, 2006: 14). Chamo isso, de assalto à mão armada, pois ou o Estado brasileiro entrega o dinheiro, desmontando toda e qualquer política social ou toda a população brasileira é massacrada pelas barreiras internacionais de um desenvolvimento econômico algoz. Maria Carmelita Yazbek mostra sinteticamente a profunda cisão entre o econômico e o social, pela dissociação entre mercado e direitos sociais, em um processo de desresponsabilização do Estado diante do agravamento e aprofundamento da desigualdade social e da pobreza, no Brasil.

Em relação à necessidade de especificar que tipo de reforma do Estado se pretende estudar (Abrucio, 1999), pauto o entendimento da reforma do Estado brasileiro, a partir da metade dos anos 1990, no discurso oficial da reforma do Estado, representado, principalmente, pelo ex-Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado – MARE, que existiu durante o primeiro governo FHC. A reforma administrativa do Estado, no governo FHC, foi a terceira, no Brasil. A primeira reforma, em 1936, teve como objetivo combater a administração patrimonialista, substituindo-a por uma administração pautada em uma racionalidade burocrática. A segunda reforma, em 1967, teve como marco a edição do Decreto-Lei nº 200, e seu objetivo geral era fixar diretrizes e princípios funcionais e dinâmicos à administração federal. E, a terceira e, por enquanto, última reforma do Estado brasileiro é a dos anos 1990, cujo fundamento principal foi o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRE), elaborado pelo MARE, cujo objetivo era a implantação de uma administração pública gerencial, para combater a crise no aparelho do Estado (FERREIRA, 2005).

Para Bresser Pereira, ex-ministro do MARE, “a grande tarefa política dos anos 90 é a reforma ou a reconstrução do Estado” (PEREIRA, 1997: 07), que envolve quatro problemas interdependentes, mas distinguíveis: delimitação do tamanho do Estado, através de programas de privatização, terceirização e publicização; redefinição do papel regulador do Estado, através de programas de desregulação, os quais têm como função transformar “o Estado em um promotor da capacidade de competição do país a nível internacional ao invés de protetor da economia nacional contra a competição internacional” (PEREIRA, 1997: 18); recuperação da governança, através do ajuste fiscal, cuja função é fazer do Estado uma administração

pública gerencial; e aumento da governabilidade, através de instituições políticas intermediadoras de interesses e proporcionadoras de legitimidade e democracia aos governos.

Desses quatro problemas, para os fins desta pesquisa, o primeiro é o mais importante, devido ao envolvimento de uma idéia, a da publicização, que faz parte de um conjunto de três idéias necessárias para a delimitação do tamanho do Estado: privatização, processo de transformação de empresas públicas em empresas privadas; terceirização, processo de transferência de serviços auxiliares ou de apoio do Estado, para o setor privado; e publicização. O processo de publicização é definido como a transferência de serviços sociais e científicos, do Estado, para as organizações públicas não estatais competitivas. Assim, o motivo principal da reforma do Estado foi a gradual delimitação da área de atuação do Estado, o qual repassou para o setor privado e para o setor público não-estatal atividades não específicas ao Estado (PEREIRA, 1997).

O setor público não-estatal é, para Pereira (1997), um setor intermediário, situado entre o Estado, seu subsidiador e isentor de impostos [o que se poderia, de acordo com Raimundo Faoro, chamar de dívida pública] e o mercado, e que exerce atividades competitivas, dependentes de doações voluntárias, controladas socialmente e pela constituição de quase-mercados. Para Raimundo Faoro, há no capitalismo um Estado patrimonial oculto – “capitalismo politicamente orientado, que controla, fomenta, estimula e faz da economia um apêndice do poder público” (FAORO, 1993: 17). Nesse caso, não é a sociedade que dita ao poder público a política, mas, o contrário, é a política que dita à sociedade a conduta. Ou seja, “para que haja o patrimonialismo é necessário que os recursos econômicos e administrativos (em sentido amplo) *dependam* [grifo do autor] do poder soberano ou do poder público, que atua por meio de concessões, estímulos, subsídios e autorizações” (FAORO, 1993: 17). É por meio da dívida pública, ou das concessões, estímulos, subsídios e autorizações do poder público, que a iniciativa particular se viabiliza.

De acordo com Ferreira (2005), é significativo o repasse de recursos públicos a favor das instituições do terceiro setor, caracterizado por Bresser Pereira, de público não-estatal. Tomando emprestada novamente a expressão de Raimundo Faoro, chamo esse repasse de recursos públicos para iniciativas privadas, mas de caráter público, de dívida pública, pois, o Estado, ao invés de gerir as necessidades sociais da sociedade, financia e subsidia a sociedade (sociedade de bem-estar) a gerir suas próprias necessidades sociais, como saúde, assistência a pessoas doentes e carentes, etc. Ligada a este fato, tem-se, de acordo com Cristina Silva, que, no Brasil, “a questão da saúde associada ao movimento popular é a que apresenta maior

visibilidade” social (SILVA, 1998: 132), o que dá maior ênfase à atuação das organizações e/ou entidades do terceiro setor voltadas para a área da saúde.

Rodrigo Horochovski, em levantamento de dados acerca do repasse de recursos financeiros do Estado para organizações não-governamentais, confirma o que Victor Cláudio Ferreira fala sobre o repasse de recursos públicos para iniciativas privadas de caráter público. Para Rodrigo Horochovski, esse repasse de recursos públicos para entidades do terceiro setor (no caso do estudo do autor, ONG’s filiadas à Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais – ABONG) e a dependência destas em relação ao poder público para desenvolver regularmente suas atividades é característico do papel complementar, às vezes, substitutivo “dos governos no enfrentamento de demandas sociais, dificultado em face da crise de financiamento vivida pelos agentes estatais, mormente a partir da década de 1980” (Horochovski, 2003: 122). Outro dado importante do estudo de Rodrigo Horochovski é o de que entre as ONG’s, que têm como alvo principal o voluntariado, somente uma tem fortíssimo grau de dependência de instâncias governamentais, sendo que as outras ONG’s cujo alvo principal é o voluntariado não tem nenhum grau de dependência do Estado, seja este grau fraco, médio ou forte, como é o caso da RFCC-PI, que mesmo não sendo uma ONG, mas uma entidade filantrópica, não depende de recursos financeiros dos governos municipal, estadual e federal, o que não quer dizer que a entidade é auto-suficiente e que não pleiteia as ajudas financeiras governamentais, fato, enfaticamente, relatado pelas voluntárias entrevistadas, que reclamaram do descaso dos governos com a Rede, em relação a subsídios financeiros para que a entidade tenha mais viabilidade na elaboração e execução de seus projetos sociais.

O setor público não-estatal, segundo Bresser Pereira, teve um explosivo crescimento, na segunda metade do século XX, devido à participação conjunta da sociedade, que, continuamente, cria entidades de natureza pública não-estatal, e do Estado, que favorece a publicização de seus serviços sociais e científicos. As entidades públicas não-estatais, também conhecidas por entidades do terceiro setor, entidades sem fins lucrativos, organizações não-governamentais e organizações voluntárias, teriam “um papel de intermediação” ou de facilitadoras do “aparecimento de formas de controle social direto e de parceria, que abrem novas perspectivas para a democracia” (PEREIRA, 1997: 27). Concluindo, Bresser Pereira diz que a reforma do Estado, nos anos 1990, pressupõe os(as) cidadãos(ãs), voltando-se para eles(as). Cidadãos(ãs), que para o autor, são mais individualistas, mas, em contrapartida, mais solidários(as).

Entendo que o discurso da reforma do Estado, nos dois governos Fernando Henrique Cardoso, é uma interpelação da sociedade, pelo Estado, representada na figura do(a)

cidadão(ã), individualista, mas solidário(a), através do valor da solidariedade voluntária e local. Ou em outras palavras, é um discurso pautado no problema da governabilidade, que tem como finalidade legitimar a reforma do Estado, visando constituir sujeitos-cidadãos(ãs), supostamente, mais cientes de seus direitos e deveres, para que possam legitimar, contraditória e complementarmente, competição (mercado) e solidariedade voluntária e local (sociedade), no processo de redução da atuação do Estado na área de serviços sociais.

Na reforma do Estado brasileiro ou, nas palavras de Elaine Behring, com a qual concordo, na contra-reforma do Estado, ou, nas palavras de Marco Aurélio Nogueira, com quem também concordo, na reforma fracassada, o capitalismo não conseguiu cumprir, nos países periféricos, como o Brasil, sua promessa civilizatória de transformação econômica e social do indivíduo em cidadão(ã). Mas, em contrapartida, fez a proeza de transformar/construir só e somente só o(a) consumidor(a) em cidadão(ã), o(a) qual é desprovido(a) de direitos, mas repleto de deveres sociais com os(as) mais necessitados(as), não universalizando o acesso a bens e serviços sociais essenciais. Em outras palavras, o capitalismo não promoveu condições adequadas de bem-estar social para a população dos países periféricos (COSTA, 2006). A construção do(a) cidadão(ã) consumidor(a), desprovido(a) de direitos, como diz Lúcia Cortes da Costa, é imbuída, a meu ver, de uma carga não muito leve de deveres sociais, alardeados nos quatro cantos do Brasil pelo discurso da solidariedade voluntária e local também ideologicamente desprovida de seus direitos sociais e de cidadania, desprovida de suas lutas políticas e minimizada a uma reles expressão da nova forma de se fazer política, despolitizando a sociedade, por meio do que Maria Carmelita Yazbek chama de refilantropização da questão social.

É importante explicitar que o conceito de solidariedade utilizado, nesta dissertação, é multifacetado, pois se adequa, de formas diferenciadas, aos diversos campos discursivos dos sujeitos (autores[as] teóricos[as], voluntárias, entre outros) falantes, pensantes e atuantes desta pesquisa. Pautada em Márcia Leite, penso que o conceito de solidariedade, presente no discurso oficial dos dois governos FHC (1995-2002). Isto é, no discurso oficial da contra-reforma do Estado brasileiro promovido pelos dois governos FHC, embora tenha sido construído como uma estratégia política, repassa para a sociedade, generalizadamente, não uma “solidariedade articulada politicamente”, mas “substituída por uma compaixão difusa pelos[as] desfavorecidos[as]” (LEITE, 2000: 84). Desta roupagem da solidariedade emerge uma nova personagem, no cenário nacional, que é o(a) cidadão(ã) capaz de combinar “valores e símbolos religiosos e nacionais numa prática cívica” (LEITE, 2000: 84). Esta re-valorização da idéia de solidariedade entre os(as) cidadãos(ãs) como compaixão aos(às) mais

desfavorecidos(as), para Márcia Leite, enfatiza os deveres e não mais os direitos ou a participação política dos(as) cidadãos(ãs), que é uma categoria simbolicamente construída. Isto é, os indivíduos são chamados e nomeados pelas mais diversas práticas discursivas do Estado e da própria sociedade para ocuparem a posição de cidadãos(ãs) conscientes de seus deveres (solidários) aos(às) mais necessitados(as) e ao assumirem tal ou tais posições esses(as) cidadãos(ã) solidários(as) têm construídas identidades sociais voluntárias, legitimadoras do sutil processo de publicização e de contra-reforma estatal, que não prioriza a emancipação da cidadania.

Esse conceito de solidariedade como compaixão, ou seja, a “construção de um novo comportamento humano, solidário e ético, em que cada indivíduo (cada brasileiro) fosse [é] responsável ou co-responsável [por alguma questão social] e sua conseqüente superação” (VASCONCELOS, 2004: 263), é pautado em dois argumentos principais. O primeiro é referente à “obrigação de ajudar”. Mais do que direitos dos(as) cidadãos(ãs), o que está no topo da solidariedade são os deveres de toda a sociedade com os(as) excluídos(as) sociais. O segundo argumento garantidor da eficácia do discurso do apelo à solidariedade é a “relativa ‘despolitização’ da questão” social ou “uma tentativa de esvaziar [e/ou escamotear] o caráter histórico social” (VASCONCELOS, 2004: 264) de uma determinada luta social. O esvaziamento/escamoteamento ou despolitização da questão social busca dar “legitimidade para as ações emergenciais propostas” (VASCONCELOS, 2004: 265).

Exemplo da eficácia do processo de interpelação da sociedade pelo Estado são as falas de duas voluntárias da RFCC-PI, nas quais se pode observar a passividade apolítica das mesmas, que aceitam sem questionar a “real e urgente necessidade de partilhar com o governo as responsabilidades sociais”, pois como diz uma delas, o “governo procura atuar em várias áreas”, mas os problemas sociais são complexos, daí a importância da sociedade não se acomodar diante das mazelas sociais, que se acumulam:

Aqui, eu vou te dizer, eu não tenho assim muito proximidade, conhecimento nesse sentido, porque nossa entidade aqui, o Lar de Maria, ele não recebe nenhum fundo estadual, nem municipal e nem federal. Mas, eu acredito que cada governo faça a sua parte, *né*. E a gente já tá aqui lutando para que... nós também... é... viemos a... participar desse, dessa partilha (RESPOSTA DE DIVA, À PERGUNTA SOBRE COMO ELA VÊ A ATUAÇÃO DOS GOVERNOS MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL, NA ÁREA SOCIAL).

O governo procura com os seus projetos ou programas atuar em várias áreas, porém os problemas são muitos e complexos. As necessidades atingem um imenso número de problemas das mais variadas carências – os projetos ou programas nem sempre são bem desenvolvidos. Acho também

que o povo se acomoda no que podia fazer e se ajudar e assim as necessidades aumentaram e se acumularam (RESPOSTA DE LUZIA, À PERGUNTA SOBRE COMO ELA VÊ A ATUAÇÃO DOS GOVERNOS MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL, NA ÁREA SOCIAL).

Diante das duas falas dessas voluntárias entrevistadas, passo a voz a Sônia Draibe, que ao examinar e discutir as concepções neoliberais sobre políticas públicas de corte social, afirma que o neoliberalismo é “um discurso e um conjunto de regras práticas de ação (ou de recomendações), particularmente referidas a governos e a reformas do Estado e das suas políticas” (DRAIBE, 1993a: 88), e como se pode ver, não só aos governos, mas também a toda a sociedade, para que assim aja a legitimação de todo este processo, sem necessidade de conflitos/lutas/debates sociais. É um discurso ideológico que enfatiza a eficiência e a eficácia, sendo o seu principal motor a tese do Estado mínimo – redução do tamanho, do papel e das funções do Estado. Com a redução do tamanho do Estado, a sua ação no campo social, complementarmente à filantropia privada e das comunidades, atém-se a programas assistenciais focalistas, que de universalizadas passam a só e somente só beneficiar os comprovadamente indigentes da população brasileira, como se os benefícios sociais não fossem garantidos constitucionalmente pela Constituição Federal de 1988. Essa redução da ação do Estado, no campo social, é uma das regras dirigidas a países latino-americanos, dentre as regras de descentralizar, privatizar e concentrar os programas sociais públicos em grupos carentes.

Ao contrário de Bresser Pereira, Sônia Draibe vê a transferência de responsabilidades estatais para a sociedade, não como publicização, mas como uma das formas de privatização dos serviços sociais públicos, que alteram as relações entre o Estado e o mercado, produzindo formas alternativas, em que os próprios beneficiários dos programas sociais como as associações voluntárias e redes de organizações não-governamentais atuam no encaminhamento das políticas sociais. Esse espaço alternativo é ocupado pelo valor da solidariedade social [mas, como concordo com Carlos Montaña, chamo, juntamente com o referido autor, este tipo de solidariedade não de social, mas de voluntária e local] ou “por uma ampliação da autonomia dos setores organizados da sociedade” (DRAIBE, 1993a: 100).

Concordo com Sônia Draibe, ao afirmar que o processo de transferências de responsabilidades estatais para a sociedade é uma das formas de privatização dos serviços sociais públicos. Francisco de Oliveira também vê a transferência das atividades públicas estatais para a sociedade, como “privatização do público” e, indo mais além, considera esse processo como uma “destituição da fala” e uma “anulação da política” (OLIVEIRA, 1999: 55), “é a própria despolitização da política” (OLIVEIRA, 2003: 15). Francisco de Oliveira

explica o processo de despolitização da política pelo programa neoliberal, dizendo que com o Estado de bem-estar social houve a criação moderna de meios clivadores e de vetos à ditadura do capital, tornando-se assim insubstituíveis os fundos do bem-estar no financiamento da acumulação capitalista, portanto, politizando a reprodução do sistema capitalista. Contudo, a reação neoliberal procura e está conseguindo, no seu aspecto ideológico, principalmente, despolitizar a reprodução do sistema capitalista, deixando-a no mais puro e algoz reino da mercadoria, que suplica pelo reino da solidariedade, como um de suas ferramentas mercadológicas e ideológicas de legitimação.

Para Francisco de Oliveira, “o movimento neoliberal [...] talvez não esteja enganando quando prega a volta ao indivíduo, ao reino do privado e ao conseqüente desmantelamento da institucionalidade contemporânea que se forjou [...] sob o signo da segurança [...]” (OLIVEIRA, 1999: 55). Dessa forma, a privatização do público, torna-se, ideologicamente, em “uma experiência subjetiva de desnecessidade, aparente, do público” (OLIVEIRA, 1999: 57). Essa desnecessidade aparente do público é reforçada ou objetivada pelo discurso da falência do Estado, da dívida pública interna, da sustentabilidade do Estado através do privado. Então, opera-se “a privatização do público, sem a correspondente publicização do privado” (OLIVEIRA, 1999: 68). Ou seja, para Francisco de Oliveira, o neoliberalismo à brasileira, cujos objetivos são os mesmos dos países de capital avançado, procurou “a destruição da esperança e a destruição das organizações sindicais, populares e de movimentos sociais que tiveram a capacidade de dar uma resposta à ideologia neoliberal no Brasil” (OLIVEIRA, 1998: 29). O neoliberalismo à brasileira é uma contra-revolução, uma contracorrente que busca anular os novos atores políticos, reduzindo o espaço intervencionista das classes sociais nos negócios do Estado, iniciada com a expansão da democratização, em fins da década de 1980, mas, bruscamente ameaçada e de certa forma interrompida com a contra-revolução da década de 1990 (OLIVEIRA, 2003).

Em sentido semelhante, Perry Anderson, ao fazer um balanço do neoliberalismo, diz sobre seu fracasso, na área econômica, por não ter contribuído com a melhoria das condições das políticas públicas sociais e por ter aprofundado as desigualdades sociais, principalmente nos países periféricos, sem, no entanto, ter desestatizado a sociedade, e sobre seus êxitos, no que se refere ao sucesso obtido pela política ideológica que mascara quaisquer possibilidades e/ou alternativas aos princípios neoliberais e assim como Allain Caillé e Jacques Godbout, diz que o neoliberalismo faz com que os indivíduos não sejam capazes de pensar a sociedade sem as noções de circulação de bens, sem as noções de livre mercado:

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Sociologicamente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas (ANDERSON, 1998: 23).

Mas, se são as empresas privadas, isto é, o capital privado que sustenta o Estado, por que o Estado subsidia e isenta os impostos de empresas privadas, que dizem praticar responsabilidade social, ou mesmo, subsidia e isenta os impostos de instituições filantrópicas, de organizações não-governamentais, enfim, das instituições do terceiro setor, no que Raimundo Faoro chama de dívida pública? Que relação é essa entre o Estado – reino da autoridade, mas onde se encontra o reino da dívida pública – e a sociedade – reino da solidariedade? Por que, usando uma afirmação de Boaventura de Sousa Santos, “o Estado tem de intervir para deixar de intervir, ou seja, tem de regular sua própria desregulação”? (SANTOS, 2002: 38).

1.3 O reino da solidariedade

O estudo da relação entre Estado e terceiro setor, que é “um novo tipo de ator relevante para a prática da política pública” (REIS, 2003: 13), e de uma de suas categorias analíticas, o voluntariado na execução de *policies*¹, em uma perspectiva da identidade social, é importante devido à necessidade da agenda de políticas públicas de reexaminar as relações do Estado (autoridade) com o mercado (capital) e com a sociedade (solidariedade voluntária e local), no atual momento, no qual essas relações “passam por mudanças profundas [...]” (REIS, 2003: 13). Isso não quer dizer que se deva demonizar o terceiro setor e os voluntariados, mas que se adote uma postura que seja crítica e analítica em relação a esses atores ainda pouco estudados pela área de políticas públicas, principalmente, pelo viés da identidade social, o que é melhor explicitado no segundo capítulo.

No Brasil, a relação entre Estado e terceiro setor sempre existiu, mas é uma relação originada de uma política assistencialista pouco universalista. Contudo, na última década tem

¹ De acordo com Frey (2000), a literatura sobre análises políticas (*policy analysis*) diferencia três dimensões da política: *polity* (instituições políticas), *politics* (processos políticos) e *policy* (conteúdos da política). A *policy* refere-se “à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas” (FREY, 2000: 217).

havido mudanças referentes ao comportamento do terceiro setor, que passou a ser visto com um olhar mais positivo. Simone Coelho, assim como Jeremy Rifkin, ressalta a importância da construção da identidade do terceiro setor brasileiro para o “desenvolvimento [de] uma via segura para a solução dos problemas sociais” (COELHO, 2002: 193). Jeremy Rifkin diz que o problema do terceiro setor é a ausência de uma identidade que lhe dê poder, pois “sem poder não há como o terceiro setor tratar como iguais o mercado e o governo; enquanto isso não acontecer, não poderá começar a lidar com os problemas que a sociedade civil enfrenta em seus respectivos países” (RIFKIN, 2005: 21).

Em relação à gênese do terceiro setor, no Brasil, segundo Ferreira (2005), há várias abordagens explicativas. Uma dessas vertentes explica a gênese das organizações do atual terceiro setor brasileiro através da formação de diversas associações de práticas voluntárias, no século XVIII. A formação dessas associações foi facilitada pela relação da Igreja Católica com o Estado, relação que conformou os valores e pressupostos (patriarcais e assistencialistas) orientadores das iniciativas dessa área. Contudo, com a proclamação da República, em 1889, e a promulgação da primeira constituição, em 1891, estabeleceu-se a separação entre Igreja Católica e Estado. Uma segunda abordagem relaciona o aparecimento das ONG's [terceiro setor] à falta de representações legítimas dos movimentos sociais no período da ditadura militar, pós 1964, o que fortaleceu, na década de 1970, as associações de moradores na busca de demandas populacionais junto ao Estado. Por último, tem-se a abordagem que relaciona o início das ONG's [terceiro setor] à cultura de participação comunitária, influenciada pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), na década de 1990.

Entende-se, então, que o terceiro setor brasileiro não é uma realidade nova e nem pouco importante, pois, desde o século XVI, existem instituições filantrópicas de assistência a pessoas carentes, influenciadas pelo modelo português das Casas de Misericórdia. Concordo com a delimitação temporal de Simone Coelho e de Maria Luiza Mestriner, para as quais as instituições sociais foram compostas desde o século XVI, no Brasil. De acordo com a Revista Veja Edição Especial sobre o voluntariado, de dezembro de 2001, a primeira entidade filantrópica, no Brasil, foi a Irmandade da Misericórdia, instalada na, então, Capitania de São Vicente, em 1543. Em 1560, essa mesma entidade inaugurou, em São Paulo, uma pequena enfermaria e albergue para ajudar órfãos(ãs) e pobres. As associações voluntárias, inicialmente, eram ligadas às organizações religiosas e étnicas, por isso, a relação entre valores religiosos e o desenvolvimento do voluntariado. E, até o século XIX, tratar dos pobres era um problema resolvido pela sociedade. A partir da década de 1930, as agências governamentais passaram a desenvolver políticas de assistência social para a população

carente. Daí, que considero a existência de um tipo particular de Estado de bem-estar social brasileiro, no período de 1930 a fins da década de 1980. Na década de 1970, as organizações da sociedade reassumem uma participação mais ativa no cenário da filantropia e dos movimentos sociais (COELHO, 2002; MESTRINER, 2005).

Recentemente, tem-se procurado incentivar o voluntariado através de leis, subsídios, propagandas que valorizam a compaixão, a solidariedade voluntária e local e o amor ao(à) próximo(a). Como exemplo de incentivo/promoção do voluntariado, teve-se o Programa Comunidade Solidária, desenvolvido nos dois governos Fernando Henrique Cardoso (1995 a 1998 e 1999 a 2002) e coordenado por Ruth Cardoso, que define o trabalho voluntário como múltiplas experiências pelas quais cidadãos(ãs) exprimem sua solidariedade através da doação de tempo, trabalho e talentos para causas sociais. Para Leonardo Boff, as palavras são grávidas de significado. Então, é interessante ressaltar o significado de voluntariado. Voluntariado, no Mini-Aurélio – Século XXI (2000), significa qualidade ou condição de voluntário. E, voluntário, neste mesmo dicionário, significa pessoa que age espontaneamente; característica derivada da própria vontade; espontâneo. No Brasil, é consenso o significado de voluntariado atribuído por Ruth Cardoso. Isto é, voluntariado é a prática concreta da solidariedade voluntária e local de “cidadãos(ãs)”, que doam tempo, trabalho, talentos pessoais e dinheiro para determinadas causas sociais, com o objetivo de melhorar o mundo no qual vivem.

No Jornal Meio Norte, de Teresina-PI, do dia 18 de janeiro de 2007, no Caderno *Forteens*, nas páginas D/4 a D/6, foi publicada uma matéria sobre a solidariedade de um grupo escolar da cidade de Teresina, que durante as férias de fim de ano, arrecadaram alimentos para doar ao Lar de Maria – Casa de Apoio à Criança com Câncer. Na matéria, ressaltou-se a importância da prática da solidariedade, em qualquer período do ano, sendo que a esta prática estão unidas também outras práticas como a união. A matéria, escrita pela jornalista Erica Maciel Paz, enfatizou a expressão “corrente do bem” e as características que distinguem a atuação voluntária. A jornalista usou a caracterização construída para as pessoas voluntárias usada pelo Portal do Voluntário (www.portaldovoluntario.org.br), que diz:

ao doarem sua energia e sua generosidade, os voluntários estão respondendo a um impulso humano básico: o desejo de ajudar, de colaborar, de compartilhar alegrias, de aliviar sofrimentos, de melhorar a qualidade de vida em comum. Compaixão e solidariedade, altruísmo e responsabilidade são sentimentos profundamente humanos e são também virtudes cívicas (Portal do voluntário – www.portaldovoluntario.org.br In: Jornal Meio Norte, Teresina-PI, Caderno *Forteens*, páginas D/4 a D/6, de 18 de janeiro de 2007).

O motivo da escolha do Lar de Maria, dentre as várias instituições filantrópicas teresinenses, foi o fato de que alunos(as) e professores(as), envolvidos(as) no projeto de doação de alimentos à Casa de Apoio, tiveram, em suas famílias, casos de câncer, o que os(as) sensibilizou. Contudo, o interessante é a consciência crítica dos(as) doadores(as) de que a ajuda oferecida à Casa de Apoio, mesmo sendo muito importante, “não vai acabar com os problemas, nem esgotar as necessidades da instituição escolhida para a doação” (Jornal Meio Norte, Teresina-PI, Caderno *Forteens*, página D/5, de 18 de janeiro de 2007).

De fato, a promoção do voluntariado foi um dos três objetivos traçados pelo Programa Comunidade Solidária, que também visava aperfeiçoar o marco legal e institucional regulador do relacionamento das organizações do terceiro setor com o governo e produzir conhecimento e informação sobre esta área (CARDOSO, 2005). Ruth Cardoso diz ainda que não há contradições entre o dever do Estado, em elaborar e implantar políticas públicas de cunho social e garantir o acesso universal de cidadãos(ãs) aos direitos sociais e responsabilidade do(a) cidadão(ã). Para a autora,

Em sua irredutível diversidade, as iniciativas espontâneas das ONGs, fundações empresariais, entidades filantrópicas, clubes de serviços, centros de voluntariados, grupos informais de apoio e auto-ajuda, respondem a demandas pouco percebidas, dão visibilidade a problemas vividos por grupos vulneráveis da população, testam – ainda que em escala pequena – soluções inovadoras. Esse exercício de cidadania participativa contribui para ampliar significativamente as energias, as competências e os recursos investidos no desenvolvimento social (CARDOSO *et al*, 2000: 08).

Penso que o câncer não é uma demanda pouco percebida como também, de acordo com os dados da Revista Veja Edição Especial, de dezembro de 2001, há mais de 13 (treze) milhões de crianças brasileiras vivendo em condição de extrema pobreza e que mais de 100 (cem) mil bebês brasileiros morrem por ano antes do primeiro ano de vida. Então, o discurso de Ruth Cardoso quanto a problemas de pouca visibilidade e demandas pouco percebidas é uma falácia, uma estratégia ideológica de promoção do voluntariado em contraste com as políticas públicas e sociais do Estado.

Ruth Cardoso diz que não há contradições entre políticas públicas e dinâmicas comunitárias, entre oferta de serviços e fortalecimento do capital social local, como não há contradições entre políticas de alcance universal e políticas focalizadas; não há contradições entre políticas assistenciais e políticas de indução ao desenvolvimento; e que não pode haver contradições entre política econômica e política social; que não há um único caminho e nem uma receita infalível para acabar com a miséria, no Brasil, e, finalmente, o compartilhamento das tarefas de formulação e implementação de políticas sociais que promovam o

desenvolvimento social brasileiro tanto pelo Estado como pela sociedade, é uma necessidade e não apenas uma possibilidade na atual sociedade (CARDOSO *et al*, 2000).

A descentralização de recursos e poderes, facilitadora da participação da população e da parceria com as organizações da sociedade, se completa com formas inovadoras de articulação, convergência e sinergia entre os diferentes níveis de governo e agências estatais – União, estados, municípios, empresas públicas e universidades –, na configuração de um novo paradigma de combate à pobreza e promoção do desenvolvimento (CARDOSO *et al*, 2000: 14).

Estes são os outros pontos falaciosos do discurso de Ruth Cardoso. Também de acordo com dados da Revista Veja Edição Especial, de dezembro de 2001, segundo critérios do IBGE, o Brasil tem mais de 20 (vinte) milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza. O povo brasileiro paga 15% de imposto de renda, 28% de INSS, 8% de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), 21% de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), 11% de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e mais de 38 (trinta e oito) impostos, que correspondem a quase a metade do salário dos brasileiros. E mesmo com tantos impostos, “nunca este país teve tanta exclusão e tantos problemas sociais como agora” (Revista Veja Edição Especial, de dezembro de 2001, página 23). As políticas sociais brasileiras tiveram que se adequar às políticas econômicas, que priorizam o desenvolvimento econômico internacional, desprivilegiando a maioria empobrecida do Brasil. Daí resulta o insistente chamado ao voluntariado como ferramenta de legitimação do terceiro setor e consequentemente do processo de publicização.

O Programa Comunidade Solidária, uma das ferramentas do programa de publicização, vestia-se de grande apelo simbólico para implementar ações de combate à fome e à pobreza, através da parceria sociedade/Estado, e como iniciativa estratégica, articulou seu discurso em torno da solidariedade da sociedade. No entanto, o Programa em seus princípios gerais não tinha como fundamento nem a Assistência Social, como meio de emancipação, por ser constitucionalmente uma política pública do Estado, nem os direitos sociais, além de dar visibilidade ao discurso, à política e à sociabilidade engendrados no pensamento neoliberal, o qual, ideologicamente, reconhece como mola propulsora da sociedade o dever moral de auxílio/ajuda aos(às) necessitados(as), e com isso, impossibilitou o reconhecimento dos direitos sociais do(a) cidadão(ã). Então, o Programa Comunidade Solidária foi um dos mecanismos de uma reversão política conservadora e regressiva, destituidora de direitos sociais e promotora da erosão das condições políticas e sociais que tinham a capacidade de conferir caráter público às demandas por direitos. Assim, houve a construção da

incompatibilidade entre os ajustes estruturais da economia internacional e os investimentos sociais do Estado. Como consequência desta incompatibilidade tem-se o apelo à solidariedade voluntária e local e o apelo às práticas humanitárias e filantrópicas para o combate [o bom combate dos(as) cidadãos(ãs) consumidores(as) individualistas mas solidários(as)] às desigualdades sociais, as quais só aumentaram (YAZBEK, 2001).

Isto é,

é inegável que, na sociedade brasileira hoje, o avanço do ideário da “sociedade solidária” vem se colocando como alternativa ante a limitada ação social do Estado no neoliberalismo. (...). O reconhecimento dos direitos sociais e de sua universalidade é substituído nesta ótica pelo dever moral de atender à pobreza (...) indigência que se perpetua, porque é produto das relações sociais vigentes nesta sociedade que criam o necessitado, o desamparado, uma população sobrando que não encontra lugar reconhecido na vida social (YAZBEK, 2001: 09-10).

Isso ocorre, de acordo com o discurso neoliberal, devido à crise dos *welfare states*, que surgiram como solução política aos problemas de desigualdades sociais da sociedade moderna, por ter como princípios gerais direitos universais à moradia, educação, saúde básica, entre outros. No entanto, com a crise do Estado de bem-estar social, inicia-se um processo de descentralização e limite do papel do Estado [implantação do programa neoliberal]. Então, a participação da sociedade é requisitada e re-valorizada, na área social (COELHO, 2002), processo que chamo de interpelação da sociedade pelo Estado, na construção de identidades voluntárias. Para Maria Carmelita Yazbek, o que realmente está ocorrendo é uma forma de despolitização e de refilantropização da questão social brasileira, que exclui os fóruns democráticos representativos dos vários setores e a negociação dos diversos interesses em jogo e faz avançar em contramão políticas públicas sociais de caráter compensatório, seletivo, conservador e negativamente focalistas. Todo esse processo é o velamento/cortinamento da incapacidade da opção neoliberal, que fragmenta, pontua, limita e incapacita intervenções estatais na resolução dos graves e variados problemas sociais do Brasil.

Como exemplo da interpelação da sociedade pelo Estado para o trabalho voluntário ou voluntariado, na ata 105, do dia 30 de outubro de 2001, do primeiro livro de atas da RFCC-PI (1986 a 2001), foi lida uma mensagem para as voluntárias para que as mesmas refletissem sobre seus trabalhos voluntários e a apresentação da lei do voluntariado, promulgada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, lei que foi embrionada dentro do Programa Comunidade Solidária. Essa reflexão foi pedida

em virtude da transformação que ocorrerá em consequência da Lei do Voluntariado, criada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, onde

existe um contrato de adesão, que tem como finalidade a voluntária cumprir a carga horária com a instituição, o não cumprimento implicará de ser voluntária. Antes desse contrato será aplicado o Curso de Voluntário para todas as voluntárias com o objetivo de melhor se adequarem dentro da instituição.

Em outras palavras, nas duas últimas décadas (1980-2006), especialmente, na metade da década de 1990, no Brasil, houve a emergência de um conjunto de instituições, que mesmo não sendo uma realidade nova, é identificado como intermediário entre o Estado e o mercado, atuando, com frequência, na provisão de bens de interesse de amplos segmentos da sociedade. A esse conjunto de instituições, que engloba organizações não-governamentais, fundações e associações filantrópicas, dá-se a denominação de terceiro setor (AMARAL, 2003). O terceiro setor é entendido por Rubem César Fernandes como um setor organizado, mobilizador da ação voluntária e independente. Dessa forma, o conceito de terceiro setor, que inclui a noção de cidadania, “denota um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos” (FERNANDES, 2002: 21), o que, para o autor, torna o terceiro setor semelhante ao Estado por cumprir uma função coletiva e semelhante ao mercado por ser independente e autogerido, é um setor “público, porém privado”.

No Brasil, para uma organização se registrar como uma entidade sem fins lucrativos (denominação para fins legais das organizações do terceiro setor, pois, juridicamente, o termo organização não-governamental é inexistente), precisa se enquadrar em determinadas características e cumprir uma série de exigências burocráticas. Uma dessas características é a resposta a necessidades coletivas, isto é, organizações que pretendem obter certificado de utilidade pública precisam atender a alguma necessidade social (COELHO, 2002). A RFCC-PI possui os certificados de utilidade pública municipal e estadual, o que significa o seu encaixa no quesito de resposta a um determinado tipo de necessidade coletiva (tratamento e cuidados a pessoas com câncer). Atualmente, a entidade está procurando obter o certificado de utilidade pública federal, como relatado na ata 65, do dia 06 de novembro de 2006, do segundo livro de atas (2002 a 2006), que diz sobre o envio, ao Ministério da Justiça, em Brasília, de documentações necessárias, para a obtenção de tal certificado.

Para Amaral (2003), o terceiro setor reemergiu como resultado da redemocratização do Brasil, sendo um processo inserido na crise do Estado provedor (ou Estado de bem-estar social) e, que busca modelos alternativos para implementar as políticas sociais. O Estado que está sendo construído para cumprir uma agenda cheia de desafios novos e velhos, é, então, fortalecedor de políticas sociais, mediante o estabelecimento de mecanismos alternativos de atuação, que utiliza o melhor de cada ator social (Estado, mercado e sociedade),

possibilitando sua complementação. Embora, de acordo com a autora, tenha aumentado o número de instituições/entidades filantrópicas, há escassez de informações concernentes ao número dessas instituições pertencentes ao terceiro setor, assim, como ao seu funcionamento, pois o arcabouço teórico sobre o tema terceiro setor, devido à polissemia dos termos utilizados pela bibliografia especializada, ainda está sendo delineado.

Wanderley (2004), ao contrário, diz que, no campo das ciências sociais e afins, existe uma vasta bibliografia sobre as organizações não-governamentais e o seu lugar no processo de redemocratização do Brasil e da América Latina. Embora, as organizações não-governamentais sejam apenas uma das categorias do terceiro setor, a afirmativa do autor é condizente, pois, penso que não há tamanha escassez bibliográfica acrítica sobre o terceiro setor brasileiro, o que há, realmente, é escassez bibliográfica crítica acerca do tema. Em outras palavras, uma parcela dos(as) autores(as), que trata do tema terceiro setor e do tema voluntariado, faz uma defesa acrítica, não vislumbrando os fatores ou causas subjacentes a esses fenômenos, que ganharam maior impulso, especialmente, em um período (1995-2002) de contra-reforma organizacional do Estado.

A intensificação da relação entre o Estado e o terceiro setor brasileiro, principalmente, no período de contra-reforma organizacional do Estado, pode ser observada no expressivo número de leis, que foram promulgadas entre 1998 e 2001, e, que regem o terceiro setor, como a Lei nº 9608, de 18 de fevereiro de 1998, que rege o serviço voluntário; a Lei nº 9637, de 15 de maio de 1998, que rege as organizações sociais, e a Lei nº 9790, de 23 de março de 1999, referente às organizações da sociedade civil de interesse público (Oscip) e o termo de parceria, que foi alterada pela Medida Provisória nº 2123-29, de 23 de fevereiro de 2001 (MONTAÑO, 2003). Além desses dados relativos às leis do terceiro setor, o Instituto de Geografia Aplicada e Estatística (IBGE) em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) indicam o crescimento de 157%, entre 1996 e 2002, do número de instituições privadas sem fins lucrativos (FERREIRA, 2005).

Através de meios interpelativos utilizados pelo Estado como leis, incentivos fiscais, propagandas, a sociedade foi, sutilmente, “convidada”/chamada/convocada a assumir uma posição-de-sujeito, que lhe garantiu a responsabilidade social com os(as) excluídos(as)/com os(as) menos favorecidos(as). No primeiro livro de atas da RFCC-PI, até o mês de junho de 1996, nos relatos das reuniões da entidade não há menções acerca do ingresso de novas voluntárias, o que não quer dizer que, durante esse período, não tenha havido o ingresso de voluntárias na Rede Feminina. Já, em julho de 1996, há o relato de distribuição de fichas de inscrição para novas voluntárias. Depois deste relato, somente, em 2001, ano internacional do

voluntariado, nos relatos das reuniões, voltei a encontrar várias menções a respeito do ingresso de voluntárias, que totalizou um número de 18 (dezoito) novas voluntárias, naquele ano. Em 2002, o número de voluntárias estagiárias foi de 14 (quatorze) voluntárias. Em 2003, houve um total de 09 (nove) voluntárias estagiárias. Em 2004, o número foi de 24 (vinte e quatro) voluntárias estagiárias. Em 2005, o número de voluntárias estagiárias foi surpreendente, totalizando 68 (sessenta e oito) voluntárias estagiárias. Em 2006, devido ao elevado número de evasão de voluntárias, ou seja, devido ao elevado número de voluntárias de papel, voluntárias que se cadastram, mas não dão continuidade ao trabalho voluntário, foi suspensa a entrada de novas voluntárias estagiárias. Por isso, não encontrei nenhuma menção acerca da entrada de novas voluntárias nas atas das reuniões do ano de 2006. Esses dados podem ser vistos no gráfico 1 – número de voluntárias estagiárias ingressas na RFCC-PI, no período de 2001 a novembro de 2006. Enfim, de 2001 a novembro de 2006, na Rede Feminina houve o ingresso de 133 (cento e trinta e três) voluntárias estagiárias, o que corresponde ao que Milu Villela, presidente do Comitê Brasileiro para o Ano Internacional do Voluntário, disse sobre a década de 2000: a década do voluntariado (Revista Veja Edição Especial, dezembro de 2001).

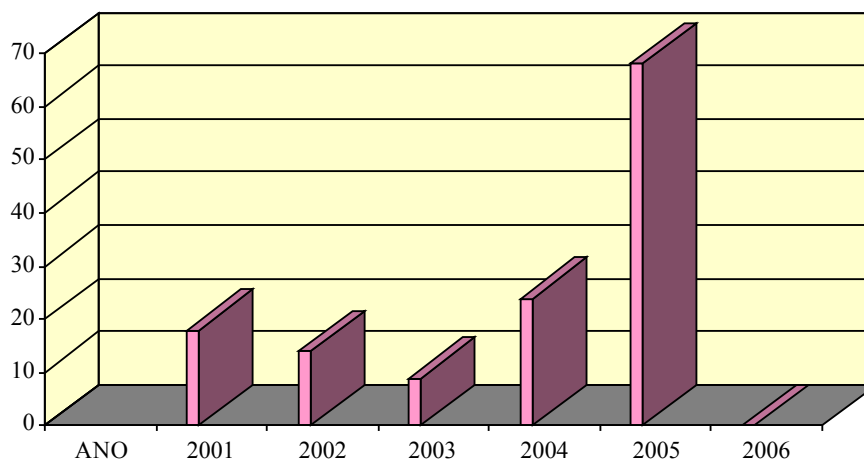


Gráfico 1 – Número de voluntárias estagiárias ingressas na RFCC-PI, no período de 2001 a novembro de 2006.

Nesta pesquisa, o centro de referência da contra-reforma do Estado brasileiro é o governo FHC, pois foi neste governo que a terceira reforma administrativa do Estado ocorreu. Contudo, concordo com Victor Cláudio Ferreira, ao afirmar que, até janeiro de 2005, data em que sua tese foi defendida, e ampliando o espaço temporal, digo, até hoje, o governo Luís Inácio Lula da Silva, não fez mudanças quanto ao novo relacionamento de parceria entre Estado e terceiro setor. Isso leva ao fortalecimento da cultura do voluntariado, no Brasil, e ao

sutil processo de construção de identidades voluntárias, como se pode ver no gráfico acima. Em 2003, primeiro ano do governo Lula, o número de voluntárias estagiárias na Rede Feminina foi menor que os dois anos anteriores. No entanto, em 2004 e em 2005, o número de voluntárias estagiárias aumentou consideravelmente. E, mesmo com a proibição da entrada de novas voluntárias estagiárias, na Rede Feminina, a procura de mulheres para serem voluntárias na entidade ainda continua. Porém, de acordo, com o novo estatuto da RFCC-PI, o número máximo de voluntárias da entidade é de 70 (setenta), o que já está preenchido. Para exemplificar o argumento da continuação do sutil chamado para os voluntariados, no governo Lula (2003-2006), apresento o *slogan*, datado de 2006, de uma campanha de rede de lojas piauiense, que dizia: “a solidariedade está na moda”, e uma fala de Albertina, voluntária da RFCC-PI, em entrevista concedida a mim: “tem muita gente fazendo voluntariado porque é chique dizer: ‘eu sou voluntária’”. Então, pode-se entender que a cultura do voluntariado fortaleceu-se, no Brasil, e ser voluntária(o) tornou-se um *status* social. Em algumas empresas brasileiras já é exigido nos currículos atividades voluntárias como um dos pontos e/ou fatores de seleção para empregos. Por exemplo, a Instituição Ford, embora seja de origem norte-americana, atua no Brasil, através de um programa de bolsas de estudos para pessoas de baixa renda, que morem, preferencialmente, nas regiões norte e nordeste, que sejam, preferencialmente, de origem negra ou indígena, e que exerçam atividades comunitárias e/ou voluntárias.

Mas, o conceito de terceiro setor orientador da discussão teórica desta pesquisa, é o de Carlos Montaña, para o qual, o terceiro setor “deve ser interpretado como ações que expressam funções a partir de valores [...] de solidariedade local, auto-ajuda e ajuda mútua, substituindo os valores de solidariedade social e universalidade e direito dos serviços” (MONTAÑO, 2003: 184). Dessa forma, o terceiro setor é um fenômeno complementar do projeto neoliberal de redução do papel do Estado na intervenção social, para criar uma demanda lucrativa para o mercado. Essa definição de terceiro setor, dada por Carlos Montaña, traz em consideração a criação de uma cultura do “possibilismo” (expressão do autor), que dentre suas várias ramificações, encontra-se o que chamo de cultura do voluntariado.

A cultura do “possibilismo” e sua ramificação cultura do voluntariado permitem o fértil desenvolvimento da política-ideológica neoliberal, cujo objetivo é a reestruturação do capital, através de valores de solidariedade voluntária e local. Exemplo disso é a resposta da voluntária Albertina à pergunta sobre como ela vê a atuação do governo municipal, estadual e federal, na área social:

Porque na hora que surgiu o voluntariado, no Brasil, eu acredito, a meu ver, que... Eu acho que o poder começou a se encolher, certo, passou a se encolher, achando que a obrigação é da nação. [...]. Enfim, eu acho que na hora que o poder faz, a sociedade fica mais tranqüila. Mas, quando essa responsabilidade vem para a sociedade, a sociedade, realmente, ela vive muito preocupada. [...]. Porque você faz um trabalho sério, você ajuda ao governo, você, indiretamente, tá ajudando ao governo a manter uma cidade com a manutenção. Porque se você tem um paciente com câncer, você dá assistência, tudo bem. Se você tem uma criança fora da escola, que é a história da ONG Moradia, ela tá lá acolhendo as crianças com educação. Tem o pessoal que acolhe as pessoas que estão na terceira idade, que não tem onde ficar, que a família abandonou, tá lá cuidando da terceira idade. E o governo? Porque não direcionar tantas coisas, tantos impostos?

A fala da voluntária Albertina é significativa devido ao fato de ela falar explicitamente sobre a responsabilização social transferida para a sociedade, através da terceira reforma administrativa ou contra-reforma do Estado brasileiro. Como diz Carlos Montaña, “as respostas às necessidades sociais deixa de ser uma responsabilidade de todos e um direito do cidadão passando a ser, sob a égide neoliberal, uma opção do voluntário que ajuda o próximo, e um não-direito do portador de necessidades, o cidadão pobre” (MONTAÑO, 2003: 22).

Potyara Pereira também diz que as iniciativas voluntárias “não têm sobrevivido sem o respaldo do Estado”, apesar da eleição dessas iniciativas “como um substituto adequado das ‘falidas’ intervenções sociais estatais” (PEREIRA, 2003: 77). A interdependência entre o Estado e o setor não-governamental (ou economia mista do bem-estar) dá-se pela necessária presença das três instâncias (Estado-poder, mercado-capital e sociedade-solidariedade) na tradicional divisão social do bem-estar. Contudo, há uma diferença entre a presença da interdependência entre Estado, mercado e sociedade, no Estado de bem-estar social (1945-1980), para os dias atuais. O atual Estado, ao invés de garantir os direitos de cidadania, os restringe, ou como diz Oliveira (1999), destitui a fala, anula a política e privatiza o público.

O ideário neoliberal é hostil à intervenção social do Estado e essa hostilidade não se assenta em um constructo teórico, mas em julgamentos de valor, tais como: o Estado social é perdulário, improdutivo, ineficiente, inefetivo, despótico, nega as liberdades individuais e é susceptível à corrupção. Assim, a política social capitalista promove, como sempre promoveu, uma relação contraditória entre Estado, mercado e sociedade, diminuindo a capacidade do Estado de garantir os direitos sociais, para através do desmantelamento da ação social estatal, revalorizar o voluntariado. Potyara Pereira, ao criticar a naturalização da perda dos direitos sociais em prol da privatização do público, reflete sobre o reconhecimento da estrutura e do papel do voluntariado, dentro de uma compreensão ampla e complexa do bem-estar social, que inclua tanto o econômico, o político, o ético, como também os direitos de cidadania. E,

ressalta que o voluntariado, da mesma forma que o Estado e o mercado, deve ser, publicamente, controlado (PEREIRA, 2003).

Elaine Behring, por sua vez, indaga-se: “programa de publicização ou desresponsabilização?” (BEHRING, 2003a: 109), para dizer que o programa de publicização, realizado pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), desresponsabilizou o Estado de sua ação social e repassou os serviços sociais para as entidades públicas não-estatais, com a ajuda do terceiro setor e com a mobilização do voluntariado. E destaca o

não-lugar (grifo da autora) atribuído à seguridade social no PDRE [Plano Diretor da Reforma do Estado], já que se trata de uma expressão clara da direção que pretendeu imprimir à proteção social ao longo da década de 1990: anticonstitucional e antidemocrática, privatizante e focalista/seletiva, (...) [e a] (...) ênfase nas organizações privadas para a execução das políticas sociais com uma nova centralidade (BEHRING, 2003a: 115).

Ao deixar de cumprir sua função básica de gerar políticas públicas e de ordenar o desenvolvimento econômico, democratizando e regulando o mercado com base no interesse público, o Estado transfere sua responsabilidade social para a sociedade, por intermédio do trabalho voluntário e da solidariedade voluntária e local. Com isso, há desmantelamento das políticas sociais, mercantilização dos serviços sociais e um processo de seleção nos atendimentos sociais à população, que deveriam, pela Constituição Federal de 1988, serem universais. Ora, não é de se surpreender que simultânea e complementarmente a estes fatos há a redução dos fundos públicos, que deveriam ser destinados às políticas sociais de áreas fundamentais, como: educação, saúde, previdência e assistência social e trabalho. Com o aumento da esfera privada em detrimento da esfera pública na participação da elaboração, implementação e execução de políticas sociais, o mercado com as ditas empresas socialmente responsáveis e o voluntariado assumem responsabilidades sociais e estatais. Isso enfraquece a Proteção Social brasileira, cujo objetivo é o de assegurar proteção aos(às) cidadãos(ãs) na velhice, nas enfermidades, nos infortúnios, nas privações, entre outras coisas (FAGUNDES, 2006).

1.4 Relação entre a saúde no Brasil e a saúde no Piauí

No jornal Meio Norte, de Teresina-PI, do dia 19 de junho de 2005, no Caderno Cidades, página B/2, Luiz Brandão, no tópico Minuta, fala sobre o setor saúde, em Teresina, capital do Piauí, e diz que “Teresina virou um grande hospital”. Com as palavras do jornalista,

Um esquema milionário, envolvendo empresários do setor de saúde, funcionários de clínicas e hospitais, políticos e donos de hotéis e pensões, a maioria instalada no chamado “pólo de saúde”, no centro de Teresina, tem rendido muito dinheiro para quem faz parte desse lucrativo “negócio”, mas provocado a superlotação nas unidades de saúde da capital. Há denúncia de que ganham os médicos, que cobram pelas consultas; os donos das pensões, que pagam até motorista para levar os pacientes às clínicas e hospitais; e os agenciadores, responsáveis pela marcação das consultas junto às clínicas e hospitais.

Várias denúncias sobre um verdadeiro “tráfico de doentes” foram encaminhadas às autoridades competentes, mas nenhuma providência foi tomada até o presente.

O negócio rende. Uma fonte, ligada ao esquema, revelou que um ex-vereador de Teresina montou nada menos que 15 [quinze] dessas pensões para receber doente vindo de outras cidades (Jornal Meio Norte, de Teresina-PI, Caderno Cidades – Minuta, página B/2, de 19 de junho de 2005).

Em Teresina, há um centro médico ou como é mais comumente conhecido na cidade, um “pólo de saúde”, que abarca clínicas particulares, hospitais públicos e particulares, laboratórios clínicos, farmácias, pensões e hotéis para o atendimento das pessoas doentes da cidade, de pessoas provenientes de outras cidades do estado e também de outros estados vizinhos, como Maranhão e Pará. O que Luiz Brandão mostra, na matéria publicada no jornal Meio Norte, é um esquema de corrupção explícita na cidade, envolvendo o setor saúde, esquema de corrupção conhecido pelas autoridades governamentais, que, no entanto, não se mobilizam para enfrentar a situação e, assim, dar melhores condições de atendimento às pessoas doentes, em Teresina. “O tráfico de doentes”, em Teresina, rende muito dinheiro, e representantes do povo e eleitos pelo povo para representá-lo, representantes que deveriam atender as demandas da população, fazem uso do chamado “tráfico de doentes” para se enriquecer cada vez mais à custa do desmonte da saúde pública brasileira e piauiense e, principalmente, da necessidade urgente de pessoas doentes.

Lúcia da Silva Vilarinho, em sua dissertação de mestrado, “Re-pensando a Educação em saúde no âmbito hospitalar” (1999), fala acerca do setor saúde brasileiro e piauiense, dando destaque há três hospitais públicos de Teresina. A autora fala que as políticas sociais brasileiras ainda não foram capazes de promover uma redistribuição de igualdades e

mobilidades sociais. Em relação às políticas de saúde, essas ainda não efetivaram alterações no perfil epidemiológico da população, especialmente, da população empobrecida. Devido a estes fatos das políticas sociais, particularmente, das políticas sociais de saúde não efetivarem melhorias no desenvolvimento social brasileiro, o país está entre os mais pobres e doentes do mundo. Mesmo com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), no Brasil, que tem como diretriz a universalização dos direitos sociais à saúde, na prática/na realidade social, não houve ampliação do financiamento e dos investimentos na área da saúde. Daí, que situações como a relatada pelo jornalista Luiz Brandão ser uma realidade social evitável, mas que é cortinadamente mantida por causa da crise do setor de saúde brasileiro e piauiense e também por causa do descaso público com a população mais carente. Enfim, o Brasil, no contexto neoliberal de ajuste econômico, teve êxito na implantação institucional da saúde como direito de todos(as) e dever do Estado, contudo não teve sucesso na efetivação prática do direito universal à saúde, a qual pela Constituição de 1988, deve ser garantida pelo Estado.

Outro ponto abordado por Lúcia da Silva Vilarinho, através de sua pesquisa de campo nos três hospitais públicos teresinenses escolhidos pela autora para sua pesquisa, é o da relação entre lei e prática da lei. Para a autora, “não é suficiente criar novas leis ou assegurar direitos apenas no plano legal. É preciso que se tenha preocupação com o modo como vem se prestando o atendimento de saúde à população, porque na relação estabelecida entre instituição, profissional e usuário reconhecem-se e/ou negam-se direitos” (VILARINHO, 1999: 15). Vale ressaltar que, no Piauí, existe uma grande incidência de morte da população por causa de doenças infecciosas. Isso significa que boa parte da população piauiense tem serviços e medidas de prevenção precários, como os serviços de esgotamento sanitário, água potável, programas de saúde, entre outros serviços. Outro dado apresentado pela autora e que é de suma importância para esta pesquisa, é o que diz respeito ao coeficiente de mortalidade por 1000 (mil) habitantes segundo causas selecionadas, no Piauí. Das quatro principais causas de morte (doenças provocadas por infecções parasitárias, doenças do aparelho circulatório, doenças do aparelho respiratório e neoplasias) da população piauiense, a quarta são as neoplasias, isso de acordo com dados referentes ao ano de 1994. De acordo com a Revista Época, nº 451, do dia 8 de janeiro de 2006, página 60, o câncer (ou os variados tipos de neoplasias) mata a cada ano, no mundo, 7 (sete) milhões de pessoas, sendo que no Brasil, por ano, morrem 130 (cento e trinta) mil pessoas. Por isso, a questão da doença câncer ser tão importante no mundo, no Brasil e, principalmente, no Piauí, estado referência na região Meio-Norte do país, no tratamento dos mais variados tipos de neoplasias (cânceres).

Voltando ao âmbito do contexto do setor saúde piauiense, Lúcia Vilarinho diz que, no estado piauiense, os serviços gratuitos garantidos pelo SUS são insuficientes, de baixa qualidade e de difícil acesso. O acesso universal à saúde, no Piauí, como direito de todo(a) e qualquer cidadão(ã) não se efetivou verdadeiramente, pois, ainda continua, em parte, como uma lei a ser cumprida e que, em outra parte, é cumprida insatisfatoriamente. Diante desse contexto de descumprimento dos direitos sociais de saúde, no Piauí, as ações médicas são de cunho curativo, vindo em segundo plano, as ações médicas de cunho preventivo. O Piauí, da atualidade, está mergulhado em um contexto nacional, que mistura a velha e a nova forma de fazer política como também mistura a velha e a nova forma do sistema de saúde, que antes da constituição do SUS, regulamentado pela Constituição Federal de 1988, através da Lei nº 8080/90, cujas diretrizes, apontadas por Lúcia Costa, é “a universalização do acesso e a integralidade das ações, por intermédio de ações de caráter preventivo, curativo e promoção à saúde” (COSTA, 2005: 210), era garantida somente para as pessoas que contribuíssem com o fundo previdenciário, o que tanto para Lúcia Vilarinho como para Lúcia Costa, excluía dos serviços de saúde os trabalhadores do setor informal da economia. Por causa da enorme extensão territorial brasileira e de suas diferenças sócio-regionais, a democratização da saúde tem obtido resultados diferentes nos estados e municípios do país. Somente alguns estados da Federação conseguiram implantar com sucesso o processo de municipalização. O estado piauiense só implantou o processo de municipalização da saúde muito tempo depois da constituição do SUS.

Todavia, diante das próprias dificuldades brasileiras de implantação do processo de municipalização da saúde, as quais foram apresentadas acima, tem-se também o refluxo do processo ocasionado pela política neoliberal, implantada ferozmente, na década de 1990, no Brasil. Para as políticas neoliberais, o Estado deve intervir o menos possível no social, daí que no Brasil e no Piauí, tem havido, nos últimos anos, a transferência para o setor privado algumas atribuições sociais estatais. Assim, o Estado brasileiro tem financiado apenas programas pobres, que não capacitam os(as) beneficiários(as) e nem promove a cidadania dos(as) mesmos(as), além de o Estado brasileiro, como diz Maria Carmelita Yazbek, está refilantropizando as políticas sociais. O(a) cidadão(ã) portador(a) de direitos sociais, na contra-reforma do Estado brasileiro é transformado(a) em consumidor(a), através do anúncio da cidadania por meio da restrição de direitos. Ora, o discurso de que o problema da saúde é falta de recurso é um discurso falacioso, o qual se volta para a melhoria da saúde através do combate às fraudes e aos desvios de verbas, como se isso fosse as únicas bases necessárias de reestruturação do sistema de saúde brasileiro. Para Lúcia Vilarinho, “seguramente, não existe

um único fator e sim um encadeamento destes. Associado à insuficiência/má utilização de recursos, falta também planejamento eficaz e, sobretudo vontade política dos nossos governantes” (VILARINHO, 1999: 69). Mais a frente a autora arremata suas idéias com a seguinte postulação:

No caso brasileiro, mesmo sendo a saúde reconhecida como um direito social indiscutível verifica-se que se conquistou apenas o seu reconhecimento legal, porque efetivamente este direito ainda não se materializou de fato e depende da insistência contínua do movimento da saúde (VILARINHO, 1999: 72).

Exemplo disso são as diferenças existentes entre três hospitais teresinenses. Dois são públicos e um é filantrópico. O Hospital Getúlio Vargas e o Hospital de Doenças Tropicais Nattan Portela, mais conhecido por seu antigo nome, Hospital de Doenças Infecto-contagiosas (HDIC), são hospitais públicos, que, no entanto, possuem deficiências latentes em suas infra-estruturas e nos seus atendimentos. No jornal televisivo Piauí TV 2ª Edição, do dia 12 de janeiro de 2007, foi noticiado um problema em uma das Unidades de Tratamento Intensivo (UTI) do Hospital Getúlio Vargas. O problema foi provocado por uma infiltração, o que obrigou o deslocamento de três pacientes internados na UTI. O interessante na notícia é que o Hospital era para ter três UTIs, com capacidade para atender 21 (vinte e uma pessoas), no entanto, a obra da terceira UTI há mais de um ano está parada devido à falta de recursos financeiros provenientes do estado do Piauí para custear a construção da terceira unidade de tratamento intensivo do hospital. Dessa forma, os três pacientes internados em uma das duas UTIs do Hospital Getúlio Vargas foram transferidos para outro local do mesmo hospital, mas sem as mesmas condições oferecidas pela UTI.

O Hospital de Doenças Tropicais também é carente de uma melhor infra-estrutura e de um melhor atendimento por parte de seus(suas) funcionários(as). As enfermarias do hospital são precárias assim como a coordenação dos trabalhos do mesmo. Em 2006, passei quase um mês para fazer um Raio X da face porque a funcionária responsável pela tarefa estava doente e o hospital não encontrava dentro de seu quadro de funcionários(as) uma pessoa para substituí-la. Isso, de acordo com Lúcia Costa, evidencia que juntamente com o ensino superior, o atendimento hospitalar foi considerado secundário dentro das propostas neoliberais de redução da atuação do Estado na área social. Em contrapartida, o Hospital São Marcos, hospital filantrópico, possui uma invejável estrutura física e um atendimento adequado. As enfermarias do Hospital São Marcos, que atende pessoas de todas as classes sociais, possuem apenas quatro leitos, ar-condicionado, ventilador, iluminação adequada,

banheiros privados e bebedouros, sendo que todos os três prédios do Hospital são climatizados. Essas diferenças entre os dois hospitais públicos de Teresina e o hospital filantrópica lembra

O problema da privatização. O setor público firma convênios com hospitais privados para atender a população de modo a complementar de acordo com as normas do SUS, porém o que vem ocorrendo é que esses hospitais priorizam o atendimento das pessoas com alto poder aquisitivo ou aquelas provenientes de convênios mais rentáveis em prejuízo do atendimento dos usuários do SUS (VILARINHO, 1999: 88).

Lúcia Vilarinho em consonância com Francisco de Oliveira e Sônia Draibe chama o repasse de responsabilidades de atividades sociais do Estado para a sociedade de privatização. Neste mesmo sentido, Elaine Behring diz que a relação dual do público e do privado, no Brasil, na área da assistência é mantida pela subsidiariedade, o que Raimundo Faoro chama de dádiva pública. A subsidiariedade brasileira, para a autora, é presidida por princípios cristãos da caridade e estimula respostas sociais através do co-patrocínio dos recursos públicos para as entidades beneficentes, como os hospitais filantrópicos. O Estado, ao minimizar sua ação social, suplementa as poucas que ainda ficam sob sua responsabilidade por meio das iniciativas privadas, como a do Hospital São Marcos e a da RFCC-PI, construindo com isso uma política de reconhecimento e de reforço a essas instituições sociais existentes no cenário nacional brasileiro, o que ajuda a desmontar veladamente políticas sociais garantidoras de direitos de cidadania. Exemplo do reconhecimento das entidades filantrópicas por parte do Estado foi a homenagem recebida pela RFCC-PI, no dia 19 de outubro de 2006, através de uma placa, a placa da Ordem Renascença, dada pelo governo do estado do Piauí, como relatado na ata 65, do dia 06 de novembro de 2006, do segundo livro de atas da entidade (2002-2006). Enfatizo que, embora a RFCC-PI seja uma entidade filantrópica e que, portanto, tem isentado o pagamento do imposto de renda, a mesma não recebe nenhum tipo de verba dos governos municipal, estadual e federal. O que leva a um relacionamento ambíguo entre a entidade e o Estado. Como dito anteriormente, a RFCC-PI não é uma entidade contestatória, contudo, a mesma, através das falas de suas voluntárias, se queixa da falta de auxílio financeiro do Estado, o qual, em determinadas datas, pede apoio à entidade para a execução de campanhas.

Isso se dá devido à visão dominante da contra-reforma estatal, que via e mesmo depois dos dois governos FHC (1995-2002), ainda vê no governo Lula, nas organizações públicas não-estatais um “novo modo de prover serviços públicos” (MORALES, 1999: 54). Para Carlos Antônio Morales, as políticas sociais de educação, saúde, cultura e pesquisa que

respondem tanto aos direitos sociais de acesso universal como a externalidades positivas, são oferecidas incompletamente pelo mercado, que não otimiza seus rendimentos vendendo-as para a totalidade do mercado e de forma limitada são oferecidas pelo Estado por causa da crise e ineficiência do aparelho administrativo e burocrático do estatal. Daí entra em cena, no processo de transformação do Estado social burocrático em Estado social gerencialista, a terceira via de outro processo: o do aprofundamento da publicização. No entanto, penso que acreditar que a sociedade organizada do terceiro setor é capaz de promover sozinha uma revolução social passiva na cobertura e ampliação de direitos sociais universais é uma quimera impossível, que no máximo de sua atuação consegue elaborar e executar políticas sociais locais, pontuais e extremamente focalistas. Exemplo disso é a precária condição da saúde brasileira.

1.5 O voluntariado piauiense na área médica da oncologia infantil.

Em 1954, de acordo com o Manual do Voluntário (2002) da Rede Feminina de Combate ao Câncer do Piauí e do primeiro livro de atas (1986 a 2001) da referida entidade filantrópica, através de uma Campanha de Combate ao Câncer, realizada em conjunto pelo Governo do Estado do Piauí e pela Sociedade Piauiense de Combate ao Câncer – Hospital São Marcos, foi criado o Comitê Feminino de Combate ao Câncer, cujo objetivo era lutar em favor de pessoas carentes e com câncer.

O Comitê Feminino de Combate ao Câncer atuou sem regimento, sem estatuto e sem reconhecimento de utilidade pública. Suas atividades se resumiam em doações de remédios, passagens, hospedagem e lanches diários para pacientes externos, do Hospital São Marcos. Através do setor social, o Comitê Feminino promovia festas comemorativas, como o dia das mães, dos pais, das crianças, páscoa, natal, entre outras. A realização dessas festas comemorativas era feita com a ajuda de alguns clubes filantrópicos e particulares, da cidade de Teresina, e do Hospital São Marcos. Para Maria Nazareth Ribeiro de Almeida e Andrade, voluntária da Rede Feminina de Combate ao Câncer do Piauí há quarenta e cinco anos, a criação do Comitê Feminino faz parte do primeiro período da RFCC-PI, período de sua criação.

O Comitê Feminino foi posteriormente, em 28 de abril de 1986, transformado, oficialmente, na Rede Feminina de Combate ao Câncer do Piauí, filiada à Rede Feminina Nacional de Combate ao Câncer. A primeira presidenta da oficializada RFCC-PI foi Erice

Tito Gonçalves Couto, que presidiu a entidade por mais de vinte anos. Antes de Erice Couto, outras três mulheres presidiram o Comitê Feminino de Combate ao Câncer: Rosa Amélia Tajra Franca, Carmélia Barbosa de Almeida Barradas e Jacy Andrade G. de Oliveira. Usando novamente a periodização da voluntária Maria Nazareth Ribeiro de Almeida e Andrade, a transformação do Comitê Feminino em Rede Feminina de Combate ao Câncer do Piauí corresponde ao segundo período da entidade, a qual era composta por um número não muito expressivo de voluntárias pertencentes, em sua maioria, à mesma família, a família Barbosa de Almeida. No segundo período da RFCC-PI, nasceram os projetos alertar, alimentar, aliviar e abrigar. O terceiro e, por enquanto, último período, período de consolidação da RFCC-PI, iniciado em 1997, é o da presidência de Carmem Lúcia Castelo Branco Rocha Campelo. Neste período, houve a implantação do programa Doutores da Amizade, no projeto aliviar. Este programa tem como objetivo a distração de pacientes, especialmente, crianças, através da atuação de palhaças(os). Houve também a criação do projeto apoiar; a construção da Casa de Apoio à Criança com Câncer – Lar de Maria, juntamente com o serviço de *telemarketing*.

Enfim, a Rede Feminina de Combate ao Câncer do Piauí é uma entidade filantrópica, que tem como finalidade a “luta” social no combate ao câncer, atuando como complemento do trabalho desenvolvido pelo Hospital São Marcos, a pacientes oncológicos. É uma entidade que se mantém através de doações obtidas pelo serviço de *telemarketing*, em campanhas anuais promovidas pela própria entidade, em bazares e eventos beneficentes, e é formada por um grupo de voluntárias. Sua sede está localizada no Hospital São Marcos, e suas atividades restringem-se ao Estado do Piauí. Seus objetivos gerais são: divulgar conhecimento sobre o câncer, visando à prevenção da doença; assistência a doentes em tratamento e arrecadação de fundos em favor de doentes oncológicos. Na reunião mensal da RFCC-PI, no dia 20 de setembro de 2006, a presidenta, Carmem Lúcia Campelo leu, para todas as voluntárias presentes, a missão da entidade. Carmem Lúcia Campelo disse que a missão foi inspirada por Deus e pelo Espírito Santo, o que evidencia a influência da tradição judaico-cristã de ajuda ao(à) próximo(a), como uma forma de serviço e retribuição a Deus pelas graças/dádivas recebidas, sendo a missão: “buscar, harmoniosamente, meios que proporcionem a cura e o apoio ao paciente carente e com câncer e à sua família”.

Em 31 de outubro de 1986, foram publicados o estatuto e o regimento da Rede Feminina de Combate ao Câncer, no Diário Oficial do Estado do Piauí, sendo que os mesmos, em 06 de abril de 1987, foram registrados no Cartório do 4º Ofício de Notas e Registros de Imóveis de Teresina, sob o nº 165, às folhas do livro A-1. Através da Lei nº 4.143, de 23 de outubro de 1987, a Rede Feminina de Combate ao Câncer foi reconhecida de utilidade pública

estadual e por intermédio da Lei nº 2.907, de 29 de maio de 2000, foi também reconhecida de utilidade pública municipal.

Torna-se necessário explicitar e diferenciar a RFCC-PI, que é uma entidade filantrópica de cunho assistencialista de outras categorias do terceiro setor como as organizações não-governamentais (ONG's), as entidades de ajuda mútua, entre outras. Assim, faço tanto uma macro diferenciação entre estas categorias, que ainda não estão completamente delineadas quanto às suas inserções no amplo e diversificado conceito de terceiro setor, como uma delimitação clara de meu campo de pesquisa, que é a Rede Feminina de Combate ao Câncer do Piauí e suas voluntárias.

Primeiramente, entidades filantrópicas assistencialistas não são organizações não-governamentais. As ONG's, de acordo com a definição da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG),

são as organizações da sociedade civil empenhadas no fortalecimento da cidadania e democracia, mas que não têm um caráter de representação de um determinado grupo social ou de prestação de serviços filantrópicos a uma determinada comunidade, tendo como objetivo fundamental contribuir para a consolidação de uma sociedade democrática, justa e igualitária e estimular a participação e a solidariedade (FERNANDEZ, 2000 citado por FERREIRA, 2005: 07).

Esta definição de ONG, dada pela ABONG, exclui as entidades filantrópicas assistencialistas da referida Associação. Tal exclusão é referenciada na característica, que limita as entidades filantrópicas a socorrerem/apoiarem/ajudarem “pessoas vitimadas por mazelas sociais”. Por outro lado, “as ONGs procuram fomentar mecanismos de superação desses problemas, propugnando pelo alcance de um estágio de desenvolvimento social mais elevado, no qual não mais se façam necessárias ações assistenciais” (FERREIRA, 2005: 146).

Em segundo lugar, as entidades filantrópicas assistencialistas não são clubes. Pode-se questionar se a RFCC-PI não seja um clube de mulheres, que presta assistência a pessoas com câncer. No entanto, é clara a diferença entre ambas as categorias, pois clubes visam, dentre seus objetivos, o apoio e lazer, exclusivamente, a seus membros. Em terceiro lugar, entidades filantrópicas não são entidades religiosas, pois as entidades religiosas têm em seus objetivos centrais raízes religiosas e doutrinárias. Exemplo disso é o Programa Mãos que Ajudam, de A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (Igreja Mórmon), que, embora, realize um programa de ajuda à sociedade, não está incluído no leque do terceiro setor e ainda possui bases doutrinárias da referida Igreja. Em quarto lugar, entidades filantrópicas não são órgãos de classe e/ou associações de ajuda mútua. Os órgãos de classe visam a uma determinada

classe social, profissional, entre outras. As associações de ajuda mútua são associações, como os Alcoólicos Anônimos (AA), em que pessoas com os mesmos problemas ajudam umas às outras.

Por último, a Rede Feminina não faz parte das organizações da sociedade civil de interesse público (Oscip), o que não a impede de mais a frente pleitear por tal inclusão. O título de Oscip's tem como uma de suas principais vantagens “a maior facilidade proporcionada no estabelecimento de parcerias com o governo. Outro benefício oferecido é a possibilidade de remunerar os dirigentes” (FERREIRA, 2005: 194). A Lei nº 9790, de 23 de março de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 3100, de 30 de junho de 1999, instituiu a qualificação de Oscip's às pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, que se enquadrarem nos seguintes requisitos:

- não distribuir lucros ou dividendos a seus sócios, dirigentes, empregados ou doadores;
- possuir como objetivo social alguma das atividades relacionadas na Lei, as quais perfazem um amplo leque de áreas de atuação, envolvendo a promoção da cultura, o combate à pobreza, a promoção de direitos estabelecidos, a promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, a produção e a divulgação de conhecimento de interesse social, dentre vários outros;
- observância, nos estatutos, dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência;
- publicação de demonstrativos financeiros anuais;
- contratação periódica de serviços de auditores externos independentes;
- proibida inclusão, no grupo das Oscip's, de organizações religiosas, sindicatos, partidos políticos e organizações de benefício mútuo, enfim, organizações que beneficiem somente a um restrito círculo de associados(as) (FERREIRA, 2005).

De acordo com a Lei nº 8743, de 07 de dezembro de 1993, o Decreto nº 2563, de 06 de abril de 1998 e a resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 32, de 24 de fevereiro de 1999, as condições para a concessão do título de entidade filantrópica são:

- estar legalmente constituída no país e em efetivo funcionamento;
- constar em seus estatutos que a entidade: a) aplica toda a sua renda e seus recursos no território nacional e na manutenção de seus objetivos institucionais; b) não distribui lucros ou dividendos; c) não remunera, sob nenhuma forma, seus diretores, sócios, instituidores ou benfeitores; d) não constitui patrimônio de indivíduo ou de sociedade sem caráter beneficente; e) presta serviços gratuitos, permanentes e sem qualquer

discriminação de clientela, aplicando em gratuidade pelo menos 20% de sua receita bruta;

- ser auditada, anualmente, por organização especializada, caso possua receita superior a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) anuais (FERREIRA, 2005: 187-188).

A palavra filantropia, no Mini-Aurélio – Século XXI (2000), é um substantivo feminino que significa amor à humanidade; caridade. A palavra filantropia é originária do grego: *philos*, amor e *antropos*, homem. Então, como diz o Mini-Aurélio – Século XXI (2000), a palavra filantropia se relaciona ao amor do homem e da mulher à humanidade. Para Maria Luiza Mestriner, o sentido mais restrito da palavra filantropia relaciona-se ao sentimento, à preocupação com os(as) necessitados(as). Dessa forma, a filantropia pauta-se em gestos voluntaristas que não visam o lucro. Já o sentido mais amplo de filantropia supõe o sentimento e a intenção pelo bem-estar coletivo, ou seja, a intenção pelas condições de vida digna para as pessoas. Devido ao sentido amplo da palavra filantropia remeter-se à preocupação com a prática do bem, filantropia e solidariedade confundem-se. Ora, como discutido anteriormente, a palavra solidariedade foi destituída de seu sentido político, passando a expressar a prática da compaixão e da benemerência aos(às) mais necessitados(as). Isto é, a solidariedade social deixou de ser um direito do(a) cidadão(ã) para ser um dever, como sua nova roupagem expressa, solidariedade voluntária e local.

A filantropia constitui-se em dois campos: filosófico e religioso. No campo filosófico, a filantropia denota um valor moral de altruísmo e comiseração, pautado em uma relação de caráter voluntarista. No campo religioso, a filantropia denota caridade, pois foi este o sentido atribuído à palavra pela Igreja Católica. Assim, a filantropia, no campo religioso, é uma benemerência constituída na ação do dom/dádiva/reciprocidade (a questão da dádiva relacionada à construção das identidades voluntárias é discutida no último tópico do segundo capítulo desta dissertação), na ação/prática do valor bondade, na ajuda às outras pessoas (MESTRINER, 2005). Na Revista Sociologia – Ciência & Vida, ano 01, nº 01, tem-se que católicos e protestantes têm formas diferentes de fazer trabalhos assistenciais, devido à peculiaridade da ética da salvação de cada religião. Como a maioria das voluntárias da RFCC-PI são católicas, apresento, por meio dos dados publicados na referida revista, a relação entre catolicismo e assistencialismo/filantropia. No catolicismo, a salvação dá-se pelas obras praticadas pelo(a) fiel. Essas obras ou

atos caritativos dispersos (ou seja, não necessariamente sistemáticos) em que cada ato de bondade compensaria, em alguma medida, os pecados anteriormente cometidos pelo fiel, em um ciclo de delito, arrependimento,

reparação, relaxamento, seguido de novo pecado. Mesmo contendo uma forma frouxa de controle sobre a vida dos católicos, a centralidade da salvação nas obras faz com que busquem estruturar trabalhos comunitários e assistenciais (Revista de Sociologia – Ciência & Vida, ano 01, nº 01, p. 73).

A RFCC-PI, por ser composta majoritariamente por mulheres católicas, encaixa-se nesse perfil de trabalho assistencial, pois a mesma é uma entidade filantrópica assistencialista. Dentro desta ética salvacionista católica, as classes menos favorecidas são as privilegiadas como alvo do trabalho caritativo de católicos(as), que possuem uma boa condição financeira e que buscam sua salvação. Esta ética é pautada no Novo Testamento, como diz a Primeira Epístola a Timóteo: “¹⁷exorta os ricos (...) ¹⁸que pratiquem o bem, se enriqueçam de boas obras, sejam generosos, comunicativos, ¹⁹acumulem um tesouro sólido para o futuro a fim de conquistarem a vida verdadeira” (1ª Epístola a Timóteo, capítulo 6, versículos 17 a 19, In: Bíblia – Estudando a Palavra de Deus, 1995). Na Epístola de Tiago, há o seguinte discurso religioso que fala acerca das obras de caridade como meios de salvação: “¹⁵se o irmão ou irmã estiverem nus e carentes do alimento cotidiano ¹⁶e algum de vós lhes disser: “Ide em paz, aquecei-vos e fartai-vos”, mas não lhes derdes com que satisfazer à necessidade do corpo, que adiantaria? ¹⁷Assim também a simples fé, se não tiver obras, será morta” (Epístola de Tiago, capítulo 02, versículos 15 a 17, In: Bíblia – Estudando a Palavra de Deus, 1995).

Como dito, a RFCC-PI é uma entidade filantrópica, pois se encaixa em todas as especificações legais que regem os trabalhos filantrópicos, no Brasil, e também por se encaixar na ética salvacionista católica, que prioriza as obras de caridade assistenciais aos(as) mais necessitados(as), como prática concreta da fé. A entidade, legalmente, goza da isenção de tributos fiscais, dentre eles o pagamento da cota patronal do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Por outro lado, vejo que a RFCC-PI assim como as demais entidades filantrópicas e categorias outras do terceiro setor, no Brasil, têm atuado em um processo, chamado por Victor Cláudio Ferreira, de privatização de políticas públicas e sociais. Isto é, pode-se dizer, criticamente, que a RFCC-PI é uma entidade filantrópica baseada em valores cristãos e católicos das obras caritativas e assistencialistas, que executa “política social local” de assistência a pessoas carentes e com câncer – solidariedade voluntária e local, atuando como um mecanismo alternativo/substituto da ação social estatal. A solidariedade voluntária e local deve ser entendida, neste contexto, como uma ação solidária voltada para o(a) outro(a), não pautada pela preocupação com a transformação social e com o Estado, ao contrário, a solidariedade voluntária e local é pautada em valores morais, religiosos e cívicos re-valorizados e re-incentivados, nos últimos dez anos, como uma forma de escamotear o

dever do Estado, em relação às questões sociais através de uma “benevolência paliativa”, como diz Maria Luiza Mestriner.

De acordo com os fundamentos neoliberais, o Estado deve ser forte no fortalecimento e defesa do livre mercado como no favorecimento da acumulação capitalista. Por outro lado, o Estado deve ser seguramente fraco na regulação econômica, na tributação do capital e, principalmente, na promoção de benefícios e direitos sociais, que têm altíssimos custos para o aparelho estatal. Com isso, países periféricos, como o Brasil, assumem o caráter privatizante e reducionista da seguridade social, juntamente com a abertura econômica ao mercado internacional. Reduz-se, drasticamente, então, a cidadania aos seus aspectos civis e políticos, pois seu aspecto social fica encoberto no nebuloso campo (ou como chamo, no campo minado) da filantropia, da solidariedade voluntária e local, campo este também assumido pelo empresariado, em seus discursos de responsabilidade social e de empresa cidadã (COSTA, 2006), sendo que tudo isso é jogado, na “sopa” feita na “panela de pressão” do terceiro setor.

A pretendida, aclamada, louvada e respeitada solidariedade voluntária e local caracteriza-se, dessa forma, como diz Maria Luiza Mestriner, em “benevolência paliativa”, pois não promove a emancipação da cidadania, não promove a luta por melhorias nos atendimentos dos serviços sociais básicos, não promove lutas por mais direitos e principalmente pela aplicação desses direitos sociais, duramente batalhados e conquistados. A maioria das categorias do terceiro setor aceita passivamente toda a lógica neoliberal, se autoculpando e se auto-responsabilizando por questões de caráter público e responsabilidade estatal, devido a imensidade de suas realizações. Não quero com isso dizer que as categorias do terceiro setor sejam dispensáveis, pelo contrário, eu por ser voluntária, sei o quanto entidades como a Rede Feminina de Combate ao Câncer são importantes para a sociedade, especialmente para pobres e necessitados(as). Contudo, é preciso que as categorias do terceiro setor questionem esse sistema sutil de aprisionamento das lutas sociais e políticas, que entrem na arena dos jogos de interesses, não só nos jogos de interesses de suas próprias causas, mas na arena dos jogos de interesses da sociedade brasileira como um todo. Medidas pontuais não ajudam o desenvolvimento da cidadania, mas medidas globais e universalizantes pressionam as instâncias governamentais, quer sejam elas municipal, estadual e federal, pois parafraseando um velho provérbio coloquial, “uma andorinha sozinha não faz verão”. Por isso, e por causas das disputas internas ao voluntariado contra o câncer infantil piauiense, chamo o terceiro setor e os voluntariados, em geral, de campos minados: dependendo do lugar que se coloquem os pés pode ou não haver explosões, o que gera insegurança e incertezas quanto ao lugar onde se está.

Embora a RFCC-PI atue na área de “benevolência paliativa”, a mesma não recebe repasses públicos para a manutenção e desenvolvimento de seus projetos sociais. Além de arrecadar recursos financeiros através do serviço de *telemarketing*, a entidade realiza duas campanhas principais de arrecadação de recursos financeiros, em parceria com empresas privadas da cidade de Teresina, que patrocinam as campanhas. A primeira iniciou, em 1998, e foi realizada em parceria com a empresa McDonald’s, através do projeto McDiaFeliz, que visava como ainda visa à arrecadação de recursos financeiros em prol de crianças carentes e com câncer. A RFCC-PI, através de ofício, conseguiu credenciamento para assumir a campanha, em Teresina. O evento teve como finalidade destinar recursos financeiros, descontados os impostos, oriundos das vendas de um determinado sanduíche, em um dia do ano, a entidades filantrópicas que realizam trabalhos científicos ou de assistência médico-social de combate ao câncer infantil. Outros objetivos da campanha foram: “desenvolver o espírito de solidariedade da comunidade, divulgar junto à sociedade os serviços filantrópicos dedicados ao combate do câncer infantil e despertar a atenção da sociedade para a realidade do câncer infantil” (Ata 67 – 02 de julho de 1998). No ano de 2006, a RFCC-PI retomou a parceria com o McDonald’s, que havia sido rompida, em 2001.

Em 2001, devido ao litígio da franquia do McDonald’s, de Teresina, o McDiaFeliz/RFCC-PI não aconteceu. Com o fim (temporário) dessa parceria, uma outra foi formada, o que criou condições favoráveis para a realização e consolidação da segunda grande campanha da Rede Feminina. Com o apoio de um grupo de estudantes de publicidade do Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET-PI), foi realizada a primeira campanha independente e de grande porte da RFCC-PI, cujo *slogan* era “voluntários da vida contra o câncer pelo amor”. De 2001 até 2006, já foram realizadas seis campanhas, as quais são realizadas, no Teresina *Shopping*, no ambulatório do Hospital São Marcos e em algumas escolas e universidades de Teresina.

A RFCC-PI elaborou, implantou e mantém cinco projetos sociais. Novamente, em relação ao cenário nacional, na década de 1990, por meio de novas formas de interação para o enfrentamento dos problemas socioinstitucionais e da alteração dos hábitos organizacionais e gerenciais, a improvisação da maioria das instituições do terceiro setor, no Brasil, cedeu lugar a uma estrutura mais organizada de trabalho, principalmente, com a figura do projeto social, que esboça um processo de institucionalização e profissionalização dessas instituições (AMARAL, 2003). Sobre a importância do projeto social em uma entidade, Marcovitch (2005) afirma que o desenvolvimento sustentado duradouro depende da associação de pessoas com o objetivo de transformar problemas em soluções e sonhos em projetos. Através dos

projetos sociais dessas entidades pode-se superar a fragilidade profissional das organizações não-governamentais, a qual tem levado ao desaparecimento precoce de muitas delas. Para Horochovski (2003), a adoção do modelo de projeto social pelas ONG's é importante devido às mesmas pleitearem recursos tanto públicos como privados para a realização de seus serviços. Enfim, a adoção de projetos sociais facilita o gerenciamento dos objetivos das organizações sociais; dinamiza e focaliza a execução de atividades da organização, sem a necessidade de vultosos dispêndios de tempo, dinheiro e pessoal.

Os projetos sociais da RFCC-PI são:

- alertar – informa e orienta sobre a prevenção de câncer por meio de palestras, filmes, campanhas educativas, *folders*, etc.; realiza exames ginecológicos preventivos gratuitos e campanhas para captação de doadores de sangue;
- alimentar – distribui latas de leite em pó a doentes oncológicos carentes com alta médica e a doentes externos do Hospital São Marcos; distribui cestas básicas e lanches diários na sala de recreação e radioterapia;
- aliviar – disponibiliza, diariamente, medicamentos anti-náuseas a pacientes em tratamento quimioterápico e outros remédios para aliviar as dores advindas do câncer; visita pacientes internos do Hospital São Marcos; promove recreação com crianças doentes internas e externas; mantém o programa Doutores da Amizade; financia diversos exames para o tratamento oncológico e que não tem cobertura pelo Sistema Único de Saúde (SUS); promove festas em datas comemorativas; doa próteses, catéteres; distribui material de higiene pessoal nas enfermarias; presta apoio religioso e espiritual, e, através da brinquedoteca, presta apoio psicológico e paga passagens para pacientes provenientes de outras cidades;
- abrigar – acomoda, apóia e visita pacientes carentes em residências e pensões, principalmente na Casa de Apoio à Criança com Câncer (CACC) – Lar de Maria e
- apoiar – apóia pacientes transplantados; ajuda na reforma de moradias de pacientes assistidos(as) pela entidade, dá suporte financeiro a pacientes na cidade em que ocorre o transplante, entre outras coisas.

Além dos cinco projetos sociais, a RFCC-PI tem sua organização administrativa e assistencial dividida em cinco setores: o setor administrativo; o setor educativo, que promove palestras educacionais sobre o câncer, nos bairros de Teresina, e em algumas cidades do interior do Piauí, como também distribui requisição de exames de prevenção contra o câncer para serem feitos gratuitamente, no Hospital São Marcos; o setor assistencial, responsável

pelas atividades de assistência a pessoas com câncer; o setor social, responsável dentre outras funções pela organização de festas comemorativas; e o setor de apoio à voluntária, cujos objetivos são acompanhar, treinar, cadastrar e avaliar as voluntárias.

A Casa de Apoio à Criança com Câncer – Lar de Maria foi inaugurada em 05 de junho de 2000, e, atualmente, a RFCC-PI está captando recursos financeiros para a construção (que está em andamento) da segunda CACC, construção motivada pela crescente demanda de crianças carentes e com câncer e pelo número de vagas limitado do Lar de Maria (quinze vagas para crianças e quinze vagas para suas respectivas acompanhantes). Por ser um dos projetos (Abrigar) da RFCC-PI, o Lar de Maria é mantido pela entidade filantrópica, através de doações captadas pelas voluntárias e pelo serviço de *telemarketing*, servindo de apoio a crianças carentes e com câncer e seu responsável (mulher), provenientes do interior do Piauí e de outros Estados, principalmente, do Pará e do Maranhão, durante o tempo necessário ao tratamento oncológico, em Teresina. Através da leitura do primeiro livro de atas da RFCC-PI (1986 a 2001), encontrei uma menção sobre pessoas provenientes de outros dois Estados: Ceará e Bahia. A ata 25, do dia onze de agosto de 1991, relata a internação de pessoas provenientes do Maranhão, Ceará, Pará e, às vezes, da Bahia, sendo

que algumas vezes o número de pacientes vindos do Maranhão supera aos do Piauí. Muitos são deixados por parentes que nem sempre aparecem por ocasião da alta do paciente e o Hospital ou a Rede Feminina de Combate ao Câncer do Piauí assumem as despesas de passagem para que voltem às suas residências, sendo, às vezes, necessário um acompanhante, dependendo da situação física do paciente.

Em relação ao fato de pessoas com câncer serem deixadas/abandonadas por seus parentes no Hospital São Marcos, tem-se o caso da menina Beatriz, que foi deixada, no Lar de Maria, pela família. Atualmente, Beatriz está sob os cuidados da RFCC-PI e mora na Casa de Apoio, continua em tratamento médico e frequenta uma escola, em Teresina. De acordo com a ata 42, do dia 03 de março de 2005, relatada no segundo livro de atas da entidade (2002-2006), tem-se que:

A presidente ressaltou o caso da paciente Beatriz, 12 anos, que está hospedada no Lar de Maria, contando toda a estória da menina, principalmente, o fato desta ter sido abandonada pelos parentes, em Teresina, o que ocasionou um sentimento de rejeição e tristeza da mesma. Pensando nisto e para melhorar a auto-estima de Beatriz, a diretoria decidiu colocar Beatriz em uma escola particular, próxima ao Lar de Maria, utilizando a verba financeira do projeto aliviar, posto que a mudança na criança, desde sua ida à escola foi significativa (Ata 42 – 03/03/2005 – 2º livro de atas: 2002-2006).

O câncer, como todas as demais doenças, é uma construção social, pois como diz Jean-Charles Sournia, “as doenças têm apenas a história que lhe é atribuída pelo homem. A doença não tem existência em si, é uma entidade abstracta à qual o homem dá um nome” (SOURNIA, 1997: 359). No entanto, o câncer, por muito tempo, foi construído sócio-simbolicamente, como um grande mal fatal, uma doença incurável, deformadora e mutiladora, que, inevitavelmente, conduzia à morte. Com os avanços tecnológicos na área da medicina, os discursos negativos em torno do câncer foram sendo desmitificados. Porém, ainda hoje, determinadas parcelas da sociedade (ocidental) se pautam por este imaginário negativo do câncer (SILVA, 2004). Exemplo disso é a fala da voluntária Gilda:

E eu acho muito importante porque a gente tá lidando com uma parte que é a vida humana, *né*. Essa doença que é uma doença terrível, que as pessoas sofrem muito dessa doença, tanto o paciente como a família. Existe também muito preconceito a respeito dessa doença. Pessoas têm medo, se escondem *né*, tem vergonha, tem pessoas que tem até vergonha de dizer que tão com câncer.

Essa fala da voluntária Gilda, durante sua entrevista para esta pesquisa, mostra a relação entre o voluntariado praticado pela Rede Feminina de Combate ao Câncer do Piauí e o câncer. A doença e a saúde, para François Laplantine, são comandadas por julgamentos de valor. O valor, em questão, possui referência, tanto implícita como explícita, ao social. Dessa forma, estar doente ou bem de saúde são noções significativas, mas toda sociedade opta por uma idéia de normalidade. As representações etiológicas mostram que as doenças podem ser compreendidas como situação negativa, como se tem no segmento médico que domina a cultura ocidental, e ser compreendida como experiência positiva. O câncer era e ainda em alguns segmentos da sociedade ocidental é visto como a desgraça por excelência, tendo sido representado por muito tempo como “a flor da morte” e como o próprio mal. Para doentes e médicos(as), até uns vinte anos atrás, como relatado e analisado por Susan Sontag, em seus dois livros “A doença como metáfora” (1984) e “Aids e suas metáforas” (1989), o câncer era a antívida em estado puro, objeto de vergonha e de escândalo. Na sociedade ocidental, existe dificuldade de se ter câncer. Como exemplo, tem-se a repugnância que muitos sentem ao pronunciar a palavra câncer, pois a cultura ocidental ensina a viver a doença como um absurdo, um azar não revelador, que não pode justificar. O conhecimento médico positivo e ocidental para apropriar o sentido existencial da doença, o expropria das pessoas, tanto que a filosofia máxima da medicina ocidental é conservar a qualquer preço o mais precioso de todos os bens: a saúde.

Daí, voluntárias que prestam apoio assistencial a pessoas com câncer representarem socialmente o câncer como uma doença terrível e de ao mesmo tempo externarem a preocupação em relação à maneira como algumas pessoas representam a doença: medo e preconceito. Para complementar essa forma de representação social do câncer, a voluntária Elza disse que ser voluntária do Lar de Maria é um chamado humano e divino, um chamado que se acolhe, para cuidar de crianças cujo futuro é incerto. No entanto, é preciso acreditar que o futuro para as crianças com câncer existe e com os tratamentos, as brincadeiras, o apoio da família e a ajuda das voluntárias, as crianças gradualmente conseguem conquistar uma perspectiva de vida melhor:

ser voluntária do Lar de Maria é um chamado, que a gente acolhe. (...) E o melhor é acreditar que esse futuro existe, que elas podem mudar o quadro, é... fragilizado, para um quadro melhor. E é com carinho, é com dedicação, é com essa parte de, de estória, de lazer, que a gente vai crescendo e vai ganhando tempo e esse tempo vai se ampliando e elas vão melhorado e vão saindo até com resultado, uma perspectiva bem melhor.

Em 2004, fiz uma pesquisa sobre a representação social da criança com câncer atendida pelo Lar de Maria – CACC. Para a realização da pesquisa entrevistei três funcionárias do Lar de Maria, oito crianças atendidas pela Casa de Apoio e com idades entre 5 (cinco) e 13 (treze anos), e nove mães, com idades entre 21 (vinte e um) e 55 (cinquenta e cinco) anos. As mães entrevistadas eram provenientes do interior do Piauí, do Pará e do Maranhão e tinham baixo nível de escolaridade. Como resultado da pesquisa, observei que as crianças do Lar de Maria eram representadas como portadoras de uma doença maléfica, que conduz à morte. Os símbolos construídos e divulgados para as crianças e as mães entrevistadas tinham uma carga negativa de desânimo, desespero, angústia, medo e, às vezes, de desistência (SILVA, 2004), como no caso da menina Beatriz, que foi deixada por seus parentes, no Lar de Maria.

Josenília da Silva Oliveira, em sua monografia de final de curso (Serviço Social), sobre uma entidade filantrópica, que presta apoio a pessoas portadoras de HIV/AIDS, em Teresina-PI, diz que foram as tentativas de

reverter a desestabilização provocada pela ameaça de rupturas nas redes de reciprocidade, no ambiente de vivência dos soropositivos, que foram manifestadas diversas formas de solidariedade às pessoas marginalizadas por esta doença, dentre elas, citamos: as ONGS/AIDS, os grupos de apoio aos soropositivos – muitas vezes ligados à Igreja Católica (Lar da Fraternidade e Lar da Esperança), a equipe médica, os avanços em termos de legislação em defesa dos direitos dos portadores do HIV, etc. (OLIVEIRA, 2005: 50).

É interessante observar que a criação do Lar de Maria, dentro de seu contexto peculiar e, portanto, diferente do Lar da Esperança e do Lar da Fraternidade, responde, dentre seus vários objetivos, a essa necessidade de evitar a ruptura do tratamento médico, como também manter a criança com câncer acompanhada por parentes próximos, durante a estadia, em Teresina. Ou seja, manter os laços de reciprocidade familiar, que por dificuldades financeiras e/ou por falta de informações acerca da doença eram e, infelizmente, em alguns casos, ainda são rompidos. Na ata 58, de 04 de setembro de 1997, do primeiro livro de atas (1986 a 2001) consta o seguinte relato: a presidenta da RFCC-PI “falou de um sonho, que é a CASA DE ABRIGO do projeto abrigar, objetivando receber os pacientes de fora que chegam a Teresina sem dinheiro e sem condições de hospedagem em hotéis durante os dias de tratamento”.

A Casa de Apoio oferece hospedagem para quinze crianças com câncer e suas respectivas mães; alimentação; material de higiene pessoal; roupas; calçados; brinquedos; cestas de alimentos, para complementar a alimentação de pacientes atendidos pelo projeto quando estes retornam às suas casas; auxílio para aquisição de medicamentos, passagens e exames; atividades sócio-educativas, lazer e tratamento odontológico. Como o Lar de Maria é um dos projetos da RFCC-PI, ele pode ser considerado, baseado em Josenília da Silva Oliveira, como um espaço constituidor de formas de dádivas, dons e solidariedades, que fortalecem o vínculo entre doadores(as) (voluntárias da RFCC-PI e voluntários(as), que doam dinheiro por intermédio do *telemarketing*) e receptores(as) (crianças com câncer e suas mães ou outras acompanhantes), através da obrigação tripartite do dar-receber-retribuir, que será discutida no tópico 2.4 – Identidade voluntária contra o câncer infantil piauiense e a questão da dádiva, no capítulo II. Embora, haja a circulação de dinheiro nos três movimentos do sistema da dádiva, no caso do Lar de Maria, “os bens e serviços que mais circulam são simbólicos como gestos, sorrisos, escutas, agradecimentos, etc.” (OLIVEIRA, 2005: 70).

Todas as atividades da RFCC-PI são desenvolvidas por mulheres-voluntárias, que, atualmente, são, no papel, cento e cinquenta. No entanto, as voluntárias atuantes, quer dizer, as voluntárias que freqüentam a entidade, prestando algum tipo de trabalho ou atividade, são, numericamente, setenta e quatro. A RFCC-PI tem, então, setenta e seis voluntárias de papel, voluntárias cadastradas, mas que não exercem nenhum tipo de atividade ou trabalho na entidade, pois desistiram do voluntariado contra o câncer infantil piauiense. Em relação ao fato de a RFCC-PI só aceitar mulheres como voluntárias, penso que o papel da mulher, na sociedade ocidental, esteve e ainda está ligado ao cuidado dos membros da família. Em uma comparação ao papel da mulher na sociedade tradicional brasileira e na sociedade atual, Andréia Osório diz que “a mulher da sociedade tradicional tinha sua própria identidade

definida nessa hierarquia [familiar]: inferior ao homem, seu comportamento, sentimentos, vestimentas e linguagem eram definidos dentro desse rígido esquema hierárquico” (OSÓRIO, 2004: 163).

No entanto, a mulher brasileira atual encontra novas possibilidades identitárias construídas não exclusivamente pelo seu pertencimento à esfera doméstica. Essa mudança é fruto do crescimento do nível de escolaridade das mulheres (das vinte e uma voluntárias entrevistadas, 52,38% – 11 voluntárias – possuem terceiro grau completo – ensino superior e 47,62% – 10 voluntárias – possuem segundo grau completo – ensino médio) e de sua entrada no mercado de trabalho (das vinte e uma voluntárias entrevistadas, 52,38% – 11 voluntárias – estão inseridas no mercado de trabalho, 33,33% – 7 voluntárias – são aposentadas, 4,76% – 1 voluntária – são pensionista, 4,76% – 1 voluntária – estão de licença médica e 4,76% – 1 voluntária – disseram ter como profissão o voluntariado). Os fatores escolaridade e trabalho permitem às mulheres construir identidades femininas pautadas na esfera pública e no mercado de trabalho [como no caso do trabalho voluntário]. Porém, mesmo com essas mudanças, a mulher “continua a parir filhos, cuidar deles, da casa, da família” (OSÓRIO, 2004: 168).

Outro ponto importante em relação à atuação das mulheres no trabalho voluntário é abordado por Maria Luiza Mestriner, que fala sobre o deslocamento direto do Estado, que assume uma “dupla figura: uma mediada pelas organizações filantrópicas, outra pela bondade da mulher do governante” (MESTRINER, 2005: 108), como no caso do Programa Comunidade Solidária, coordenado por Ruth Cardoso, primeira-dama, no governo FHC. Assim, o governo brasileiro, não só o governo FHC, mas também todos os demais governos brasileiros, a partir do governo Getúlio Vargas, estimularam e estimulam, especialmente, o voluntariado feminino, “por intermédio das amigas da primeira-dama e dos governos de estados” (MESTRINER, 2005: 108). Essa interpelação feminina para o voluntariado, além de estar inserido no processo de delegação de responsabilidades sociais à sociedade, encontra-se inserida também na intermediação da Igreja Católica neste processo de solidariedade local desenvolvida pela sociedade. Em relação à mediação da Igreja Católica no processo de solidariedade voluntária e local praticada pela sociedade, especialmente, por mulheres, das vinte e uma voluntárias entrevistadas, 85,71% – 18 voluntárias – são católicas, 4,76% – 1 voluntária – são espíritas, 4,76% – 1 voluntária – disseram acreditar no Pai, no Filho e no Espírito santo, uma mescla de catolicismo e de Testemunha de Jeová e 4,76% – 1 voluntária – disseram acreditar em Deus.

De acordo com o Manual do Voluntário, de 2002, da entidade filantrópica, a solidariedade, não é somente um tipo de discurso ou atitude, é um exercício traduzido na ação voluntária de pessoas desprendidas, solidárias, que se identificam com uma determinada causa, decidindo-se a dedicar a ela, de forma parcial ou integral, sem nada buscar em troca, discurso coerente com a doutrina judaico-cristã, principalmente, com a doutrina católica de ajuda ao(à) próximo(a) seja ele(a) quem for, sendo que, o voluntariado é o alicerce no qual a atuação das entidades filantrópicas se baseiam. As voluntárias da Rede Feminina se dividem em três modalidades:

- beneméritas – prestam serviço voluntário para a RFCC-PI, através de doações em dinheiro ou materiais e que participam de campanhas ou festas comemorativas, ou seja, “aquelas que não se encaixam nos demais grupos, mas prestam e/ou prestaram valiosos serviços sem compromisso fixo” (Ata 84 – 22 de junho de 2000) ;
- honorárias – voluntárias que já faleceram, mas prestaram serviço à RFCC-PI ou pessoas jurídicas ou físicas que auxiliam a entidade em seus projetos sociais; e
- assistenciais – voluntárias que exercem diversas atividades na RFCC-PI, possuindo, inclusive, horário de trabalho definido, isto é, “aquelas que se comprometem a trabalhar no mínimo duas horas por semana em horário a combinar, em trabalho orientado e com o compromisso de honrar o horário escolhido” (Ata 84 – 22 de junho de 2000).

O argumento central desta pesquisa para ter uma base teórica e empírica sólida, precisa de argumentos complementares, mas, não menos importantes que fundamentem por intermédio de uma análise poliocular, o porquê da legitimação da cultura do(s) voluntariado(s), no Brasil. Não basta dizer somente que o Estado brasileiro reduziu sua ação social e delegou responsabilidades sociais à sociedade. Por que este processo legitima-se/consolida-se sem contestações e sem grandes questionamentos por parte da sociedade, dos indivíduos interpelados, em outras palavras, legitima-se/consolida-se passivamente? Penso que uma forma possível de responder a esta questão, é analisar o processo de transferência de responsabilidades sociais para a sociedade por meio do processo de construção de identidades sociais, devido à intrínseca e estreita relação entre cultura do voluntariado e identidades voluntárias.

CAPÍTULO II

VOLUNTÁRIAS CONTRA O CÂNCER INFANTIL PIAUIENSE: CONSTRUÇÃO SÓCIO-POLÍTICO-CULTURAL DAS IDENTIDADES SOCIAIS.

Então, eu sempre digo pra as pessoas: “você é amigo do Lar de Maria, você é nossa amiga, você é uma pessoa querida pela entidade, nossa entidade agradece”. Porque eu falo pela entidade, eu não falo só por mim. As crianças agradecem. Quantas dessas doações, dessas atitudes não colocam um sorriso no lábio de uma criança? É um presente, é uma caixa de chocolate, é uma boneca que a criança pediu e ganha aquela boneca, de uma pessoa. É um abraço. Então, são tantas coisas, há várias formas de se doar. Porque se você não pode doar algo material, mas, você pode se doar, espiritualmente. Doar o seu amor, o seu carinho. Então, eu procuro sempre, sempre ter novos argumentos para não receber um não. Eu recebo, são pouquíssimos, mas, eu procuro sempre receber um sim, outro sim e dizer pra as meninas: “conseguiamos!”. Porque eu não falo no singular, eu falo é no plural. Porque eu não sou sozinha, somos uma equipe (TRECHO DA ENTREVISTA DA VOLUNTÁRIA ISABEL).

2.1 Identidade como problema social

A discussão teórica sobre o processo de construção da identidade voluntária contra o câncer infantil piauiense relacionada ao processo de interpelação da sociedade pelo Estado para o voluntariado, a valores motivadores da solidariedade voluntária e local e à questão da dívida permite uma análise complexa acerca do processo de re-valorização do voluntariado, no Brasil, nos últimos dez anos. A relevância do estudo da construção sócio-político-cultural da identidade voluntária contra o câncer infantil piauiense caracterizado principalmente pela solidariedade voluntária e local dá-se pela necessária análise da questão da identidade como um problema social. Ou melhor, dá-se pelo necessário questionamento/problematização das “relações de poder envolvidas na produção da identidade: como a identidade e a diferença são produzidas? Quais os mecanismos e as instituições que estão ativamente envolvidos na criação da identidade e de sua fixação?” (SILVA, 2000: 99).

No entanto, não trabalho somente com a perspectiva sócio-antropológica da solidariedade exercida pelas voluntárias da RFCC-PI e do Lar de Maria. Para uma melhor compreensão da construção social, cultural e política da identidade social do voluntariado contra o câncer infantil piauiense, trabalho com a sócio-antropologia política (ou perspectiva ou “olhar poliocular”, como chama Edgar Morin) da solidariedade voluntária e local, que pode ser entendida como o estudo analítico da categoria voluntariados, principalmente, da categoria voluntariado contra o câncer infantil piauiense, através do diálogo interdisciplinar da teoria do Estado – do Estado de Bem-Estar Social para o Estado Neoliberal – com a teoria do processo de construção das identidades sociais.

Dito de outro modo, entendo que as identidades sociais são um constructo social, político e cultural, permeadas por relações de poder, tanto o poder estatal como o poder das micro-relações sociais do cotidiano. As relações de poder intrínsecas ao processo de revalorização dos voluntariados são exercidas principalmente pelo Estado, sujeito nomeador e posicionador de indivíduos, que assumem e investem em posições-de-sujeitos voluntários(as). Não pretendo com esse argumento, situar-me em uma discussão holística ou individualista do voluntariado, mas, analisar este velho-novo tipo de solidariedade voluntária e local desenvolvida pela sociedade, através do método da interdisciplinaridade, que permite uma análise poliocular da identidade voluntária, pautada no valor e no discurso da solidariedade. Quer dizer, as identidades por serem

resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação (...) escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação, responsáveis em última instância pela sucessão de configurações hermenêuticas que de época para época dão corpo e vida a tais identidades. Identidades são, pois, identificações em curso (SANTOS, 2006: 135).

O questionamento da identidade voluntária contra o câncer infantil piauiense como problema social traz à luz processos sutilmente jogados para debaixo do tapete e que escamoteia a realidade social, induzindo a sociedade brasileira a aceitar passivamente um processo de desmonte de políticas públicas de cunho social e todo o processo emancipatório dos(as) marginalizados(as). Daí, a afirmação de Boaventura de Sousa Santos ser tão contundente em relação ao exposto acima, pois as identidades “escondem negociações de sentido, jogos de polissemia”, como por exemplo, os múltiplos sentidos construídos para a solidariedade no processo de transferências de responsabilidades sociais do Estado para a sociedade. Assim, a solidariedade deixou de ser social, universal e priorizadora da cidadania social, para ser voluntária e local, despolitizada e encobridora dos reais interesses do mercado

mundial, que constrói sujeitos duplos: cidadãos(ãs) consumidores(as), isto é, cidadãos(ãs) egoístas/individualistas e solidários(as)/compassivos(as). Outro ponto, que também é bastante discutido ao longo deste capítulo é o fato de as identidades sociais serem contextuais, plurais e marcadas pela época, características essas que junto com as ambigüidades inerentes às mesmas dão vida e concretude às identidades sociais, que, aliás, sempre estão em transformação.

Em relação à discussão holística e individualista, tem-se que as Ciências Sociais pautam-se em dois grandes paradigmas: o individualismo metodológico e o holismo. O individualismo metodológico é o paradigma que compreende o estudo das relações sociais como resultante de cálculos racionais efetuados pelos indivíduos, os quais são representados na figura do *homo economicus*. Já para o paradigma holístico, o indivíduo é suprimido pela totalidade histórica, lógica, cognitiva e normativamente mais importante do que as partes que a compõem. Atualmente, o paradigma dominante é o individualismo metodológico, com sua nova roupagem, o neoliberalismo. Assim, o paradigma holístico é usado como uma referência de oposição, ao invés de convergência, ao individualismo metodológico, pois este último faz com que o indivíduo não seja capaz de pensar a sociedade sem as noções de circulação de bens (GODBOUT, 2006; CAILLÉ, 2006a). Nesta dissertação, não uso esse tipo de análise compartimentalizada, em uma espécie de luta do bem contra o mal, mas uma análise interdisciplinar, polissêmica e polifônica, como exposto na introdução, em uma perspectiva poliocular, que permite uma análise complexa das identidades voluntárias, particularmente, da identidade voluntária contra o câncer infantil piauiense, como ferramentas legitimadoras do terceiro setor, enfim, do processo de publicização, realizado, no Brasil, a partir da metade da década de 1990, e que, ainda hoje, sutilmente, tem continuidade.

2.2 Conceito de identidades sociais e processo de interpelação, no *campo minado* do voluntariado da Rede Feminina de Combate ao Câncer do Piauí e do Lar de Maria.

O homem e a mulher estão, desde a concepção, inseridos no mundo da cultura, herdando ao nascer, toda uma construção social, que tanto pode ser transformada como transformar (MORAIS, 1992). A cultura é uma conjuntura ou produção histórica das relações dos grupos sociais entre si (CUCHE, 2002), uma lente pela qual se pode enxergar e avaliar o mundo, originando uma realidade ampla e peculiar (MORAIS, 1992). No caso aqui discutido, tem-se uma realidade ampla e peculiar, que é a cultura do voluntariado. Como surgiu? Como se desenvolve e se legitima? O que leva 19.748.388 brasileiros, ou 22,6% da população adulta

do país, a doar “alguma parte [...] do seu tempo para ações de ‘ajuda’ a alguma entidade ou pessoa física...”? (LANDIM e SCALON citados por MONTAÑO, 2003:15).

A questão da cultura é, frequentemente, relacionada com a identidade cultural, e esta, por sua vez, remete à questão da identidade social (CUCHE, 2002). Através da produção de sentido dado pela experiência e pela possibilidade de escolha entre variadas identidades diferentes, a cultura (cultura do voluntariado) molda a identidade (as identidades voluntárias). Os indivíduos são, pois, constrangidos pela possibilidade de escolha entre diferentes identidades ou representações simbólicas oferecidas tanto pela cultura como pelas relações sociais (WOODWARD, 2000).

Daí, pode-se entender que a cultura do voluntariado, no Brasil, foi construída com a ajuda do Estado, durante um determinado período temporal – metade da década de 1990 até os dias atuais –, através de incentivos estratégicos fiscais (isenção de impostos para pessoas jurídicas e físicas que doam dinheiro ou bens materiais a entidades não-governamentais, entidades filantrópicas, que atuam na área de serviços científicos, de assistencial social, entre outros), legislativos (leis que regem o terceiro setor, o serviço voluntário e as Oscip’s) e propagandísticos (propagandas que interpelam os indivíduos para o valor do trabalho voluntário, como a propaganda dos Amigos da Escola).

Assim, penso que o que se poderia aludir como identidades voluntárias, hoje em voga, no Brasil, é, em certa medida, uma imposição do contexto sócio-econômico-político-cultural protagonizado pelo Estado, em sua relação ambígua com o mercado e com a sociedade. As identidades, com a edificação dos Estados Modernos, passaram a ser gerenciadas pelo Estado, que instaura regulamentos e controles, registrando minuciosamente as identidades dos(as) cidadãos(ãs) (CUCHE, 2002). Concordo com Zygmunt Bauman, ao dizer que as identidades sociais não podem ser definidas, visto que são processos intangíveis e ambivalentes. Neste aspecto, Benedetto Vecchi, que faz a introdução do livro de Bauman (2005), diz que é preciso analisar a contextualização (social, cultural e política) de construção das identidades sociais e para o mesmo, a questão da identidade está ligada ao colapso do Estado de bem-estar social e, portanto, ao processo de privatização da esfera pública. Neste sentido, as identidades sociais ganham relevância política e, como dito, não podem ser definidas, por serem um processo sempre em curso. Ora, ao analisar a relação entre Estado e construção identitária de um determinado tipo de voluntariado, não faço nenhuma definição, mas análises que tem por objetivo desvelar consciências nebulosamente cortinadas e postas em um campo minado de despolitização da solidariedade social, sendo que esta última foi constitucionalmente elaborada para universalizar os direitos sociais de quaisquer cidadãos(ãs).

Retornando ao que foi dito no primeiro capítulo, Ruth Cardoso, primeira-dama, nos dois governos FHC, em um texto intitulado “Fortalecimento da sociedade civil”, fala sobre a necessidade de elaborar e executar iniciativas estratégicas de promoção do voluntariado, no Brasil. Esse posicionamento concilia-se com a proposta de Jeremy Rifkin, autor do texto “Identidade e natureza do terceiro setor”, textos esses, que, aliás, foram publicados em uma coletânea, cujo título é “3º setor: desenvolvimento social sustentado”. A proposta de Rifkin (2005) é a construção de uma identidade, que dê poder ao terceiro setor, para que o mesmo possa lidar com o Estado e com o mercado, com força semelhante. Embora, as atividades voluntárias, filantrópicas, de ajuda ao(à) próximo(a), de ajuda mútua existam, no Brasil, desde o século XVI, a cultura do voluntariado teve sua construção extraordinariamente incentivada, nos últimos dez anos. Com a cultura do voluntariado, as identidades voluntárias passaram a ser construídas, ou seja, os indivíduos brasileiros passaram a ser interpelados constantemente para os mais diversos tipos de trabalho voluntário. Ora, com as palavras de Benedetto Vecchi, isso se trata de uma reconstrução da “passagem da dimensão individual, que a identidade sempre [teve], para a sua codificação como convenção social” (VECCHI, 2005: 13). E explicito que ao falar em identidades voluntárias e os mais diversos tipos de trabalho voluntário, refiro-me a enorme variedade de atividades voluntárias existentes, atualmente, no Brasil.

A discussão sobre a questão da identidade esteve dividida em diferentes dimensões: a essencialista e a não essencialista. A dimensão essencialista trata a identidade como fixa e imutável e pode ser um essencialismo baseado tanto na natureza como na história e no passado. Já a dimensão ou concepção não-essencialista trata as identidades como relacionais e estabelece a diferença por meio da marcação simbólica relativamente a outras identidades – outridade/alteridade (WOODWARD, 2000). Trabalho, nesta pesquisa, com a concepção não-essencialista, devido ao fato desta concepção desnaturalizar, des-essencializar e desreificar as identidades sócio-político-culturais, o que me permite trabalhar com identidades que são construídas nos mais diferentes contextos, lugares e épocas.

Em outras palavras, o sujeito não possui uma identidade fixa e essencial, “assume identidades diferentes em diferentes momentos” (HALL, 1998: 13). O sujeito, que assume e investe em determinadas posições, é o resultado do trabalho constante de construção, que integra três contradições: “a relação entre o dito e o não-dito, entre o diálogo livre e o constrangido e entre o discurso interior (grupos, entidades, etc.) e o exterior (Estado, sociedade)” (MENDES, 2002: 520). Isso quer dizer que a questão da identidade é envolvida

com o processo de representação, o qual tem como coordenadas básicas o tempo e o espaço, que mudam de acordo com as épocas culturais (HALL, 1998).

Entende-se, assim, que o sujeito-voluntária contra o câncer infantil piauiense se constrói e é construído através de discursos exteriores (propagandas, leis incentivadas e promovidas pelo Estado brasileiro), discursos e práticas discursivas interiores, que são construídos dentro da própria entidade, como seus regulamentos, estatutos, falas, mensagens de incentivo para as voluntárias, que se expressam no que é dito e também no que não é dito, como as atitudes, os símbolos, as batas, os crachás que identificam e diferenciam as voluntárias da RFCC-PI de funcionários(as) do Hospital São Marcos e de outras entidades filantrópicas, tanto piauienses como de outros lugares e regiões.

Exemplo de discursos e práticas discursivas construídas pelas voluntárias da RFCC-PI são alguns recortes que fiz e que foram construídos no primeiro livro de atas da entidade. Na ata II, do dia 29 de abril de 1986, foi anunciado às voluntárias que pretendiam ir ao simpósio de voluntárias contra o câncer, a necessidade do uso de um uniforme próprio e de um botão de rosa, símbolo da RFCC-PI, com um laço dourado que simboliza o entrelaçamento e a união de todas as voluntárias do Piauí e do Brasil. Na ata 56, de 30 de abril de 1997, há o seguinte relato: “o setor social comunicou a resolução de confeccionar e usar bata rósea com o símbolo da Rede por ocasião das visitas aos doentes no Hospital São Marcos, como forma de distinção do trabalho da voluntária”. O propósito da confecção de fardas para as voluntárias foi novamente mencionado nas reuniões dos dias 05 de fevereiro de 1998 (ata 62) e 05 de março de 1998 (ata 63). Na reunião do mês de junho de 2006, presenciei uma conversa entre duas voluntárias da RFCC-PI sobre a confecção, por parte das enfermeiras do Hospital São Marcos, de batas cor-de-rosa. As duas voluntárias, em questão, durante a conversa, comentaram que não gostaram da escolha da cor da bata das enfermeiras, pois isso diminuía a distinção entre enfermeiras do Hospital São Marcos e voluntárias da Rede Feminina.

Ora as identidades são impostas e politizadas, podendo ser ganhas ou perdidas, isto é, as identidades são disputadas. Isso é devido ao fato de a identidade e a diferença não conviverem, de forma harmoniosa, em um campo hierárquico. Por não serem simplesmente definidas, estão sujeitas a relações de poder, tais como o poder de inclusão/exclusão, demarcação de fronteiras, classificação e normalização (SILVA, 2000). Aliás, as culturas nacionais, ou o Estado, constroem, consolidam e ativam identidades, historicamente específicas, através da produção de sentidos com os quais os indivíduos podem se identificar, o que se poderia chamar, de acordo com José Manuel Mendes, de economia política das identidades (MENDES, 2002). Como dito no primeiro capítulo desta dissertação, o Estado

brasileiro, nos dois governos FHC (1995-1998 e 1999-2002), elaborou e implantou diversas leis regulamentadoras do terceiro setor e do voluntariado, impôs politicamente (implantação do programa neoliberal de redução da ação social do Estado) determinadas identidades voluntárias, as quais foram assumidas e investidas pela sociedade.

Como exemplo, tem-se a Lei Nº 9608, de 18 de fevereiro de 1998 e revisada, em outubro de 2003, no primeiro ano do governo Lula, o que, a meu ver, representa sutilmente uma continuidade da proposta de terceiro setor elaborada e incentivada pelos dois governos FHC. A lei nº 9608, de 18/02/1998 dispõe sobre o serviço voluntário. Esta lei define o voluntariado ou serviço voluntário como

a atividade não remunerada, prestada por pessoa física à entidade pública de qualquer natureza, ou à instituição privada para fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade (Art. 1º).

Esta lei conjuga-se bem com o intento dos governos FHC, de reformar, melhor de contra-reformar o Estado brasileiro, como diz Elaine Behring, delimitando gradualmente sua área de atuação, por meio do repasse para o setor privado e para o setor público não-estatal atividades científicas e de serviço social, consideradas, pelo referido governo, como não específicas ao Estado. Das seis perguntas que fiz às voluntárias entrevistadas, duas se referiam à forma como as voluntárias vêm e vivenciam o voluntariado. Todas as voluntárias deram as seguintes respostas: o voluntariado é doação de tempo, de talentos, de dinheiro, como bem definiu Ruth Cardoso, primeira-dama, nos dois governos FHC; é compromisso firmado com a entidade e que não pode ser remunerado, como rege a lei nº 9608, de 18 de fevereiro de 1998. Para ilustrar a eficácia simbólica ou eficácia da produção e utilização de classificações e de hierarquizações pelo Estado e que mais à frente chamo, como conceituado por Tomaz Tadeu da Silva, de eficácia do processo performativo das identidades sociais, apresento duas falas de duas voluntárias entrevistadas. A primeira é de Mirna, que disse que ser voluntária em sentido amplo é:

Dizem que é destinar um pouco do seu tempo disponível a quem precisa sem retorno financeiro, eu vou mais além, é ser responsável, é cumprir horário, é ter compromisso com a entidade da qual você participa, é procurar estar sempre presente, claro que você tem que levar em conta sua família, em primeiro lugar, sua vida profissional, se ainda é ativa no mercado de trabalho, é tentar conciliar tudo sem prejudicar ninguém, por isso SER VOLUNTÁRIA [a entrevista foi concedida por e-mail, daí que, o “ser voluntária” está escrito em letras maiúsculas] não é tão fácil. Quanto ao retorno, digo com toda certeza, mesmo sem esperar, recebemos sorriso, abraços, carinho e uma grande felicidade.

A outra voluntária é Maria, que ao responder sobre o que é ser voluntária em sentido amplo, disse que é doação sem espera de retorno: “é doar seu tempo em prol de uma causa social, sem esperar retribuição pecuniária, emocional ou de qualquer natureza”. E, ao responder se considerava o voluntariado como um trabalho, disse: “sim, um trabalho profissional sério. A diferença é que no trabalho voluntário não há remuneração pecuniária”. Isso, porque de acordo com a voluntária, em sua resposta sobre a importância do voluntariado para a sociedade: “o voluntariado preenche espaços dos governos e da própria sociedade, propiciando uma melhor qualidade de vida para os beneficiários destas ações”.

A lei nº 9608, de 18 de fevereiro de 1998, explicita que a produção e a utilização de classificações e de hierarquizações pela sociedade e pelo Estado relacionam-se também com a identidade e a diferença. Pois, a fixação de determinadas identidades como a norma a ser seguida

é uma das formas privilegiadas de hierarquização da identidade e da diferença. A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa (SILVA, 2000: 83).

É o que ocorre, atualmente, com o voluntariado, o qual é normalizado pelo Estado, através da lei nº 9608. Embora, o Estado seja investido de um poder globalizante, não se pode deixar de ressaltar que nas micro-relações do cotidiano, encontram-se diversas formas e diversos níveis de poderes, que legitimam o poder soberano do Estado. O voluntariado da RFCC-PI é legalmente orientado e amplamente interpelado pelo Estado, que também se utiliza da mídia, por meio da interpelação propagandística do terceiro setor e dos voluntariados. E é também construído e re-construído, constantemente, pelas micro-relações, pelas negociações e pelos jogos de poderes existentes na entidade. Entende-se, então, que é por meio da representação que tanto a identidade como a diferença estão ligadas a sistemas e relações de poder e a jogos polissêmicos e polifônicos, pois o poder de representar está diretamente relacionado ao poder de definição e determinação das identidades. As identidades embora não possam ser definidas visto serem processos sempre em transformação, os agentes ou atores principais responsáveis pela construção das identidades sociais tentam “defini-las” como meio mais rápido e eficaz de interpelação dos indivíduos. Assim, a definição de serviço voluntário, pela lei nº 9608 e alterada em outubro de 2003, pelo governo Lula, é uma forma

de interpelação das identidades voluntárias, que com definições como o(a) voluntário(a) não pode ser remunerado(a), a indicação das entidades que podem receber o trabalho voluntário e quais os tipos de atividades que podem ser voluntariamente exercidas, agiliza o processo de chamamento dos indivíduos para a posição de voluntários(as) e de investimento por parte dos indivíduos para o voluntariado. Daí, “questionar a identidade e a diferença significa, nesse contexto, questionar os sistemas de representação que lhe dão suporte e sustentação” (SILVA, 2000: 91).

Tal normalização da identidade voluntária contra o câncer infantil piauiense, pelo Estado e também pela sociedade e pela própria entidade filantrópica RFCC-PI, concede-lhe uma força, que a torna invisível como uma identidade dentre várias outras identidades possíveis, para visualizá-la como a única identidade possível e, talvez, salvadora, como se pode ver nas respostas da voluntária Albertina às perguntas sobre como ela vê a atuação dos governos municipal, estadual e federal, na área social, e sobre a importância do voluntariado para a sociedade:

Fico até feliz por saber que, de vez em quando, acontece uma coisa que o governo fez, na área social. Mas, eu acho que o governo poderia fazer mais. Porque na hora que surgiu o voluntariado, no Brasil, eu acredito, a meu ver, que... Eu acho que o poder começou a se encolher, certo, passou a se encolher, achando que a obrigação é da nação (RESPOSTA À PERGUNTA SOBRE A ATUAÇÃO DOS GOVERNOS, NA ÁREA SOCIAL).

Eu lhe diria que foi a salvação. Graças a Deus, graças a Deus, eu digo. Feliz o que inventou este nome voluntariado. Porque desde o dia que este nome, esta palavra veio à tona, voluntariado, alguém começou... [...] E acho que o voluntariado é que está salvando o terço maior da nossa pátria. Porque o Brasil é um dos países que mais precisa do voluntariado (RESPOSTA À PERGUNTA SOBRE A IMPORTÂNCIA DO VOLUNTARIADO PARA A SOCIEDADE).

A voluntária diz ficar feliz quando o governo faz algo pelo social, mas ao mesmo tempo sustenta que o governo poderia fazer mais, no entanto, não faz. Embora, Albertina seja uma voluntária, ela criticamente diz que com o voluntariado, o governo brasileiro começou a se encolher, “achando que a obrigação é da nação”. Também a voluntária vê o voluntariado como “a salvação”, visto as enormes mazelas sociais e que, irresponsavelmente, são relegadas para último plano a favor do crescimento econômico e da abertura do mercado nacional à economia internacional, como se a mão invisível do mercado sozinha fosse capaz de unir crescimento econômico e desenvolvimento social.

Então, o conceito de processo de construção de identidades é um conceito estratégico e posicional, pois as identidades são fragmentadas, fraturadas, múltiplas, sujeitas à

historicização e a processos de mudança e transformação (HALL, 2000; MENDES, 2002). A concepção das identidades, como transformação e movimento, é devida ao conceito de performatividade, que apresenta as identidades, não como uma descrição, mas como um torna-se. Ou seja, as proposições quando pronunciadas e repetidas incessantemente efetivam e realizam algo, como por exemplo, a construção simbólica de uma voluntária da Rede Feminina. Para uma mulher tornar-se uma voluntária da RFCC-PI precisa passar por um estágio de seis meses, no qual aprenderá sobre os trabalhos desenvolvidos na entidade e sobre as regras de como ser voluntária. Depois dos seis meses de estágio, a futura voluntária preencherá uma ficha de cadastro e assinará o termo de adesão, o qual é obrigatório, como rege a lei do voluntariado, comprometendo-se a cumprir os requisitos necessários do voluntariado, de forma geral, e particularmente do voluntariado contra o câncer infantil piauiense. Nesse período temporal de seis meses de estágio, a futura voluntária ouvirá constante e incessantemente proposições sobre como é ser voluntária da Rede Feminina, como, por exemplo: ser voluntária da Rede Feminina é uma oportunidade ímpar de crescimento humano (resposta da voluntária Imaculada sobre como é ser voluntária da RFCC-PI); é um chamado que se acolhe, é contribuição, é uma experiência de carinho e dedicação, é acreditar que o futuro para as crianças com câncer existe (resposta da voluntária Elza como é ser voluntária da RFCC-PI).

O aspecto performativo das identidades dá-se pela enunciação das características produzidas em torno de um grupo cultural, para reforçar sua identidade, supostamente, descrita. Isto é mais do que uma simples descrição de um fato cultural, quer dizer, a eficácia produtiva dos enunciados dos aspectos performativos depende tanto da repetição incessante das características dos grupos culturais quanto da possibilidade de sua repetição. No entanto, a repetição das características de grupos culturais pode ser interrompida, questionada e contestada, o que reforça as diferenças construídas em torno de um determinado grupo e/ou indivíduo, possibilitando, desta maneira, “pensar na produção de novas e renovadas identidades”, pois as identidades precisam “ser constantemente criadas e recriadas” (SILVA, 2000: 96).

O aspecto performativo das identidades aparece explicitamente na seguinte fala da voluntária Isabel, durante a entrevista que lhe fiz para esta pesquisa:

Como eu havia falado, eu tô tão repetitiva, tô nervosa, mas, eu tô natural, eu não tô representando, eu tô falando aqui, [...] a minha verdade, ia falar com o meu coração, com a minha alma. Então, eu estou falando, tudo que eu tô falando, que eu falei e que eu ainda vou falar, é com minha alma, é a minha verdade, é o que eu sou como voluntária e como pessoa, também. Porque

não dá pra separar as duas pessoas, tanto. Eu não misturo, mas eu sei separar. Quando eu vou sair a campo, pra batalhar doações, conquistar doações e doadores, é como se eu fosse um cavaleiro, eu coloco uma armadura. A minha armadura é o quê? A minha armadura são os meus argumentos, as minhas palavras. Eu procuro não calar diante de quem eu estou pedindo, porque se eu calar, eu vou perder o fio da miada e eu vou ficar sem argumentos, porque, às vezes, as pessoas deixam a gente um pouco sem graça. Então, antes, quando eu penso que a pessoa vai me dizer um não, eu me cerco de novos argumentos, eu procuro pedir da maneira mais carinhosa possível, sorrindo o tempo todo, embora, eu, às vezes, esteja sentindo até uma dorzinha, esteja cansada. Mas, eu procuro estar sempre alegre, simpática e tratar aquela pessoa com carinho, porque eu preciso dela, nós precisamos da doação daquela pessoa ou das doações daquela pessoa. Porque são muitas as pessoas que nos ajudam. Pessoas, assim, que eu tenho como amigos. [...]. Então, eu sempre digo pra as pessoas: “você é amigo do Lar de Maria, você é nossa amiga, você é uma pessoa querida pela entidade, nossa entidade agradece”. Porque eu falo pela entidade, eu não falo só por mim. As crianças agradecem. Quantas dessas doações, dessas atitudes não colocam um sorriso no lábio de uma criança? É um presente, é uma caixa de chocolate, é uma boneca que a criança pediu e ganha aquela boneca, de uma pessoa. É um abraço. Então, são tantas coisas, há várias formas de se doar. Porque se você não pode doar algo material, mas, você pode se doar, espiritualmente. Doar o seu amor, o seu carinho. Então, eu procuro sempre, sempre ter novos argumentos para não receber um não. Eu recebo, são pouquíssimos, mas, eu procuro sempre receber um sim, outro sim e dizer pra as meninas: “conseguimos!”. Porque eu não falo no singular, eu falo é no plural. Porque eu não sou sozinha, somos uma equipe (FALA DA VOLUNTÁRIA ISABEL DURANTE SUA ENTREVISTA PARA ESTA PESQUISA).

Isabel repete, neste trecho da entrevista, falas sobre a sinceridade de seus sentimentos e de seus valores morais, que não são somente seus, mas de todo o grupo de voluntárias da RFCC-PI, “porque eu não falo no singular, eu falo é no plural. Porque eu não sou sozinha, somos uma equipe”. Ela se auto-descreve como um cavaleiro que sai para uma batalha: pedir donativos para crianças doentes e carentes. Sua armadura são os argumentos para convencer aos(às) futuros(as) doadores(as) da RFCC-PI. A sua auto-descrição é repetida várias vezes e culmina, novamente, em valores e sentimentos morais como alegria, simpatia e carinho pelas pessoas abordadas em sua investida para captação de recursos, não só financeiros como a própria voluntária diz, mas também recursos pautados na doação espiritual – amor e carinho. Esse trecho da entrevista da voluntária Isabel mostra que as identidades são construídas por discursos, práticas e posições antagônicas ou não, que tentam interpelar os indivíduos, para que assumam lugares como sujeitos sociais. As identidades surgem da narrativação do eu, sendo, portanto, ficcionais, o que não diminui sua eficácia política, discursiva ou material. As identidades são posições representacionais, construídas de uma falta, que o sujeito é obrigado a assumir e a investir (HALL, 2000; WOODWARD, 2000; MENDES, 2002).

No primeiro livro de atas da RFCC-PI (1986-2001), encontrei, como anexo, várias mensagens, como orações para pessoas que cuidam de enfermos(as), mensagens de incentivo para o trabalho voluntário, discursos sobre a própria entidade, como “entre nessa luta!”, “lutar contra o câncer é lutar pela vida”, a Rede “é formada por voluntárias que trabalham para o bem-estar do doente carente em tratamento de câncer. (...) Isto fazemos por amor ao próximo, agradecendo a Deus a oportunidade de poder servir”, como também relatado pela voluntária Isabel no trecho acima, e práticas construídas pelas voluntárias da entidade, como suas campanhas para arrecadação de recursos financeiros; seus bazares; suas parcerias com empresas locais; suas reuniões mensais, na primeira quinta-feira de cada mês; seus cursos de capacitação, entre outras coisas. Então, essas práticas e esses discursos interpelam e constroem, juntamente com outros discursos e outras práticas exteriores, o voluntariado da RFCC-PI, o qual é uma posição representacional, construído de uma falta – ausência ou quase ausência de assistência a pessoas carentes e com câncer – e, que, portanto, “obriga” as voluntárias – sujeitos construídos sócio-político-culturalmente – a assumirem e a investirem em tal posição.

Outro exemplo de discurso construtor do voluntariado contra o câncer infantil piauiense é o discurso escrito, no Manual do Voluntário (2002), e que expressa as características diferenciadoras das voluntárias da entidade, como mulheres cuidadoras e vocacionadas, munidas de sentimentos e valores morais, como o valor solidariedade, o qual ultrapassa a distinção valor, para se tornar uma ação, uma prática voluntária séria, responsável e integradora; mulheres que doam seu tempo a pessoas, que possuem uma doença considerada como difícil de tratar e, por isso, fácil de levar a óbito os(as) que a possuem; mulheres que se realizam, realizando outras pessoas, por meio do suprimento das necessidades de “seres humanos socialmente excluídos” (Manual do voluntário/RFCC-PI, 2002: 15):

O cuidado é a essência do ser humano. [...]. E o que é o voluntário, senão um cuidador? E um cuidador especial, que, munido do sentimento de solidariedade, identifica-se com o próximo e a ele se doa. [...]. Ser voluntário não é somente doar algumas horas do seu dia exercendo uma atividade não remunerada. O voluntário precisa ter compromisso, ética e responsabilidade para obter resultados. O voluntário que trabalha para pacientes oncológicos precisa ter muita vontade de o ser, pois conviver com a realidade do câncer é, às vezes, muito doloroso, pois não é fácil trabalhar com a possibilidade da perda (Manual do Voluntário/RFCC-PI, 2002: 15).

Para Leonardo Boff, o cuidado faz parte da essência do ser humano, ou seja, para o autor, a humanidade tem em sua essência um modo-de-ser-cuidado. Embora, nesta dissertação, não trabalhe com conceitos pautados em essencialismos, o referido autor é

importante por suas análises acerca do cuidado, dos(as) que necessitam de cuidados e dos(as) cuidadores(as). Leonardo Boff diz que a sociedade, melhor, o mundo precisa de compaixão [o conceito de compaixão do autor, que durante boa parte de sua vida foi um frei franciscano, mas, por divergências de idéias com a Igreja Católica, renunciou seus votos e tornou-se voluntariamente um leigo, é semelhante ao de Dalai-Lama, para o qual, compaixão é o colocar-se na perspectiva da outra pessoa para, assim, compreender seu sofrimento, sua vida. Compaixão, tanto para Leonardo Boff como para Dalai-Lama, não é sentir pena ou dó, como explicado pelos mais diversos dicionários, mas um sentimento e uma atitude de horizontalidade e não de verticalidade], de solidariedade [o conceito de solidariedade trabalhado por Leonardo Boff é o da solidariedade voluntária, em uma perspectiva que visa emancipação, pois, para o autor, o cuidado unido à compaixão impulsiona as pessoas a se integrarem ao mundo e às demais pessoas do mundo, em um processo de construção de uma realidade de liberdade civil, política, econômica, cultural e social, de igualdade social e melhor qualidade de vida para todos os habitantes da Grande Mãe, o planeta Terra], na transparência das intenções/das atitudes, no valor da honestidade e na competência. Enfim, para Leonardo Boff, o cuidado é essencial para a compreensão do ser humano.

O discurso sobre o cuidado praticado pelas voluntárias da RFCC-PI pertence à mesma linha de pensamento de Leonardo Boff. Para as voluntárias da RFCC-PI, o cuidado faz parte de suas essências como seres humanos e como seres humanos são capazes de ter sentimentos, que lhes impulsionam para um trabalho de dedicação e de solidariedade. Por isso, são cuidadoras especiais, que se doam, voluntariamente, a pessoas com uma doença, considerada socialmente como dolorosa e que tem grandes possibilidades de levar a óbito as pessoas que a possuem. Penso que o cuidado praticado pelas voluntárias da Rede Feminina, embora não seja uma essência de suas condições de seres humanos, pois o cuidado e suas formas são construções sócio-culturais, é um cuidado enfaticamente religioso, isto é, construído com base na doutrina judaico-cristã, que ensina o cuidado às pessoas carentes, excluídas, marginalizadas e doentes. É também um cuidado chamado, não me refiro a um chamado religioso, neste ponto, mas um chamado, uma interpelação política despolitizadora do cuidado social. Quero dizer que a interdependência das pessoas e a cultura judaico-cristã do cuidado são ferramentas úteis à estratégia política do neoliberalismo de implantação da solidariedade voluntária e local pelo viés do encapsulamento político das questões sociais. Ao contrário do que Leonardo Boff diz sobre a solidariedade como meio de emancipação, a solidariedade e o cuidado praticados pela RFCC-PI, mesmo sendo fundamentais no processo do tratamento de pessoas com câncer, são encapsuladores da reivindicação voluntária da entidade. O segundo

trecho do Manual do voluntário da RFCC-PI e que é importante apresentar é o que segue abaixo:

O exercício da solidariedade, entendida como ação e não simplesmente como um tipo de discurso, uma atitude, se traduz fundamentalmente na ação voluntária. A atuação das entidades filantrópicas se alicerça na presença do voluntariado, de pessoas desprendidas, solidárias, identificadas com a causa e que a ela se decidem se dedicar parcial ou integralmente, sem nada buscarem em troca. Para ser voluntário, há de existir pendor, vocação. Não basta apenas boa vontade. O voluntário contenta-se, realiza-se, realizando o próximo, suprindo as carências dos seres humanos socialmente excluídos. Ao pretender engajar-se como voluntário em uma instituição filantrópica séria, assume-se compromissos virtuais e formais, não pode participar, apenas, em eventualidades (Manual do Voluntário/RFCC-PI, 2002: 15).

Leonardo Boff diz que com a hegemonia neoliberal, com a exaltação do individualismo e da propriedade privada, a solidariedade, como tradição, foi menosprezada e a maioria das pessoas das cidades também relegadas a um plano, no qual, predomina uma cultura do simulacro [como diz também Igor José de Renó Machado], do entretenimento e do espetáculo. Esse contexto, para Leonardo Boff, é um contexto de descuido e de descaso pelo social. Os investimentos sociais são insuficientes para atender a uma maioria que precisa de cuidados, não qualquer cuidado, mas um cuidado emancipador. Por isso, é importante ressaltar o significado da palavra cuidado utilizado pelo autor. Para Leonardo Boff,

as palavras estão grávidas de significados existenciais. Nelas os seres humanos acumularam infindáveis experiências, positivas e negativas, experiências de busca, de encontro, de certeza, de perplexidade e de mergulho no Ser. Precisamos desentranhar das palavras sua riqueza escondida (BOFF, 1999: 90).

Então, a palavra cuidado mais que palavra é ato, ação, prática concreta de desvelo, atenção, solicitude, provocadora de preocupação e responsabilidade. Daí, que o discurso escrito no Manual do Voluntário da RFCC-PI (2002), ser tão enfático quanto ao papel de responsabilidade e compromisso das cuidadoras voluntárias. Ora, o cuidado praticado pelas voluntárias da Rede Feminina perpassa também uma questão delicada que é a doença câncer e todas as suas representações sociais. Daí, a preocupação da entidade fazer, anualmente, cursos de capacitação de voluntárias, para que as mesmas unam boa vontade, a conhecimentos e informações técnicas sobre como cuidar de pessoas com câncer, visto as diferentes formas de cuidar que existem. Por isso, penso que mais que responsabilidades e compromissos, o cuidado praticado pelas voluntárias contra o câncer infantil piauiense também precisa pautar-se em um conhecimento desmitificado sobre o câncer. Assim, o cuidado realizado pelas

voluntárias da Rede Feminina pautar-se-á em uma base de clareza quanto ao seus próprios papéis de cuidadoras. Pois como lembra Susan Sontag, as representações sócio-culturais das doenças são tão danosas quanto as próprias doenças. O terceiro trecho do Manual do Voluntário da RFCC-PI e que é exemplar da construção da identidade voluntária contra o câncer infantil piauiense é sobre o próprio trabalho praticado pelas voluntárias na entidade.

O trabalho voluntário é sério. Há necessidade de uma equipe para coordenar o trabalho. Trabalhar em grupo significa usar a linguagem do programa, sabendo relacionar-se com o outro, sem vaidade, sem diferenciação, valorizando o trabalho de cada um. É importante que o voluntário se integre aos movimentos, aos técnicos e profissionais da instituição responsável pelo tratamento médico do paciente. O voluntário tem que funcionar como apoio, complemento (Manual do Voluntário/RFCC-PI, 2002: 15).

Este último trecho do discurso sobre o trabalho voluntário e cuidado praticados na RFCC-PI é significativo devido à abordagem da complementaridade. Esta abordagem lembra Edgar Morin, para o qual nas ciências humanas e eu vou mais além e digo, nas relações humanas, a complementaridade, sociologicamente, faz a diferença no sentido de que no processo de cura de qualquer doença, a medicina não é auto-suficiente, pois precisa de outros campos tanto científicos como não científicos. Edgar Morin não vê a epistemologia da complementaridade como um paradigma, mas como uma forma de pensamento complexo, capaz de unir conceito e práticas compartimentalizados. A prática médica unida à prática do cuidado humanizado, como abordado pelo filme, baseado na vida real do médico Path Adams, “Path Adams: o amor é contagioso” (1998) e dirigido por Tom Shadyac, possibilita a construção e a reconstrução dos sentidos atribuídos ao corpo, à cura e à vida. No filme, o médico Path Adams diz:

Todos que vão ao sítio, precisam de alguma forma de ajuda: física ou psicológica. São pacientes. Mas todos que vão também cuidam dos outros: cozinhando, limpando ou simplesmente ouvindo. Isso faz deles médicos. Uso a palavra num sentido amplo. Mas, o médico não ajuda o próximo? Desde quando deve-se tratar o “Doutor” com tanta reverência? “Dr. Scholl, que maravilha de palmilhas!” Ou “Dr. Paterson, seus peidos não fedem”. Quando um doutor passou a ser mais que o... amigo de confiança e conhecimento, que visita e trata dos doentes? Se praticar a medicina é receber os que... precisam de ajuda, que sofrem... cuidar deles, ouvi-los... pôr compressas frias até a febre baixar... Se isso é exercer a medicina ou tratar de pacientes, sou culpado. ...Que tem a morte de errado? Por que temos esse medo mortal? Por que não tratamos a morte com humanidade... dignidade, decência e até com humor? A morte não é o inimigo. Se quiserem enfrentar o mal, enfrentem o mal da indiferença. Ouvi preleções sobre... “transferência”, “distância profissional”. A transferência é inevitável.

Todo ser humano causa impacto nos outros. Por que evitar a relação entre paciente e médico? O que ensinam está errado. A missão do médico deve ser não apenas de evitar a morte... mas melhorar a qualidade de vida. Tratando o mal, se ganha ou se perde. Tratando o indivíduo, garanto que... vão ganhar, independente do desfecho [...] (Fala de Path Adams extraída do filme “Path Adams: o amor é contagioso”, de Tom Shadyac, 1998).

O que quero dizer que, mesmo tendo uma visão crítica dos voluntariados e do terceiro setor, no Brasil, penso que a importância do voluntariado contra o câncer infantil piauiense, independentemente do contexto neoliberal brasileiro, está na sua ação complementar do cuidado humanizado a pessoas com câncer. Como Path Adams diz: o importante não é impedir a morte que é inevitável, mas melhorar a qualidade de vida das pessoas doentes, como também dizia Madre Teresa de Calcutá, citada por Leonardo Boff, como exemplo de mulher cuidadora e de misericórdia. As voluntárias contra o câncer infantil piauiense são voluntárias que ajudam a unir práticas compartimentalizadas: a medicina e a terapia lúdica e/ou distração às pessoas doentes. Enfim, o cuidado e suas formas como construção sócio-cultural fazem parte do processo de construção da identidade voluntária contra o câncer infantil piauiense. E é um cuidado especial, pois é voltado a pessoas com câncer, que além da doença, vivenciam ainda preconceitos e representações sociais negativas acerca da doença.

Ou seja,

as identidades são construídas dentro do discurso e produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que do signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma ‘identidade’ em seu significado tradicional [...] (HALL, 2000: 109).

Isso quer dizer que as identidades possuem estratégias políticas (HALL, 2000) e que são “sempre resultante da identificação imposta pelos[as] outros[as] e da que o grupo ou o indivíduo afirma por si mesmo” (CUCHE, 2002:196). Mais precisamente, as identidades voluntárias são construídas dentro de discursos e estratégias históricas e institucionais específicas, no caso, a estratégia política neoliberal de redução da ação social do Estado, que influenciou o voluntariado do Lar de Maria, que pertence à entidade filantrópica Rede Feminina de Combate ao Câncer do Piauí, que teve seu campo de ação ampliado a partir da metade da década de 1990, como pude observar na leitura dos dois livros de atas da entidade, e que além desse contexto maior, é perpassada por um contexto específico, o contexto da doença câncer. Isso explica os deslocamentos de identidade, ou o incessável movimento da mesma, que devido a mudanças sociais, se reformula de modos diferentes.

Por exemplo, até o ano de 1995, os relatos das reuniões da RFCC-PI são escassos, passando a ter maior periodicidade a partir de 1996, como se pode ver no gráfico da periodicidade das reuniões da RFCC-PI, de abril de 1986 a novembro de 2006. É importante explicitar que devido ao tempo desta pesquisa, só tive acesso aos relatos das reuniões até o mês de novembro de 2006. O gráfico mostra a intensificação dos trabalhos realizados pela Rede Feminina, a partir do ano de 1996, ano em que foi iniciado o processo de publicização dos serviços sociais e científicos, através da promoção do terceiro setor e do chamamento de indivíduos para o voluntariado, por meio de leis, subsídios e propagandas.

Em 1986, houve 7 (sete) reuniões relatadas no livro de atas. Em 1987, somente 6 (seis) reuniões, número que caiu para 4 (quatro), em 1988, e 2 (duas) reuniões, respectivamente, em 1989 e 1990. Em 1991, houve um aumento relativo de reuniões, que no ano, totalizou 6 (seis) reuniões. Em 1992, foram 7 (sete) reuniões relatadas. Em 1993, 1994 e 1995, o número de reuniões relatadas cai novamente, para respectivamente 5 (cinco), 2 (duas) e 4 (quatro). Em 1996, ano da introdução do programa de publicização pelo governo federal, o número de reuniões relatadas aumentou para 8 (oito) e se manteve, no ano de 1997, com leve aumento, em 1998, para 9 (nove) reuniões relatadas. Em 1999, o número de reuniões relatadas é de somente 8 (oito). No entanto, a partir de 2000, o número de reuniões relatadas aumentou substancialmente, sendo que, em 2000, o número de reuniões relatadas foi de 12 (doze). Em 2001, ano internacional do voluntariado, o número de reuniões foi de 16 (dezesesseis). Em 2002, 11 (onze) reuniões relatadas. Em 2003, 12 (doze) reuniões. Em 2004, novamente há o número de 16 (dezesesseis) reuniões relatadas. Em 2005, 14 (quatorze) reuniões e até novembro de 2006, 13 (treze) reuniões relatadas, nos livros de atas da entidade.

De 1986 a 1995, o número de reuniões da entidade varia de duas a sete reuniões, por ano. Isso, a meu ver, representa a não necessidade de um trabalho mais organizado administrativa e democraticamente pelas voluntárias da entidade. Contudo, a partir do ano de início do programa de publicização, o número de reuniões aumentou consideravelmente e se manteve elevado após o término dos dois governos FHC (1995 a 1998 e 1999 a 2002), o que significa, que o governo Lula, como disse acerca dos dados apresentados no gráfico 1, no seu primeiro governo (2003-2006) deu sutilmente continuidade ao programa de incentivo do terceiro setor e dos voluntariados. Como forma de representação gráfica dos dados acima apresentados, tem-se o gráfico 2 – gráfico da periodicidade das reuniões da RFCC-PI (1986-2006).

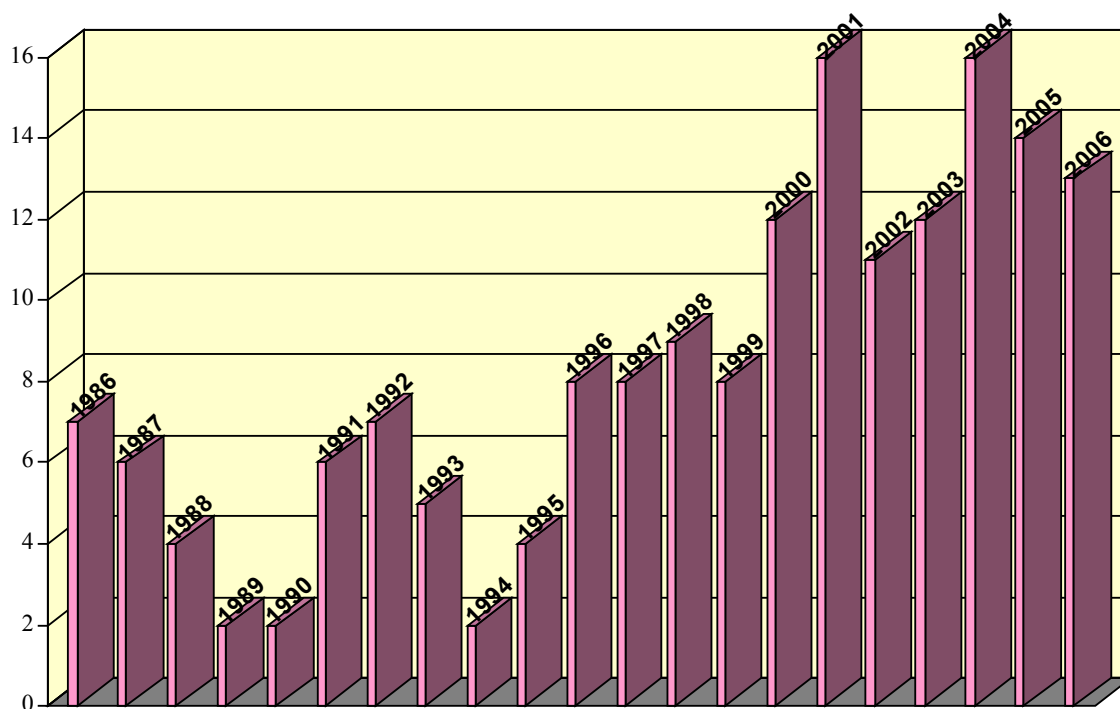


Gráfico 2 – Gráfico da periodicidade das reuniões da RFCC-PI, de abril de 1986 a novembro de 2006.

Além disso, a partir do ano de 2000, há, em alguns relatos, a preocupação de adequar a entidade às leis que regem o terceiro setor. Na ata 84, de 22 de junho de 2000, do primeiro livro de atas, há o relato:

será feito um livro de ponto para registrar a presença de cada voluntária nos horários estabelecidos por cada uma. Para as novas voluntárias ficou decidido que, inicialmente, terão que participar de um curso que será ministrado pelas voluntárias (...), com o objetivo de conhecer os papéis desenvolvidos pela Rede Feminina, e conseqüentemente, sua decisão no novo papel.

Na ata 97, de 11 de abril de 2001, do primeiro livro de atas, foi mostrado “às voluntárias as alterações sofridas pelo Estatuto da entidade”, e no segundo livro de atas, na ata 47, de 17 de fevereiro de 2005, há o relato do objetivo de “modificar o estatuto da RFCC-PI, adequando ao novo código civil e às novas regras para o terceiro setor”, objetivo concretizado com a reformulação do Estatuto, em novembro de 2006. Como relatado na ata 66, do dia 14 de novembro de 2006, do segundo livro de atas da entidade: “realizou-se a Assembléia Geral com a finalidade de aprovar o Estatuto Modificado da Rede Feminina de Combate ao Câncer

do Piauí, nos termos do art. 53, da Lei nº 10406, de janeiro de 2006, no seu título II, capítulo II – das associações do código civil brasileiro”.

Em outras palavras, as identidades são um constructo social, elaborado no interior de contextos sociais, dotada de eficácia social e inerente ao âmbito da representação. A constante construção e reconstrução das identidades dá-se no interior das trocas sociais, o que as tornam relacionais, pois sempre estão em relação a outras identidades, permitindo aos indivíduos que se localizem e sejam localizados, em um sistema social (CUCHE, 2002). Identidade ou mesmidade e diferença ou outridade são relacionalmente dependentes, sendo relações sociais e sujeitas a relações de poder, portanto, “não são, nunca, inocentes” (SILVA, 2000: 81). Precisam ser produzidas e nomeadas ativamente, pelo espaço sócio-cultural, o que não significa que sejam determinadas, exclusivamente, pelas práticas discursivas e simbólicas. O processo de construção identitária e a marcação da diferença implicam em inclusão e exclusão. Isto é, implicam na demarcação de fronteiras, indicadoras de posições-de-sujeito, marcadas por relações de poder (SILVA, 2000).

A construção das identidades além de ocorrer nos níveis local e pessoal, ocorre também nos grupos sociais, servindo para situá-los no conjunto social (CUCHE, 2002). Os indivíduos participam de diversas instituições sociais, que constituem de acordo com Pierre Bourdieu, campos sociais (WOODWARD, 2000). O campo social é “um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes” (BOURDIEU, 1998: 135). E, “o conhecimento da posição ocupada neste espaço comporta uma informação sobre as propriedades intrínsecas (condição) e relacionais (posição) dos agentes” (BOURDIEU, 1998: 136). Ou seja, no campo social, o indivíduo só pode agir conforme os elementos/estruturas que obtém através do processo de socialização, sendo que o campo funciona através da construção de distinções. No caso desta pesquisa, o campo social de construção da identidade voluntária contra o câncer infantil piauiense é chamado de campo minado, conceito que explico com mais propriedade no terceiro capítulo e quem vem sendo esboçado desde a introdução.

Os indivíduos, nos campos sociais, possuem, à sua disposição, contextos materiais e recursos simbólicos, e exercem escolha e autonomia, de forma, diferenciada. Os diferentes contextos sociais envolvem os indivíduos em diferentes significados sociais, isto é, os indivíduos são posicionados e se posicionam de acordo com os campos sociais, nos quais atuam (WOODWARD, 2000). Esta pesquisa tem como sujeitos o grupo de voluntárias, que atuam no campo social ou como chamo no campo minado: Lar de Maria e,

consequentemente, na Rede Feminina de Combate ao Câncer do Piauí. A identidade social do grupo de voluntárias, em questão, tanto inclui como exclui, identifica e distingue o referido grupo dos demais, pois é baseada na diferença cultural. Em outras palavras, a identidade é construída na alteridade, no contato com o(a) outro(a), pela demarcação do espaço de diferença com relação ao(a) outro(a) (CUCHE, 2002; HALL, 2000), no caso, ao(a) outro(a) não-voluntário(a) e ao(a) voluntário(a), que não pertence ao voluntariado de combate ao câncer, especialmente, o câncer infantil, no Piauí .

A RFCC-PI existe, oficialmente, desde 1986, mas, no primeiro livro de atas da entidade, encontram-se descrições diferenciadas e acentuadamente marcadas pela época sobre as voluntárias. Na primeira ata, datada de abril de 1986, as voluntárias são mulheres que lutam “a favor dos cancerosos carentes”, o que muda, depois, para mulheres que lutam a favor de pessoas carentes e com câncer. Essas expressões sobre pessoas com câncer refletem o imaginário sobre esta doença, que de contagiosa e maldita passou a ser encarada, sócio-culturalmente, por uma parcela da sociedade ocidental, como uma doença passível de cura e, que, de fato, não é contagiosa. Outra descrição referente às voluntárias e que mudou no decorrer do tempo foi em relação aos valores morais. De 1986 a 1991, encontrei somente uma única menção ao valor fraternidade, o qual foi expresso no relato, da reunião do dia 12 de outubro de 1991, sobre a presença da então primeira-dama do Estado do Piauí, na festividade do dia das crianças, festividade descrita como um ato de fraternidade.

De novembro de 1991 a outubro de 1995, não há menções acerca do valor fraternidade e nem do valor solidariedade. No entanto, a partir de novembro de 1995, o termo solidariedade passa a ser utilizado e com frequência, em detrimento do único uso do termo fraternidade durante nove anos de relatos das reuniões da RFCC-PI. O termo solidariedade foi utilizado pela primeira vez, nas atas das reuniões, na passagem da presidência de Maria Francisca Barbosa de Almeida (segunda presidenta da RFCC-PI) para Amélia Teresa Cavalcanti da Fonseca (terceira presidenta da RFCC-PI). Maria Francisca de Almeida fez um discurso, no qual agradecia às voluntárias

o apoio, dedicação e **solidariedade** que prestaram durante a sua presidência em frente a RFCC e apelando para que continuem todas com a mesma dedicação e espírito cristão para cooperarem com a nova presidente (...), na certeza de que a mesma fará um excelente trabalho em ajuda ao canceroso carente (interno e externo) em tratamento no Hospital São Marcos e Pavilhão Carmelita Almeida.

Penso que o uso valorizado da palavra solidariedade em substituição à palavra fraternidade reflete o posicionamento político-ideológico do governo brasileiro, no período de

1994 a 2002, e que tem continuidade, sob nova roupagem, a roupagem do Partido dos Trabalhadores (PT), com o governo Luís Inácio Lula da Silva, que assumiu a presidência do Brasil, em 2003, e foi reeleito, em 2006. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, pertencente ao Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB), realizou a reforma (nas palavras de Elaine Behring, contra-reforma) administrativa do Estado, pautada no posicionamento político-ideológico de centro-esquerda-social-liberal, que propunha a reconstrução/reforma do Estado “para torná-lo menor, mais voltado para as atividades que lhe são específicas, que envolvem poder e Estado” (PEREIRA, 1997: 17-18), delineando

um Estado Social-Liberal: social, porque continuará a proteger os direitos sociais e a promover o desenvolvimento econômico; liberal, porque o fará usando mais os controles de mercado (...) realizará seus serviços sociais e científicos (...) através de organizações públicas não-estatais competitivas (PEREIRA, 1997: 18).

Essa proposta de Estado Social-liberal, a meu ver, embora com suas particularidades, conjuga-se bem com o espaço pós-social democrata, defendido por Rosanvallon (1997). O espaço pós-social democrata possui três compromissos: com o patronato, de ordem socioeconômica; com o Estado, de ordem sociopolítica e da sociedade consigo mesma. Em relação a este último, Pierre Rosanvallon diz que é um verdadeiro compromisso com o espaço público democrático, espaço ou local de trabalho da sociedade sobre ela própria, no processo de reinserção da solidariedade na sociedade. Explicito que a reinserção da solidariedade na sociedade da qual fala Pierre Rosanvallon, não é o conceito e a prática da solidariedade social, que prioriza a universalidade dos direitos sociais, mas, a meu ver, um conceito e uma prática de solidariedade fundamentados na focalização negativa dos benefícios sociais e na atuação voluntária e local da sociedade.

Além do mais, a palavra fraternidade é, em sua grande maioria, remetida a assuntos religiosos, como a Campanha da Fraternidade realizada pelo Conselho Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Caminhada da Fraternidade, realizada pela Igreja Católica teresinense. No Mini-dicionário Aurélio, 3ª edição revista e atualizada (1993), há três significados para a palavra fraternidade: 1) parentesco de irmãos(ãs); 2) amor ao(à) próximo(a); 3) harmonia, concórdia. Já a palavra solidariedade tem uma carga representacional mais voltada para questões públicas/coletivas. Seus significados no Mini-dicionário Aurélio, 3ª edição revista e atualizada (1993), são: 1) laço ou vínculo recíproco entre pessoas ou coisas independentes; 2) apoio à causa, princípio, etc., de outrem; 3) sentido moral que vincula o indivíduo à vida, aos interesses de um grupo social, duma nação, ou da humanidade.

O voluntariado da RFCC-PI e do Lar de Maria constrói limites ou “fronteiras” sociais e simbólicas, que o diferenciam interna e externamente. A “fronteira”, no processo de identificação, é marca dos limites entre “eles” e “nós” e é criada pela “vontade de se diferenciar” e pelo “uso de certos traços culturais como marcadores de sua identidade específica” (CUCHE, 2002: 200). Como exemplo, o voluntariado construído na RFCC-PI e no Lar de Maria está inserido no contexto maior do terceiro setor brasileiro, mas certos traços, certos marcadores são construídos culturalmente pela entidade para diferenciá-la, especificá-la, como o *slogan* de uma das campanhas de arrecadação de recursos financeiros realizada pela Rede Feminina, que dizia: “voluntários da vida, contra o câncer pelo amor”. Outro exemplo da marcação de fronteiras do voluntariado contra o câncer do Lar de Maria e da RFCC-PI, é o hino da própria entidade, que mostra a imagem das mulheres que fazem voluntariado contra o câncer infantil piauiense, como mulheres bravas, fortes, felizes, mães dedicadas, cuidadoras de filhos(as) enfermos(as), necessitados(as) de amor, carinho, alegria, guarida, ânimo, sentido e brilho à existência permeada por uma doença – câncer – que exige das cuidadoras, que na maioria dos casos, são sempre mulheres, qualidades como bravura, força e coragem, qualidades essas dadas por Deus:

quem sou eu? Quem é você?
Por que lutar? Por que servir?
Sou brava e forte, sou feliz porque
As crianças enfermas ajudo a sorrir (REFRÃO)
Qual mãe dedicada, que cuida do filho
Dou amor e carinho, alegria e guarida
À existência mais ânimo, sentido e brilho
É Deus que me encoraja a lutar pela vida.

Nesse processo de construção de fronteiras simbólicas do voluntariado construído e desenvolvido pela RFCC-PI e, portanto, pelo Lar de Maria, têm-se as seguintes marcas ou imagens simbólicas do mesmo, como a primeira logomarca da Rede Feminina, que era uma rosa e atualmente é um coração, em forma de movimento, e a do Lar de Maria, que é uma casa com um coração dentro. Para Jens Schneider, em relação à construção e política de identidades sociais, tanto o discurso como o simbolismo, complementam-se mutuamente, sendo que os símbolos são eficazes e discursivamente contextuais, o que faz com que não se desconsidere as interações sociais, na análise das formações discursivas e/ou simbólicas.



Figura 1 – Primeiro símbolo da RFCC-PI

Penso que a imagem da rosa é uma imagem que representa a mulher, no seu aspecto que mais a diferencia do sexo masculino, o aspecto da gestação de vida. São as mulheres, o sexo feminino, as únicas capazes de gestar em seus ventres a vida humana. As flores, no reino vegetal, são responsáveis pela reprodução de suas espécies. De acordo com José Mariano Amabis e Gilberto Rodrigues Martho, autores do livro “Biologia dos organismos: classificação, estrutura e função dos seres vivos”, as flores são as estruturas reprodutivas das angiospermas (fanerógamas com frutos. As fanerógamas ou espermatófitas são plantas com sementes) sexualmente maduras. As flores possuem estruturas masculinas, o androceu, responsável pela formação dos grãos de pólen, e estruturas femininas, o gineceu, responsável pela constituição do ovário, que abriga os óvulos. Enfim, biologicamente, as flores são responsáveis pela reprodução de suas espécies.

Em relação à rosa, na cultura popular, ela é considerada a rainha das flores. Segundo uma lenda grega, a deusa das flores, Chloris, criou a rosa a partir do corpo de uma ninfa encontrada num bosque. Afrodite lhe deu a beleza, Dionísio lhe deu o néctar e Apolo poliu e fez florescer essa flor, que é considerada, comumente, como soberana. Dessas três graças nasceu, de acordo com a mitologia grega, a flor das flores: a rosa. Para os romanos, a história é diferente. Conta-se que uma bela mulher, chamada Rodanthe, tinha muitos pretendentes, mas não quis se casar com nenhum deles. Desprezados, eles invadiram a casa de Rodanthe com muita violência. A deusa Diana não gostou do episódio e transformou a mulher em uma flor e seus pretendentes em espinhos. Outro ponto simbólico das rosas é o de suas cores: rosas brancas simbolizam a paz; rosas amarelas simbolizam a amizade; rosas vermelhas simbolizam o amor e a paixão e rosas cor-de-rosa simbolizam o amor verdadeiro. Enfim, a flor rosa, considerada a rainha das flores, tem sua imagem remetida à imagem das mulheres. Então, penso que a escolha da rosa nas cores às vezes vermelha e às vezes rósea, considerada a rainha das flores, pela RFCC-PI foi uma escolha, que marca uma entidade composta prioritariamente por um grupo de voluntárias-mulheres, que doam seu amor, cuidado e

carinho, a pessoas doentes e que são carentes, não sendo aceita, pelas regras do Estatuto da entidade, a participação oficial de homens como voluntários.



Figura 2 – Novo símbolo da RFCC-PI

O novo símbolo da RFCC-PI é um coração em forma de movimento. Na cultura ocidental, o coração simboliza as emoções e os sentimentos, principalmente, o sentimento amor. A substituição de um símbolo como a rosa vermelha e/ou cor-de-rosa, que representa a mulher, que ama, cuida e dá carinho às pessoas (no caso, pessoas com câncer), por um coração, a meu ver, representa as transformações ocorridas na entidade. Embora, homens, oficialmente, não possam ser voluntários da entidade, eles podem atuar voluntariamente na RFCC-PI, através de doações e/ou de pequenas participações não-oficiais. Daí, que simbolizar a entidade com a imagem de um coração em movimento é abrir espaço para a atuação voluntária, mas não oficial e nem cadastral, de homens. Isso não quer dizer que a identidade voluntária contra o câncer infantil piauiense deixe de ser uma identidade arraigadamente feminina.

A abertura da inclusão não oficial e não cadastral de homens é também uma forma de exclusão velada, que marca nitidamente as fronteiras identitárias das voluntárias da entidade. As mulheres voluntárias da RFCC-PI são as únicas que representam oficialmente a entidade, portanto, a referida entidade é remetida sempre ao seu grupo de mulheres-voluntárias. Os homens que atuam voluntariamente na entidade, de forma não oficial e não cadastral, tem como retribuição aos seus trabalhos voluntários, agradecimentos formais, por parte da entidade, e informais, por parte das crianças. Contudo, não têm suas imagens remetidas à entidade, que no Piauí, tem grande visibilidade e credibilidade. Assim, o trabalho voluntário, oficial e cadastral das mulheres-voluntárias da RFCC-PI e de homens, cujo trabalho voluntário não é oficial e nem é cadastrado, é “um movimento pela vida”, simbolizados pelo símbolo máximo do amor, na cultura ocidental, o coração, e no caso da entidade, representa o amor sempre em movimento, em transformação, que busca por vida, isto é, que busca a recuperação da saúde de pessoas com câncer.



Figura 3 - Símbolo do Lar de Maria

O símbolo do Lar de Maria é uma casa com um coração dentro. Para Roberto Damatta, no livro “O que faz o Brasil, Brasil?”, fala sobre o espaço da rua e o espaço da casa. Roberto Damatta diz que o espaço da casa, ao contrário do espaço da rua e do espaço do trabalho, para o povo brasileiro, é o espaço moral, amoroso e harmonioso, espaço incluído de pessoas que são reconhecidas por seus nomes, mas que também exclui a desordem, as discussões políticas e as dissonâncias. Enfim, é um espaço de amor filial e familiar que deve ser estendido “para quem as portas de nossas casas estão sempre abertas e nossa mesa está sempre posta e farta” (DAMATTA, 2000: 26). Nas palavras do autor,

Como espaço moral importante e diferenciado, a casa se exprime numa rede complexa e fascinante de símbolos que são parte da cosmologia brasileira, isto é, de sua ordem mais profunda e perene. Assim, a casa demarca um espaço definitivamente amoroso onde a harmonia deve reinar sobre a confusão, a competição e a desordem (DAMATTA, 2000: 27).

A casa como o lar é o abrigo por excelência de pessoas que se reconhecem como pertencentes a um grupo específico, sendo que o lar tem como “rainha”, na cultura ocidental e popular, a mulher-mãe. Ora, a Casa de Apoio, o Lar de Maria, é o espaço de acolhida, de amor (a imagem do coração presente na logomarca do Lar de Maria simboliza o amor) e de harmonia filial e familiar, construída a partir de um objetivo de mulheres, que voluntariamente ajudam a cuidar, a dar amor e a promover harmonia na vida de crianças com câncer. Daí, também a escolha do nome Maria, para caracterizar o lar de apoio à criança com câncer. Segundo o Cristianismo, Maria é a mãe de Jesus Cristo, o salvador da humanidade, pois deu seu sangue e sua vida, para a remissão dos pecados de homens e mulheres, de todas as idades, de todas as etnias e de todas as nacionalidades, que acreditem nele e em seu Pai, Javé, o Deus dos cristãos. Maria, para a doutrina cristã, foi uma mulher virgem, virtuosa e crente fiel de Javé, escolhida pelo próprio Deus, para gerar seu filho Jesus, o redentor da humanidade, através da ação do Espírito Santo de Deus. Maria, de acordo com os relatos evangélicos, sofreu para ter, criar e educar Jesus, por causa das perseguições a seu filho.

Maria foi a mulher responsável pelos ensinamentos passados a Jesus e quem mais sofreu por sua morte. Esteve com Jesus no calvário e recebeu o corpo morto de seu filho.

No Evangelho de João, capítulo 19, versículos 25 a 27, há o seguinte relato:

²⁵Junto à cruz de Jesus estavam de pé sua mãe, a irmã de sua mãe, Maria de Cléofas, e Maria Madalena. ²⁶Vendo a mãe e, perto dela, o discípulo a quem amava, disse Jesus para a mãe: “Mulher eis aí o teu filho”. ²⁷Depois disse para o discípulo: “Eis aí a tua mãe”. E desde aquela hora o discípulo tomou-a sob seus cuidados (João 19, 25-27. In: Bíblia – Estudando a Palavra de Deus, 1995) .

Jesus, com suas palavras, de acordo com o evangelho acima citado, ao fazer Maria, mãe de João, e João, filho de Maria, fez de Maria, mãe de todas as pessoas que em Jesus acreditar. Maria, na tradição católica, é mãe cuidadora, que sofre por seu filho, mulher escolhida e amparada, em todos os momentos, por Deus. Assim, penso que a escolha do nome da Casa de Apoio à Criança com Câncer, representa o efeito da cultura católica sobre as voluntárias da entidade (das vinte e uma entrevistadas para a pesquisa, 85,71% – 18 voluntárias – são católicas). Em resumo, o nome Lar de Maria, a meu ver, simboliza o espaço de acolhida, amor, harmonia e cuidados que inclui filial e familiarmente crianças que necessitam de cuidados e carinhos, disponibilizados por mulheres-voluntárias, mulheres, que acreditam ser divinamente escolhidas e amparadas para este determinado tipo de voluntariado. Para a voluntária Mirna, ser voluntária da RFCC-PI

É conviver com pessoas especiais, alegres, que lutam bravamente por mais um dia de vida, apesar de estarem passando por tanto sofrimento conseguem ser uma fortaleza diante de qualquer obstáculo, é aprender diariamente o real sentido da vida, do amor, da solidariedade, de servir, da fé e sentir que sem Ele [Deus e/ou Jesus] não somos nada, apesar, de tantas dificuldades que a vida impõe, é com Ele que encontramos o conforto e alegria para suportar.

E para a voluntária Elza, ser voluntária do Lar de Maria é um chamado humano e divino que se acolhe, acreditando que o futuro das crianças com câncer existe. No Lar de Maria há uma imagem de Nossa Senhora, que até certo tempo atrás ficava na sala de estar e, atualmente, fica na sala da administração. Ao lado da imagem de Nossa Senhora fica uma bíblia católica aberta e disposta de uma forma que qualquer pessoa pode pegá-la e lê-la, como mostra a seguinte foto:



Foto 1 – Imagem de Nossa Senhora ao lado de uma biblia católica.

Para Ruben (1988), a noção de identidade é uma dimensão de irredutibilidade, dada pelo reconhecimento do diferente no interior de uma única sociedade. E, a noção de irredutibilidade estabelece a marca e os limites, elaborados socialmente, permitindo a produção da sociedade e evitando a desagregação social. A irredutibilidade como marca é uma “dimensão construída pelos homens [e mulheres] e escolhida como privilegiada para individualizar o grupo no contexto da diversidade social” (RUBEN, 1998: 88). E, a irredutibilidade como limite oferece as condições de perpetuidade do grupo. Dessa forma, as marcas e os limites são históricos e sujeitos a transformações, como visto na análise dos símbolos da RFCC-PI, símbolos marcadores de diferenças identitárias do voluntariado contra o câncer infantil piauiense.

Kathryn Woodward, também, aborda o conceito de identidade como relacional e marcado pela diferença. Para a autora, a identidade adquire “sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais” é representada (WOODWARD, 2000: 08). A identidade é moldada pela cultura através do sentido dado à experiência e pela possibilidade de opção “entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade” (WOODWARD, 2000: 19). Então, os indivíduos são constrangidos, por uma variedade de representações simbólicas, que estabelecem identidades individuais e coletivas, e pelas relações sociais. Disso, pode-se entender que, tanto nos contextos sociais quanto nos sistemas simbólicos, as identidades são diversas e cambiantes. Aliás, a identidade é um processo de negociação simbólica, na qual os indivíduos são interpelados – socialmente e subjetivamente – por meios de signos/símbolos, o que possibilita os indivíduos assumirem outras identidades devido a sua subjetividade ser interpelada por processos de negociação (WOODWARD,

2000). A subjetividade, no processo de construção identitária, é de suma importância devido aos sujeitos possuírem valores, pontos de vista particulares, sentimentos e crenças, que embora sejam socialmente construídos, fazem dos sujeitos atores particulares, nos mais variados contextos.

Como exemplo de meio interpelativo de subjetividades para o voluntariado, tem-se a oração do[a] voluntário[a], que interpela indivíduos pertencentes à tradição judaico-cristã, ao serviço solidário e voluntário, serviço, que de acordo com a oração, não mede esforços para promover a vida e que é gratificante. Por tais características, o serviço voluntário, que é inspirado por Deus, para quem acredita na tradição judaico-cristã, faz com que voluntários(as) anseiem e batalhem por mais voluntários(as), para que juntos(as) construam um mundo melhor:

Mestre, a vida é um cenário de nobres causas que visam à promoção humana.

Neste propósito, coloco-me a serviço, dedicando um dia, um espaço, algumas horas para atuar como voluntário.

Abençoa essa iniciativa e também a de muitos que não medem esforços para promover campanhas, criando recursos em defesa da vida.

Ofereço-te, Senhor, as sementes espalhadas, os gestos solidários, as palavras de incentivo que apontam horizontes para se exercer a cidadania.

Ilumina-me para perseverar e servir com alegria nessa ação concreta.

É gratificante ser um voluntário, por isso, anseio e creio que surgirão novos colaboradores.

Obrigado, Deus, por inspirar tantos exemplos maravilhosos na construção de um mundo mais justo e fraterno.

Amém!

A interpelação, de acordo com Kathryn Woodward, é um termo utilizado por Louis Althusser, em sua teoria da ideologia, para explicar a forma pela qual os indivíduos são recrutados para ocupar posições-de-sujeito. Louis Althusser diz que a ideologia recruta sujeitos dentre os indivíduos, ou seja, transforma indivíduos em sujeitos, através do processo de interpelação, que supõe a existência de um Sujeito, único e central, nomeador e posicionador, de todos os indivíduos como sujeitos, submissos ao Sujeito absoluto. O processo de interpelação tem como outros resultados o reconhecimento universal entre os sujeitos e o Sujeito absoluto, entre os próprios sujeitos e de cada sujeito por si mesmo e a garantia absoluta de todo este processo. Assim, a eficácia do processo de interpelação está na ambigüidade do termo sujeito ou, com as palavras do autor, “o indivíduo é interpelado como sujeito (livre) para livremente submeter-se às ordens do Sujeito, para aceitar, portanto (livremente) sua submissão [...]. Os sujeitos se constituem pela sujeição” (ALTHUSSER, 1985: 104).

A interpelação é um processo que ocorre no nível do inconsciente², (penso que a interpelação ocorre também no nível consciente, pois para D. Cuche, as identidades se referem a processos conscientes e a cultura a processos inconscientes. Mas, esta é uma discussão ampla e que não faz parte do recorte desta pesquisa) cuja finalidade é descrever como os indivíduos adotam certas posições-de-sujeito particulares. A descrição da adoção de certas posições-de-sujeito é uma forma de incorporar a dimensão psicanalítica, que vai além da descrição de sistemas de significado, pois tenta explicar o motivo de posições particulares serem assumidas. Esta posição de análise leva em conta as subjetividades. Embora, não aborde, nesta pesquisa, a dimensão psicanalítica das identidades sociais e do processo de interpelação, dou ênfase às subjetividades das voluntárias entrevistadas, como se pode ver no terceiro capítulo, na análise das respostas dadas pelas voluntárias sobre o que as motivaram a ser voluntárias da RFCC-PI. Em outras palavras, “os fatores sociais podem explicar uma construção particular, mas não explicam qual o investimento que os indivíduos fazem em posições particulares e ao apego que eles desenvolvem por essas posições” (WOODWARD, 2000: 60).

O processo de interpelação nomeia e posiciona, simultaneamente, o sujeito, categoria simbolicamente construída, sendo, assim, reconhecido e produzido por meio de práticas e processos simbólicos. Os indivíduos são recrutados para uma ou várias posições-de-sujeito ao reconhecê-las por meio de um sistema de representação. E, o investimento que se faz nessas posições-de-sujeito é, também, um elemento central nesse processo. Assim, “as identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós. Elas são o resultado de uma bem-sucedida articulação ou ‘fixação’ do sujeito ao fluxo do discurso” (HALL, 2000: 112).

2.3 Identidades, valores e sentimentos motivadores do voluntariado da Rede Feminina de Combate ao Câncer do Piauí e do Lar de Maria

O voluntariado, para Coelho (2002), possui dois possíveis tipos de motivação: razões altruísticas e razões pautadas em interesses próprios, sendo ambas valorizadas pela cultura ocidental. Em relação à solidariedade, ela juntamente com o voluntariado e a filantropia são

² Para Cuche (2002), a cultura depende de processos inconscientes e a identidade remete-se a processos conscientes, pois se baseia em oposições simbólicas, isto é, a identidade é construída na alteridade, no contato com o(a) outro(a), e demarca o espaço da diferença com relação ao(a) outro(a). Isso significa dizer que a cultura existe sem consciência de identidade, mas “as estratégias de identidade podem manipular e até modificar uma cultura que não terá então quase nada em comum com o que ela era anteriormente” (CUCHE, 2002: 176).

expressões de uma nova cultura, que enfatiza dar tempo, recursos e talentos para o bem social (THOMPSON, 2005). Isso significa que certos valores, que são caros à cultura ocidental, singularizam o terceiro setor e o voluntariado. Esses múltiplos valores são sensibilidade para com os(as) necessitados(as), altruísmo, compromisso com o direito de livre expressão e compaixão, e pautam-se em duas idéias, a da iniciativa individual em prol do bem público e a da solidariedade, que está acima desta primeira (SALAMON, 2005; FERNANDES, 2002). No Jornal Diário do Nordeste, no Caderno Regional, de Fortaleza-Ce, do dia 08 de outubro de 2006, foi publicada uma matéria sobre beneficência e cujo título era “Solidariedade é lema de vida para pessoas voluntárias”. Na matéria escrita por Elizângela Santos, o seguinte discurso foi escrito:

Em um mundo onde as pessoas são induzidas a, cada vez mais, se fecharem ao próximo, ainda há muitos exemplos de vida em que a solidariedade torna-se sentimento, palavra e prática diários. Deixar de ser indiferente ao sofrimento alheio é um desafio que, a cada dia, está sendo vencido por homens e mulheres. Eles rompem a lógica do egoísmo e do trabalho somente em troca de dinheiro, e realizam ações beneficentes e voluntárias com a missão de levar qualidade de vida a crianças, jovens e idosos (Jornal Diário do Nordeste, Caderno Regional, de Fortaleza-CE, 08/10/2006, p. 01).

O conceito de solidariedade trabalhado pela jornalista parece-se com o conceito de compaixão dado por Sua Santidade, o Dalai-Lama, para quem compaixão é se colocar na perspectiva da outra pessoa, é imaginar-se no lugar de outro(a) e a atitude que tomaria caso fosse a outra pessoa. Ao imaginar-se na posição de uma outra pessoa, de acordo com Dalai-Lama, é possível compreendê-la e ao compreender a outra pessoa, pode-se trocar calor humano, isto é, ao se dar calor humano, a pessoa também recebe, no qual eu vejo a questão da dádiva. A jornalista ao dizer que algumas pessoas estão deixando de ser indiferentes ao sofrimento alheio, usa o conceito de compaixão budista, como dado por Dalai-Lama:

Creio que a empatia é importante não só como meio de aprimoramento da compaixão mas, em termos gerais, quando se lida com os outros em qualquer nível e se enfrenta alguma dificuldade, é extremamente útil ser capaz de procurar pôr-se no lugar da outra pessoa e ver como se reagiria à situação. Mesmo que não se tenha nenhuma experiência comum com a outra pessoa ou que se tenha um estilo de vida muito diferente, pode-se tentar fazer isso através da imaginação. Pode ser necessário ser levemente criativo. Essa técnica envolve a capacidade de suspender provisoriamente a insistência no próprio ponto de vista mas, também, encarar a situação a partir da perspectiva do outro, imaginar qual seria a situação caso se estivesse no seu lugar, como se lidaria com o fato. Isso ajuda a desenvolver uma conscientização dos sentimentos do outro e um respeito por eles, o que é um importante fator para a redução de conflitos e problemas com os outros (DALAI-LAMA, 2000: 100).

Os serviços do terceiro setor são dependentes, em sua maioria, de doações voluntárias. Assim, a tese moral do terceiro setor é importar-se com o(a) outro(a), ou seja, não ser indiferente ao que a outra pessoa passa. A característica distintiva do terceiro setor é a afirmação de valores, que são fonte e finalidade das ações voluntárias. Embora, com as modificações ocorridas, no atualmente, chamado terceiro setor, formas tradicionais de ajuda mútua, de dádiva, reciprocidade continuam atuando. As obras de caridade também permanecem atuantes, devido, principalmente, à cultura judaico-cristã de ajuda aos(às) pobres. Pois “a caridade cristã coloca Jesus Cristo como um mediador indispensável para as relações interpessoais, é uma troca que envolve uma terceira pessoa” (FERNANDES, 2002: 122). Através do exposto, percebe-se que dentre os valores morais sustentadores e interpeladores do terceiro setor, o valor solidariedade e compaixão são os que mais se destacam. No mini-dicionário Aurélio – Século XXI (2000), a palavra compaixão é definida como pesar que nos desperta a desgraça, a dor, de outrem; dó, comiseração, piedade. Para a cultura budista, o sentimento de dó ou pena é um sentimento de superioridade, pois se sente dó ou pena por pessoas que, de alguma forma, estão abaixo da pessoa que sente pena.

Mas, a palavra compaixão empregada nos discursos interpeladores do terceiro setor, a meu ver, tem um sentido de humanidade, devido à influência do pensamento de Dalai-Lama, no Ocidente, e principalmente, pela tradição judaico-cristã. De acordo com os ensinamentos de Jesus Cristo, as pessoas devem amar tanto os(as) seus(suas) amigos(as) como os(as) seus(suas) inimigos(as), para assim, fazer o bem a quem quer que seja. Edgar Morin, no livro “Amor, poesia, sabedoria”, diz ser um “neobudista”, por fazer, em si próprio, uma mestiçagem da mensagem de compaixão pelo sofrimento de qualquer ser vivo, do budismo, e da compaixão cristã, a qual é “limitada aos humanos, mas comporta algo de original ou importante: a capacidade do perdão” (MORIN, 1999: 51). Assim, para o autor, a mensagem budista da compaixão pelo sofrimento “coincide com a mensagem evangélica, evidentemente sempre recoberta pelo dogmatismo das Igrejas, contido no Sermão da Montanha e nas Beatitudes” (MORIN, 1999: 51).

O conceito de identidade refere-se também aos sentimentos subjetivos e às avaliações dos sujeitos que tenham experiências comuns, quer dizer, as identidades sociais se referem aos sentimentos e avaliações subjetivas, mas que homogeneízam o grupo e/ou comunidade, diferenciando-os de outros grupos e/ou comunidades.

Esses sentimentos e valores se referem a três componentes das suas experiências compartilhadas: um sentido de continuidade entre as experiências das gerações sucessivas da unidade da população; as memórias

compartilhadas de eventos e personagens específicos que constituíram pontos decisivos de uma história coletiva; e um senso de destino comum por parte da coletividade que compartilha essas mesmas experiências. Portanto, por identidade cultural coletiva [ou identidade de um determinado grupo] entendem-se aqueles sentimentos e valores em relação a uma determinada unidade da população [no caso, o grupo de voluntárias contra o câncer infantil do Piauí] que teve experiências e atributos culturais comuns (SMITH, 1994: 192).

Em apresentação oral sobre o voluntariado, no 3º Encontro de Capacitação de Voluntários que Apóiam Pacientes com Câncer, em março de 2004, Sílvio Viena ressaltou, em sua fala, valores motivadores do voluntariado, como os valores morais bondade, amor ao[à] próximo[a] e doação. Esses valores foram ressaltados, também, pelo Major Marcos César Rocha, na palestra “A importância da espiritualidade no trabalho voluntário”, do mesmo encontro. Nessa palestra, o Major Marcos Rocha fez referências aos Evangelhos e a imagem de Jesus, destacando a parábola do Bom Samaritano, que é precedida pela seguinte passagem bíblica:

²⁵Levantou-se um doutor da Lei e para o tentar perguntou: “Mestre, o que farei para alcançar a vida eterna?” ²⁶Respondeu-lhe Jesus: “O que está escrito na Lei? Como é que tu lês?” ²⁷Ele respondeu, dizendo: “Amarás o Senhor teu Deus de todo o coração, com toda a alma, com todas as forças, e com toda a mente, e o próximo como a ti mesmo”. Falou-lhe então Jesus: “Respondeste bem. Faze isto e viverás” (Evangelho de Lucas 10, 20-28. In: Bíblia – Estudando a palavra de Deus, 1995).

Em outro curso de atualização das voluntárias da RFCC-PI, no mês de agosto de 2004, Maria Ester de Araújo, falou sobre o perfil do(a) voluntário(a), o qual se caracteriza pela solidariedade, pela transformação da dor em alegria, pela caridade, justiça social, cidadania, doação, amor ao(à) próximo(a). E, destacou a necessidade do(a) voluntário(a) seguir os passos do Mestre (Jesus): ver-sentir-ousar-amar-servir, ou seja, aprender a conjugar o verbo amar em todos os tempos. Então, penso que o imaginário evangélico é um dos referenciais principais do voluntariado exercido pela RFCC-PI e do Lar de Maria. Isso se dá devido a todas as voluntárias da RFCC-PI terem uma educação religiosa judaico-cristã, sendo que 85,71% das voluntárias entrevistadas são católicas, 4,76% são espíritas, 4,76% disseram acreditar em Deus e 4,76% disseram acreditar no Pai, no Filho e no Espírito Santo.

As ações sociais, entendidas como ações orientadas pela ação de outras pessoas, praticadas pelas voluntárias da RFCC-PI, são, idealmente, ações sociais racionais com relação a valores. Refiro-me à ação social motivada por valores do voluntariado da Rede Feminina como uma ação ideal, devido ao voluntariado contra o câncer infantil piauiense ser repleto de ambigüidades e contradições, o que será analisado no próximo capítulo. A ação social

orientada racionalmente com relação a valores é elaborada conscientemente por “princípios últimos da ação” e orienta-se “por eles de modo consequentemente planejado” (WEBER *in* FORACCHI e MARTINS, 1994: 141). Pautada em Max Weber, digo que as voluntárias da Rede Feminina agem, idealmente, de modo racional com relação a valores por se guiarem por convicções morais, religiosas e por assumirem e investirem em uma determinada causa social, que é estrategicamente promovida pelo Estado brasileiro, como um ideal humano a ser seguido e buscado, e como bem lembra Michel Agier, as identidades são buscas inacabadas, e Zygmunt Bauman, as identidades são construídas vezes após vezes.

Com as palavras de Max Weber, “uma ação racional com relação a valores é sempre (...) uma ação segundo ‘mandatos’ ou de acordo com ‘exigências’ que o agente acredita serem dirigidas para ele (e diante das quais o agente se acredita obrigado)” (WEBER, *in* FORACCHI e MARTINS, 1994: 141). Para exemplificar este conceito, dou a palavra à voluntária Imaculada para exemplificar o sentimento de obrigação que algumas voluntárias expressam em relação às necessidades sociais:

a sociedade deve procurar engajar-se nestes programas e não deixar a responsabilidade do bem comum a cargo e responsabilidade dos governos, pois cada um de nós somos seres eminentemente políticos e capazes de colaborar como co-autores da nossa história (RESPOSTA À PERGUNTA SOBRE COMO A VOLUNTÁRIA VÊ A ATUAÇÃO DOS GOVERNOS, NA ÁREA SOCIAL).

Como dito, uma das características distintivas do terceiro setor é a afirmação de valores. Assim, o sentido das ações racionais com relação a valores construídas e praticadas, idealmente, pelo voluntariado contra o câncer infantil piauiense não residem no resultado, como na ação racional com relação a fins, mas na peculiaridade da ação.

O sentimento ou valor moral amor e a expressão vida são duas categorias constantes nas campanhas de arrecadação de recursos financeiros, da RFCC-PI. Na campanha de 2001, o tema era “voluntários da vida contra o câncer pelo amor”. Na campanha de 2002, o tema foi “bem-me-quer para a vida!”. Na campanha de 2003, o tema foi “Cada um sabe a alegria e a dor que traz no coração”. Na campanha de 2004, o tema foi “um ato de amor não tem medida, não tem cor, não tem idade”. O panfleto publicitário dessa campanha dizia: “um ato de amor, não apenas aquece o coração de quem recebe, como também conforta o coração de quem oferece”. E, finalizava convidando as pessoas a aderirem ao voluntariado, “**seja você também um voluntário**”, sendo os requisitos para o voluntariado praticado na RFCC-PI, idade maior de dezoito anos e “**muito AMOR**” – a palavra amor, no panfleto foi grafada com letras maiúsculas e vermelhas, aliás, praticamente, todo o texto publicitário foi escrito na cor

vermelha, o que lhe dava destaque e remetia ao sentimento amor, simbolizado comumente, na cultura ocidental, pela cor vermelha. Na campanha de 2005, o tema foi “o seu amor nos move – o nosso movimento é pela vida”. E, na campanha de 2006, o tema trabalhado foi “exercite o seu amor”.

Em todas as campanhas mencionadas acima, há um símbolo que caracteriza o trabalho das voluntárias da RFCC-PI e do Lar de Maria, que é o desenho de um rosto de criança careca sorrindo – o que remete à imagem de crianças com câncer, pois devido ao tratamento quimioterápico, os cabelos caem –, com um curativo na cabeça – o que remete ao fato do Lar de Maria atender crianças doentes – e um coração, como forma de pensamento – o chamado/interpelação pelo amor que se pode ter a crianças doentes. O que quero dizer é que o voluntariado do Lar de Maria e da RFCC-PI é caracterizado pelo amor à vida de crianças carentes e com câncer, que necessitam de carinho e amor, os quais podem ser dados por mulheres e homens – embora a RFCC-PI não aceite homens como voluntários, eles (homens) podem contribuir com a entidade. Por isso, o uso de imagens infantis – desenho de um rosto de criança careca sorridente com um curativo – para chamar atenção dos indivíduos para sentimentos de proteção e cuidado a seres tão frágeis e necessitados, que precisam de amor, carinho e ajuda – o coração, em forma de pensamento, no desenho, simboliza amor, ternura e compaixão.



Figura 4 - Símbolo das campanhas da RFCC-PI

No Manual do Voluntário da RFCC-PI, de 2002, para uma pessoa ser voluntária há a necessidade do preenchimento de certos requisitos, que a particularizam como tal e são:

disponibilidade e tempo para servir; doação espontânea sem esperar retorno; responsabilidade com o compromisso assumido; otimismo – essencial na relação com o paciente; sensibilidade; discrição; profissionalismo; maturidade e estabilidade emocional; pontualidade; respeito; não ser paternalista; tolerância e flexibilidade; capacidade de integração com o grupo de trabalho (Manual do Voluntário/RFCC-PI, 2002: 19).

Esse perfil foi traçado para uma das voluntárias da entidade, no caso, a vice-presidenta, Graça Andrade, mais conhecida por Gracinha, no Jornal Meio Norte, Caderno Vida, de Teresina-PI, página 08, do dia 11 de dezembro de 2005. O título da matéria é “Uma história de dedicação ao próximo”. Nessa matéria, a jornalista Lindalva Miranda diz que “dedicação, carinho, amor e compreensão fazem parte do dia-a-dia das voluntárias da Rede Feminina de Combate ao Câncer – Lar de Maria”, as quais “somando esforços e solidariedade” amenizam “o sofrimento de dezenas de crianças convivendo com câncer”. Na pessoa de Gracinha, Lindalva Miranda falou das características construídas sócio-simbolicamente para o voluntariado da RFCC-PI e do Lar de Maria, como “abrir mão do próprio lar, dos filhos, do lazer, das amizades, para dar atenção especial às crianças com câncer”.

Gracinha disse, nessa entrevista, fazer o “trabalho [voluntário] somente pela satisfação de poder ver o sorriso no rosto das crianças e poder dar um pouco de carinho e amor a cada uma delas”. Essa fala da voluntária lembra a descrição feita sobre o[a] voluntário[a], no Manual do Voluntário, da RFCC-PI, de 2002, que diz “o[a] voluntário[a] contenta-se, realiza-se, realizando o[a] próximo[a], suprimindo as carências dos seres humanos socialmente excluídos” (p. 15), o que remete ao aspecto performativo dos enunciados das características produzidas e, supostamente, descritas, em torno de um grupo cultural, como também remete à questão da dádiva, devido ao aspecto da retribuição simbólica, como “o sorriso no rosto das crianças”. Em relação à retribuição simbólica, Reynaldo Tajra França Filho, administrador e professor, em uma palestra sobre “A importância da motivação humana para a qualidade de vida das pessoas”, realizada no dia 18 de setembro de 2006, no auditório do Hospital São Marcos, para as voluntárias da Rede Feminina, como uma forma de motivá-las para as vendas, durante a Campanha anual de captação de recursos financeiros, disse que “o voluntariado é uma perspectiva de crescimento pessoal, é fazer o melhor e cuja recompensa é sorriso e abraço”. Essas análises abrem espaço para uma outra análise, em uma perspectiva poliocular, análise esta que privilegia a construção identitária do voluntariado contra o câncer infantil piauiense pela questão da dádiva.

2.4 Identidade voluntária contra o câncer infantil piauiense e a questão da dádiva

Neste tópico, analiso o processo de construção identitária do voluntariado da RFCC-PI e do Lar de Maria, relacionando o processo com a questão da dádiva/dom/reciprocidade. No entanto, não abordo a noção de reciprocidade ou dádiva/dom como definida somente em termos econômicos, pois penso que esta noção está imbricada também com relações sociais, políticas e racionalizações ideológicas (VALENSI e RANDES, 1978). O que quero dizer é o seguinte: as voluntárias entrevistadas, em suas falas, valorizaram a questão do dar-receber-retribuir, permeada pela caridade judaico-cristã, que “privilegia la acción católica dirigida preferencialmente hacia los sectores denominados ‘pobres’, ‘necesitados’ o ‘carenciados’, y propone como modelo de relación al amor gratuito, no interesado, brindado al prójimo” (ZAPATA, 2004: 108). Portanto, relaciono a construção identitária das voluntárias da RFCC-PI e do Lar de Maria com a questão da dádiva/reciprocidade/dom através de um campo poliocular da solidariedade voluntária e local.

Embora, no primeiro capítulo eu tenha feito uma abordagem sócio-político-econômico-cultural e histórica da ação social do Estado, através de uma construção teórica de sentido evolutivo que vai da formação e consolidação do Estado de bem-estar social ao Estado Neoliberal, nesta dissertação, analiso o processo de construção identitária do voluntariado contra o câncer infantil piauiense por meio da sócio-anthropologia política da solidariedade voluntária e local, privilegiando, dessa forma, as práticas dos atores sociais da pesquisa, as voluntárias da RFCC-PI e do Lar de Maria, “que contribuyen a forjar los contextos en que se desenvuelven” (ZAPATA, 2004: 107). Então, para dar concretude à análise pretendida, pois a assistência social e a caridade/solidariedade voluntária e local são construídas sócio-culturalmente por sujeitos concretos, busco, assim como Laura Zapata, romper com a profunda divisão entre o domínio econômico e interessado e o domínio moral e gratuito. Com as palavras da autora,

A la creencia de que la significación de estos actos [gratuitos e desinteresados] es unívoca para la humanidad, y por lo tanto para diversas sociedades y aún para los diferentes grupos que componen un determinado orden social. Estas creencias suponen tomar como evidente una escisión particular, histórica y culturalmente producida por las sociedades modernas. Se trata de la cesura occidental que pretende imponer como obvia la distinción económica de dos universos sociales: es uno de la economía se asocia a términos como precio, lucro, interés individual, dinero, cálculo racional, competencia, contrato; en el otro se exalta el flujo gratuito de bienes siguiendo la lógica del don, la que reprime entre sus protagonistas la

apropiación interesada de cosas consideradas gratuitas, excluye la recompensa y la competencia, estimula la obligación moral y el cultivo de determinadas virtudes como la caridad y/o la solidaridad, la emotividad, la gratuidad y el sacrificio del interés propio (ZAPATA, 2004: 109).

Assim, entendo dos valores e sentimentos morais, a questão da dádiva, pautada na constituição de um modo de vida, de uma sociabilidade, a qual é referenciada em valores como generosidade, caridade, solidariedade voluntária e local, hospitalidade e compartilhamento como também é referenciada em interesses individuais e/ou coletivos. Dessa forma, como dito anteriormente, a Rede Feminina de Combate ao Câncer do Piauí e o Lar de Maria são uma cultura de um determinado grupo, no caso, o grupo de voluntárias, que atua na área de assistência social a pessoas com câncer. A cultura da RFCC-PI e do Lar de Maria se “expressa num complexo de narrativas que envolvem uma moralidade particular e relações sociais também bastante particulares” (CAMPOS, 2006a: 02). Os sentimentos morais, então, “tomam um lugar especial dentro de uma sociabilidade baseada na caridade” (CAMPOS, 2006a: 02). Exemplo dessa sociabilidade pautada em sentimentos e valores morais é a resposta da voluntária Isabel às perguntas feitas durante a entrevista, a qual valoriza sentimentos como o amor ao(à) próximo(à) e a solidariedade, em uma perspectiva espiritual (tradição judaico-cristã):

[...]. Por amor, também, porque o amor é tudo [...]. (RESPOSTA DA VOLUNTÁRIA À PERGUNTA: EM SENTIDO AMPLO, O QUE É SER VOLUNTÁRIA?).

[...] se não existissem as pessoas com espírito solidário, com coração bom, essas pessoas voltadas para o amor, ao próximo, as entidades não se sustentariam. Porque elas são sustentadas, na sua grande maioria, à custa da sociedade, que tem um coração bom, um espírito solidário, vontade de amor, de ajudar o próximo, em prol do bem-estar do seu próximo, não importa quem seja ele, mas, a gente tem que ajudar, dividir o pão [...]. (RESPOSTA DA VOLUNTÁRIA À PERGUNTA: COMO VOCÊ VÊ A ATUAÇÃO DO GOVERNO, TANTO MUNICIPAL, COMO ESTADUAL E FEDERAL, NA ÁREA SOCIAL).

Embora a dádiva seja pautada em sentimentos morais, como expresso nas falas da voluntária Isabel, sentimentos estes valorizados pela cultura ocidental, ela é ambígua, pois se encontra na mesma a mistura de interesse e desinteresse, obrigação e espontaneidade, razão e sentimento (MAUSS, 1974; CAMPOS, 2006a,b), característica inerente também às identidades sociais, as quais através de ambigüidades/contradições e vicissitudes, dinamizam-se. Por exemplo, na RFCC-PI, as voluntárias assumem e investem em suas atividades, de forma, aparentemente espontânea, pois como diz Louis Althusser, os sujeitos são livremente

submetidos às ordens do Sujeito nomeador e posicionador (Estado). As voluntárias estão na entidade porque querem, é uma escolha individual. Mas, indago, será mesmo uma escolha estritamente individual? Será que não há subjacente a essa escolha individual um processo, permeado por relações de poder-Estado, indutor do voluntariado? No entanto, ao assumir e investir em suas atividades, as voluntárias são obrigadas, pelas regras da entidade e pelas regras externas da entidade, como a lei do voluntariado, a cumpri-las, regularmente. Assim, o principal papel da dádiva é o de “criar laços sociais, laços de aliança e amizade”, para se evitar “a guerra, a hostilidade e o medo” (CAMPOS, 2006: 03), no caso da RFCC-PI, o medo da falta de assistência a pessoas doentes e carentes.

Além disso, neste campo social, joga-se veladamente, por excelência, um capital simbólico, como reconhecimento, honra, prestígio e poder, o que proporciona o surgimento de conflitos implícitos e explícitos.

Se trata de un mundo cuya regla de oro es la eliminación (al menos aparente) del interés individual; que precisa de agentes sociales orientados a los valores simbólicos que lo constituyen, a la clase de recompensas poderosas que distribuye: reconocimiento, formas de autoridad y modos de dominación simbólica (ZAPATA, 2004: 112).

Essas características ajudam a construir uma identidade voluntária estruturada em um conjunto de emoções e/ou virtudes, que mesmo não consciente e/ou plenamente buscada, encontra como recompensa formas de autoridade inscritas em suas próprias pessoas por meio de ajudas desinteressadas e caritativas prestadas aos(às) beneficiários(as) (ZAPATA, 2004). Ou seja, as idéias de iniciativa individual e de solidariedade voluntária e local, ao invés de solidariedade social, são uma constante em quase todos os trabalhos sobre o terceiro setor e sobre o voluntariado, o que leva a considerar a formação de uma cultura do voluntariado e da construção das identidades voluntárias, intrinsecamente relacionadas com a questão da dádiva ou da prática da caridade/filantropia “na criação de uma sociabilidade na qual reciprocidade surge o sob o signo da solidariedade mais do que da troca” (CAMPOS, 2006a: 06).

Marcel Mauss, em um estudo sobre a dádiva, fala sobre as trocas e os contratos, realizados em sociedades primitivas, através de presentes, supostamente voluntários, mas dados e retribuídos, obrigatoriamente. No entanto, as observações feitas sobre a questão da dádiva nas sociedades primitivas, de acordo com Mauss, podem ser estendidas às nossas sociedades – ocidentais e capitalistas – que, ainda, de certa forma, se baseiam em uma moralidade pautada em sentimentos ou na mistura de dádiva, obrigação e liberdade. Pois, subjacente ao caráter voluntário há imposição e interesse das prestações. Isto é, os indivíduos,

nessas prestações, mais do que coisas economicamente úteis, trocam “gentilezas, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras em que o mercado é apenas um dos momentos e onde a circulação de riquezas constitui apenas um termo de um contrato muito mais geral e muito mais permanente” (MAUSS, 1974: 45). As trocas obrigatórias, chamadas por Mauss de prestações e contraprestações totais e que tem como ponto culminante a obrigação de retribuir, servem para evitar a guerra privada ou pública. Tem como finalidade a busca pelo primeiro lugar, pela fortuna, pela beleza, força, riqueza, enfim, a busca pelo que é individualmente útil.

A obrigação da retribuição é devida ao fato de que, no presente recebido e trocado, a coisa recebida não é inerte. Mesmo doada a alguém, ela ainda pertence ao(à) primeiro(a) proprietário(a), o que dá uma ascendência do(a) doador(a) sobre o(a) beneficiário(a). A coisa dada é alma, por isso, o vínculo pelas coisas dadas é um vínculo de almas. Presentear alguma coisa a alguém é presentear alguma coisa de si, havendo a necessidade/obrigação de retribuir a outrem a coisa dada, pois aceitar alguma coisa de alguém é aceitar alguma coisa de sua “essência” espiritual, moral e física, o que torna perigoso conservar a coisa dada sem retribuição (MAUSS, 1974). A prestação total além da obrigação de retribuir os presentes recebidos tem outras duas obrigações: a de dar e a de receber. A obrigação de dar e a de receber são expressas no seguinte raciocínio: recusar-se a dar, recusar-se a convidar ou recusar-se a receber equivale a declarar guerra, é o mesmo que recusar a aliança e a comunhão. Outro aspecto importante no estudo feito por Mauss é o regalo feito aos homens em vista dos deuses. Através de sacrifícios, os indivíduos esperam ser retribuídos pelos deuses, ou seja, as dádivas oferecidas aos homens e aos deuses “têm por fim comprar a paz para uns e outros” (MAUSS, 1974: 65). Para Mauss, a esmola provém do sacrifício feito aos deuses, os quais consentem que as ofertas que seriam destinadas a eles sejam dadas aos pobres e às crianças.

Em relação ao regalo feito aos(às) homens(mulheres) em vista dos deuses, penso que, no caso do voluntariado construído pela Rede Feminina de Combate ao Câncer do Piauí e pelo Lar de Maria, o primeiro doador é Deus, que presenteia suas filhas, as voluntárias, com saúde e outras bençãos. Estas últimas, através do voluntariado, presenteiam pessoas que têm câncer, que, por sua vez, retribuem às voluntárias com carinho e gratidão. Mas, o “espírito” da coisa recebida do primeiro doador retorna ao mesmo, por meio do sacrifício ou aparente sacrifício das voluntárias, que é o trabalho voluntário ou voluntariado, no qual elas, voluntárias, doam tempo, dinheiro e valores morais a pessoas que, de acordo com a cultura

judaico-cristã, são a imagem e semelhança de Deus, como escrito no primeiro capítulo do livro de Gênesis, versículos vinte e seis e vinte e sete:

²⁶Deus disse: “Façamos o homem à nossa imagem e segundo nossa semelhança, para que domine sobre os peixes do mar, as aves do céu, os animais domésticos e todos os animais selvagens e todos os répteis que se arrastam sobre a terra”. ²⁷Deus criou o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou, macho e fêmea ele os criou. (Gênesis 1, 26-27. In: Bíblia – Estudando a palavra de Deus, 1995).

Em relação à doação de tempo, como uma forma de retribuição, a voluntária Albertina, em sua resposta à pergunta sobre o que é ser voluntária em sentido amplo, disse que ser voluntária é integrar-se, é dar e retribuir algo que se tem, por meio de compromisso pessoal e público, sendo a categoria tempo a forma principal de doação, ou seja, a doação do seu tempo disponível como serviço de ajuda ao(à) próximo(a) é uma forma de retribuição pessoal e pública:

Ah! O sentido amplo de ser voluntária... Eu acho assim: você tem que ter uma integração, como o dar e o receber. Porque você não pode oferecer o que você não tem. Eu acho que ser voluntária é oferecer, exatamente, o que você tem, em primeiro lugar. Porque, na hora, que você se prontifica pra ser voluntária, você tá assumindo um compromisso público e pessoal. E, quando você não tem esse tempo pra se disponibilizar pra servir, como é que você pode servir, como é que você pode dar uma coisa que você não tem nem pra você: tempo, né (Trecho da entrevista da voluntária Albertina para esta pesquisa dissertativa).

Outro ponto abordado e que é importante exemplificar é a forma – simbólica – como as voluntárias sentem-se retribuídas. A voluntária Berenice, em sua resposta à pergunta sobre o que é ser voluntária em sentido amplo, falou como se sentiu retribuída, simbolicamente, pelo carinho desprendido a uma criança com câncer, internada no Hospital São Marcos, no Natal do ano 2004. Então, as retribuições dadas às voluntárias da Rede Feminina são predominantemente simbólicas o que não exclui a busca cortinada por retribuições públicas, no sentido da veiculação da imagem de voluntárias na mídia, como um *status* social e/ou a busca velada por reconhecimento e transferência de poderes dentro da própria entidade:

Ele começou a olhar pra mim, começou a falar, a rir. E uma senhora do leito vizinho, que tava com uma criança, disse assim: “ah, menina! Olha ele está conversando, achando graça!” Aí eu perguntei: o que foi que houve? “Não, é porque ele estava...” Aí contou a situação como é que ele estava. Quer dizer, eu fiquei assim... realizada em ter podido ajudar aquela criança, em tá ali, de fazer ele ri, de ele conversar. E esse foi, pra mim, o meu presente de natal, foi esse. Quando foi pra eu sair, ele não queria que eu fosse embora. Começou a chorar para eu não ir embora. Quer dizer, é isso aí que é o

importante, você se sentir útil nessa hora aí, você tá ajudando. O importante que eu acho do voluntariado é isso aí, você se realizar naquela função que você tá desempenhando. Muito gratificante isso aí, pra mim, é. Me realizo aqui com essas crianças. Acho o máximo tá aqui com eles (Trecho da entrevista da voluntária Berenice).

Mauss também fala sobre a matéria espiritual, que compreende coisas e homens e mulheres, a qual poderia ser relacionada, nesta pesquisa, aos valores morais como amor ao(à) próximo(a), caridade, solidariedade voluntária e local, responsabilidade social, generosidade, compartilhamento, entre outros. Tal matéria espiritual promove um regime social particular pautado na caridade e na solidariedade voluntária e local. Embora Mauss aborde a questão da dádiva pelo prisma da troca, o que não se encaixa exatamente com a proposta elaborada nesta pesquisa, pois pauto a relação identidade voluntária contra o câncer infantil piauiense e dádiva pelo signo da solidariedade voluntária e local desenvolvida pela sociedade, ele é importante por mostrar a ambigüidade intrínseca à dádiva, que é, ao mesmo tempo, espontânea e obrigatória, desinteressada e interessada, ou seja, por descompartmentalizar as esferas econômica, moral, social, política e cultural e por apresentar as três obrigações do dar-receber-retribuir. A obrigação da dádiva é socialmente instituída/imposta, como afirma Caillé (2006a), com o qual concordo, e essa obrigação só ganha sentido pela característica da espontaneidade. Assim, no processo de construção da identidade voluntária contra o câncer infantil piauiense, os discursos exteriores, cujo representante maior é o Estado, e os discursos interiores da entidade instituem a obrigação-espontânea da dádiva.

A dádiva por funcionar simultaneamente sob a forma desinteressada e obrigatória, deve ser retribuída de maneira usurária, pois não retribuir dignamente é perder a face. Através de conversas com algumas voluntárias, percebi que, na Rede, havia e há voluntárias que tiveram câncer ou tiveram pessoas com câncer, na família. Então, o voluntariado, para essas mulheres-voluntárias, era e é uma forma de retribuição usurária pela saúde conquistada. “A dádiva é, pois, aquilo que é preciso fazer, [...] receber e aquilo que, contudo, perigoso receber. É que a coisa dada, em si mesma, forma um vínculo bilateral e irrevogável [...]. O donatário depende da cólera do doador, e mesmo cada um depende do outro”. (MAUSS, 1974:154). Esta obrigação espontânea da dádiva, a meu ver, permite a manutenção dos laços construídos entre voluntárias e beneficiários(as), dando, assim, continuidade ao voluntariado contra o câncer, no Piauí, que foi iniciado, em 1954. Como diz Maurice Godelier, “a dádiva existe em toda parte, embora não seja sempre igual” (GODELIER, 1996: 09). Isto é, o sistema da dádiva encontra-se presente nesta forma particular de trabalho voluntário contra o câncer, no

estado do Piauí, mas em uma forma particular, que é a relação dádiva, voluntariado e pessoas com câncer.

Maurice Godelier, ao analisar a sociedade ocidental e capitalista, diz que o simples fato de alguém pertencer a uma família não lhe garante condições de existência e sobrevivência, porque a economia capitalista cria o paradoxo de excluir determinados indivíduos [e diga-se de passagem, milhões de indivíduos excluídos], para reintegrá-los, não no mercado de trabalho, mas na sociedade através do apelo à dádiva, organizada em “organizações caritativas” (GODELIER, 1996: 11). Embora o autor não utilize a expressão terceiro setor, digo que esta reintegração de indivíduos excluídos, não se dá na sociedade de forma geral, mas especificamente no terceiro setor enquanto sociedade civil organizada em entidades privadas que prestam serviços públicos, mas sem fins lucrativos. O autor em consonância com os eventos históricos de construção e derrocada do Estado Providência francês e a implementação de políticas neoliberais de minimização da ação social do Estado e ampliação da ação do Estado no favorecimento da atuação do livre mercado (como diz Elaine Behring), faz uma relação entre Estado e dádiva:

Ela [dádiva] que recuara à medida que a exclusão diminuía e a justiça social aumentava, regressa e volta a tornar-se necessária quando existem novamente cada vez mais excluídos e quando o Estado já não é suficiente para fazer alguma coisa de modo a que haja menos injustiças, menos pessoas sós e abandonadas (GODELIER, 1996: 12).

Não concordo com Maurice Godelier quando o mesmo diz que o Estado não tem condições suficientes para diminuir as injustiças sociais. Embora o contexto (francês) do pensamento do autor seja diferente do contexto do terceiro setor e dos voluntariados brasileiros, concordo com Elaine Behring a respeito do discurso ideológico neoliberal que preconiza a incapacidade/ineficiência e ineficácia do Estado em elaborar, implementar e executar políticas públicas de cunho social. Em relação ao contexto brasileiro de reforma do Estado (ou nas palavras da autora, de contra-reforma do Estado), na década de 1990, a mesma diz que:

é possível concluir que existe uma forte capacidade extrativa do Estado brasileiro, porém que não está voltada para uma intervenção estruturante e para os investimentos sociais, mas para alimentar a elite rentista financeira. Nessa direção, os investimentos sociais não são, evidentemente, as causas da crise, como insistiam em afirmar os discursos neoliberais dogmáticos. O déficit público não está localizado neles [investimentos sociais], embora, como se viu, tenham sido construídas uma cortina de fumaça ideológica e algumas artimanhas para forjar e justificar este argumento (BEHRING, 2003: 280).

O discurso ideológico neoliberal de incapacidade do Estado de realizar políticas públicas de cunho social cortina, por meios de artimanhas discursivas veiculadas, principalmente, pelos mais diversos meios de comunicação escrita e falada, a super capacidade do Estado na execução dos interesses do livre mercado. Neste ponto, como tratado no primeiro capítulo, uma das ferramentas da reforma (ou contra-reforma do Estado brasileiro, de acordo com Elaine Behring), na década de 1990, foi o programa de publicização, o qual foi definido por Bresser Pereira como o processo de transferências de serviços não exclusivos do Estado como os serviços sociais e científicos para as atividades públicas não-estatais competitivas. Dentro do programa de publicização realizado nos governos FHC houve o discurso interpelador da dádiva, do dar, da solidariedade, em uma perspectiva despolitizada, cujo objetivo foi o de desresponsabilizar o Estado de sua ação social e responsabilizar implicitamente a sociedade brasileira, ou de acordo com o discurso oficial do governo FHC, os cidadãos consumidores, que simultaneamente, são egoístas e solidários.

Maurice Godelier também fala sobre a “pressão exercida sobre todos nós para ‘dar’, acerca da ‘procura’ de dádivas” (GODELIER, 1996: 13), a qual está modernizada e assim como o discurso ideológico neoliberal é veiculado através dos mais diversos meios de comunicação, a dádiva tornou-se também midiática e burocrática. Nas palavras do autor,

Utiliza os *media* para “sensibilizar” a opinião [pública], comover, tocar, apelar à generosidade de cada um, à solidariedade que devia reinar numa Humanidade abstracta, situada acima das diferenças de cultura, de classe ou de casta, de língua, de identidade. Apelar à generosidade para lutar com mais armas e triunfar mais depressa sobre a sida ou o cancro. Apelar pelas vítimas da guerra em Sarajevo, etc. Ou seja, apelar a favor de todas as vítimas das doenças ou dos conflitos de interesses entre os homens. O Ocidente encontra-se de qualquer maneira permanentemente presente em todas as frentes do mal. Em cada uma delas, os *media* apresentam o espetáculo de todas as exclusões, a dos indivíduos e a das nações arruinadas pela miséria, pobreza e guerra civil (GODELIER, 1996: 13).

Isso se configura no que chamo de interpelação para os voluntariados, através do apelo à solidariedade voluntária e local, ou como diz António Firmino da Costa, interpelações identitárias. Isto é, através do apelo à dádiva e a sentimentos valorizados pela cultura ocidental como pela veiculação de uma imagem de Estado ineficiente em prover adequadamente serviços sociais universais à sociedade, constrói-se uma cultura do voluntariado, legitimada pelo sutil processo construtor de identidades voluntárias. A dádiva entra nesse processo devido sua característica paradoxal, por escapar tanto do interesse egoísta como do altruísmo. Dessa forma, além do fato da dádiva fazer parte do processo de

construção identitária do voluntariado contra o câncer infantil piauiense por causa das relações construídas por esse determinado tipo de voluntariado pautado na obrigação tripartite do dar-receber-retribuir, ela é inerente ao mesmo por causa do “suplicamento” ou da interpelação identitária dos voluntariados pelo Estado, o qual sutilmente delega suas responsabilidades sociais para a sociedade (MARTINS e CAMPOS, 2006).

Entender e analisar a construção desse tipo de identidade voluntária com a ajuda da dádiva permite uma perspectiva poliocular que, como se pode ver no terceiro capítulo, explicita as ambigüidades e conflitualidades dos voluntariados (MARTINS e CAMPOS, 2006). Essa característica do dom ou da dádiva, também é abordada por Allain Caillé, para o qual “o dom não é definível sem o interesse, mas que deve ser definido contra ele. Ele existe e opera porque sendo dom determinado e não dom em si, dom de alguma coisa, ele está sempre ligado, de forma contraditória, com outra coisa que não ele mesmo” (CAILLÉ, 2006b: 55). Embora, Allain Caillé, assim como Paulo Henrique Martins e Roberta Campos, mostre as ambigüidades da dádiva, discordo do autor no que refere ao dom/dádiva como troca, embora para o autor, a dádiva não se reduza a troca. Pois, analiso o voluntariado contra o câncer infantil piauiense com a ajuda da dádiva, mas em uma perspectiva apresentada por Roberta Campos, a qual entende a dádiva mais pelo signo da solidariedade do que pelo prisma da troca. Nas palavras da autora:

Acredito que o fenômeno da caridade nos oferece a oportunidade para pensarmos o papel de certas noções e sentimentos morais tais como generosidade e solidariedade – como opostos à rivalidade e à troca – na constituição do tecido social. O meu esforço (...) é justamente apontar para as implicações da prática da caridade na criação de um modo de vida no qual reciprocidade vem sob o signo da solidariedade mais do que da troca. Estou assim abrindo espaço para se pensar a tradução da reciprocidade em outros termos (CAMPOS, 2006b: 142).

Com o espaço aberto por Roberta Campos em relação à análise da reciprocidade/dom/dádiva em outros termos que não o da troca, mas pelo signo da solidariedade, digo em consonância com Pedro Demo, que a solidariedade está sendo utilizada apoliticamente pelo discurso ideológico neoliberal, com o recuo do *welfare state*, que para o autor, não existiu no Brasil, e nesse ponto discordo do mesmo, pois como Sônia Draibe e Marcelo Medeiros, penso que existiu no Brasil um Estado de bem-estar social, mas dentro das particularidades históricas e contextuais brasileiras. Pedro Demo analisa o discurso da solidariedade utilizado pelo Estado brasileiro para justificar a implementação de políticas sociais restritivas e focalistas (ou em minhas palavras, políticas sociais minimalistas e

descomprometidas com os[as] excluídos[as]) e diz que este discurso induz a um assistencialismo que “mata a cidadania”, pois “o próprio fato [de as políticas sociais] serem tão residuais escancara que tendem a ser a pá de cal da cidadania” (DEMO, 2001: 45 e 50).

Como já disse no primeiro capítulo, a prática da solidariedade é multifacetada assim como o seu conceito. E, nesta mesma linha de pensamento, Maria do Socorro Alves de Sousa diz que:

Com referência à concepção de solidariedade, deve-se analisar que ela expressa determinada forma de representação da realidade social, possuindo e pressupondo significados diversos permeados pela postura intelectual, política e ideológica de quem a formula (SOUSA, 2001: 104).

Assim, para a autora há uma ideologia da solidariedade construída pelo discurso neoliberal e executada pelos dois governos FHC (1995-2002), principalmente, com o Programa Comunidade Solidária, e essa ideologia da solidariedade visa ocultar/cortinar/escamotear a questão social e o controle social pelo capital mundializado, sendo que o Estado brasileiro é o mediador desse “instrumento ideológico de subordinação passiva dos grupos sociais dominados na especificidade da realidade brasileira” (SOUSA, 2001: 100). A Rede Feminina de Combate ao Câncer do Piauí, como já dito anteriormente, cumpre no lugar do Estado brasileiro políticas sociais locais, de forma passiva e despolitizada, pois não questiona o processo de publicização e não promove uma real luta social em prol das melhorias no tratamento das pessoas com câncer, assumindo altos custos com medicamentos, exames e alguns processos na área de transplante de medula óssea, que, a meu ver, deveria estar a cargo do Estado brasileiro, pois todos(as) nós, quer direta e/ou indiretamente, pagamos elevados impostos para que o Estado supra adequadamente e constitucionalmente, dadas as prerrogativas da Constituição Federal de 1988 e as prerrogativas constitucionais do Sistema Único de Saúde (SUS), que prioriza a universalização do atendimento médico-hospitalar a todo(a) e qualquer cidadão(ã), as necessidades sociais da sociedade brasileira.

Assim, pode-se ver que subjacente ao discurso da solidariedade está o neoliberalismo e sua política de minimização da ação social do Estado (política de desmonte estatal) e de interpelação da sociedade para o voluntariado como substitutivo das políticas sociais. O terceiro setor torna-se, então, instrumento tático do Estado neoliberal no combate à pobreza e às desigualdades sociais. Com o discurso da solidariedade apregoada pelos quatro cantos do Brasil tanto se acalma os conflitos sociais e veladamente, recupera-se a supremacia do mercado como se isenta as elites de promoverem mudanças estruturais, nas quais estaria no

cerne uma solidariedade social e politizada, envolvida com a universalidade dos direitos sociais e, principalmente, com a emancipação (DEMO, 2001).

Diante do discurso ideológico da solidariedade, que se utiliza da dádiva, Paulo Henrique Martins chama atenção para a importância da questão da dádiva na análise da sociedade civil não como um terceiro setor, o qual complementaria o Estado e o mercado, mas a sociedade civil em seu papel associacionista e impregnada pela dádiva como uma experiência histórica particular, peculiarmente organizada e regulada. Essa proposta é tentadora, do ponto de vista de elevar a sociedade civil a um patamar de benemerência universalizante. Todavia, por mais que este aspecto seja atrativo, ele cortina as relações amistosas e ambíguas (digo ambíguas e não contraditórias, na perspectiva do duplo sentido e não da contradição) entre Estado, mercado e sociedade. A proposta do autor é quebrar a dicotomia entre a ação planejadora do Estado e a ação fluente do mercado, pelo movimento circular da força do bem simbólico e/ou material do dar-receber-retribuir, o qual integraria potencialmente o mercado e o Estado. Não concordo com o autor em relação à dicotomia entre Estado e mercado e muito menos com uma tricotomia entre Estado, mercado e sociedade, embora o mesmo não tenha se referido a qualquer tipo de tricotomia.

Na atual conjuntura neoliberal, o discurso falacioso apregoado nos meios de comunicação escrita e falada, indica essa tricotomia como algo concreto, tanto que o Estado é caracterizado como primeiro setor, o mercado como o segundo setor e a sociedade civil, organizada em entidades privadas, mas sem fins lucrativos, como terceiro setor. Essa tricotomia é uma forma de escamotear as relações intrínsecas e extrínsecas que há entre as três esferas citadas. Embora, eu utilize a expressão terceiro setor, não quer dizer que eu concorde com essa tricotomia. Eu a utilizo por não ter uma expressão melhor e porque a literatura nacional e internacional a utiliza e assim para dar inteligibilidade à minha proposta fico presa a tal tricotomia nacional e internacional. Mas, voltando ao aspecto da dádiva como forma de integrar mercado e Estado, penso, contrariamente ao autor, que não há dicotomias entre Estado e mercado, pois pela discussão travada no primeiro capítulo desta dissertação e no decorrer deste segundo capítulo, expus que mercado e Estado, na conjuntura neoliberal se alimentam mutuamente. O Estado só é fraco na execução de políticas sociais, mas extremamente forte na expansão do livre mercado, pois este último precisa de um Estado forte e intervencionista. Como Boaventura de Sousa Santos diz, o Estado intervém para não intervir, regula para não regular, é uma intervenção não intervencionista, que se utiliza, como Maurice Godelier bem salienta, do papel da dádiva para interpelar a sociedade, em um processo de responsabilização social de uma sociedade dadivosa, solidária e generosa, que

tem a iniciativa de implementar políticas sociais locais, em uma “benemerência paliativa”, como diz Maria Luiza Mestriner. Portanto, a tricotomia Estado, mercado e sociedade cortina relações amistosas e ambíguas entre as três esferas: o Estado alimenta o mercado, que alimenta o Estado, que se legitima com uma sociedade civil passiva e solidária.

Para Paulo Henrique Martins,

Neste sentido, a difusão das idéias maussianas é da maior atualidade para que se possa compreender, de um lado, que o neoliberalismo possui um caráter predador e excludente nato [neste ponto concordo com o autor, em relação ao neoliberalismo], de outro, que a invenção de um novo paradigma da associação não pode resultar de um processo racional, econômico e técnico qualquer, mas de solidariedades e alianças concretas efetivadas pelos indivíduos através de suas vivências coletivas nas redes de pertencimento nas quais são reconhecidos como cidadão e, sobretudo, como seres humanos (MARTINS, 2006: 113).

Embora, o autor aborde o aspecto algoz do neoliberalismo, sua defesa da dádiva como novo paradigma nas ciências humanas, torna-se demasiadamente forçada, visto ser a dádiva uma categoria de análise recentemente muito utilizada para legitimar um processo predador e excludente nato, através, exatamente, do discurso da solidariedade, das alianças e vivências coletivas, de redes de pertencimento (o terceiro setor é também formado por redes de pertencimento e outros tipos de rede, como a RFCC-PI), redes estas em que indivíduos, na maioria excluídos(as) sociais, são transmutados em cidadãos(ãs) clientes e para os quais, o Estado, na década de 1990, e penso que até hoje, desburocratiza-se, para realizar uma administração gerencial eficiente e eficaz, com políticas sociais enxutas (de direitos sociais) e focalistas (em seu lado negativo, de pontualização, localização e desuniversalização).

Outro autor, que burla a discussão política e politizada da dádiva, é Paulo Afonso Brito que diz que com o esvaziamento do Estado brasileiro e sua diminuição de capacidade de realizar planejamento de longo prazo devido à ofensiva neoliberal, a descentralização das políticas sociais torna as decisões mais cidadãs, mais próximas da cidadania. O autor reconhece que seu argumento é paradoxal, mas insiste que o mesmo mostra uma

realidade que legitima o avanço da sociedade civil rumo à constituição de novos espaços públicos (...). Portanto, trata-se de um espaço público não estatal, no qual é possível organizar uma esfera pública democrática com condições e regras coletivamente construídas e divulgadas, onde as forças sociais e políticas possam expressar seus conflitos, negociar suas demandas, construir consensos progressivos (BRITO, 2006: 122).

O espaço público não estatal, referido por Paulo Afonso Brito, também foi muito utilizado por Bresser Pereira, como o espaço destinado aos serviços sociais e científicos não

exclusivos do Estado, e que seriam e foram progressivamente transferidos para a sociedade. Outro ponto vago apresentado pelo autor é sobre as regras coletivamente construídas. Por isso, pergunto-me como essas regras são coletivamente construídas, dadas as circunstâncias de ajuste/aceitação da sociedade às privatizações, à publicização, à promulgação de leis que proíbem a remuneração do trabalho voluntário? Por que o trabalho voluntário não pode ser remunerado, haja vista o mesmo ser um tipo de trabalho? Qual o problema (social e econômico) em receber remuneração por um bem feito (no caso da RFCC-PI, as voluntárias são anualmente capacitadas para o trabalho voluntário voltado para pessoas câncer, unindo, dessa forma, a boa vontade ao esclarecimento/conhecimento e à competência técnica, já que os cursos de capacitação das voluntárias da RFCC-PI são cursos interdisciplinares, os quais envolvem a área de psicologia, de cuidados higiênico-hospitalares, religioso, motivacional, entre outras áreas), em uma sociedade que apresenta um índice de desemprego elevadíssimo? Em que sentido, o autor fala em consensos progressivos? Enfim, tem-se, atualmente, uma sociedade que dá pouco espaço para a gratuidade, ao mesmo tempo em que chama/interpela a atuação gratuita das pessoas, devido ao processo contraditório da mercantilização das relações sociais. Penso que os dissensos, mais que os consensos dinamizam a construção de um debate mais frutífero e mobilizador das forças sociais e políticas.

Na guerra do bem contra o mal, a dádiva e a solidariedade são requisitadas. Por isso, “as ações solidárias são as expressões cotidianas mais visíveis da participação cidadã, desde o cuidado direto, verificado nos *slogans* fortemente presentes tanto nos movimentos sociais, quanto nas experiências de democracia participativa” (BRITO, 2006: 125). Contra a lógica perversa do mercado, Paulo Afonso Brito apresenta a lógica da integração e da solidariedade, pois a dimensão emancipatória dá-se por uma “utopia possível”, que crê na vocação solidária e libertária da humanidade. Novamente, o lobo em pele de ovelha. Com um discurso acadêmico, o incentivo passivo e despolitizado ao voluntariado, à participação democrática intermediada pela solidariedade – uma “utopia possível”. Contudo,

ao longo desses últimos anos, na verdade, [a utopia possível] foi um crescimento vegetativo e insuficiente do investimento do Estado em políticas públicas fundamentais – com o que o governo procurou assentar seu compromisso com o social – enquanto a crise fiscal é aprofundada por custos com um setor parasitário (BEHRING, 2003: 280).

Na realidade, houve a alteração na modalidade de resposta à questão social, como diz Elaine Behring, ajustada à dinâmica passiva de inserção do Brasil à economia capitalista internacional contemporânea, pautada em vetores políticos e culturais peculiares do contexto

histórico brasileiro. As organizações e demais categorias do terceiro setor, embora carreguem um discurso de amor ao(à) próximo(a), compaixão, de compromisso com o social e sejam tão reificadas pela contra-reforma, elas “não têm escala para prestar serviços da magnitude dos necessários ao país. (...). a agenda neoliberal não comporta uma solidariedade real, que implicaria uma mudança do perfil da distribuição de renda e, (...) riqueza, especialmente no Brasil” (BEHRING, 2003: 260).

Diante da análise crítica de Elaine Behring, digo, em consonância com a autora, que, embora, algumas categorias do terceiro setor sejam importantes para a sociedade, como um todo, elas não são suficientes na prestação de serviços sociais, em um contexto amplo e nacional. Assim, a solidariedade social, função do Estado, é desprovida de seu significado e práticas reais, no neoliberalismo, para ser uma solidariedade despolitizada e não distribuidora de renda, de riquezas coletivamente construídas pelo povo brasileiro e não aplicadora dos direitos sociais, que ficam, muitas vezes, como diz Lúcia Vilarinho no plano legal.

Então, pautada nestas discussões complexas entre teoria e empiria, no sentido dado por Edgar Morin, da descompartmentalização entre as disciplinas e entre a prática e a teoria, no seguinte capítulo, analiso as vinte e uma entrevistas que realizei com as vinte e uma voluntárias da RFCC-PI escolhidas para esta pesquisa, como também analiso recortes de jornais escritos e televisivos, de revistas e também faço uma análise comparativa entre um texto escrito por um religioso, o qual incentiva o voluntariado e um filme crítico sobre o terceiro setor.

CAPÍTULO III

“LUTAR CONTRA O CÂNCER É LUTAR PELA VIDA”: ANÁLISE POLIOCULAR DA SOLIDARIEDADE DO VOLUNTARIADO CONTRA O CÂNCER INFANTIL PIAUIENSE.

Eu vejo, assim, que o voluntariado é o... (SILÊNCIO) é assim... tem um grande poder, né. É, assim, um setor, vamos dizer assim, setor de ajuda não só às pessoas, mas também de atuação de solidariedade, mas também de ajudar aos governos, às instituições. Seria, assim, um... talvez um quinto poder. Já que nós sabemos que a mídia é o quarto poder, né. E o voluntariado seria uma espécie de quinto poder. É porque tem uma força muito grande (RESPOSTA DA VOLUNTÁRIA JÚLIA À PERGUNTA SOBRE A IMPORTÂNCIA DO VOLUNTARIADO PARA A SOCIEDADE).

3.1 Estranhamentos possíveis entre duas práticas discursivas diferentes: voluntariados.

Para iniciar a análise dos dados obtidos nas entrevistas feitas com vinte e uma voluntárias da RFCC-PI, na leitura dos dois livros de atas e de outros documentos da mesma entidade e nas observações de campo, faço uma análise comparativa entre dois discursos diferentes, mas que dialogam entre si, discursos referentes ao terceiro setor e ao voluntariado. Um dos discursos é um texto escrito e o outro é um filme, ambos brasileiros. O texto escrito é de autoria de Frei Betto e o filme foi dirigido por Sérgio Bianchi. Como contraponto ou meio termo entre estes dois discursos, utilizo a entrevista da voluntária Júlia, que sem saber, mostrou-me explicitamente um aspecto importante nesta análise: o terceiro setor e o voluntariado são “poder”, não só na perspectiva da relação Estado-sociedade, mas também na perspectiva das relações intrínsecas e cotidianas dos voluntariados. Com as palavras da voluntária Júlia, em resposta à pergunta sobre a importância do voluntariado para a sociedade: “Eu vejo, assim, que o voluntariado é o... (SILÊNCIO) é assim... tem um grande poder, né”.

“O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente. [...]. Os poderes se exercem em níveis variados e em pontos

diferentes da rede social e neste complexo os micro-poderes existem integrados ou não ao Estado” (MACHADO, 1979: XIII-XIV). Isso quer dizer que o terceiro setor e mais, especificamente, os voluntariados como poder existem integrados ou não ao Estado. Portanto, não me ateno somente à relação Estado-voluntariado, mas trabalho a solidariedade voluntária e local nas suas múltiplas formas, além desta relação.

O argumento central desenvolvido, nesta dissertação, é o de que o Estado interpela a sociedade para os trabalhos voluntários, em um processo que se pode chamar, tomando de empréstimo uma expressão de António Firmino da Costa, de interpelações identitárias. Interpela os indivíduos, nomeando-os cidadãos(ãs) voluntários(as) conscientes e solidários(as), através de estratégias políticas, principalmente de políticas neoliberais. Mas, isso não é o suficiente. Para este argumento ter sustentabilidade, precisa de uma análise poliocular que dê conta de aspectos comumente encobertos no dia-a-dia dos voluntariados como nas discussões teóricas acerca do tema. Como já foi dito anteriormente, o indivíduo precisa aceitar a posição de sujeito-voluntário(a) e investir em tal posição. Como explicar o expressivo número de voluntárias de papel, ou seja, de voluntárias que se cadastraram na RFCC-PI, que passaram alguns dias, algumas semanas ou alguns meses, mas desistiram do trabalho voluntário na entidade? Qual o valor de ser voluntária da RFCC-PI e/ou de outras entidades filantrópicas ou de outras organizações do terceiro setor? O que é ser voluntária(o) de tais entidades? Quais os valores presentes ou que ultrapassam a relação Estado-sociedade-voluntariado?

Então, para traduzir a minha pretensão, faço uma citação de Mary Jane Spink e Rose Mary Frezza sobre a relevância da pesquisa construcionista e, embora as autoras não utilizem a expressão pesquisa desconstrucionista, penso que ambas as autoras falam sobre a relevância tanto da pesquisa construcionista quanto da desconstrucionista, pois ao examinarmos e entendermos como as regras são sócio-historicamente construídas e localizadas, desconstruimos verdades que se querem absolutas, principalmente quando refletimos acerca de nossos posicionamentos políticos, éticos, culturais, sociais, econômicos, entre outros.

No cotidiano de nossas vidas, somos, de fato, produtos de nossa época e não escapamos das convenções, das ordens morais e das estruturas de legitimação. A pesquisa construcionista é, portanto, um convite a examinar essas convenções e entendê-las como regras socialmente construídas e historicamente localizadas. É um convite a aguçar a nossa imaginação e a participar ativamente dos processos de transformação social. Impõe-se, em contrapartida, a necessidade de explicitação de nossas posições: não a escolha arbitrária entre opções tidas como equivalentes, mas a opção refletida a partir de nossos posicionamentos políticos e éticos (SPINK e FREZZA, 1999: 32-33).

O voluntariado é uma construção sócio-histórica que precisa ser problematizada e desconstruída ou desmistificada, para, assim, haver a possibilidade de percepção da não existência de uma verdade absoluta sobre o terceiro setor e sobre os voluntariados. O primeiro passo para a desconstrução é o estranhamento (SPINK e FREZZA, 1999). E faço este estranhamento através de dois olhares cruzados: um que valoriza e incentiva o voluntariado e outro que questiona a solidariedade voluntária, no sentido de que, na realidade, os interesses visados não são coletivos, mas individuais, como o reconhecimento público e interesses econômicos. Ora, pode-se dizer que esta é uma análise das ambigüidades/contradições e vicissitudes dos voluntariados, uma análise intrínseca e extrinsecamente relacionada, usando a expressão de Miriam Adelman, ao “poder das palavras”, e contextualizando essa expressão às particularidades desta pesquisa, digo que o “poder das palavras”, que caracteriza as ambigüidades dos voluntariados, particularmente, do voluntariado contra o câncer infantil piauiense, está no fato de que entre o que é dito (eficácia produtiva dos enunciados) e o que é feito há contradições, que dinamizam tais identidades voluntárias como quaisquer outras identidades sociais e culturais. Não coloco em dúvida a probidade da entidade filantrópica Rede Feminina de Combate ao Câncer do Piauí, ao falar das contradições entre o que é dito e o que é feito. Ressalto, que a entidade é idônea e aplica totalmente todos os recursos captados através de doações e campanhas em seus projetos sociais. Questiono, para assim analisar, o processo de construção de uma identidade pautada no amor ao(à) próximo(a), mas que também se pauta em jogos hierárquicos de e pelos poderes, desde o poder da presidência ao poder do reconhecimento público e individual.

“Sair de si para os outros”, este é o título do texto de Frei Betto. É uma prática discursiva não-estatal, mas da própria sociedade, que convida outros indivíduos a refletirem sobre cidadania, democracia e, especialmente, sobre seus papéis enquanto cidadãos(ãs). Frei Betto diz que “muitos se queixam de que o mundo vai mal, o governo é incompetente, os políticos, oportunistas. Mas o que faço para melhorar as coisas? Nada mais caricato que o sujeito que fica sentado, arvorando-se em juiz de tudo e de todos. É no mínimo, um chato” (Frei Betto, 2006: 15). Frei Betto, no texto, fala sobre a relação direta entre cidadania e responsabilidade cívica. Não basta somente delegar a políticos(as) a tarefa de gerenciar os interesses gerais da sociedade. É preciso atuar conscientemente. E uma das formas de atuação consciente da cidadania é a solidariedade. “Cidadania rima ainda com solidariedade. [...]. A solidariedade se pratica com participação nos movimentos sociais – Igrejas, movimentos populares, sindicatos, ONGs, administrações políticas voltadas para os interesses da maioria” (Frei Betto, 2006: 15).

Frei Betto conceitua o trabalho voluntário, não como uma prática de pessoas que não precisam de remuneração, mas uma prática de pessoas, em sua maioria, pobres ou remediadas, que disponibilizam seus trabalhos profissionais e seu tempo, para fazer outras pessoas felizes e, em consequência, se sentirem felizes. Frei Betto considera que pessoas da classe rica tenham dificuldades de se tornarem voluntárias devido à educação para o egoísmo. No entanto, ressalta a importância de algumas exceções provenientes de traumas provocados por doenças, separações e/ou morte. Encontrei entre as voluntárias da Rede Feminina essas motivações – voluntárias que perderam filhos(as) por causa do câncer e voluntárias que tiveram câncer e ficaram curadas e mulheres que se tornaram voluntárias depois de ficarem viúvas (duas das voluntárias entrevistadas são viúvas). Com as palavras de Frei Betto, “o amor ao próximo é a melhor terapia, baseada em motivação ética ou espiritual” (Frei Betto, 2006: 15).

Em relação à questão, apresentada por Frei Betto, de que pessoas da classe rica têm dificuldades de se tornar voluntárias e/ou de prestar ajuda aos(às) mais necessitados(as), faço um pequeno relato sobre minhas observações durante meu tempo de voluntariado e sobre as minhas escutas em conversas voluntárias com voluntárias, no sentido da não-coação das conversas, isto é, em conversas espontâneas. Em outubro de 2006, participei da sexta campanha anual da RFCC-PI, cujo tema foi “Exercite seu amor”. A minha participação como vendedora voluntária da Rede Feminina ficou restrita a duas manhãs e três tardes de vendas de *kits*, sendo que quatro destes turnos de quatro horas foram no quiosque do Teresina *Shopping* e o quinto e último turno foi no ambulatório do Hospital São Marcos.

Durante as vendas de 2006 e as dos anos anteriores, no *shopping*, percebi que a grande maioria das pessoas que compram *kits* da RFCC-PI são pessoas pobres e de classe média. Ressalto que estas informações são os resultados de minhas percepções/observações e de minhas escutas faladas e caladas, ou seja, são os resultados de minhas experiências e de conversas das quais participei e de conversas somente ouvidas, pois, nestas últimas (conversas ouvidas) não estava incluída diretamente no diálogo. No meu primeiro dia de venda, que foi a manhã do sábado do dia 07 de outubro de 2006, eu e mais duas outras voluntárias que estavam comigo no quiosque tivemos dificuldades no chamamento ou interpelação dos(as) transeuntes do *shopping*. Eu e as duas outras voluntárias – as equipes de vendas no quiosque do *shopping* são compostas de três voluntárias dispostas em três turnos de quatro horas: primeiro turno das dez horas da manhã às duas horas da tarde, segundo turno das duas horas da tarde às seis horas da noite e o terceiro turno das seis às dez horas da noite –

chamávamos/interpelávamos as pessoas para participarem de nossa campanha e muitas delas nem nos olhavam.

Nesse mesmo dia, uma voluntária passou pelo quiosque e comentamos a respeito do que estava acontecendo e ela nos disse que no horário da manhã são as pessoas de classe mais elevada que costumam freqüentar o *shopping* e as pessoas de classe social mais baixa costumam freqüentar o *shopping* mais pelo final da tarde. Contudo, as pessoas que chamávamos e nos ignoravam eram pessoas, aparentemente, de classe social alta. Uma dessas pessoas foi um candidato (derrotado) a governador do Estado do Piauí, que passou inúmeras vezes pelo quiosque, sentou-se ao lado do quiosque e nos ignorou, mesmo com os nossos insistentes chamados. Essa situação de chamarmos os(as) transeuntes do *shopping* e eles(elas) nos ignorarem repetiu-se as quatro vezes em que atuei, voluntariamente, como vendedora da Rede Feminina, em 2006.

Na minha última participação de vendas da campanha, que foi no ambulatório do Hospital São Marcos, em conversa com uma sobrinha de uma das voluntárias da Rede Feminina, que estava ajudando a vender, pude perceber que não somente eu penso que quem mais ajuda a entidade filantrópica são pessoas de classe menos abastada. Essa moça, que indiretamente, é uma voluntária da entidade, disse-me que ficou o dia inteiro por duas semanas seguidas, no ambulatório do hospital, para vender os *kits* da campanha. E que, a maioria das pessoas que compraram produtos, dentre camisas, jogos de memória, canetas e ímãs, foi de pessoas pobres e/ou de classe média. Destaco que o Hospital São Marcos, mesmo sendo um hospital filantrópico, não atende somente pessoas pobres, mas atende pessoas de todos os níveis sociais da cidade de Teresina, de todo o estado do Piauí e de outros estados como Maranhão e Pará, por ser uma referência hospitalar, da região, no tratamento do câncer. Não quero e não faço um julgamento de valor a respeito de que pessoas de classe rica não tenham disposição para ajudar os(as) pobres e/ou outras pessoas com vários outros tipos de necessidade. Simplesmente ilustro que a visão de Frei Betto não é o resultado puro de suas convicções religiosas, mas que é também resultado de observação analítica.

Frei Betto, no texto “Sair de si para os outros”, finaliza com o seguinte questionamento: os indivíduos são educados para a cidadania ou para o consumismo? E diz que “o sinônimo cívico de amor ao próximo é trabalho voluntário, numa perspectiva libertadora. [...]. Um mergulho no mundo dos empobrecidos faz muito bem à cabeça e ao espírito” (Frei Betto, 2006: 15).

De um discurso escrito por um religioso, discurso este permeado pela tradição judaico-cristã de ajuda ao(à) próximo(a), passo para um discurso de um cineasta, Sérgio

Bianchi, que retrata, diferentemente e não antagonicamente, o terceiro setor e os voluntariados. Para apresentar a crítica construída por Sérgio Bianchi, no filme “Quanto vale ou é por quilo?” (2005), penso ser interessante fazer duas citações: uma de Carlos André Passarelli e a outra de Edgar Morin. Carlos André Passarelli fala dos diversos olhares e diálogos que são construídos para a realidade, através de uma sessão de cinema, e que tem como produto/resultado sentidos polissêmicos sobre o(s) objeto(s) e sujeito(s) pesquisado(s), através de análises dialógicas. Por exemplo, a palavra voluntariado é ricamente polissêmica, são variados os sentidos atribuídos a esta palavra, dependendo dos contextos, lugares, sujeitos, objetos envolvidos na produção de sentido da mesma. O filme “Quanto vale ou é por quilo” (2005), na primeira vez em que o assisti, chocou-me pela maneira como apresenta o terceiro setor brasileiro e os voluntariados. Mas, através de meu diálogo reflexivo com o filme e também com meu orientador, o professor doutor Francisco de Oliveira Barros Júnior, pude perceber analítica e dialogicamente, que o discurso apresentado pelo filme é polissêmico, daí a importância da identificação de suas inúmeras “enunciações assistidas”. Enfim,

Assistir a um filme será sempre um diálogo, na medida em que essa ação pressupõe a capacidade do espectador/analista em deixar-se transportar para a tela, suportar ver sua imagem refletida, viver aquela outra *realidade* [grifo do autor] e depois sair da sala escura, e poder falar, nem que seja para si mesmo, sobre o que passou. E, nessa fala, conseguir identificar as muitas enunciações *assistidas* [grifo do autor]: aquela que se encerrou num movimento da câmera, a outra que se iniciou com uma canção, uma que foi bruscamente interrompida pela mudança de um plano geral para um primeiro plano. E também aquelas que estão na memória do olho, de filmes vistos em outras salas, em outros tempos, em outras sessões de cinema. É, portanto, no diálogo entre filme e espectador que se produzem, [...], os sentidos polissêmicos do objeto investigado, revelados pelo processo de análise, que é, também dialógico (PASSARELLI, 1999: 282-283).

As pessoas, ao irem ao cinema, diz Edgar Morin, participam muito mais do que na vida real. Digo que mais que participar da vida de personagens fictícias ou não, as pessoas interagem, simbolicamente, e de forma profunda com as personagens da tela cinematográfica. O cinema, como arte, como poesia, permite o diálogo entre a razão e os sentimentos, como nos lembra Edgar Morin. No entanto, enfatiza o autor, quando as pessoas saem da sala de cinema, elas se afastam das personagens criadas pela arte cinematográfica. Nas palavras do autor,

Quando vamos ao cinema, participamos mais do que na vida: amamos um vagabundo, um palhaço, um Charlot-Chaplin, mas, na saída afastamo-nos daqueles com os quais cruzamos e achamos que cheiram mal. Esta é a mensagem do cinema, considerado uma arte menor, e que sempre se

esquece. Entretanto, a mensagem foi transmitida no espaço de instantes. Houve uma compreensão antropológica (MORIN, 1999: 62).

Contudo, penso que, no caso desta pesquisa, em que sou, simultaneamente, sujeito e objeto, em que no meu cotidiano vivo a busca do sentido, melhor, dos sentidos da vida que me cerca e da minha própria vida, percebo, como diz Edgar Morin, que o sentido não é exterior aos nossos seres, mas, algo que “emerge da participação, da fraternização, do amor” (MORIN, 1999: 10). O contexto do qual fala Edgar Morin é o contexto do amor e, embora, eu queira e, na realidade, esteja falando de como o cinema é importante nas análises polioculares, uso a idéia do autor para dizer que filmes como “Quanto vale ou é por quilo?” (2005) e “Path Adams: o amor é contagioso” (1998), filme focado no segundo capítulo, tópico 2.2 – conceito de identidades sociais e processo de interpelação, no *campo minado* do voluntariado da Rede Feminina de Combate ao Câncer do Piauí e do Lar de Maria, permitem-me dialogar acerca dos voluntariados e do terceiro setor. E, mesmo depois de assisti-los, por minha condição simultânea de sujeito-objeto não posso me afastar abissalmente e muito menos dizer que as estórias ou histórias contadas não fazem parte de meu cotidiano, pois os sentidos buscados emergem da participação, os sentidos buscados emergem da fraternização, os sentidos buscados emergem do amor. Enfim, “tudo isso implica endossar a tensão dialogal, que mantém permanentemente a complementaridade e o antagonismo entre amor-poesia [os sentimentos] e sabedoria-razionalidade [a razão]” (MORIN, 1999: 11).

O filme “Quanto vale ou é por quilo?” (2005) faz um alerta sobre atitudes incorretas, corruptas e corruptíveis de inúmeras ONG’s, entidades filantrópicas e demais outras denominações que instituições/entidades/organizações que se dizem fazer parte do terceiro setor, arvoram-se em ter, para lucrar, no sentido do lucro individual, por intermédio de sentimentos e valores morais e religiosos construídos e valorizados pela sociedade ocidental. Ou seja, permite-nos pensar acerca das inúmeras “entidades filantrópicas e demais organizações do terceiro setor” que lucram à custa da generosidade de pessoas da sociedade e explorando a miséria de uma maioria empobrecida e faminta de comida, educação, saúde e oportunidades. Na Revista Exame, do dia 25 de outubro de 2006, foi publicada uma matéria de capa sobre as organizações não-governamentais, da área do meio ambiente. Uma das reportagens foi sobre a “caixa-preta das ONGs”, matéria do jornalista Gustavo Poloni. A crítica da matéria é sobre a intransparência de muitas ONGs em relação aos seus recursos financeiros e aos seus(suas) doadores(as). Gustavo Poloni diz que, no Brasil, 50% dos orçamentos de muitas ONGs são provenientes do Estado, dos cofres públicos, o que para o jornalista, desse ponto de vista da subsidiariedade pública para iniciativas privadas de cunho

coletivo/público e sem finalidades lucrativas, tais “ONGs são tudo, menos organizações não-governamentais” (Revista Exame, 25 de outubro de 2006, página 30). Do exposto, questiono assim como Ida Lenir Gonçalves, que fez um trabalho sobre a importância do sobrenome alemão de sua família – “um nome: dádiva ou estigma, para quem?” (GONÇALVES, 2006: 18). Assim, dependendo do uso que certos grupos fazem da vastíssima nomenclatura do terceiro setor, o mesmo poderá ter um nome dadivoso ou estigmatizante. Daí visões e práticas tão diferenciadas acerca dos voluntariados e do terceiro setor.

No resumo do filme “Quanto vale ou é por quilo?” (2005), escrito na embalagem do DVD, há o seguinte discurso:

“Quanto vale ou é por quilo?” desenha um painel de duas épocas aparentemente distintas, mas, no fundo, semelhantes na manutenção de uma perversa dinâmica sócio-econômica, embalada pela corrupção impune, pela violência e pelas enormes diferenças sociais.

No século XVIII, época da escravidão explícita, os capitães do mato caçavam negros para vendê-los aos senhores de terra com um único objetivo: o lucro.

Nos dias atuais, o chamado Terceiro Setor explora a miséria, preenchendo a ausência dos Estados em atividades assistenciais, que na verdade também são fontes de muito lucro.

[...] “Quanto vale ou é por quilo?” mostra que o tempo passa e nada muda. O Brasil é um país em permanente crise de valores.

Mais valem pobres na mão do que pobres roubando.

Através desse discurso, nota-se que um dos pontos abordados pelo filme é a imagem que se deve passar da solidariedade voluntária e local. O terceiro setor precisa adotar, ou melhor, já adotou uma nova postura positiva diante do(a) investidor(a). Isso quer dizer que a imagem apresentada da solidariedade voluntária não deve estar vinculada à total miséria da maioria empobrecida. Ao contrário, a imagem deve estar ligada ao êxito, a depoimentos otimistas e emocionados, pois quem financia a solidariedade quer retorno, o que Roberto Cardoso de Oliveira chama de “manipulação positiva da identidade”. Penso que este aspecto da imagem construída e veiculada do terceiro setor e dos voluntariados, como fenômenos positivos e de grandes retornos materiais e simbólicos tanto para o(a) cidadão(ã) investidor(a) como para toda a sociedade, faz parte do contexto paradoxal de proliferação e multiplicação de “identidades culturais diferenciadas, específicas, fragmentadas, ou mesmo marcadamente particularistas”, que, às vezes, se manifestam “de maneira bastante sedutora e criativa”, por meio de apelos midiáticos, possuidores de “forte impacto na consciência pública, nos últimos tempos” (COSTA, 2002: 15), pois “os media modernos são elementos centralmente constituintes das formas atuais de organização social e de configuração cultural,

caracteristicamente urbanas, e dos fluxos globalizadores que as atravessam” (COSTA, 2002: 19). Exemplo disso é o que o jornalista Gustavo Poloni diz sobre as companhias/empresas que investem em causas sociais de algumas ONGs: “por parte das companhias, a lógica que as leva a colocar dinheiro nas ONGs tidas como independentes é simples. Ao investir em causas politicamente corretas, a empresa passa a ser vista com outros olhos pela sociedade – o que pode resultar em mais lucros” (Revista Exame, 25 de outubro de 2006, página 32). Esse aspecto da imagem que a empresa passa ao investir em causas politicamente corretas para como um dos objetivos principais aumentar seus lucros também é apresentado pelo filme “Quanto vale ou é por quilo?” (2005), como citado mais a frente. Diante deste sub-contexto dentro do contexto maior do terceiro setor, é importante explicitar que assim como as identidades sociais são ambíguas e plurais, as categorias do terceiro setor também são ambíguas e plurais. Existem categorias que se dizem fazer parte do terceiro setor, no entanto, são corruptas, e também existem categorias do terceiro setor que realmente aplicam seus recursos financeiros em seus projetos sociais, sendo, portanto, instituições/organizações/entidades idôneas, como a RFCC-PI.

As identidades socioculturais, por serem plurais (os indivíduos possuem mais de uma identidade social), plásticas (as identidades estão em permanente construção e se adequam aos mais diversos contextos, lugares e épocas), contextuais (as identidades são construções de contextos sociais, políticos, econômicos, culturais e históricos), interativas (as identidades sociais não são estáticas e imutáveis, elas interagem umas com as outras em processos de negociação, revogação, de buscas inacabadas e com os mais diversos campos sociais e sujeitos sociais), mutáveis (as identidades sociais são dinâmicas, não são construídas de “uma única tacada”, como diz Zygmunt Bauman, são o resultado de processos de eficácia performativa dos enunciados cotidianos sobre sua própria construção) e entrelaçáveis (penso que, para D. Cucho, identidades entrelaçáveis, são as identidades sincréticas, pois os sujeitos possuem mais de uma identidade, e essas identidades dos sujeitos dialogam entre si, se entrelaçam constantemente, o que confere dinamicidade às mesmas) possuem profundas ambigüidades revestidas em manifestações simbólicas e dinâmicas relacionais (COSTA, 2002).

Por exemplo, a RFCC-PI para angariar recursos financeiros utiliza-se tanto da imagem sofrida do câncer como da imagem festiva do retorno material e simbólico da ajuda às crianças com câncer, como no caso das aberturas das campanhas anuais de captação de recursos financeiros, em que há um desfile das crianças com câncer, no qual tanto se exhibe a doença como uma possível superação da mesma, através da ajuda que “cidadãos(ãs)

conscientes” podem oferecer. Digo que isso é um discurso velado, não falado, não escrito e onipresente na entidade, que, silenciosamente, diz: “caso você não ajude, estará complicando ainda mais a vida destas crianças doentes”. Por exemplo, na ata 68, de 06 de agosto de 1998, do primeiro livro de atas, há o seguinte relato: na abertura da campanha, foi lida uma mensagem (...), através de “uma singela representação com (...) quatro crianças vestidas de vermelho e portando cartazes com os dizeres: **a esperança existe e nunca vai acabar; sou exemplo de luta pela vida; venci muitas barreiras, por isso, estou aqui; o futuro espera por mim**”. Também, nesta ata foi relatada a organização da escala de voluntárias para trabalharem no quiosque do *shopping*, para além de outras coisas, divulgar o “trabalho filantrópico da Rede Feminina, a fim de sensibilizar a comunidade para ajuda solidária”.

Esses discursos ou práticas discursivas da RFCC-PI formam ou compõem a narrativa-mestra da entidade, narrativa que permite às voluntárias reconhecerem-se como pertencentes ao grupo, compartilhadoras de um “mundo”, caracterizado por motivações sociais, como a solidariedade voluntária e local e a responsabilidade social de cidadãos(ãs) comuns, tal como expresso nos *slogans* “voluntárias da vida contra o câncer pelo amor” e “nosso movimento é pela vida”, que constrói fronteiras de exclusão tanto com quem não é voluntária, como com quem é voluntária de outras entidades (EDER, 2003) e até mesmo fronteiras simbólicas entre as voluntárias da própria entidade: as que mais participam e, portanto, mais ajudam e as que menos participam e, portanto, menos ajudam. De acordo com o novo estatuto da RFCC-PI, as voluntárias que passarem mais de seis meses sem freqüentar a entidade serão automaticamente desligadas assim como as voluntárias que deixarem de pagar a mensalidade no valor de R\$ 5,00 (cinco reais por mês), por mais de seis meses.

No Jornal da Tarde, do dia 07 de novembro de 2006, jornal piauiense da TV Meio Norte, e apresentado por Maia Veloso, foi exibida uma matéria sobre o terceiro setor. Um dos pontos abordados pela matéria foi sobre a imagem do terceiro setor, que deve ser construída de maneira positiva, pois o(a) investidor(a) social quer e precisa saber se seu dinheiro foi realmente investido. Em complemento, tem-se também a imagem de quem apóia as organizações/entidades/instituições do terceiro setor, isto é, a importância do selo social, do *marketing* social e da responsabilidade social para a imagem das empresas. Em outras palavras,

Doar é um instrumento de poder. A super exposição de seres humanos em degradantes condições de vida, faz extravazar sentimentos e emoções. Sente-se nojo, espanto, piedade, carinho, felicidade e, por fim, alívio. E ainda faz uma boa dieta na consciência (trecho do filme “Quanto vale ou é por quilo?” – 2005).

Assim,

A empresa socialmente responsável pode até vender mais caro que a concorrente. Afinal, está cobrando mais caro pelo bem comum (trecho do filme “Quanto vale ou é por quilo?” – 2005).

Outro ponto abordado pelo filme “Quanto vale ou é por quilo?” (2005) é a relação terceiro setor, voluntariado, crescimento econômico e geração de empregos.

Estima-se que existam cerca de 14 mil a 22 mil entidades assistenciais, ONG’s e associações, em todo o Brasil. Gasta-se em aluguel, manutenção de propriedades, taxas municipais, estaduais e federais, montagem de escritórios, salários de pessoal, viagens de avião, computadores, diárias de hotel, contas de restaurante, táxis, mídia, propaganda, *jingles*, agências de publicidade. Em todo o país, apenas entre as entidades que prestam assistência a menores carentes, calcula-se que sejam movimentados mais de 100 milhões de dólares, por ano. Cada criança carente corresponde nesse novo mercado a cada cinco novos empregos (trecho do filme “Quanto vale ou é por quilo?” – 2005).

Também, na matéria sobre o terceiro setor, exibida no Jornal da Tarde, do dia 07 de novembro de 2006, da TV Meio Norte, foi feita uma relação entre geração de empregos e terceiro setor, iniciada com o seguinte questionamento: por que muitos profissionais do terceiro setor ganham muito bem em relação a outros profissionais do setor privado, já que os primeiros trabalham em organizações sem fins lucrativos? A resposta dada foi a de que a Lei nº 9790, de 23 de março de 1999, que é a Lei do terceiro setor ou das organizações da sociedade civil de interesse público (Oscip’s), regulamenta a remuneração dos gestores/dirigentes de ONG’s e demais entidades do terceiro setor, que estejam inseridos(as) nesta lei. Por outro lado, esta lei proíbe a distribuição de lucros entre as pessoas que compõe o grupo/entidade/organização/instituição sem fins lucrativos. Outro dado apresentado na matéria foi sobre o valor financeiro movimentado pelo terceiro setor, no Brasil, que é de R\$ 12 bilhões, por ano, o que representa 1,8% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, o qual está abaixo da média européia e norte-americana, que é de 6% do PIB.

Então, o que é o terceiro setor? É Estado ou é mercado? É uma terceira via? É a alternativa democrática para o Brasil? É a solução perfeita para os problemas sociais e para a geração de empregos? Para o filme “Quanto vale ou é por quilo?” (2005), o terceiro setor é um novo mercado, que visa, unicamente, lucros, através do apelo a valores e sentimentos morais.

A classe AA imprime padrão de consumo às outras classes. Hoje, a classe média quer ter o luxo de ter princípios, daí o surto de ações sociais. Só, no Brasil, estima-se um número de 20 milhões de voluntários. Para as

empresas, esse público de 20 milhões é um potencial gerador de lucros. Do outro lado, o consumidor quer que a empresa tenha responsabilidade social. A empresa socialmente responsável pode até vender mais caro que a concorrente. Afinal, está cobrando mais caro pelo bem comum (trecho do filme “Quanto vale ou é por quilo?” – 2005).

A voluntária Júlia, assim como as demais voluntárias entrevistadas, falou sobre a importância do voluntariado em sua vida, sobre a necessidade de retribuição e sobre a reciprocidade, pois não só as crianças assistidas, pelas voluntárias da entidade, recebem, mas as próprias voluntárias são receptoras – de gratidão, carinho, sorriso – de bens simbólicos. O que diferencia a entrevista de Júlia para servir de contrapeso, nesta análise comparativa, é o fato de ela ter associado o terceiro setor a uma esfera de poder.

Eu vejo, assim, que o voluntariado é o... (SILÊNCIO) é assim... tem um grande poder, né. É, assim, um setor, vamos dizer assim, setor de ajuda não só às pessoas, mas também de atuação de solidariedade, mas também de ajudar aos governos, às instituições. Seria, assim, um... talvez um quinto poder (A VOLUNTÁRIA RIU DEPOIS DE DIZER QUE O VOLUNTARIADO É COMO UM QUINTO PODER). Já que nós sabemos que a mídia é o quarto poder, né. E o voluntariado seria uma espécie de quinto poder. É porque tem uma força muito grande (RESPOSTA À PERGUNTA SOBRE A IMPORTÂNCIA DO VOLUNTARIADO PARA A SOCIEDADE).

Para a voluntária, o terceiro setor presta, simultaneamente, apoio às pessoas necessitadas (“atuação de solidariedade”) e aos governos. Este posicionamento de Júlia casa-se com o argumento central desenvolvido, nesta dissertação. O terceiro setor e o voluntariado, no Brasil, estão sendo valorizados e incentivados como mecanismos de substituição e/ou de redução da esfera social do Estado. Ao mesmo tempo em que prestam apoios localizados às pessoas carentes, o terceiro setor juntamente com os voluntariados, estes últimos, por lei, não podem ser remunerados, atuam como políticas sociais.

O que quero dizer, ao utilizar a expressão políticas sociais para me referir à atuação do terceiro setor, é que o Estado brasileiro com a minimização de sua ação social e com a implementação (hoje, sutil) do processo de publicização, aumentou a atuação social da sociedade. Dessa forma, entendo que as entidades filantrópicas, as ONG’s e outras entidades/organizações do terceiro setor atuam como responsáveis pela implantação de políticas sociais de saúde, educação, moradia, assistência, etc. Enfim, nos últimos anos, o governo brasileiro intensificou políticas assistencialistas de ajuda aos(às) pobres, como o Vale Gás, o Bolsa Escola e o, atualmente e super-disputado por todos os candidatos à presidência, nas eleições de 2006, o Bolsa Família. Ou seja, houve uma transferência de renda do governo

brasileiro para a população de baixa renda. Mas, não houve melhorias significativas na educação, na saúde e em outros setores vitais para o desenvolvimento social.

Enfim, feita esta análise introdutória, discuto e analiso, nos próximos tópicos, com base em minhas observações de campo e nas entrevistas realizadas, o processo de construção identitária do voluntariado contra o câncer infantil piauiense e suas vicissitudes/ambigüidades/contradições, para assim descortinar as micro-relações de poderes do grupo em questão na construção e reconstrução das “regras do jogo identitário” (OLIVEIRA, 2000: 09).

3.2 Relatos de uma vivência em um *campo minado*: ambigüidades e contradições latentes de uma identidade pautada no amor ao(à) próximo(a).

“Quanto mais perto, mais difícil de enxergar”, diz Jens Schneider. Eu, por ser voluntária da RFCC-PI, por estar muito próxima e por fazer parte das relações sociais construídas e mantidas pela entidade, tenho uma difícil tarefa de enxergar, melhor dizendo, de descortinar/desvelar as ambigüidades e as contradições da identidade voluntária contra o câncer infantil piauiense. A observação de campo, para Jens Schneider, exige do(a) pesquisador(a) assiduidade, participação em um vasto leque de “situações discursivas” ou como diz Michel Agier, “uma multidão de pequenas narrativas identitárias” (AGIER, 2001: 18) e o que chamo de conversas voluntárias e também de conversas involuntárias entre voluntárias (a categoria que se chama “extras – conversas involuntárias entre voluntárias”, pois são conversas forçadas, não espontâneas, prolongadas a custo de muita insistência/negociação de minha parte) e outras pessoas sobre o tema em questão, pois são fontes valiosas de dados para a pesquisa.

A minha vivência/experiência no campo de pesquisa, que já me era um campo familiar, mas não tão minado como me parece hoje, compôs uma imagem multifacetada das práticas discursivas públicas e cotidianas do voluntariado da RFCC-PI e de outros voluntariados, imagem que inclui as estratégias identificatórias individual e coletiva do grupo. Como resultado, inúmeros textos escritos e não escritos, ou seja, construções discursivas e construção identitária do voluntariado contra o câncer infantil piauiense. Para analisar, então, todos os dados ou todos os textos das entrevistas, do diário de campo, dos documentos, dos dois livros de ata, de recortes de jornais escritos e televisivos, de revistas, de filmes assistidos, utilizo a técnica de interpretação textual e intertextual, o que me proporciona recursos para

“relacionar as narrativas e estratégias discursivas individuais com as referências intertextuais compartilhadas pelos indivíduos” (SCHNEIDER, 2004: 104).

É por meio do que é dito/declarado pelo(a) falante, que o indivíduo, primeiramente, afirma seu pertencimento a determinados grupos, determinadas comunidades, etc. No entanto, as construções discursivas ou práticas discursivas não refletem, necessariamente, sobre as relações sociais e práticas cotidianas “para poder desempenhar a função do princípio estruturante da percepção e da interpretação” (SCHNEIDER, 2004: 102). Nas práticas/representações discursivas das identidades, pode haver marcantes contradições e ambigüidades, vicissitudes entre o que é dito e o que é feito. Ademais essas inconsistências do processo identitário ou contradições existem em todas as construções identitárias, o que não as tornam falácias, que devem necessariamente ser desmentidas. Ao contrário, e como diz Zygmunt Bauman, as identidades não podem ser definidas, pois são processos sempre em curso ou como diz Michel Agier, “toda identidade, ou melhor, toda declaração identitária, tanto individual quanto coletiva (...), é então múltipla, inacabada, instável, sempre experimentada mais como uma busca que como um fato” (AGIER, 2001: 10).

Penso, como já disse durante toda esta dissertação, que as identidades voluntárias são ferramentas de legitimação do terceiro setor e conseqüentemente, do processo de redução da ação estatal, na contra-reforma do Estado, realizada na década de 1990, mas iniciada por Fernando Collor de Mello, no início dos anos 1990 e que tem tido continuidade, mas de forma sutil, com o governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006). Atualmente, temos sofrido de um mal chamado de consenso político-ideológico neoliberal que escamoteia a despolitização das lutas políticas e sociais brasileiras. E aqui, então, cabe trazer um pensamento de Marco Aurélio Nogueira sobre o campo dos estudos políticos e sociais, campos estes nos quais me aventuro nesta pesquisa dissertativa:

O campo dos estudos políticos e sociais não existe sem dissonância. As categorias que se empregam para interpretar a sociedade, a organização política e os fatos culturais, por serem históricos e refletirem sempre um compromisso e uma escolha dos pesquisadores, são muitas vezes fluidas e fugazes (NOGUEIRA, 2003: 185).

As dissonâncias são muitas diante de tantas falas e pensamentos que ora se complementam e que ora divergem uns dos outros. A minha escolha de pesquisa não foi por acaso, foi uma escolha motivada racional e emocionalmente, por minha inserção nas ciências sociais e no voluntariado, e como lembra Max Weber, a ação afetiva, a ação racional em relação a valores e a ação racional em relação a fins fazem parte de nossas escolhas. É um compromisso

histórico e social, fluido e muitos poderão chamá-lo de fugaz, no sentido real da palavra, compromisso que foge rápido, compromisso fugidio, pouco duradouro. Outros poderão chamá-lo de fugaz, no sentido não digo poético e sim no sentido dado por Edgar Morin da “dialógica prosa-poesia” (ciência e sentimentos), e também no sentido da necessidade política e social da transitoriedade, da efemeridade, que se abrem para eventuais “argumentos ou acontecimentos que as contradigam” (MORIN, 1999: 55). Para Marco Aurélio Nogueira,

Inúmeros conceitos da teoria social contemporânea geram controvérsias constantes. Um deles é o de hegemonia. Trata-se de um conceito empregado basicamente para caracterizar a capacidade que um grupo tem de dirigir eticamente e estabelecer um novo campo de liderança. Mas como a palavra tem origem militar, muitos a aproximam da idéia de monopólio ou uso intensivo do poder, quer dizer, vêem-na muito mais como sinônimo de força, autoridade e imposição. O conceito de consenso sofre algo parecido: elaborado para qualificar uma articulação pluralista de idéias e valores, uma unidade na diversidade, acaba por ser reduzido a ausência de dissenso e divergência, uma situação mais de *silêncio passivo* [grifos meus] e unanimidade que de *ruído e multiplicidade* [grifos meus]. Manuseado com esse registro, o conceito de consenso perde operacionalidade e se torna um jargão sem maior utilidade. Quando muito, vale para que se demarque uma ou outra posição em termos políticos mais imediatos (NOGUEIRA, 2003: 185).

É o que acontece com o voluntariado e o terceiro setor brasileiros, estes nebulosos campos minados do contexto neoliberal, que impõe um “silêncio passivo”, abafando quaisquer “ruído[s] e multiplicidade”. A sociedade é apelada/interpelada para recompor as “virtudes cívicas” e assim com as “virtudes cívicas” recompostas, os(as) cidadãos(ãs) terão e já tem, diz o discurso consensual neoliberal, a defesa de suas autonomias “e a recomposição do comunitarismo perdido” (NOGUEIRA, 2003: 186), e como bem lembra Maurice Godelier, fazer parte de uma família não garante a nenhum indivíduo a sua sobrevivência. Como resultado eficaz e eficiente da recomposição das “virtudes cívicas” e da autonomia dos(as) cidadãos(ãs), tem-se a justificativa “dos programas de ajuste e desestatização, nos quais a sociedade civil é chamada para compartilhar encargos até então eminentemente estatais” (NOGUEIRA, 2003: 186). A sociedade como palco de lutas políticas é convertida em sociedade civil como palco de recurso gerencial, capaz de viabilizar específicos tipos de políticas públicas, uma terceira esfera, ao lado do Estado e do mercado, uma terceira esfera ou uma terceira terra, a terra do reino da solidariedade voluntária e local, da generosidade social, da liberdade e do ativismo, a terra ou reino da despolitização da política e da cidadania. Dessa forma, reino da solidariedade,

Trata-se de um espaço cujos personagens típicos são atores que se organizam ou de modo restrito, egoístico, ou de modo desinstitucionalizado (por exemplo, no plano do voluntariado ou do assistencialismo tradicional). Não há ações que pretendam a conquista do Estado, mas ações contra o Estado ou indiferentes em relação a ele. Em decorrência, o Estado que corresponde a essa sociedade civil é um Estado *mínimo* [grifos do autor], reduzido às funções de guarda da lei e da segurança, mais liberal e representativo do que democrático e participativo. (...). Nele, pode existir *oposição* [grifo do autor], mas não *contestação* [grifo do autor] (NOGUEIRA, 2003: 192).

Ora, o nebuloso campo minado do terceiro setor e dos voluntariados, no Brasil, não contesta o sutil processo de desmonte de políticas públicas e sociais e o aumento do assistencialismo estático, como o Bolsa Família, que embora tenha como marca a redistribuição de renda aos(às) mais pobres, não efetiva um verdadeiro desenvolvimento social. O terceiro setor não tem a capacidade de sozinho substituir o Estado, pois ao trocar “ações públicas permanentes e gerais por iniciativas tópicas ou locais”, a sociedade ficará e já está defasada de seus pilares sociais, com a “gradual eliminação da responsabilidade estatal para com a questão social” (NOGUEIRA, 2003: 193). O encapsulamento político da sociedade promove o “silêncio passivo” da mesma. Exemplo é a fala da voluntária Tereza, em sua resposta sobre a atuação do governo (municipal, estadual e federal, na área social): “a gente sempre (...) está criticando. Não tô querendo defender o governo, porque eu acho que tudo tem sua falha. (...) Eu acho que eles deveriam participar mais. (...). Mas, eu acredito que essa situação está mudando. Eles vão ajudar bem mais. Porque tá bem mais solidário”. Perpétua, outra voluntária entrevistada, também reflete este encapsulamento político da sociedade, como se pode ver em suas respostas às perguntas sobre a atuação do Estado, na área social e sobre a importância do voluntariado para a sociedade. Para Perpétua, os governos não atuam de forma eficaz e abrangente. São apenas “paliativos (...) porque a situação do país é muito ruim. (...). Faltam educação e saúde”. Mas, por outro lado, a sociedade não pode esperar só pelos órgãos públicos, porque é pouco. O voluntariado traz melhores benefícios. Não é possível ao governo “cobrir todos. (...). O ser humano tem que dar de si para ajudar também os outros”.

Precisamos sim ajudar os(as) outros(as) que não tem condições de se manter por conta própria, pois vivemos em sociedade e somos todos(as) interdependentes. O que não precisamos é aceitar o que nos incomoda, abaixar a cabeça e sozinhos(as) fazermos nossa parte e a parte de outros(as) co-responsáveis pela organização e desenvolvimento social. A RFCC-PI possui um setor educativo, que realiza palestras educativas e preventivas sobre o câncer. Mas, será que só isso é suficiente para o despertar da consciência política da sociedade

teresinense acerca da desestruturação do atendimento médico gratuito, direito social constitucionalmente garantido pela Constituição Federal de 1988? Claro que não. É preciso também projetar um setor de contestação, que não simplesmente se oponha ou aja em parceria com alguns órgãos governamentais em determinadas datas, como o dia nacional de combate ao câncer. O “silêncio passivo” deve ser substituído por ruídos e multiplicidade. A RFCC-PI atua, em alguns momentos, em parceria com outras entidades filantrópicas piauienses. Mas só isso não basta. Por que não há uma integração geral entre todas as entidades filantrópicas, ONGs e demais agentes do terceiro setor piauiense para contestar e lutar por melhorias e aplicabilidades dos direitos sociais de todo(a) e qualquer cidadão(ã)?

A RFCC-PI atua no campo da saúde. E como está este campo tão indispensável em qualquer sociedade? Como está o campo da saúde, no Brasil. Por não ter palavras mais sucintas, dou voz à Elaine Behring, que diz:

No campo da saúde, por sua vez, o conceito de universalização excludente confirma-se por meio da dualização: um sistema pobre para os pobres e um padrão de qualidade maior para os que podem pagar pelos serviços mais corriqueiros, já que os atendimentos mais sofisticados e de alta complexidade permanecem no setor público, sendo inclusive utilizados pelo setor privado, especialmente com a criação das organizações sociais (...). Já atendimentos de média complexidade e que requisitam tecnologia de ponta, muitas vezes restringem-se ao setor privado, o que torna seu acesso mais difícil por parte da maioria da população. Assim, aqueles usuários que deveriam ser atendidos no setor privado terminam ocupando vagas no setor público, numa privatização indireta, e ficam sem cobertura de determinados atendimentos segmentos que não podem pagar a oferta privada. A privatização induzida nesta política, por meio do estímulo aos planos de saúde e aos convênios, tende a torná-la um problema de direito do consumidor e não um problema de direito social para parcela significativa dos brasileiros. Isto ocorreu apesar de os mais pobres – em número cada vez maior – e com menos organização política e poder de pressão dependerem basicamente dos procedimentos no setor público (BEHRING, 2003: 268-269).

Ora, para a contra-reforma estatal dos anos de 1990, somos todos(as) cidadãos(ãs) consumidores(as). Então, nada mais coerente do que a privatização indireta, induzida e beneficiadora de quem pode pagar por atendimento médico de qualidade, tornar-se um problema de direito do(a) consumidor(a), no processo de implementação da administração gerencial que visa a eficiência e eficácia administrativa estatal, para melhor atender os(as) cidadãos(ãs) clientes. Talvez, a incoerência esteja na publicização do privado para melhor atendimento de um terço da população empobrecida do Brasil. Pois, publicizar o público exclui os(as) pobres, marginalizados(as), que ficam sob tutela do terceiro setor, mobilizado por um sociedade generosa, solidária, cívica e passivamente dependente da dádiva pública do

Estado, que contraditoriamente, subsidia o que ele relega como não exclusivo do Estado. Esta confusão discursiva do Estado pode ser entendida pelo que Gilles Lipovetsky chama de construção de “individualismo-hedonista democrático”, de “altruísmo indolor”, de “uma ética minimalista”, de “uma forma de solidariedade compatível com o primado do ego” (LIPOVETSKY, 2005: 110).

O desmonte do campo da saúde e a responsabilização da sociedade organizada no terceiro setor podem ser exemplificados nestes relatos encontrados no segundo livro de atas da RFCC-PI. Na ata 10, de 07 de novembro de 2002, há o relato do pagamento de passagem aérea pela Rede para uma mãe que perdeu a filha durante transplante de medula óssea, em São Paulo. E na ata 44, de 03 de maio de 2005, há o relato do pagamento no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) pela Rede Feminina, para custear uma cirurgia de medula óssea. Então, como diz Elaine Behring, os(as) mais pobres que são menos organizados politicamente e menos organizados como força de pressão, ficam dependentes de um setor de saúde pública, universalmente excludente e que devido aos cortes com gastos sociais, não é financiado para melhoria de sua estrutura e capacitação de seus(suas) funcionários(as). Assim, entidades como a RFCC-PI continuarão a pagar por cirurgias de alta e média complexidade e que não são cobertas pelo Sistema Único de Saúde, devido à defasagem do campo da saúde, no Brasil.

3.3 Dados percentuais: olhando-se em um espelho quantitativo.

Foram entrevistadas vinte e uma voluntárias, 28,38% das voluntárias da RFCC-PI, que totalizam um número de 74 (setenta e quatro) voluntárias atuantes. As idades das entrevistadas variam de 34 (trinta e quatro) a 69 (sessenta e nove) anos. Dessas, 61,90% (treze – 13) têm idades inferiores a 60 (sessenta) anos, o que mostra que a RFCC-PI é um grupo inter-geracional. 38,09% (oito – 8) das voluntárias entrevistadas são solteiras, 42,86% (nove – 9) são casadas, 4,76% (uma – 1) são divorciadas e 14,28% são viúvas (três – 3). 71,43% (quinze – 15) das entrevistadas são piauienses, 14,28% (três – 3) são cearenses e 14,28% (três – 3) são maranhenses. 85,71% (dezoito – 18) das entrevistadas são católicas, dessas 23,81% (cinco – 5) se declararam católicas praticantes, 4,76% (uma – 1) disseram ser espíritas, 4,76% (uma – 1) disseram acreditar em Deus e 4,76% (uma – 1) disseram acreditar no Pai, no Filho e no Espírito Santo. 47,62% (dez – 10) têm o segundo grau completo e 52,38% (onze – 11) têm ensino superior completo. 33,33% (sete – 7) são aposentadas,

47,62% (dez – 10) atuam no mercado de trabalho, em várias profissões, 4,76% (uma – 1) estão de licença médica, 4,76% (uma – 1) disseram ter como profissão o voluntariado, 4,76% (uma – 1) são autônomas e 4,76% (uma – 1) são pensionistas. 19,05% (quatro – 4) das entrevistadas atuam na RFCC-PI há nove anos, 4,76% (uma – 1) atuam há dez anos, 4,76% (uma – 1) atuam há trinta e sete anos, 14,28% (três – 3) atuam há sete anos, 9,52% (duas – 2) atuam há cinco anos, 4,76% (uma – 1) atuam há oito anos, 9,52% (duas – 2) atuam há seis anos, 14,28% (três – 3) atuam há quatro anos, 4,76% (uma – 1) atuam há vinte e um anos, 4,76% (uma – 1) atuam há dois anos, 4,76% (uma – 1) atuam há quarenta e cinco anos e 4,76% (uma – 1) atuam há um pouco mais de três anos, o que dá uma média de atuação voluntária das entrevistadas de 10,3 anos de voluntariado.

Tabela 1 – Dados percentuais de identificação das voluntárias entrevistadas

DADOS PERCENTUAIS SOBRE AS VOLUNTÁRIAS ENTREVISTADAS		
Idade	Abaixo de 60 anos	61,90%
	Acima de 60 anos	38,10%
Estado civil	Solteira	38,09% (8)
	Casada	42,86% (9)
	Viúva	14,29% (3)
	Divorciada	4,76% (1)
Local de origem	Piauí	71,43% (15)
	Maranhão	14,28% (3)
	Ceará	14,28% (3)
Religião	Católica	85,71% (18)
	Espírita	4,76% (1)
	Acredita em deus	4,76% (1)
	Acredita no pai, no filho e no espírito Santo	4,76% (1)

Conclusão: Tabela 2 – Dados percentuais de identificação das voluntárias entrevistadas

Grau de escolaridade	2º grau completo	47,62% (10)
	3º grau completo	52,38% (11)
Profissão	Atua no mercado de trabalho	47,62% (10)
	Aposentada	33,33% (7)
	Pensionista	4,76% (1)
	Autônoma	4,76% (1)
	Voluntária	4,76% (1)
	Está de licença médica	4,76% (1)
Tempo de atuação na RFCC-PI	Menos de 5 anos	23,81% (5)
	De 5 a 10 anos	61,90% (13)
	De 21 a 45 anos	14,28% (3)

A partir do próximo tópico, analiso os dados obtidos nas entrevistas, o que permite uma análise textual e intertextual dinâmica. Os dados foram dispostos em seis categorias interligadas, pois uma complementa o sentido da outra: 1ª) motivação valorativa; 2ª) voluntariados; 3ª) o voluntariado do/pelo amor e da/pela vida; 4ª) solidariedade local; 5ª) voluntariados – ferramentas legitimadoras e 6ª) trabalho voluntário. Além destas seis categorias, apresento e analiso mais uma categoria. A sétima categoria é produto das entrevistas feitas com as voluntárias, categoria que chamo de extras – conversas involuntárias entre voluntárias, devido ao fato de eu ter tido a necessidade de forçar/negociar mais falas das voluntárias durante as entrevistas, pois as mesmas foram muito sucintas em suas respostas. Nem todas as voluntárias aceitaram prolongar as entrevistas, por isso, a sétima categoria apresenta somente posicionamentos e falas de poucas voluntárias. Contudo, é uma categoria rica por apresentar mais dados ou reforçar os existentes.

3.4 Motivação valorativa do voluntariado contra o câncer infantil piauiense.

Tabela 2 – Resumo das respostas dadas pelas voluntárias entrevistadas à pergunta sobre a motivação de trabalhar na RFCC-PI.

1ª CATEGORIA: MOTIVAÇÃO VALORATIVA	
VOLUNTÁRIA	RESPOSTAS
Albertina	Gosta de servir. Assistiu a um programa de TV local, que veiculou uma matéria sobre o bazar da RFCC-PI. Falou sobre as divergências entre as voluntárias. Na 1ª reunião que participou, foi convidada a assumir a coordenação do setor educativo. Senti-se orgulhosa de ser voluntária da RFCC-PI, que é uma entidade organizada (“organização perfeita”).
Berenice	A voluntária teve câncer. Por isso, disse saber avaliar o sofrimento das crianças com câncer. Houve identificação. A principal necessidade das crianças: amor e carinho. Senti-se realizada e feliz por ser voluntária da RFCC-PI.
Diva	Ajudar ao próximo. Doar seu tempo aos que necessitam. Encontrou a RFCC-PI e se identificou com a entidade.
Elza	Amor pela causa, pelas crianças, ao próximo, a Deus. O voluntariado é ato de amor, é despojar-se, é sair de si, mudar para melhor.
Evelina	Contribuir com a qualidade de vida de pessoas com câncer.
Fabírcia	Aposentada. Achou que deveria ajudar as pessoas.
Filomena	Ambiente saudável e maravilhoso da Rede Feminina de Combate ao Câncer e amor.
Gilda	Sentia-se ociosa, mas com muita vontade de ajudar, de ser útil. Por ter uma vizinha voluntária da Rede, tornou-se voluntária da entidade, pois antes não sabia o que fazer e onde atuar voluntariamente.
Glória	Foi convidada por uma das voluntárias da RFCC-PI para trabalhar na Rede, pois a entidade “não tinha quem tomasse conta”. Depois de certo tempo, foi convidada por outra voluntária para ser voluntária e decidiu aceitar o convite. Sente-se muito feliz e aliviada em poder ajudar crianças e mães. O alívio é proveniente de sua capacidade de dar amor e carinho, preenchendo, dessa forma, o vazio que sente. No começo, não gostava, não se sentia bem com a condição precária de saúde de certas crianças em estado terminal. Por isso, nesses casos, parou de dar assistência. Mas, continua dando apoio às mães e crianças das enfermarias e as que só vão pra sala de brinquedos.
Hilda	Amor pelas crianças. Gosta muito de fazer caridade. Maior felicidade é doar a quem precisa. “Nos eleva mais”. Acha bonito. Gosta quando as crianças a chamam de mãe. Isso “é uma felicidade”. “Fazer um trabalho de interesse sem ter o retorno material”. Ter humildade, “aceitar críticas que os outros fazem”. O voluntariado transformou sua vida.
Imaculada	“Contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas” com câncer. Importância de um apoio paralelo ao tratamento (apoio solidário), “para enfrentar a enfermidade de maneira a preservar sua auto-estima”.
Isabel	Disponibilidade para servir; vocação de amar ao próximo.

Conclusão: Tabela 2 – Resumo das respostas dadas pelas voluntárias entrevistadas à pergunta sobre a motivação de trabalhar na RFCC-PI.

Joana	Perdeu três parentes próximos por causa do câncer (ao relatar essa história chorou muito). Devido às perdas teve depressão, mas tinha a vontade de se sentir útil, “de ajudar alguém (...) a melhorar um pouco (...) no momento que a pessoa se senti frágil, sem estímulos”. Ajuda com palavras de conforto, com incentivos que aliviem a dor, procura ajudar a auto-estima da pessoa. Senti-se muito “gratificada por isso”.
Júlia	Ajudar as pessoas doentes.
Luzia	Sua irmã Carmélia Barbosa de Almeida Barradas, que foi voluntária da RFCC-PI e morreu de câncer. Necessidade de ajudar pessoas com câncer.
Maria	Vontade de ajudar ao próximo e constatar as conseqüências de sua ação voluntária.
Mariazinha	Por um determinado tempo, freqüentou um centro espírita e em uma das reuniões “disseram que tavam querendo (...) voluntárias (...) no hospital”. Assim, uniu o convite à sua sempre “vontade de fazer um trabalho assim voluntário ajudando alguma pessoa”.
Mirna	Sempre quis ser voluntária, fazia visitas voluntárias a algumas entidades, em datas especiais. Mas, sua vontade de dar continuidade ao voluntariado foi possível quando encontrou um quiosque da Rede, no Teresina <i>Shopping</i> . Então, resolveu “ser útil no que eles precisavam”. Outras motivações: o bem que recebe todos os dias, a saúde da família, a felicidade que Deus proporciona e a necessidade de servir.
Perpétua	Ficou viúva e gosta muito de ajudar as pessoas. Procurou uma entidade, na qual se sentisse realizada ao dar amor e carinho e lutar por uma causa nobre (câncer).
Tereza	Necessidade de fazer algum trabalho voluntário.
Valentina	Atuava como voluntária indireta da RFCC-PI há mais de dezesseis anos, mas decidiu ser voluntária direta depois da perda de um filho.

Nesta categoria analiso os valores motivadores do voluntariado da Rede Feminina de Combate ao Câncer do Piauí, apresentados nas falas das vinte e uma voluntárias entrevistadas. A tabela acima apresenta o resumo das respostas à primeira pergunta sobre a motivação de ser voluntária da RFCC-PI, ou seja, apresenta os discursos das voluntárias sobre o que as motivaram a aderir ao voluntariado da entidade. As voluntárias, de formas diferentes, deram as seguintes respostas: amor; disponibilidade de tempo e/ou preenchimento do tempo vazio/disponível, o que se encaixa com a definição oficial e legal de serviço voluntário; chamado divino – o assistencialismo tradicional, no Brasil, sempre teve relações diretas com a Igreja, como a assistência caritativa; necessidade de fazer o bem a alguém, através de contribuição prática para a melhoria da qualidade de vida deste alguém; realização pessoal – o primado do eu individualista e egoísta é compatível com o primado da solidariedade voluntária e local, como diz Gilles Lipovetsky, por isso, o voluntariado como uma realização

pessoal; necessidade de se sentir útil – a necessidade de se sentir útil é uma necessidade imposta por um contexto em que só os melhores e úteis são valorizados e que conquistam as melhores colocações sociais e econômicas. Assim, pessoas que se aposentam ou têm mais tempo disponível anseiam por preencher seu tempo, com atividades consideradas socialmente como úteis e solidárias, o que dá *status* a essas pessoas, no contexto neoliberal, pois como diz Albertina, voluntária entrevistada, “é chique dizer: ‘eu sou voluntária’” – e retribuição por alguma graça/dádiva recebida. Essa repetição dos valores motivadores das voluntárias entrevistadas dá-se pela incessante ou possível repetição das características do referido grupo, como se verá nas demais categorias. Essa incessante repetição e sua possibilidade é o que se chama de aspecto performativo das identidades sociais e o que promove a eficácia produtiva das mesmas (SILVA, 2000).

A motivação, de acordo com Max Weber, é a base da ação social, é uma espécie de impulso, que exige situações objetivas para sua existência. A motivação é a mola propulsora do sentido da ação social, a qual se volta para as ações dos(as) outros(as), que podem ser outros(as) individualizados(as) e conhecidos(as) ou uma pluralidade de indivíduos indeterminados e completamente desconhecidos. Então, a categoria motivação é importante para a análise da construção identitária do voluntariado contra o câncer infantil piauiense, por permitir o descortinamento do sentido dado pelas voluntárias da RFCC-PI às suas ações voluntárias, que são ações racionais com relação a valores e mais do que isso, ações racionais com relação a variados fatores, além do fator valor, como ação racional com relação a fins e ação social afetiva.

Esta pesquisa pauta-se em uma análise poliocular, que engloba a sociologia, a antropologia e a teoria política como também as políticas públicas e sociais. No momento, cabe uma explicação da importância da análise sociológica dos valores motivadores do voluntariado contra o câncer infantil piauiense e, para tanto, baseio-me em Max Weber. A sociologia, para Max Weber, é uma disciplina relevante por permitir a compreensão interpretativa das ações sociais para a obtenção de explicações de suas causas, curso e efeitos. Embora, eu seja uma voluntária da RFCC-PI há mais de cinco anos, sou apenas um dos sujeitos da entidade, portanto, não represento a totalidade dos sujeitos singulares e diferentes que compõem a entidade. A análise poliocular da identidade voluntária da Rede Feminina, ou seja, a análise das falas das voluntárias entrevistadas, dos livros de atas, dos jornais e revistas pesquisados exige a compreensão do sentido construído pelas partes envolvidas, lembrando que as partes compreensíveis (as que produzem sentido) e as não-compreensíveis fazem parte de um processo que freqüente e inextricavelmente estão interligadas. Neste caso, para analisar

os valores motivadores do voluntariado da RFCC-PI é preciso ter em vista que a motivação para o trabalho voluntário contra o câncer é uma ação social racional, repleta de sentido e voltada para os(as) outros(as), como também ações sociais em relação a fins e ações afetivas (WEBER, 1987).

As voluntárias contra o câncer infantil piauiense pautam-se em ações sociais em relação a valores, que são ações determinadas pela crença consciente dos indivíduos em seus valores, que motivam a ação, sem a espera de uma obtenção posterior de qualquer tipo de retribuição. Exemplo de ação social em relação a valores é a fala da voluntária Hilda, que disse ter muito amor pelas crianças e porque gosta de fazer caridade. Para a voluntária a maior felicidade é doar a quem precisa, pois a doação “nos eleva mais”. Quando as crianças a chamam de mãe, isso, para ela, “é uma felicidade”. As voluntárias pautam-se também em ações sociais afetivas que exigem a satisfação de um impulso ou desejo, satisfação que deve ser imediata e não importando se é um impulso/desejo bom ou mau, mas como as ações em relação a valores, a ação afetiva não espera uma obtenção posterior de retribuição além da satisfação imediata do desejo. Exemplo de ação afetiva entre as voluntárias da Rede é a resposta da voluntária Luzia sobre o que a motivou a ser voluntária. Ela disse que sua irmã havia sido voluntária da RFCC-PI e morreu de câncer. Por isso, sentiu a necessidade de ajudar pessoas com câncer, dando continuidade ao trabalho da irmã, a quem admirava muito. As voluntárias, em questão, também se pautam em ações sociais em relação a fins, que envolve a consideração de fins, meios, efeitos, escolhas alternadas, o uso de determinados meios para certo fins possíveis. Exemplo desse tipo de ação social entre as voluntárias da Rede é a resposta da voluntária Maria, que tinha a vontade de ajudar ao próximo e constatar as conseqüências de sua ação voluntária, ou seja, constatar os resultados obtidos com o seu trabalho (WEBER, 1987).

Contudo, a motivação, ou melhor, as motivações para o voluntariado contra o câncer da Rede Feminina, não podem ser analisadas como compartilhadoras das mesmas características, devido à existência de uma variedade de motivos por parte dessas mulheres que são voluntárias da entidade. Por exemplo, algumas voluntárias disseram aderir ao voluntariado da Rede porque tinham tempo disponível e queriam se sentir úteis; outras disseram que aderiram ao voluntariado contra o câncer porque isso era e é um chamado humano e divino; outras falaram que depois de ficarem viúvas decidiram fazer algo pelas pessoas carentes e assim por diante. Mesmo que motivações como as pautadas pelos sentimentos de amor, compaixão, solidariedade, generosidade tenham sido faladas pelas

voluntárias entrevistadas, é necessário observar as sutis diferenças motivacionais para o voluntariado contra o câncer infantil piauiense. Como diz Max Weber,

Situações deste tipo, que parecem compartilhar algumas características superficiais, devem ser interpretadas de forma bem diferente, mesmo que isto leve a uma análise conflitante. Por fim, os indivíduos envolvidos em qualquer situação dada frequentemente respondem a impulsos opostos, os quais podem ser todos entendidos (WEBER, 1987: 17-18).

Enfim, o conceito de motivação utilizada, nesta dissertação, é weberiano e refere-se às conexões de sentido, que são os fundamentos da conduta do(s) indivíduo(s) envolvido(s), em dadas ações sociais. A conduta por sua vez refere-se à adequação de sentido, isto é, à articulação entre os componentes envolvidos na produção de sentido, dentro de contextos de pensamento e sentimento constituidores de conexões de sentido. Dessa forma, os indivíduos (interpelados para posições de sujeito) orientam suas condutas em função dos conceitos, dos sentidos produzidos socialmente, conceitos e sentidos, que influenciam de forma real e dominante a ação dos indivíduos.

Ora, o conceito de trabalho voluntário, construído pela contra-reforma estatal da década de 1990, influenciou e influencia o voluntariado da Rede Feminina e a motivação das mulheres voluntárias da entidade. Por exemplo, quando a voluntária Diva diz que se tornou voluntária porque queria ajudar ao(à) seu(sua) próximo(a) e porque queria doar seu tempo aos que necessitam, mostra o quanto a voluntária foi influenciada pelos mais diversos discursos acerca da importância do trabalho voluntário como uma das formas de amenizar as mazelas sociais, pois, de acordo com o discurso oficial estatal, o Estado brasileiro devido à crise fiscal nacional e internacional e devido à falta de recursos precisava diminuir seus gastos sociais e precisava da ajuda da sociedade para manter a ordem social, através de doações solidárias, como a doação de tempo.

O discurso interpelador do voluntariado pautou-se e ainda se pauta nos valores e sentimentos morais e religiosos, daí que a relação entre igreja e filantropia seja tão profundamente enraizada na cultura brasileira. Ajudar ao(à) próximo(a) é um discurso da tradição religiosa cristã, que vê nas boas obras de seus(suas) fiéis o caminho para a salvação. A resposta da voluntária Elza lembra o que Frei Betto fala acerca do voluntariado como uma atividade que necessita de quem a pratica do despojamento, do sair de si para os(as) outros(as). Assim, a voluntária Elza diz, “o voluntariado é ato de amor, é despojar-se, é sair de si, é um mudar para melhor”.

Como Max Weber alerta, embora superficialmente, as motivações pareçam ser semelhantes é necessário observar as sutis diferenças que as mesmas abrigam. Então, dentro do voluntariado da RFCC-PI há diversos tipos de motivações: religiosa, ética, política e até mesmo motivações pautadas em interesses próprios. Ora, ao falar em identidades sociais, não é de se espantar com a presença de ambigüidades, contradições, vicissitudes e conflitos que as mesmas possuem, pois são essas características que dinamizam as identidades sociais. Daí que a identidade voluntária contra o câncer infantil piauiense é uma identidade que engloba, simultaneamente, interesses individuais e altruísmo.

Da assertiva formulada acima, duas indagações complementares surgem: 1) como os valores motivadores, em sua maioria, pautados no altruísmo, apresentados pelas voluntárias entrevistadas se encaixam com os valores individualistas da sociedade contemporânea? 2) e como o referido grupo de voluntariado consegue manter um discurso hegemônico diante das ambigüidades e contradições cotidianas construídas e vivenciadas pelo mesmo?

A entrega incondicional de amor ao(à) próximo(a), nas sociedades contemporâneas foi suplantada pelo que Gilles Lipovetsky chama de “individualismo-hedonista democrático”, sendo o aspecto mais importante dessa nova fase a busca por prazeres individuais associados a um “altruísmo indolor”, no sentido de “uma ética minimalista”, sem necessidade de envolvimento completo, o que para o autor, é “uma forma de solidariedade compatível com o primado do ego” (LIPOVETSKY, 2005: 110). O voluntariado, com todas as suas particularidades, é típico desta nova fase da sociedade ocidental, pois mesmo diante de um individualismo exacerbado, os indivíduos também são chamados, favorecidos, interpelados para entregar tempo disponível à práticas caritativas, de auxílio-mútuo e de solidariedade. O que parece ser contraditório é totalmente ou em parte cabível e, penso que o que é cabível torna-se contraditório. Pautada em Gilles Lipovetsky, quero dizer que com a crise do Estado de bem-estar social, com a implantação do programa neoliberal (que, aliás tem como foco ideológico o indivíduo livre e competitivo) e com a valorização da sociedade civil, o voluntariado foi revalorizado e “goza”, hoje, “da simpatia da opinião pública” (LIPOVETSKY, 2005: 118). Os valores relativos aos sentimentos da identidade voluntária contra o câncer infantil piauiense têm como um dos seus pontos de construção o esforço cívico, como bem mostra a voluntária Diva, para a qual a sua motivação é ajudar ao(à) próximo(a), doar seu tempo aos(às) que necessitam e ao encontrar a RFCC-PI, identificou-se com a entidade. Ou como relata a voluntária Fabrícia, que depois de se aposentar, achou que deveria ajudar as pessoas.

Motivadas por sentimentos cívicos, religiosos, morais e interesses próprios, as voluntárias também se referiram às controvérsias e vicissitudes do cotidiano de seus voluntariados, como discussões, desentendimentos e disputas. As voluntárias Albertina, Berenice e Elza falaram sobre disputas internas entre as voluntárias. Daí, que encontrar no segundo livro de atas da RFCC-PI, na ata 40, do dia 06 de janeiro de 2005, uma mensagem de convivência pacífica e de igualdade, sinaliza a tentativa da diretoria de conciliar os conflitos existentes. A mensagem é a seguinte:

Todos nós somos iguais perante o Pai, que habita dentro de cada um de nós. Vivendo o Pai em nosso íntimo, pouca importância dá ao nosso exterior, se somos brancos, negros, pobres ou ricos, desta ou daquela religião. Diante de Deus não contam as diferenças externas: só o interior importa – se somos bons ou maus, generosos ou avarentos, amorosos ou egoístas. Pense nestas verdades! (Ata 40, DE 06/01/2005, 2º livro de atas da RFCC-PI – 2002-2006).

O interessante é que somos bons(boas) e maus(más), generosos(as) e avarentos(as), amorosos(as) e egoístas. Bons(boas) ou maus(más), generosos(as) ou avarentos(as), amorosos(as) ou egoístas é uma utopia, um desejo utópico construído pela tradição judaico-cristã, que enfatiza a luta entre o bem e o mal. As identidades sociais são ambivalentes, pois elas comportam duplos ou mais significados. As voluntárias, em suas falas mostram ter virtudes extremamente valorizadas pela sociedade ocidental, o que lhes confere seriedade e credibilidade, e no cotidiano de seus trabalhos voluntários, essas mesmas voluntárias podem agir de forma egoísta e interesseira, pois a dádiva é, simultaneamente, desinteressada e interessada, egoísta e altruísta. Como Gilles Lipovetsky diz, a solidariedade é compatível com o primado do eu, individualista e egoísta. Neste mesmo sentido, Zygmunt Bauman também fala sobre a “ambivalência exigida pelos novos laços sociais estabelecidos na sociedade capitalista tardia” (BAUMAN, 2005: 12). Isso, se coaduna com a proposta da contra-reforma do Estado, de contraditoriamente e complementarmente voltar-se para cidadãos(ãs) individualistas, mas solidários(as). As identidades são manipuladas e estratégicas, como diz Roberto Cardoso de Oliveira, pois “toda relação social é uma via de mão dupla” (OLIVEIRA, 2000: 12).

3.5 Voluntariados.

Tabela 3 – Resumo das respostas dadas pelas voluntárias entrevistadas à pergunta sobre o que é ser voluntária, em sentido amplo.

2ª CATEGORIA: VOLUNTARIADOS	
VOLUNTÁRIAS	RESPOSTAS
Albertina	Integração como o dar e o receber. Oferecer o que se tem. Compromisso público e pessoal. Disponibilidade de tempo. Trabalho voluntário é profundo, rico e faz a pessoa crescer. Não precisa ter dinheiro, pois se trata de condição pessoal. Capacidade de se doar, “sem querer ganhar prestígio, sem querer tirar proveito desse círculo”. Tira proveito para a RFCC-PI, que funciona bem devido à dedicação do grupo.
Berenice	“Ser voluntária não é ser voluntária só no nome”. Doação. Comprovação. Desprendimento. Entrega. Participação. Sentimento de utilidade. Gratificante. Realização. Felicidade recíproca.
Diva	Ser voluntária é doar seu tempo às pessoas carentes. Tempo disponível. Não há custos.
Elza	“Ser voluntária é participação, engajamento, comprometimento, acreditar naquilo que se faz, é amor”.
Evelina	Doação de tempo.
Fabírcia	“Ser voluntária é dedicar parte de seu tempo ao outro, é ter disponibilidade para o trabalho, bom senso, discernimento e amor no coração”.
Filomena	Doação.
Gilda	“Ser voluntária é ser humana, no sentido real da palavra (...) ser solidária com o seu próximo (...) é uma necessidade da gente como ser humano. Fazer alguma coisa em benefício do seu próximo sem ter nada em retorno material”.
Glória	Ajuda recíproca. A voluntária tanto ajuda como recebe ajuda. É aprendido.
Imaculada	Conceito de voluntário é amplo. Voluntário: sem ser obrigado, realiza tarefas sem ser remunerado. Ações motivadas pelos interesses de servir e participar. Compromisso com a transformação da realidade social. Enorme responsabilidade.
Isabel	Prestar favor às pessoas de “menos condição”. Servir as pessoas de “menos condição” é servir a Deus. Praticar o amor ao próximo: fazer o bem sem ver a quem.
Joana	É dar, é doação, é contribuição, para que “a pessoa possa se sentir mais gente, mais pessoa”. É um trabalho que depende de força de vontade e de perseverança para que não haja desestímulos frente aos obstáculos encontrados. Às vezes, desestimula-se, mas pensa “no compromisso (...) de trabalhar, de me doar”. não quer “deixar de ser útil no [seu] voluntariado”.
Júlia	Doar-se ao próximo; dar tempo, atenção e carinho a pessoas com câncer.
Luzia	Servir ao semelhante. Alívio das dificuldades e necessidades. “Atividade de mão dupla: dá e recebe”.
Maria	Doação de tempo sem retribuição de qualquer natureza.

Conclusão: Tabela 3 – Resumo das respostas dadas pelas voluntárias entrevistadas à pergunta sobre o que é ser voluntária, em sentido amplo.

Mariazinha	Doação completa, embora não se possa fazer tudo, o pouco que cada pessoa faz, “juntando faz um muitão”. É pensar mais nas outras pessoas do que em si própria. É poder passar coisas boas às pessoas tão doentes.
Mirna	“É muito bom”. “É ser responsável, é cumprir horário, é ter compromisso com a entidade da qual você participa, é procurar estar sempre presente”, levando em conta a família e o trabalho. “Ser voluntária não é fácil”. O retorno que mesmo sem esperar é “sorriso, abraços, carinho e uma grande felicidade”.
Perpétua	“Ser voluntária é uma coisa bem pessoal, porque você tem que verificar se é isto que você quer”.
Tereza	Ser voluntária é doar, dar amor, é ajudar o próximo. É caridade. É dar tudo de si. As pessoas pensam que ser voluntária é não ter o que fazer.
Valentina	É doação. É dar mais do que receber. É ter atenção com as pessoas, sem se levar pelas diferenças e pelas disputas.

Tornamos-nos conscientes de que o “pertencimento” e a “identidade” não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade”. Em outras palavras, a idéia de “ter uma identidade” não vai ocorrer às pessoas enquanto o “pertencimento” continuar sendo o seu destino, uma condição sem alternativa. Só começarão a ter essa idéia na forma de uma tarefa a ser realizada, e realizada vezes e vezes sem conta, e não de uma só tacada (BAUMAN, 2005: 17-18).

Para a voluntária Glória, ser voluntária é uma ajuda recíproca, pois a voluntária tanto ajuda como recebe ajuda, é um aprendizado. Para a voluntária Mariazinha, ser voluntária é doação completa, embora não se possa fazer tudo, mas o pouco que cada pessoa faz, “juntando faz um muitão”. É pensar mais nas outras pessoas do que em si própria. É “ficar aqui com a mente e a alma assim limpa, pra você, como é que eu posso dizer, pra você tá bem e passar alguma coisa de bom pra eles, pra essas pessoas tão doentes”. E, para a voluntária Tereza, ser voluntária é doar, dar amor, é ajudar o próximo, é caridade, é dar tudo de si. Embora, as pessoas pensam que ser voluntária é não ter o que fazer.

É, primeiramente, por meio do que é dito e declarado, que os indivíduos, na maioria das vezes, expressam seus pertencimentos a determinados grupos e/ou comunidades (SCHNEIDER, 2004). Daí, que o pertencimento e a identidade não terem solidez, serem negociáveis e revogáveis, serem uma constante busca, como diz Zygmunt Bauman. É através da consciência da existência de alternativas de pertencimento, que os indivíduos têm consciência da identidade, de suas identidades. E, quando isso não acontece, indivíduos

interpelados para assumirem determinadas posições-de-sujeito, como as voluntárias Glória, Mariazinha e Tereza continuarão a pensar sobre o que é ser voluntária como algo natural de seus “eus”, como um desejo natural que sempre existiu nelas, mas que antes de encontrar a RFCC-PI, não ganhava concretude. Assim, embora, as pessoas (os[as] outros[as] que não são voluntárias), como disse Tereza, pensam que ser voluntária é não ter tempo, essas mulheres-voluntárias acreditam, dizem e declaram que ser voluntária é pensar mais nas outras pessoas do que em nelas próprias, é ajudar e ser ajudada, em um aprendizado diário de amor, doação, em que se dar por completo a pessoas doentes e que precisam de ajuda e atenção, as tornam úteis e felizes. Portanto, para essas mulheres-voluntárias e entrevistadas por mim, essas afirmações são “naturais”, fazem parte de suas “essências”, dos seus “eus voluntárias”.

Devido às identidades não serem construídas de “uma única tacada”, como diz Zygmunt Bauman, mas pelo que é dito, declarado, pelo que não é dito e muito menos declarado, ou seja, devido às identidades serem processos de busca inacabada, como diz Michel Agier, “os discursos (...) adquirem poder, eficácia e função por meio do contexto social em que se situam” (SCHNEIDER, 2004: 101). Ora, as falas das três voluntárias citadas acima são o resultado da eficácia do processo de performatividade dos enunciados das identidades, eficácia conseguida pela repetibilidade e/ou simplesmente pela possível repetibilidade desses enunciados. Discursos como o de Ruth Cardoso, que diz que “o voluntariado no Brasil é uma realidade dinâmica, mas ainda praticamente invisível” (CARDOSO, 2005: 11), se reflete na fala da voluntária Tereza, para a qual, muitas pessoas pensam que ser voluntária é não ter o que fazer, visto a prática do voluntariado, no Brasil, ainda ser “praticamente invisível”. Ou o discurso de Lester Salamon, para o qual

Acima do valor da iniciativa individual para o bem público, no entanto, ergue-se o valor da *solidariedade* [grifo do autor], a idéia de que as pessoas têm obrigações em relação não apenas a si próprias mas também ao próximo e às sociedades maiores de que são parte. Eis o que torna a ação organizada e voluntária ainda mais importante que a individual. (...) o Terceiro Setor [encarna] os *valores da solidariedade e os valores da iniciativa individual em prol do bem público* [grifos do autor] (SALAMON, 2005: 92).

Dessa forma, para o voluntariado contra o câncer infantil piauiense, pensar mais nas outras pessoas do que em si é algo inerente ao papel de voluntária da RFCC-PI, como diz a voluntária Joana, para a qual, ser voluntária é dar, é doação, é contribuição, para que “a pessoa possa se sentir mais (...) gente, (...) mais pessoa”. É um trabalho que depende de força de vontade e de perseverança para que não haja desestímulos frente aos obstáculos

encontrados. Às vezes, a voluntária diz que se desestimula, mas pensa “no compromisso (...) de trabalhar, de [se] doar”. Procura dar o seu máximo, só deixando de cumprir seu compromisso quando está cansada ou doente, pois não quer “deixar de ser útil no [seu] voluntariado”. O bem público, de acordo com essas falas, está acima do interesse próprio e, simultaneamente, aglutina-se solidariedade e iniciativa individual, pois são indivíduos isolados e que interpelados para esta nova solidariedade voluntária e local, organizam e juntos procuram beneficiar a sociedade, parte maior, da qual fazem parte, de acordo com o discurso de Lester Salamon.

A pergunta sobre o que é ser voluntária, em sentido amplo, tinha e tem como função mostrar os enunciados, os discursos subjacentes ao processo de construção da identidade voluntária contra o câncer infantil piauiense, pois a “a identidade (...) pode ser descrita como um caldeirão de enunciados ou de declarações de identidade alimentado por suas relações com o alhures, o antes e os outros, que lhe transmitem feixes de informações heterogêneas, insuflando-lhe diversidade” (AGIER, 2001: 10). Assim, os enunciados e os discursos da contra-reforma estatal dos anos 1990, que interpelam os indivíduos brasileiros(as) para o trabalho voluntário, travestem o velho como a nova solução, que é a solidariedade voluntária e local, o cuidado com os(as) mais necessitados(as), cuidados esses que o Estado, de acordo com o discurso oficial da contra-reforma estatal dos anos 1990, por sua incapacidade burocrática não pode prestar à sociedade como um todo, mas os indivíduos, em suas iniciativas individuais e eficazes, juntos podem solucionar e resgatar a cidadania brasileira. O Estado exime-se, então, ambigualmente (transfere para o setor privado atividades não exclusivas do Estado ao mesmo tempo em que subsidia a execução dessas atividades não exclusivas do Estado, mas executadas pelo setor privado, sem finalidades lucrativas) de suas responsabilidades sociais, reproduzindo a anciã lógica da benemerência (judaico-cristã) em uma lógica mercantilizada capaz de resgatar (como se conceitos e práticas sociais fossem possíveis de serem resgatados e não construídos por contextos históricos, sociais, políticos, culturais e econômicos) a retórica da cidadania em uma nova forma de solidariedade (MESTRINER, 2005). Nesse ponto, o discurso neoliberal tem razão, a solidariedade voluntária e local com seus efeitos e conseqüências é um novo tipo de solidariedade, que substitui eficazmente o conceito e a prática social da solidariedade social, como direito social e como política pública e social eminentemente coletiva e estatal.

O Estado brasileiro, como o país dos sem-escola, sem-teto, sem-emprego, sem-terra, sem-comida, sem-saúde, é o mesmo país que divulga, ideologicamente, a necessidade de redução da ação estatal, para a conseqüente ampliação da ação mercadológica (COSTA,

2006). A oposição passiva das falas das voluntárias sobre a necessidade de fazer algo pelo social no lugar do Estado, pois este não age como deveria, conflui para o que chamo de passividade política frente à frenética atividade de desestabilização social. Munidas de sentimentos e valores morais tão caros para a sociedade como visto na primeira categoria, a ideologia despolitizadora do voluntariado inibe o crescimento da contestação, dos ruídos e da multiplicidade, no processo de privatização do público para os(as) que podem pagar e publicização do privado para a maioria que não pode pagar. A cidadania política e social foi substituída pela cidadania do(a) consumidor(a). E, mais ainda, a cidadania dos(as) pobres foi substituída pela cidadania dos(as) beneficiários(as) do terceiro setor e de Bolsas Famílias. A cidadania, assim, torna-se doação de amor ao(à) próximo(a), em atividades pontuais e locais, em atividades que não promovem conscientização. Cadê os direitos que as pessoas com câncer possuem? Por que não lutar pela aplicação real desses direitos?

3.6 Voluntárias do/pelo amor e da/pela vida.

Tabela 4 – Resumo das respostas dadas pelas voluntárias entrevistadas à pergunta sobre o que é ser voluntária da RFCC-PI.

3ª CATEGORIA: VOLUNTARIADO DO/PELO AMOR E DA/PELA VIDA	
VOLUNTÁRIAS	RESPOSTAS
Albertina	Vestir a camisa da RFCC-PI e de quem está precisando. Questão do câncer. É uma obrigação”.
Berenice	Importante. Felicidade. Superação através da ajuda a pessoas (crianças) doentes.
Diva	“Ser voluntária do Lar de Maria é um desafio muito grande”, devido o Lar atender “crianças com essa doença”, que “maltrata, sinal de morte, predestinado a morrer”. Sentimento de culpa por ficar parada. É ter muito amor, disposição e vontade de ajudar o próximo.
Elza	É um chamado humano que se acolhe. É contribuição. Experiência de carinho e dedicação. Acreditar que o futuro para as crianças com câncer existe.
Evelina	É grandioso. Explicado pelas ações do dia-a-dia. A explicação é o retorno do paciente.
Fabricia	Dedicação a pacientes oncológicos.
Filomena	“Participar da melhora das crianças dando alegria assistência”.
Gilda	Sente-se satisfeita e feliz por realizar o desejo de se sentir “útil ao próximo”. É importante porque lida com “uma doença tão terrível, que as pessoas sofrem muito, tanto o paciente como a família. Existe também muito preconceito: pessoas têm medo, se escondem, tem vergonha de dizer que tão com câncer”. O que faz é pouco, gostaria de fazer mais.

Conclusão: Tabela 4 – Resumo das respostas dadas pelas voluntárias entrevistadas à pergunta sobre o que é ser voluntária da RFCC-PI.

Glória	Primeira experiência de voluntária. “É ótimo”. Enquanto for viva e puder quer ser voluntária da Rede.
Imaculada	Ser voluntária da RFCC-PI é uma oportunidade ímpar de crescimento humano. Contribui para diminuir o sofrimento de pessoas com câncer – carência afetiva. “Troca de calor humano”.
Isabel	Gratificação, recompensa, aprendizado, novas conquistas e novas amizades.
Joana	“É ser feliz”, pois ajudar pessoas como crianças com “um sorriso é muito importante”. Quando começou o trabalho na Rede, estava abatida com as mortes de seus parentes, mas ao ajudar pessoas com câncer a sua auto-estima se levantou. Ajuda crianças e acompanhantes, dando “conforto até mesmo espiritual”. Mostra às pessoas a importância de ser forte em momentos difíceis.
Júlia	Senti-se útil e gratificada. Retribuição – a voluntária “recebe muita coisa”. Enriquecimento pessoal. Nova criatura diante do sofrimento.
Luzia	Suaviza as preocupações e sofrimentos das pessoas com câncer.
Maria	Contribuição para o bem-estar de pacientes carentes com câncer; participação ativa na construção “de uma melhor sociedade”; meio de inspiração para novas voluntárias.
Mariazinha	É gratificante, pois a ajudou a “crescer mais, a ver coisas que (...) não via antes”. Aprendeu “a conhecer pessoas maravilhosas”.
Mirna	“É conviver com pessoas especiais, alegres, que lutam bravamente por mais um dia de vida, apesar de estarem passando por tanto sofrimento conseguem ser uma fortaleza diante de qualquer obstáculo, é aprender diariamente o real sentido da vida, do amor, da solidariedade, de servir, da fé e sentir que sem Ele [Deus] não somos nada, apesar, de tantas dificuldades que a vida impõe, é com Ele que encontramos o conforto e alegria para suportar”.
Perpétua	Ser voluntária da RFCC-PI é muito importante e nobre, porque é uma causa, às vezes, triste. Doença traiçoeira. Dar muito carinho, amor, tudo de si.
Tereza	Traz-lhe muito benefício. É algo íntimo. Gosta do que faz. As crianças não precisam tanto de coisas materiais, mas de coisas espirituais como conversa, sorriso, incentivo. É muito gratificante.
Valentina	É estar aberta para ajudar as pessoas. Senti-se muito feliz e sempre está disposta para ajudar a quem quer que seja.

Com a emergência das culturas identitárias, como a cultura do voluntariado, que a meu ver, promove a construção de identidades voluntárias, ferramentas de legitimação do processo de publicização, realizado na contra-reforma estatal, nos dois governos FHC (1995-2002), e, sutilmente, mantida pelo primeiro governo Lula (2003-2006), houve a construção de uma realidade subjetiva pelas representações de diversos atores sociais, dentre eles o Estado, o mercado, e os próprios indivíduos da sociedade brasileira. No processo de construção de realidades subjetivas, grupos, categorias ou indivíduos edificam, em determinados contextos,

fronteiras simbólicas, momento este próprio da construção/edificação e justificação de identidades, momento no qual, se elabora o conteúdo das declarações e/ou enunciados das identidades, que recebem sem cessar fluxos plurais de informações (AGIER, 2001).

Dizer sobre o que é ser voluntária da Rede Feminina de Combate ao Câncer do Piauí é uma construção discursiva de vários enunciados repletos de informações, que tem como objetivo principal a construção de fronteiras simbólicas e identitárias, a construção de uma determinada identidade, a qual chamo de identidade voluntária contra o câncer infantil piauiense. As identidades sociais incorporam os contextos que as circundam como é o caso da identidade voluntária construída na RFCC-PI, cujo contexto maior é o contexto neoliberal de responsabilização social da sociedade civil. Além desse contexto maior ou contexto nacional, tem-se o contexto da atuação assistencial da entidade, em um campo da medicina, cuja representação social é repleta de imagens negativas, campo este, tecnicamente, chamado de oncológico. Ou seja, a RFCC-PI é contextualizada como uma entidade filantrópica, cujas voluntárias são interpeladas pelo discurso ideológico da solidariedade voluntária e local e cujos(as) beneficiários(as) de tal assistencialismo são pessoas carentes e com câncer. Daí, que respostas como a da voluntária Diva sobre o que é ser voluntária da entidade reflita todos os contextos acima referidos: “ser voluntária do Lar de Maria é um desafio muito grande”, devido o Lar atender “crianças com essa doença” (câncer), que “maltrata, (...), [que é] sinal de morte, (...), [cujos pacientes parecem estar] predestinado a morrer”. Por isso, a voluntária se sentiu culpada por ficar parada. Portanto, para ser voluntária do Lar de Maria e da RFCC-PI, é ter muito amor, disposição e vontade de ajudar o próximo. A resposta da voluntária Mirna também é ilustrativa da construção de fronteiras, que delimitam a identidade voluntária contra o câncer infantil piauiense:

é conviver com pessoas especiais, alegres, que lutam bravamente por mais um dia de vida, apesar de estarem passando por tanto sofrimento conseguem ser uma fortaleza diante de qualquer obstáculo, é aprender diariamente o real sentido da vida, do amor, da solidariedade, de servir, da fé e sentir que sem Ele [Deus e/ou Jesus] não somos nada, apesar, de tantas dificuldades que a vida impõe, é com Ele que encontramos o conforto e alegria para suportar.

Esses contextos, que vou chamar de interações e situações reais, expressões essas usadas por Michel Agier, mostra que a relação entre cultura do voluntariado e identidades voluntárias, possui caminhos que não são transparentes e muito menos naturais, visto que as identidades assim como as culturas são construções sociais. Como dito anteriormente, para uma mulher acima de 18 (dezoito) anos, cadastrar-se como voluntária da RFCC-PI, ela

precisa passar por um curso de formação e por um estágio de seis meses, período no qual é exposta a uma “multidão de pequenas narrativas identitárias”, “estratégias localizadas” da própria entidade, no processo de “apreensão ficcional” da identidade voluntária, em questão (AGIER, 2001: 19). Isto é, a futura voluntária assim como as demais voluntárias são expostas, cotidianamente, ao poder do grupo, da entidade, “na determinação das regras do jogo identitário” (OLIVEIRA, 2000: 09). As estratégias localizadas e/ou não localizadas (como as estratégias globais e nacionais) das identidades são produzidas nos quadros social, político, econômico, cultural e histórico das sociedades, dos países, dos grupos, comunidades, sendo que essas estratégias solicitam, por meio da interpelação de indivíduos, como no caso do Programa Comunidade Solidária, que tinha como um de seus objetivos elaborar estratégias de interpelação para os voluntariados, simplificações das idéias em dualismos traduzíveis e assimilavelmente fáceis, por exemplo, voluntárias e não voluntárias. Assim, ser voluntária da RFCC-PI é uma contribuição para o bem-estar de pacientes carentes com câncer; é uma participação ativa na construção “de uma melhor sociedade”, é um meio de inspiração para novas voluntárias, como disse a voluntária Maria.

O contexto da doença câncer, com o qual, as voluntárias da RFCC-PI, em suas atividades assistenciais, convivem é permeado de ambigüidades e mitos. Parte significativa da sociedade ocidental e, especificamente, da sociedade nordestina representada pelas pessoas de baixa renda e de pouca escolaridade (em 2004, fiz uma pesquisa sobre a representação social da criança com câncer atendida pelo Lar de Maria. Para a realização da pesquisa, entrevistei algumas mães de crianças atendidas pelo Lar, mulheres de baixo poder aquisitivo, baixa escolaridade e que, em sua maioria, residiam em regiões interioranas), mostra medo, nojo em relação ao câncer, como se o fato de não pronunciar a palavra e, às vezes, cuspir no corpo contivesse um poder mágico imunizante. Mesmo com as novas tecnologias que proporcionam tratamento e cura para quase todos os tipos de cânceres, ainda alguns mitos persistem em nossa sociedade.

Discursos, como: o câncer é uma doença contagiosa; maldita; destruidora invencível; causadora de escândalo, humilhação e desprestígio; equivalente à morte; assassina; inimigo satânico que mata aos poucos, por ser lenta; causadora de mutilação ou de amputação de partes do corpo; algo que come o corpo e que não pode ser amenizada com a mudança para um ambiente melhor; doença “ligada à insuficiência de paixão, atacando os que são sexualmente reprimidos, inibidos, não espontâneos, incapazes de exprimir o ódio” (SONTAG, 1984: 30); cujo nome possui poder, por isso não pode ser pronunciado; uma invasão de células estrangeiras, que se multiplicam, causando atrofia ou bloqueio das funções corporais;

doença como castigo, punição, sendo moral e psicologicamente julgada; culpabilidade do(a) doente; usada para adjetivar, como “isto ou aquilo se parece com a doença, com o significado de que é nojento ou feio” (SONTAG, 1984: 76); evoca-se uma catástrofe econômica para descrever o câncer, ou seja, “é descrito em imagens que sintetizam o que há de negativo no comportamento do *homo economicus* (...): recusa a consumir ou gastar” (SONTAG, 1984: 82), estão presentes no dia-a-dia do voluntariado da Rede Feminina. Para a voluntária Luzia, seu voluntariado na Rede, suaviza as preocupações e sofrimentos das pessoas com câncer. Para a voluntária Elza, o seu voluntariado é um chamado humano e divino que se acolhe, é uma contribuição, uma experiência de carinho e dedicação, é acreditar que o futuro para as crianças com câncer existe.

Assim, as voluntárias da Rede Feminina, a meu ver, além de estarem inseridas em um processo de oposição passivamente silenciosa do nebuloso campo minado do terceiro setor e dos voluntariados, convivem ambigualmente com pessoas, em especial crianças, que possuem uma doença, câncer, que inspira cuidados e terror. Como dito no Manual do voluntário, de 2002, as voluntárias da RFCC-PI, são mulheres cuidadoras e vocacionadas, munidas de sentimentos e valores morais, como o valor solidariedade, o qual ultrapassa a distinção valor, para se tornar uma ação, uma prática voluntária séria, responsável e integradora; mulheres que doam seu tempo a pessoas, que possuem uma doença considerada como difícil de tratar e, por isso, fácil de levar a óbito os(as) que a possuem; mulheres que se realizam, realizando outras pessoas, por meio do suprimento das necessidades de “seres humanos socialmente excluídos” (Manual do Voluntário, 2002: 15).

3.7 Solidariedade local.

Tabela 5 – Resumo das respostas das voluntárias entrevistadas à pergunta sobre a atuação dos governos municipal, estadual e federal, na área social.

4ª CATEGORIA: SOLIDARIEDADE LOCAL	
VOLUNTÁRIAS	RESPOSTAS
Albertina	Fica triste pelo descaso dos governos, na área social. Mas, fica feliz quando o governo faz alguma coisa. Com o voluntariado, o governo brasileiro se encolheu, pois acha “que a obrigação é da nação”. A sociedade vive preocupada devido ao excesso de responsabilidade social que o governo transferiu para ela. É uma voluntária que pede muito. Além disso, a entidade ajuda o governo a manter a cidade. Necessidade do governo em direcionar melhor os impostos. A política brasileira a indigna, a envergonha. Os governos mandam que a sociedade doe cada vez mais.

Continua: Tabela 5 – Resumo das respostas das voluntárias entrevistadas à pergunta sobre a atuação dos governos municipal, estadual e federal, na área social.

Berenice	As esferas governamentais “não olham” pra área social. Os governos não ajudam a RFCC-PI, que é uma entidade socialmente reconhecida. Acha que os governos deveriam contribuir com a entidade. Os governos gastam dinheiro com coisas fúteis, como o carnaval.
Diva	Cada governo faz a sua parte. As voluntárias participam da “partilha” das responsabilidades sociais.
Elza	A atuação dos governos está minimizada. O voluntariado depende muito de doações. As necessidades são grandes.
Evelina	Não há parcerias entre a RFCC-PI e os governos, que “se acham parados” com a ajuda da entidade e se distanciam dos problemas sociais. “Temos que fazer a nossa parte”. Mas, se a RFCC-PI tivesse ajuda dos governos, o trabalho seria facilitado. Melhorar o SUS, reduzir as burocracias.
Fabírcia	A RFCC-PI não recebe ajuda do governo. Vê na TV alguns projetos sociais.
Filomena	As três esferas governamentais “tentam muito melhorar” (...). “Mas, deixa muito a desejar”, pois há muitas pessoas que necessitam de apoio social.
Gilda	Há pouca participação do Estado no social, pequena participação “em relação à necessidade que existe”. A sociedade, por sua vez, “tem que se mobilizar e fazer a sua parte também. Não podemos ficar esperando só pelo governo”.
Glória	Disse não saber responder a pergunta. Acha que os governos fazem alguma coisa pelo social, assim em seu “pensamento tá tudo bem”. No entanto, têm muitas coisas que não concorda, como o elevado grau de desemprego, “mas, não pode fazer nada”.
Imaculada	Os governos estabelecem políticas públicas voltadas para pessoas carentes. Os governos prestam serviços sociais patrocinados pelo terceiro setor – parcerias com empresas privadas. O governo oferece mão-de-obra qualificada. A sociedade deve se engajar nos problemas sociais – responsabilidade. Somos todos seres políticos e co-autores da nossa história.
Isabel	Os governantes não aplicam as verbas sociais na área social. Por isso, a sociedade, que é solidária, generosa e ama o próximo, sustenta as entidades filantrópicas. Má administração do dinheiro público, devido à falta de boa vontade. População mais humilde é a mais generosa e solidária.
Joana	Os governos deixam muito a desejar, ainda falta muita coisa a ser feita, pois os problemas são muitos, principalmente, em cidades grandes. Os investimentos devem ser dirigidos primeiramente para educação e saúde. Referiu-se à corrupção e desonestidade dos políticos.
Júlia	“Deixam muito a desejar”. Os governos devem apoiar mais os trabalhos assistenciais. Os governos devem despertar para a área social, pois “eles têm condição de dar”.
Luzia	Os governos, através de projetos sociais, procuram “atuar em várias áreas, porém os problemas são muitos e complexos”. Os projetos ou programas sociais “nem sempre são bem desenvolvidos”. O povo se acomoda em relação aos problemas sociais.

Conclusão: Tabela 5 – Resumo das respostas das voluntárias entrevistadas à pergunta sobre a atuação dos governos municipal, estadual e federal, na área social.

Maria	“Ainda falta muito para que os governos tenham uma ação eficaz e honesta na área social”. Compromisso social da própria sociedade – fiscalização das ações sociais dos governos.
Mariazinha	Embora não leia muito sobre o assunto, acha que os governos não fazem as partes deles como deveriam. “Eles poderiam fazer mais, mas não fazem”. “Então, como eles não fazem de uma forma completa, outras pessoas fazem”. O trabalho voluntário completa a ação inacabada dos governos.
Mirna	O Estado não consegue atender as enormes necessidades sociais. Por isso, a sociedade, atuando no terceiro setor, se mobiliza para “atender quem liberação de projetos. Embora, o governo não atenda a todas as mais precisa”. Emperramentos burocráticos para conseguir verbas e necessidades, ele supre alguns aspectos, como a não cobrança de impostos para entidades filantrópicas, “deduções no pagamento de impostos”. Mesmo não atuando como deveria, o Estado consegue ainda dar oportunidades (...) como Bolsa Família, ProUni, dentre outros”.
Perpétua	Os governos não atuam de forma eficaz e abrangente. São apenas “paliativos”, “porque a situação do país é muito ruim”. Faltam educação e saúde.
Tereza	As pessoas criticam muito os governos, que ajudam à sociedade. Os governos deveriam participar mais. Mas, eles estão mais solidários. Está “havendo uma mudança”. Os governos “têm uma pequena contribuição”.
Valentina	Falta apoio dos governos em relação à RFCC-PI. A ajuda que a entidade recebe vem de voluntários diretos e indiretos. “Devíamos nos esforçar mais um pouco e correr atrás desse pessoal pra nos ajudar”.

Antes de iniciar a análise desta categoria, é importante fazer um breve retorno à discussão sobre o neoliberalismo, como discutido no primeiro capítulo desta dissertação, pois analisar como as voluntárias entrevistadas da RFCC-PI vêem a atuação do Estado, na área social, exige a compreensão dos contextos internacional e nacional. A doutrina neoliberal tornou-se o fundamento das políticas públicas, nos últimos anos, configurando-se como ideologia conservadora e hegemônica, de passivamento contestatório e de despolitização da questão social. Como marco da doutrina neoliberal, tem-se o detrimento da igualdade social em favor da liberdade individual e econômica. Para a doutrina neoliberal, os problemas de desigualdade social e aumento da pobreza, problemas esses pelos quais o Brasil passa, é resultado do desrespeito aos princípios liberais de não interferência do Estado no econômico e no social. Por outro lado, a doutrina neoliberal reconhece a reprodução da pobreza como resultado da influência da lógica do mercado e como solução a estes problemas propõe a ajuda do Estado via setor privado, através da subsidiariedade, ou dádiva pública, como expresso por Raimundo Faoro. No contexto ideológico e de passivamente das contestações

sociais, o neoliberalismo propõe a execução das políticas sociais pela sociedade civil, o que impede a redistribuição de renda e uma ação negativamente focalizada, definidas em termos de precisão na localização e medição da miséria (que precisão, será essa, para os neoliberais?), como meios eficazes e econômicos de resolver a questão social, em países periféricos como o Brasil. Exemplo disso é a fala da voluntária Imaculada, para a qual, os governos estabelecem políticas públicas voltadas para pessoas carentes, prestam serviços sociais patrocinados pelo terceiro setor, através de parcerias com empresas privadas. O governo também oferece mão-de-obra qualificada. Por isso, a sociedade deve se engajar nos problemas sociais, pois a responsabilidade é de todos, pois, para a voluntária Imaculada, somos seres políticos e co-autores da nossa história.

Assim, como diz Denise Gros,

as propostas concretas de políticas sociais dos institutos [neoliberais] para o Brasil devem respeitar algumas determinações, entre elas: a redução do gasto público; a reorientação dos recursos para os investimentos sociais, sobretudo aqueles consumidos pela população mais pobre; e a ênfase para a capacitação para o trabalho no sentido de propiciar a incorporação dos mais pobres ao processo econômico. Essas determinações regem as propostas de políticas para a previdência, a saúde e a educação (GROS, 2004: 153).

Para Denise Gros e eu concordo com a autora, isso quer dizer que, no Brasil, ainda hoje, há uma continuidade com a tradição liberal e autoritária com o passado histórico político brasileiro, cujos maiores beneficiados foram e são os que pertencem à elite, que elabora e implanta ou simplesmente copia os meios necessários, como a doutrina neoliberal, para se defender da “veleidade das massas” (GROS, 2004: 155), através do desmonte das relações trabalhistas, negociadas no livre jogo algoz do mercado, da privatização da ação social do Estado sem uma verdadeira e emancipatória publicização do privado. Ora, não é de se surpreender que o Estado brasileiro seja interpelador de uma identidade voltada para aspectos mercadológicos, como é a identidade voluntária. O que é o terceiro setor, senão a responsabilização da sociedade pela ação social em um campo privado e competitivo do mercado, que ajuda a desonerar os encargos sociais do Estado e os encargos trabalhistas do mercado? Outra fala interessante para exemplificar esse jogo ideológico de construção identitária é a resposta da voluntária Luzia, que diz: os governos, através de projetos sociais, procuram “atuar em várias áreas, porém os problemas são muitos e complexos”. Os projetos ou programas sociais “nem sempre são bem desenvolvidos. O povo se acomoda em relação aos problemas sociais”.

Parafraseando Igor José de Renó Machado, embora o autor não tenha utilizado a expressão que vou usar para se referir ao terceiro setor e aos voluntariados, as identidades voluntárias são um “simulacro/pastiche” tanto para o desemprego como contrariamente para a obtenção de empregos. Com o trabalho voluntário, releva-se para segundo plano o desemprego, mas também com o trabalho voluntário, no currículo, facilita-se a obtenção de empregos, pois o voluntariado tornou-se um *status* político e social. Igor José de Renó Machado fala do papel do Estado na produção, reprodução e apagamento de identidades. Concordo com o autor em relação a esta afirmativa. O mais interessante é que este autor fala de identidades-para-o-mercado, isto é, a construção de identidades voltadas para o mercado de trabalho, identidades construídas com a ajuda de imagens edificadas pelo Estado. Não vejo as identidades voluntárias como identidades-para-o-mercado, embora, as identidades voluntárias sejam ferramentas de legitimação do projeto neoliberal de ampliação da ação mercadológica em detrimento da ação social do Estado. O que este autor oferece, é a solidificação das bases teóricas de se pensar o campo discursivo do Estado como um campo ambíguo, como já abordado, sendo que os discursos oficiais são contraditórios, controversos e alimentados por contradições ideológicas. Mesmo diante de tantas ambigüidades o Estado ou como o autor chama o Estado-nação ainda é um elemento importante na “arregimentação de sentimentos e na construção de identidades” (MACHADO, 2004: 224).

A voluntária Mirna diz que o Estado não consegue atender as enormes necessidades sociais. Por isso, a sociedade, atuando no terceiro setor, se mobiliza para “atender quem mais precisa”. E, por causa dos empecilhos burocráticos, as entidades filantrópicas têm dificuldades para conseguir verbas e liberação de projetos. Embora, o governo não atenda a todas as necessidades, ele supre alguns aspectos, como a não cobrança de impostos para entidades filantrópicas, “deduções no pagamento de impostos”. Mesmo não atuando como deveria, o Estado consegue ainda dar oportunidades (...) como Bolsa Família, ProUni, dentre outros”. Penso que esta fala da voluntária Mirna é exemplar do poder de arregimentação de sentimentos e da capacidade de construção de identidades por parte do Estado, que veicula seu discurso oficial ambíguo e contraditório de incapacidade administrativa de gerenciar a questão social brasileira.

3.8 Voluntariados: ferramentas legitimadoras.

Tabela 6 – Resumo das respostas das voluntárias entrevistadas à pergunta sobre a importância do voluntariado para a sociedade.

5ª CATEGORIA: VOLUNTARIADOS – FERRAMENTAS LEGITIMADORAS	
VOLUNTÁRIAS	RESPOSTAS
Albertina	Salvação. É chique. Palavra mágica. É uma prática.
Berenice	Muito importante. Valorizado pela sociedade. Trabalho bonito, de doação e de entrega. É gratificante para a sociedade o trabalho voluntário. Trabalho lindo e gratificante é igual a aceito. Trabalho honesto.
Diva	Ocupar o tempo. Tem muita importância. Realização pessoal e social. Apoio e carinho aos mais necessitados.
Elza	“É de suma importância”. Exige amor, compromisso, acreditar em melhorias. “Falta as pessoas se abrirem mais para esta causa”.
Evelina	Positivo. A sociedade mantém a entidade, que é um instrumento da própria sociedade. “A sociedade é, que, realmente, são os voluntários”. Credibilidade social da entidade – sucesso e retorno.
Fabírcia	A eficiência do trabalho faz a entidade funcionar bem.
Filomena	O voluntariado faz a diferença, em um aspecto positivo, porque é bom, ótimo, integra socialmente a comunidade.
Gilda	O voluntariado é importante, pois é uma forma de se exercer a cidadania. Par exigir do governo, não adianta “ficar só de braços cruzados e culpando” o mesmo. Com a participação, as pessoas têm “mais motivo pra criticar”.
Glória	A sociedade sem o voluntariado “não presta”, pois ele “é ótimo (...) é bom de tudo mesmo”.
Imaculada	É de suma importância. Exercício de cidadania. Sentimento de pertencimento comunitário – soluções para o bem comum. Ações voluntárias são mais que doações, pois fomentam o sentimento de solidariedade, que constrói “uma sociedade mais justa”.
Isabel	Voluntariado – resgate de valores sociais e morais. Corrente do bem. Construção de um mundo melhor. Voluntários indiretos. Dar o que a gente tem.
Joana	Vê o voluntariado como complemento na área de serviços, haja vista o desemprego. É importante, pois “estimula outras pessoas que não são voluntárias a também contribuir para que esse trabalho seja visto (...) seja mais (...) até competitivo”.
Júlia	O voluntariado tem um grande poder. Setor de ajuda aos mais necessitados e aos governos. Seria um quinto poder, pois “tem uma força muito grande”.
Luzia	O voluntariado é importante para a sociedade.
Maria	Preenchimento das lacunas “dos governos e da própria sociedade”.
Mariazinha	O “papel do voluntariado pra sociedade tem o sentido de ajudar eles a serem mais pessoas solidárias, mais humanas, ajudar mesmo”.
Mirna	A sociedade através do voluntariado cria “oportunidades para os mais necessitados e acaba fazendo o papel do governo no que tange” a questão social.

Conclusão: Tabela 6 – Resumo das respostas das voluntárias entrevistadas à pergunta sobre a importância do voluntariado para a sociedade.

Perpétua	A sociedade não pode esperar só pelos órgãos públicos, porque é pouco. Voluntariado traz melhores benefícios. Não é possível ao governo “cobrir todos”. “O ser humano tem que dar de si para ajudar também os outros”.
Tereza	As pessoas ainda não se conscientizaram da importância do voluntariado. Evasão de voluntárias da RFCC-PI. Voluntárias que querem “aparecer” pelo trabalho que fazem. Falou que ouviu deboches por causa de uma blusa da entidade, que tinha a palavra voluntária escrita com destaque. Isso é uma questão de consciência.
Valentina	Trabalhar como voluntária faz com que o voluntariado seja reconhecido socialmente, pois há muitas pessoas que não conhecem o trabalho desenvolvido pela RFCC-PI. O mundo seria melhor se as pessoas aderissem mais ao voluntariado.

Para a concepção neoliberal, as desigualdades sociais são tão naturais quanto as desigualdades referentes à capacidade física e psíquica dos indivíduos, como discutido na categoria anterior. Então, as desigualdades sociais por serem naturais não podem ser qualificadas de justas ou injustas e nem podem ser molas propulsoras para reivindicações e/ou exigências por parte dos indivíduos sociais aos poderes públicos, para que estes através de políticas públicas sociais adequadas, que conotem em seus conteúdos deveres e, principalmente, direitos sociais, promovam a igualdade social. Daí, que as políticas neoliberais para a questão social são mínimas, para que a ordem espontânea das coisas atue invisivelmente, justificando a liberdade negativa em detrimento da igualdade social, já que a liberdade negativa “nega qualquer tipo de controle público sobre os indivíduos” (PEREIRA, 2006: 71). Assim, os traços básicos da concepção neoliberal, que, nos últimos anos, orienta as políticas sociais, se é que as políticas neoliberais podem receber o nome de políticas sociais, são: priorização da rentabilidade econômica em detrimento da satisfação das necessidades sociais, através da ação social minimalista do Estado na garantia de direitos sociais; reinado do mérito individual regido pela competitividade e pela relação custo/benefício. Dessa forma, políticas sociais negativamente focalizadas na indigência e na miséria extrema são justificadas em substituição às políticas sociais universais, sendo que as primeiras impõem condicionalidades abusivas para seleção de pobres ao acesso de benefícios a que teriam direitos (PEREIRA, 2006).

Disso resulta a fala da voluntária Perpétua, que disse que a sociedade não pode esperar só pelos órgãos públicos, pois não é possível ao governo “cobrir todos”. Por outro lado, o voluntariado traz melhores benefícios. “O ser humano tem que dar de si para ajudar também

os outros”. Nesta mesma linha de pensamento, a voluntária Maria disse que o voluntariado é um preenchimento das lacunas “dos governos e da própria sociedade”. Essas falas mostram que as voluntárias entrevistadas têm consciência de que o Estado está sutilmente reduzindo sua ação em relação à questão social brasileira. Contudo, as voluntárias entrevistadas, ao assumirem a identidade voluntária, tão eficazmente interpelada pelo Estado, assumem também a responsabilidade pela condução e implementação de políticas sociais localizadas e não universalizantes, como se as mesmas fossem capazes de resolver sem contestação e sem reivindicações as mazelas sociais, no Brasil. A voluntária Joana também apontou, em sua fala, um ponto importante que é o aspecto do voluntariado encobrir/cortinar o fator desemprego, devido ao trabalhador(a) voluntário(a), por lei federal, não poder receber nenhum tipo de remuneração e/ou estabelecer qualquer vínculo empregatício com a entidade do terceiro setor. Para a voluntária Joana, o voluntariado é como um complemento na área de serviços, haja vista o desemprego. É importante, pois “estimula outras pessoas que não são voluntárias a também contribuir para que esse trabalho seja visto (...) seja mais (...) até competitivo”. A expressão “competitivo” usada pela referida voluntária lembra o que Bresser Pereira chama de atividades não estatais competitivas, que não são Estado e nem mercado, mas atuam em um setor privado com finalidades públicas, mas sem fins lucrativos.

Para José Maurício Domingues,

As formações sociais contemporâneas têm se caracterizado por mutações profundas em suas formas de sociabilidade. Pluralização das identidades, individualismo, novas formas de conceber e praticar a solidariedade social, o surgimento de novos movimentos sociais e culturais são os aspectos mais salientes e plenos de sentido que se pode localizar nessa transformação de largo alcance. As instituições formais republicanas sofrem por toda parte o impacto profundo dessas transformações, com que se apresentam impasses, inovações e necessidades a serem atendidas, se se quer que instituições formais estatais e cidadania não vivam em mundos crescentemente apartados (DOMINGUES, 2006: 09).

Para José Domingues, uma forma possível de evitar a apartação entre cidadania e instituições formais estatais (Estado), no Brasil, é a solidariedade complexa, no que ele contempla em novas formas de sociabilidade (o que lembra Sônia Draibe, ao falar em novas formas de sociabilidade para se referir às organizações voluntárias) e “novas formas de conceber e praticar a solidariedade social”, tendo em vista a pluralização de identidades sociais. Ao falar das transformações atuais ou do colapso pelo qual não só o Brasil passa, mas também outros países latino-americanos, o autor pergunta “o que solda cidadãos e estado hoje?” (DOMINGUES, 2006: 13). A sua resposta aos impactos profundos e transformacionais

pelos quais o Brasil passa e que apresentam como resultados “impasses, inovações e necessidades a serem atendidas” “são os mecanismos de rede, baseados na colaboração voluntária, que têm proporcionado novas formas de coordenação da ação social e a articulação, em planos mais concretos, da solidariedade social” (DOMINGUES, 2006: 17).

No entanto, o autor fala acerca da reduzida população abarcada pelas redes entre Estado e sociedade, no que Elaine Behring e Maria Lúcia Cortes e outros(as) autores(as) chamam de focalização negativa das políticas sociais. José Domingues diz que os mecanismos de colaboração voluntária ainda não se generalizaram como deveriam como também não dão respostas a todas as questões. Concordo com o autor em relação a este último ponto sobre a colaboração voluntária não conseguir dar respostas a todas as questões sociais. Por exemplo, a RFCC-PI não é capaz de dar solução a todos os problemas referentes às pessoas com câncer que são atendidas pela entidade. Não me refiro ao problema da doença em si, no que a entidade é, realmente, incapaz de proporcionar a cura ao câncer. Refiro-me ao aspecto de que inúmeras pessoas que são atendidas pela entidade são pessoas com poucas condições sociais e financeiras e que vivem em lugares insalubres e/ou de condições inadequadas para a melhoria da qualidade de vida da pessoa com câncer e que está em tratamento. Embora, a entidade tenha o projeto abrigar, que dentre seus objetivos está o de construir casas para crianças carentes e com câncer, nas cidades onde moram, por escassez de recursos e pela alta demanda de crianças carentes e com câncer, a Rede Feminina não consegue construir casas e dá melhores condições de conforto a todos(as) seus(suas) beneficiários(as).

Isso é devido, de acordo com José Domingues, ao fato da focalização das interações concretas e subjetivas particulares, que somente dão conta de problemas particulares (a RFCC-PI abarca a assistência filantrópica a pessoas com câncer em tratamento médico no Hospital São Marcos e a Fundação Maria Carvalho Santos é mais específica ainda, pois só presta assistência filantrópica a mulheres com câncer de mama), o que impossibilita a relação Estado e sociedade (redes de colaboração voluntária) cobrir questões mais gerais da sociedade. Assim, as abordagens universalistas, para o autor, devem manter-se sob responsabilidade do Estado, em desenhos poliárquicos e republicanos clássicos, que incluam direitos civis, políticos e sociais. Resumindo, José Domingues propõe como solução aos impasses transformacionais sofridos pelo Brasil, uma solidariedade complexa que articule redes de colaboração voluntária (o que Carlos Montaña chama de solidariedade voluntária e local) e abordagens universalistas sob responsabilidade do Estado, em um redesenho criativo do Estado brasileiro. Com as palavras do autor,

Assim, se queremos avanços democráticos e participativos em uma república de cidadãos livres e plurais, parece-me imprescindível construir alternativas na direção que busquei sugerir. Desta forma, uma solidariedade social complexa, inclusiva e voltada para a liberdade, talvez possa firmar-se e ampliar o exercício da cidadania para além do republicanismo e do liberalismo entre nós (DOMINGUES, 2006: 21).

É uma proposta tentadora a de José Domingues, embora eu concorde com o valor social de algumas instituições do terceiro setor, pelo aspecto do preenchimento de lacunas deixadas pelo Estado e também pelo mercado. Mas, concordo somente em partes, pois a cidadania não se restringe somente à liberdade individual, se bem que a liberdade individual é um dos princípios do liberalismo e do neoliberalismo. Assim, penso que o autor, procura conciliar em um “silêncio passivo”, ou seja, harmoniosamente e sem contestações, como diria Marco Aurélio Nogueira, os princípios neoliberais com a promoção e execução (no sentido real da palavra) da cidadania, no Brasil. Não basta somente preencher lacunas e assim induzir através de discursos oficiais falaciosos pessoas como a voluntária Maria, a pensarem que o voluntariado é importante para a sociedade devido ao seu poder de preenchimento das lacunas “dos governos e da própria sociedade”. Ou como disse a voluntária Gilda a respeito da importância do voluntariado para a sociedade: o voluntariado é importante, pois é uma forma de se exercer a cidadania. Para exigir do governo, não adianta “ficar só de braços cruzados e culpando” o mesmo. Com a participação, as pessoas têm “mais motivo pra criticar”.

Concordo que participar ativamente de movimentos sociais e/ou de entidades filantrópicas e/ou de outras instituições do terceiro setor é uma forma de se exerce a cidadania, contudo isso não habilita as pessoas a serem cidadãos(ãs) conscientes de seus deveres e, principalmente, de seus direitos. Participar às cegas é exercer a cidadania à cegas, “jogar no escuro”, é o mesmo que ter zero por cento de chance de acertar o alvo. A participação tem que ser feita com “ruídos e multiplicidade”, com contestação e oposição. A participação não pode ficar a mercê da espera de verbas que possivelmente virão da esfera estatal ou de apoios financeiros de empresas privadas. A participação não pode ser silenciosamente passiva, ela tem, a meu ver, que ser ensurdecadoramente ativa.

3.9 Trabalho voluntário.

Tabela 7 – Resumo das respostas das voluntárias entrevistadas à pergunta sobre se elas consideram o voluntariado como um trabalho.

6ª CATEGORIA: TRABALHO VOLUNTÁRIO	
VOLUNTÁRIAS	RESPOSTAS
Albertina	Trabalho sério que exige compromisso. Não é obrigado. É preciso se identificar com o que se faz. É necessário. Senti-se importante. Dedicar-se e empenha-se. Deixa de viver quando trabalho como voluntária. Não tem nada a receber. Talvez receba algo no futuro. Ganha consciência tranquila e felicidade.
Berenice	Não é trabalho. Mas, durante a entrevista, a voluntária referiu-se ao voluntariado como trabalho. Então, classifico sua resposta como sim. Compromisso, participação, dedicação. Mencionou as voluntárias que passam um dia na RFCC-PI e depois desaparecem. Serviço. Horários definidos.
Diva	Trabalho de responsabilidade, amor e dedicação.
Elza	Um ato de amor. Trabalho não assalariado, sem vínculo empregatício. Um ato de generosidade, de bondade com a pessoa assistida, acompanhada. “É uma dádiva de Deus, porque a pessoa se abre para o outro”.
Evelina	Trabalho que exige responsabilidade. Trabalho assumido e cumprido. Trabalho bem remunerado que deve ser feito sem a desculpa de que não tem nada pra fazer.
Fabrcia	Trabalho. Compromisso, responsabilidade, dinamismo e seriedade.
Filomena	Disse não considerar o voluntariado um trabalho. Contudo, mais a frente disse: “meu trabalho de voluntária” e “nosso trabalho vai bem” e “chego e faço meu trabalho”. Então, considero sua resposta como sim. O voluntariado é o amor de sua vida.
Gilda	É um trabalho sem remuneração, sem retorno material, “mas tem um retorno de gratificação pessoal”. É um compromisso, tanto que deixa de “fazer qualquer coisa”, desde que nem ela e seu único filho estejam doentes, para atuar como voluntária na Rede.
Glória	Disse não considerar o voluntariado um trabalho, na perspectiva de não ser um emprego. Mas, se referiu ao voluntariado como um trabalho que “só Deus mesmo que agradece o que a gente faz”.
Imaculada	Trabalho “brotado dos valores pessoais”; “compromisso firmado com o próximo”.
Isabel	É um trabalho nobre, bonito e sem remuneração. Doação do corpo, sentimentos, pensamentos. Jesus Cristo: maior voluntário que existiu – “há mais felicidade em dar do que em receber”. Trabalho que recompensa simbolicamente, que faz bem à saúde. É retribuição e não barganha (não se pode barganhar com Deus). Enriquecimento do espírito que fica leve. Agradecimento a Deus: servir ao próximo.
Joana	É “um trabalho que você tira um tempo do seu tempo pra você se doar [é] uma doação, é compromisso. Porque muitas vezes a pessoa vem, diz eu quero ser voluntária, faz a ficha e o compromisso faltou”.

Conclusão: Tabela 7 – Resumo das respostas das voluntárias entrevistadas à pergunta sobre se elas consideram o voluntariado como um trabalho.

Júlia	Trabalho de dedicação, muito amor e sem visar retorno financeiro.
Luzia	Trabalho “de amor, doação, fraternidade, solidariedade, carinho ao irmão necessitado de nossa atenção e cuidados”.
Maria	“Trabalho profissional sério [sem] remuneração pecuniária”.
Mariazinha	Não considera o voluntariado um trabalho, pois age com carinho, porque gosta. O voluntariado como trabalho conota obrigação. Contudo, em outra passagem da entrevista se referiu ao voluntariado como trabalho.
Mirna	Trabalho caracterizado pela responsabilidade, compromisso e comprometimento.
Perpétua	Referiu-se ao voluntariado como uma “obrigação”. Mas, em outros momentos o descreveu como um trabalho. Então, para mim, sua resposta é sim. Conquistar mais pessoas para o voluntariado. Explicar sobre tal trabalho. Gratificante. Realização e felicidade. Fazer alguém feliz é a melhor coisa do mundo: até com um sorriso (bens simbólicos).
Tereza	Não é trabalho. Mas, durante a entrevista, a voluntária referiu-se ao voluntariado como trabalho. Então, classifico sua resposta como sim. Voluntariado é doação, “é gostar de fazer aquilo, de lidar com a pessoa, de ajudar o próximo”.
Valentina	O voluntariado é um trabalho impulsionado por Deus e pelo Espírito Santo de Deus. É um trabalho sincero de ajuda a pessoas doentes.

No Jornal O Povo, da cidade de Fortaleza-CE, do dia 24 de dezembro de 2006, foi publicada uma matéria sobre o voluntariado, no Caderno Ciência & Saúde, nas páginas 01 a 07. Na página 07, o jornal apresentou o decálogo do(a) voluntário(a), os direitos e responsabilidades do(a) voluntário(a), a legislação do serviço voluntário e algumas definições sobre o trabalho voluntário. Devido ao material apresentado e publicado pelo jornal O Povo, de Fortaleza-CE, ser tão rico em informações sobre o voluntariado, neste tópico, algumas informações são transcrições literais dos dados do jornal. Assim, analiso as respostas das voluntárias entrevistadas acerca do trabalho voluntário ao mesmo tempo em que analiso o material fornecido pelo jornal acima citado, para dinamizar a discussão e a análise.

3.9.1 Trabalho voluntário: definições como ficção.

Começo pelas quatro definições apresentadas sobre o trabalho voluntário. A primeira é das Nações Unidas, que diz que “o voluntário é o jovem ou o adulto que, devido ao seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte de seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem-estar social ou outros

campos”. A segunda definição é da Associação Internacional de Esforços Voluntários (IAVE, sigla em inglês), para a qual o trabalho voluntário é “um serviço comprometido com a sociedade e alicerçado na liberdade de escolha. O voluntariado promove um mundo melhor e torna-se um valor para todas as sociedades”. A terceira definição é da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança, que diz:

O voluntário, como ator social e agente de transformação, presta serviços não remunerados em benefício da comunidade, doando seu tempo e seus conhecimentos, realiza um trabalho gerado pela energia de seu impulso solidário, atendendo tanto às necessidades do próximo ou aos imperativos de uma causa, como às suas próprias motivações pessoais, sejam estas de caráter religioso, cultural, filosófico, político ou emocional.

A última definição apresentada é a do Programa Voluntários do Conselho da Comunidade Solidária: “o voluntário é o cidadão que, motivado pelos valores de participação e solidariedade, doa seu tempo, trabalho e talento, de maneira espontânea e não remunerada, para causas de interesse social e comunitário” (Jornal O Povo, Fortaleza-CE, 24/12/2006, p. 07).

Essas definições são semelhantes, praticamente iguais umas às outras, um verdadeiro consenso em torno da definição de trabalho voluntário. As palavras-chaves das quatro definições são: doação – de tempo, talentos/conhecimentos e trabalho; sem remuneração; interesse pessoal ou motivações pessoais ou espírito cívico ou valores de participação e solidariedade ou impulso solidário, o que faz com que a palavra solidariedade, seja também uma palavra-chave e por último, tem-se a palavra-chave, bem-estar social. Então, resumindo essas quatro definições, o trabalho voluntário é um trabalho não remunerado, motivado por valores morais e sentimentos pautados na solidariedade e na participação cívica e/ou religiosa, realizado por qualquer pessoa não importando idade, sexo, etnia, nacionalidade e cujo objetivo principal é o bem-estar social. Enfim, essas definições dizem que o trabalho voluntário é a forma concreta da sociedade de bem-estar social, substituta eficaz e eficiente do falido Estado de bem-estar social, na qual cidadãos(ãs) conscientes de seus deveres sociais escolhem livremente realizar atividades de interesse social e comunitário. Exemplo da eficácia desses discursos nas falas das voluntárias entrevistadas são as falas das voluntárias Elza, Isabel, Joana, Luzia e Gilda.

Para a voluntária Elza, o trabalho voluntário é um ato de amor, é um trabalho não assalariado, sem vínculo empregatício. Um ato de generosidade, de bondade com a pessoa assistida, acompanhada. “É uma dádiva de Deus, porque a pessoa se abre para o outro”. Para a voluntária Isabel, o trabalho voluntário é um trabalho nobre, bonito e sem remuneração; é

doação do corpo, sentimentos e pensamentos. Para a mesma, Jesus Cristo foi o maior voluntário que existiu, por isso, “há mais felicidade em dar do que em receber”; é um trabalho que recompensa simbolicamente, quer direta ou indiretamente, e é uma recompensa que faz bem à saúde. É retribuição e não barganha, pois não se pode barganhar com Deus; é um enriquecimento do espírito que fica leve. Através do trabalho voluntário, agradece-se a Deus, no serviço ao próximo. Para a voluntária Joana, o trabalho voluntário é “um trabalho que você tira um tempo do seu tempo pra você se doar (...) [é] uma doação (...) é compromisso (...). porque muitas vezes a pessoa vem, diz eu quero ser voluntária, faz a ficha e o compromisso faltou”. Para a voluntária Luzia, o trabalho voluntário é um trabalho “de amor, doação, fraternidade, solidariedade, carinho ao irmão necessitado de nossa atenção e cuidados”. E, finalmente, para a voluntária Gilda, o trabalho voluntário é um trabalho sem remuneração, sem retorno material, “mas tem um retorno de gratificação pessoal”; é um compromisso, tanto que deixa de “fazer qualquer coisa”, desde que nem ela e seu filho estejam doentes, para atuar como voluntária na Rede Feminina.

As identidades sociais são ficcionais, o que não as impedem de ter sua eficácia social e simbólica. Por isso, como visto nas falas das voluntárias acima citadas, que repetem as mesmas definições apresentadas pelas quatro entidades referidas pelo Jornal O Povo, de Fortaleza-Ce, do dia 24 de dezembro de 2006, entende-se que as identidades sociais por serem ficcionais e serem social e simbolicamente eficazes, possuem uma característica que é o aspecto performativo dos enunciados das identidades sociais, o que as tornam eficazes, no que concerne à sua aceitação e ao seu investimento pelos indivíduos/pessoas que as assumem. O aspecto performativo das identidades sociais é dado pela repetibilidade ou possível repetibilidade dos enunciados construtores das próprias identidades sociais.

3.9.2 Trabalho voluntário: normatização, classificação e hierarquização das identidades voluntárias.

O discurso oficial do processo de publicização dos serviços sociais e científicos, serviços estes não exclusivos do Estado, de acordo com o programa de contra-reforma do Estado brasileiro, nos anos de 1990, diz o seguinte na Lei nº 9608, de 18 de fevereiro de 1998, publicada no Diário Oficial da União, no dia 19 de fevereiro de 1998, e alterada pela Lei nº 10748, de 22 de outubro de 2003:

- Artigo 1º - Considera-se serviço voluntário, para fins desta lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física à entidade pública de qualquer natureza ou instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive, mutualidade.
- Parágrafo único – O serviço voluntário não gera vínculo empregatício nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.
- Artigo 2º – O serviço voluntário será exercido mediante a celebração de termo de adesão entre a entidade pública ou privada e o prestador do serviço voluntário, dele devendo constar o objeto e as condições do seu exercício.
- Artigo 3º – O prestador do serviço voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias.
- Parágrafo único – As despesas a serem ressarcidas deverão estar expressamente autorizadas pela entidade a que for prestado o serviço voluntário.
- Artigo 3º A – Fica a União autorizada a conceber auxílio financeiro ao prestador de serviço voluntário com idade de 16 a 24 anos integrante de família com renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo.
- § 1º – O auxílio financeiro a que se refere o *caput* terá valor de até R\$ 150,00 e será custeado com recursos da União por um período máximo de seis meses, sendo destinado preferencialmente:
 - I – aos jovens egressos de unidades prisionais ou que estejam cumprindo medidas ou que estejam cumprindo medidas sócio-educativas;
 - II – a grupos específicos de jovens trabalhadores submetidos a maiores taxas de desemprego.
- § 2º – O auxílio financeiro será pago pelo órgão ou entidade pública ou instituição privada sem fins lucrativos previamente cadastradas no Ministério do Trabalho e Emprego, utilizando recursos da União, mediante convênio, ou com recursos próprios.
- § 3º – É vedada a concessão do auxílio financeiro a que se refere este artigo ao voluntário que preste serviço a entidade pública ou instituição privada sem fins lucrativos, na qual trabalhe qualquer parente, ainda que por afinidade, até o terceiro grau, bem como ao beneficiado pelo Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens – PNPE.
- § 4º – Para efeitos do disposto neste artigo, considera-se família a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuem laços de

parentesco, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e mantendo sua economia pela contribuição de seus membros (Legislação do serviço voluntário publicada pelo Jornal O Povo, de Fortaleza-CE, 24/12/2006, p. 07).

Essa lei que rege o serviço voluntário, no Brasil, merece alguns comentários. Primeiramente, a constante repetibilidade da característica fundamental do trabalho voluntário, que é a não remuneração e como também os possíveis tipos de atividades que o(a) voluntário(a) deve atuar, como assistência social, atividades científicas, cívicas, culturais, educacionais, recreativas e até mesmo de mutualidade. Como explicado no segundo tópico do segundo capítulo, o Estado através de leis normatiza, classifica e hierarquiza as identidades sociais, isto é, as identidades voluntárias, hoje em voga no Brasil, são normatizadas, classificadas e hierarquizadas pelo Estado. Bresser Pereira, que foi ministro do Mare, e Nuria Cunill Grau, no prólogo, do livro “O público não-estatal na reforma do Estado”, dizem que o Estado precisa renovar sua institucionalidade para melhorar o serviço prestado à sociedade. Contudo, mesmo com o Estado tornando-se cada vez mais público com a reforma, o espaço público não pode se esgotar no espaço estatal. Daí, a ênfase colocada no espaço público não-estatal, como controle social e como propriedade, no processo de fortalecimento dos direitos sociais e da auto-organização social (é importante explicitar que esta auto-organização social significa toda e qualquer instituição pertencente ao terceiro setor). Mais a frente, no primeiro capítulo do livro, ambos os autores referidos dizem que: “cresce a importância de uma forma nem privada nem estatal de executar os serviços sociais garantidos pelo Estado: as organizações de serviço público não-estatais, operando na área de oferta e serviços de educação, saúde e cultura com financiamento do Estado” (PEREIRA e GRAU, 1999: 16). Isto é, o primeiro artigo da lei do serviço voluntário explicitamente mostra o papel assumido pelo Estado, no contexto neoliberal, papel de redução de sua ação social e conseqüente transferência da ação social estatal para a sociedade auto-organizada socialmente.

As voluntárias Júlia e Gilda, em suas falas, sobre se consideravam ou não o voluntariado como um trabalho disseram que o voluntariado é um trabalho de dedicação, muito amor e que não visa retorno financeiro (Júlia) e que é um trabalho sem remuneração, sem retorno material, “mas tem um retorno de gratificação pessoal”. É um compromisso (Gilda). Assumir essa postura normativa de que o serviço voluntário não pode ser remunerado é um instrumento legitimador do processo de ampliação e abertura do mercado nacional para o mercado internacional, como diz Maria Lúcia Cortes,

O discurso do governo FHC colocou que o Estado, não sendo o único responsável pela operacionalização dos serviços de saúde, educação, cultura, meio ambiente, pesquisa e tecnologia, deve assumir a tarefa de facilitador do processo, subsidiando as iniciativas da sociedade civil. Para o governo FHC, a sociedade civil tem plenas condições de manter com regularidade os serviços sociais, com maior eficiência e redução de custos que o Estado. A esfera pública foi identificada como ineficiente, e o setor privado, mesmo o público não estatal, as entidades filantrópicas, como os portadores da eficiência gerencial (CORTES, 2006: 222).

Em segundo lugar, pautada em Maria Lúcia Cortes, em relação à eficiência gerencial do setor público não-estatal, tem-se um detalhe relevantemente sedutor: o serviço voluntário não pode gerar vínculo empregatício de qualquer natureza. Ora, a RFCC-PI, enquadra-se perfeitamente neste quesito, melhor, neste parágrafo único da Lei nº 9608. Nenhuma das voluntárias da entidade recebe remuneração por seus trabalhos realizados, além disso, todas as voluntárias cadastradas na Rede, ao ingressar na entidade, assinam o termo de adesão comprometendo-se com a entidade e com todas as normas internas e externas que orientam o funcionamento da mesma. Por que incentivar o serviço voluntário, que legalmente não pode ser remunerado e nem gerar vínculo empregatício de qualquer natureza, em um país com alarmantes índices de desemprego? Este é um ponto intrigante do discurso oficial e falacioso do Estado brasileiro, no minado campo do terceiro setor brasileiro e dos voluntariados, na contra-reforma conduzida pelos dois governos FHC (1995-2002) e que com nova roupagem e sutilmente é mantida pelo governo Lula, pois, como terceiro comentário da lei, a mesma foi alterada em outubro de 2003, sob a presidência de Lula, que tornou-se presidente com um discurso voltado para as pessoas de baixa renda e que se reelegei, em 2006, por ter mantido uma política assistencialista silenciosamente passiva, cujo carro chefe, o Bolsa Família, foi super disputado por todos os candidatos à presidência, nas eleições de 2006. Embora, de acordo com o discurso oficial do governo Lula, o Bolsa Família tenha ajudado a redistribuir a renda brasileira entre a população pobre, a meu ver, não proporcionou um desenvolvimento social adequado e não promoveu uma conscientização política reivindicativa.

3.9.3 Olhares cruzados em uma perspectiva poliocular: direitos e deveres do trabalho voluntário.

Depois desses comentários acerca da Lei nº 9608, apresento os direitos e responsabilidades do voluntário. Sobre os direitos e responsabilidades do(a) voluntário(a), lembro-me de Márcia Leite que diz que a “solidariedade articulada politicamente” foi

“substituída por uma compaixão difusa pelos desfavorecidos” (LEITE, 2000: 84). Desta compaixão difusa pelos desfavorecidos(as) surge o(a) cidadão(ã) capaz de combinar “valores e símbolos religiosos e nacionais numa prática cívica” (LEITE, 2000: 84). Esse processo de revalorização da compaixão enfatiza os deveres e não mais os direitos ou a participação política dos(as) cidadãos(ãs). Enfim, concordo com a autora quanto ao aspecto dos deveres do(a) cidadão(ã) compassivo(a) em detrimento dos direitos do(a) cidadão(ã) politicamente articulado(a) e ativo(a).

Penso, como disse anteriormente, que o conceito de compaixão utilizado para interpelar os indivíduos para os voluntariados, no Brasil, é uma mescla da tradição cristã de compaixão com os princípios budistas divulgados por Dalai-Lama, no Ocidente. De acordo com os ensinamentos de Jesus Cristo, no Evangelho de Mateus 5, 43-48, há o seguinte discurso:

⁴³Ouvistes que foi dito: ‘Amarás teu próximo’ e odiarás teu inimigo. ⁴⁴Pois eu vos digo: amai vossos inimigos e orai pelos que vos perseguem ⁴⁵para serdes filhos do vosso Pai que está nos céus. Pois Ele faz nascer o sol para bons e maus e chover sobre justos e injustos. ⁴⁶Se amardes somente a quem vos ama, que recompensa tereis? Não o fazem também os cobradores de impostos? ⁴⁷E, se saudardes apenas vossos irmãos, que fazeis de extraordinário? Não o fazem também os pagãos? ⁴⁸Sede perfeitos, portanto, como o Pai celeste é perfeito (Mateus 5, 43-48. In: Bíblia – Estudando a Palavra de Deus, 1995).

Mas, como é o Pai perfeito, o qual os(as) cristãos(ãs) devem seguir? No Salmo 103, há a descrição do Pai perfeito, o Deus, dos(as) cristãos(ãs):

⁶Javé exerce a justiça e o direito em favor dos oprimidos.

⁷Ensinou seus caminhos a Moisés, e aos israelitas seus grandes feitos.

⁸Javé é **compassivo** e clemente, lento para a cólera e rico em misericórdia.

⁹Não está sempre acusando nem guarda rancor para sempre.

¹⁰Não nos trata segundo os nossos pecados nem nos paga segundo nossas culpas.

¹¹Quanto se elevam os céus sobre a terra, tanto prevalece sua misericórdia pelos que o temem.

¹²Quanto dista do Oriente o Ocidente, tanto afasta ele de nós nossos delitos.

¹³Como um pai sente **compaixão** pelos filhos, assim Javé se **compadece** dos que o temem,

¹⁴porque ele conhece a nossa natureza e se lembra que somos pó (Salmo 103. In: Bíblia – Estudando a Palavra de Deus, 1995).

Então, para a tradição religiosa cristã, a qual prevalece, no Brasil, a compaixão é uma virtude, que deve ser praticada, e uma forma de praticá-la é o voluntariado. Como diz a voluntária Imaculada, o voluntariado é um trabalho “brotado dos valores pessoais”, é um “compromisso firmado com o próximo”. Neste mesmo sentido, Howard Cutler, co-autor do

livro “A arte da felicidade: um manual para vida”, livro que apresenta os pensamentos do 13º Dalai-Lama sobre a felicidade, a vida e a compaixão, diz que:

Em outro estudo realizado por James House no *Research Center da University of Michigan*, os pesquisadores concluíram que a dedicação regular ao trabalho voluntário, em interação com os outros com calor humano e compaixão, aumentava tremendamente a expectativa de vida, e provavelmente também a vitalidade geral (CUTLER e DALAI-LAMA, 2000: 142).

Esse relato de Howard Cutler foi apresentado como um dos benefícios da compaixão, isto é, a compaixão, o colocar-se na perspectiva de outra pessoa, compreender sua posição é um elemento que juntamente com o voluntariado – uma das práticas da compaixão – traz como benefícios saúde ao corpo e à mente. Daí que respostas como a de Isabel, que diz que no seu trabalho voluntário “há mais felicidade em dar do que em receber”, pois é um trabalho que recompensa que faz bem à saúde e enriquece o espírito, deixando-o leve. E a de Albertina, para quem, embora não receba dinheiro tem como retribuição ao seu trabalho, consciência tranqüila e felicidade.

De acordo com a matéria publicada no Jornal O Povo, no caderno Ciência & Saúde, página 07, de Fortaleza-CE, os direitos do(a) voluntário(a) são:

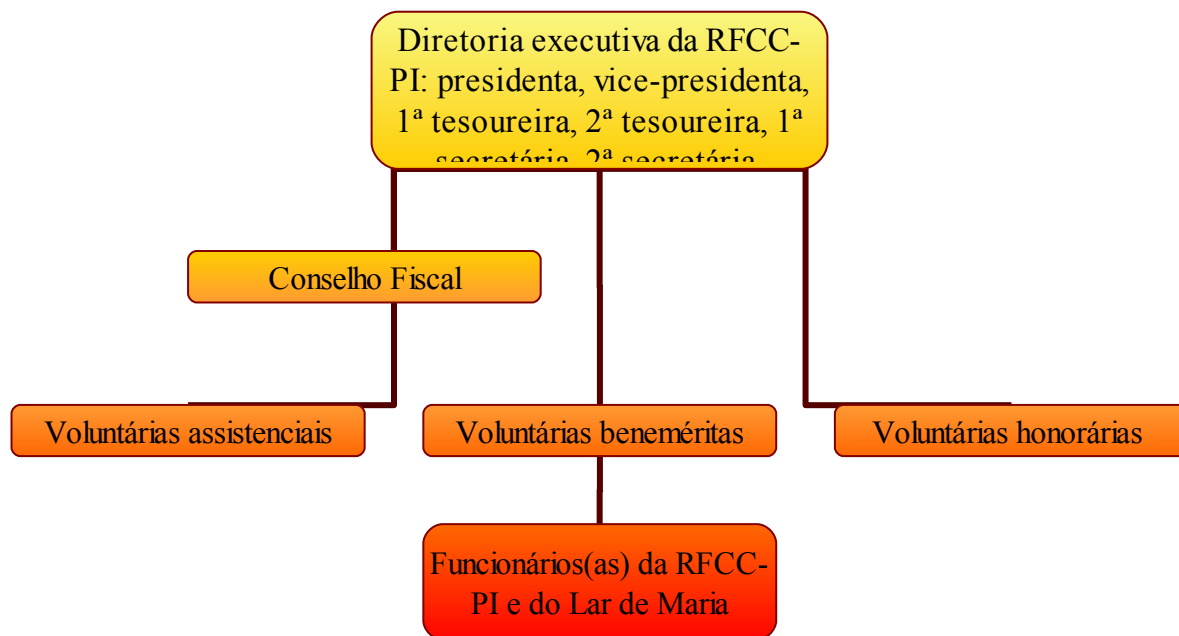
- 4 Desempenhar uma tarefa que valorize e desafie a ampliação e desenvolvimento de habilidades do(a) voluntário(a);
- 5 Receber apoio no trabalho que desempenha (capacitação, supervisão e avaliação técnica);
- 6 Ter a possibilidade da integração como voluntário(a) na instituição na qual presta serviços, ter as mesmas informações que o pessoal remunerado e descrições claras de tarefas e responsabilidades;
- 7 Participar das decisões;
- 8 Contar com os recursos indispensáveis para o trabalho voluntário;
- 9 Respeito aos termos acordados quanto à sua dedicação, tempo doado, e não ser desrespeitado na disponibilidade assumida;
- 10 Receber reconhecimento e estímulo;
- 11 Ter oportunidade para melhor aproveitamento de suas capacidades recebendo tarefas e responsabilidades de acordo com seus conhecimentos, experiência e interesse;
- 12 Contar com ambiente de trabalho favorável por parte do pessoal remunerado da instituição.

No Estatuto Modificado da Rede Feminina de Combate Estadual de Combate ao Câncer do Piauí, no Capítulo III – Dos sócios admissão e exclusão, no artigo 7º, há os seguintes direitos das sócias:

- Tomar parte na Assembléia ou nas reuniões da RFCC-PI – durante os mais de cinco anos de voluntariado que tenho na Rede, vi que esse direito sempre foi respeitado. As decisões da entidade são tomadas coletivamente e de forma democrática. Cada voluntária pode opinar acerca do assunto em debate, o que, às vezes, gera, por outro lado, conflitos e divergências, o que dinamiza as atividades da entidade e a própria identidade do voluntariado contra o câncer infantil piauiense;
- Votar e ser votada para qualquer cargo efetivo, decorrido um ano de sua admissão e estando em dia com sua contribuição – desde que entrei, em 2001, a diretoria da RFCC-PI mantém-se praticamente a mesma, mas isso, não é devido à abertura de eleições, mas porque a maioria das voluntárias da entidade não se manifesta para ocupar o cargo principal, que é o da presidência. No entanto, nos bastidores, ruídos são feitos em relação a certas posturas da diretoria, o que, sociologicamente, é algo considerado como inerente às relações travadas em qualquer ambiente de trabalho;
- Apresentar propostas, projetos ou sugestões à Assembléia Geral ou à presidente em exercício – esse direito também é exercido na entidade, embora, às vezes, as sugestões não sejam atendidas por causa de variados fatores, desde a falta de verbas à falta de disposição de um número maior de voluntárias;
- Apresentar novas voluntárias à Diretoria Executiva.

Como visto, os direitos das voluntárias da RFCC-PI estão de acordo com os direitos gerais dos(as) voluntários(as) publicados no Jornal O Povo, de Fortaleza-CE. Todavia, a meu ver, esses direitos são cortinadores de perspectivas políticas mais amplas. A voz dada ao(à) voluntário(a) é uma voz mínima, que ressoa só na entidade. A própria entidade filantrópica fica presa ao seu ambiente de atividades, não vislumbrando a possibilidade de usar o seu direito à voz para ampliar a discussão política e social sobre a causa defendida. Um aspecto que diferencia a Rede quanto aos direitos do(a) voluntário(a) é o fato de que no topo da hierarquia institucional da entidade estão as voluntárias, abaixo as(os) funcionárias(os) remunerados. Então, o direito de acessibilidade de informações dentro da entidade RFCC-PI é um direito que deve ser vertical e horizontalmente respeitado.

No organograma abaixo, apresento sinteticamente a estrutura organizacional da Rede Feminina.



Organograma 1 – Estrutura organizacional da Rede Feminina de Combate ao Câncer do Piauí.

As responsabilidades ou deveres dos(as) voluntários(as) são de acordo com o Jornal O Povo, de Fortaleza-CE, do dia 24 de dezembro de 2006, os seguintes:

- Conhecer a instituição e/ou comunidade onde presta serviços (a fim de trabalhar levando em conta essa realidade social) e as tarefas que lhe forem atribuídas;
- Escolher cuidadosamente a área onde deseja atuar conforme suas identificações, interesses, objetivos e habilidades pessoais, garantindo um trabalho eficiente;
- Ser responsável no cumprimento dos compromissos contraídos livremente como voluntário. Só se comprometer com o que de fato puder fazer;
- Respeitar valores e crenças das pessoas com as quais trabalha;
- Aproveitar as capacitações de forma aberta e flexível;
- Trabalhar de maneira integrada e coordenada com a entidade onde presta serviço;
- Manter os assuntos confidenciais em absoluto sigilo;
- Acolher de forma receptiva a coordenação e a supervisão de seu trabalho;
- Usar de bom senso para resolver imprevistos, além de informar responsáveis.

No Estatuto Modificado da RFCC-PI, no Capítulo III, artigo 8º, têm-se os seguintes deveres das sócias da entidade:

- 2 Respeitar e fazer respeitar o presente Estatuto e as deliberações dos órgãos encarregados da direção da RFCC, assim como pugnar pelo desenvolvimento desta;

- 3 Desempenhar todos os cargos ou funções para que for eleita ou designada;
- 4 Efetuar contribuições determinadas pelo Estatuto;
- 5 Guardar sigilo acerca de todos os assuntos referentes a pacientes, ex-pacientes e seus familiares;
- 6 Guardar sigilo sobre os assuntos debatidos nas reuniões sociais quando for deliberado;
- 7 Comparecer às Assembléias Gerais.

A RFCC-PI mantém-se em congruência com as regras ditadas exteriormente pelo Estado e também pela sociedade, no sentido geral, da palavra. Isto é, embora a RFCC-PI tenha sido fundada, em 1954, e oficialmente reconhecida, em 1986, somente a partir de 1997, que ela passou a consolidar, no Piauí, os seus trabalhos sociais e assistenciais, como mostrado no gráfico 2 da periodicidade das reuniões da RFCC-PI, de abril de 1986 a novembro de 2006. Isso mostra as influências do contexto nacional da contra-reforma administrativa do Estado, através de um de seus programas, o programa da publicização.

3.9.4 Os dez mandamentos do trabalho voluntário: um chamado publicizador.

Mas, quais são os dez mandamentos do voluntariado? No Jornal O Povo, de Fortaleza-CE, Caderno Ciência & Saúde, do dia 24 de dezembro de 2006, página 07, os dez mandamentos do voluntariado (de acordo com o Jornal O Povo, de Fortaleza-CE, Caderno Ciência & Saúde, do dia 24 de dezembro de 2006, página 07, o texto sobre o decálogo do voluntariado é um texto extraído do encarte especial do boletim Agir, nº 05, do Programa Voluntários, sendo um texto de Joaquín García Roca) são:

- O voluntário deve descobrir a complexidade dos processos sociais: uma idéia aparentemente simples é apenas uma idéia simplificada. Os problemas sociais têm a forma de uma teia de aranha: estão entrelaçados por inúmeros fatores. Saber estar em uma sociedade complexa e bem informado é uma qualidade essencial do voluntário hoje;

As informações que são passadas para os(as) voluntários(as), informações mobilizadoras de um contingente fantástico de pessoas motivadas por valores e sentimentos morais, são informações tais como: o Estado brasileiro está incapacitado de responder adequadamente aos mais variados problemas sociais, daí a convivência contraditória entre universalização e seletividade das políticas sociais; o programa de publicização da contra-

reforma estatal, nos anos 1990, foi necessário devido à crise econômica e social do país desde os anos 1980. O interessante é a culpabilização dos gastos no setor social como um dos fatores da crise do Estado, a partir dos anos 1980. Então, urge necessariamente dividir com a sociedade esses gastos para que o Estado possa se reestruturar e promover uma administração eficiente dos bens públicos. Essa é a descoberta dos complexos problemas sociais brasileiros por voluntários(as), que desejam, assim como eu desejo, um país mais justo e menos miserável, um país que dê oportunidades aos(às) seus(suas) cidadãos(ãs) de terem uma vida digna e sustentada pela aplicabilidade de seus direitos sociais, políticos e civis.

- O voluntário tem sentido apenas quando se considera o horizonte da emancipação. É preciso dar afeto a um doente terminal ou acolher uma pessoa que luta contra a dependência química, mais isso somente é válido se for um passo a mais na remoção das causas da marginalidade e do sofrimento desnecessário;

A palavra emancipação significa, de acordo com o Mini Aurélio – Século XXI (2000), eximir-se do pátrio poder ou da tutela; tornar-se independente; libertar-se. Emancipação, então, quer dizer, independência e libertação. No entanto, em um país, com altos índices de desemprego, a publicização dos serviços sociais e científicos, ou seja, a responsabilização da sociedade pela execução da questão social brasileira,

combinou o serviço voluntário, o qual desprofissionalizava [como ainda desprofissionaliza] a intervenção nessas áreas [sociais], remetendo-as ao mundo da solidariedade, da realização do bem comum pelos indivíduos, através de um trabalho voluntário não-remunerado (BEHRING e BOSCHETTI, 2006: 154).

Dessa forma, a emancipação não é realizada completamente, às vezes, nem parcialmente. Emancipar um povo, responsabilizando-o por sua própria emancipação é enclausurar a emancipação em atividades pontuais e locais. A emancipação fica, então, restrita a uma liberdade vigiada e controlada pelos mecanismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, entre outros sentinelas eficazes, que vigiam sem parar a implantação e a execução dos princípios neoliberais nos Estados, principalmente, nos Estados periféricos, como o Brasil, o que promove uma emancipação enclausurada da sociedade no reino da solidariedade e no da pauperização das políticas sociais.

- A ação voluntária tem qualidade ética apenas quando é uma opção livre de um sujeito, no interior de uma tripla aspiração: a sua auto-estima, a solidariedade com o próximo e o compromisso com a construção de uma sociedade justa;

Como diz Louis Althusser, o processo de interpelação dá-se pelo chamamento do sujeito livre que livremente submeter-se-á às ordens do Sujeito nomeador e posicionador, para aceitar, livremente sua submissão. Exemplo disso são falas de algumas voluntárias entrevistadas. A voluntária Tereza disse-me que o trabalho voluntário é doação, “é gostar de fazer aquilo, de lidar com a pessoa, de ajudar o próximo”. A voluntária Perpétua disse-me que o trabalho voluntário é uma “obrigação”, é conquistar mais pessoas para o voluntariado, explicando-lhes sobre a importância de tal trabalho, que é gratificante, pois proporciona realização e felicidade: “fazer alguém feliz é a melhor coisa do mundo: até com um sorriso”. Para a voluntária Fabrícia, o voluntariado é um trabalho de compromisso, responsabilidade, dinamismo e seriedade. Para a voluntária Imaculada, o voluntariado é trabalho “brotado dos valores pessoais”, é “compromisso firmado com o próximo”. E, para a voluntária Glória, “só Deus mesmo que agradece o que a gente faz”.

Boaventura Sousa Santos diz que as identidades culturais (as identidades voluntárias além de serem sociais também são culturais, pois são construídas dentro da cultura do voluntariado) “são resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação” (SANTOS, 2006: 135). É o que acontece com os voluntariados, em geral, e com o voluntariado contra o câncer infantil piauiense. A tripla aspiração, da qual fala o decálogo do voluntariado, é explicitamente repetida pelas falas das voluntárias entrevistadas. No momento em que a voluntária Perpétua diz que ser voluntária é gratificante e proporciona felicidade, ela se refere à aspiração da auto-estima. Quando a voluntária Imaculada diz que o voluntariado é um “compromisso firmado com o próximo”, ela repete a segunda aspiração do voluntariado, que é a solidariedade com o próximo e quando a voluntária Fabrícia diz que o voluntariado é um trabalho de compromisso, responsabilidade, seriedade e dinamismo, penso que ela repete a terceira aspiração, que preconiza a construção de um mundo melhor. As identidades sócio-culturais são construídas de acordo com as épocas culturais, com os lugares e os mais diversos contextos que as circundam.

Ora, o processo de identificação dessas voluntárias é de uma época acentuadamente marcada pelo contexto neoliberal, que ordena, como um grande imperador, a minimização da ação social do Estado e a ampliação da ação social da sociedade. Outro ponto do processo de identificação é o lugar. O lugar onde se constrói a identidade voluntária contra o câncer infantil piauiense é um lugar onde a medicina é um centro de referência, em uma região que engloba vários estados: Maranhão, Pará, Tocantins, e, às vezes, Ceará.

- O voluntariado não é um plano para diminuir compromissos do Estado. Se, em algum momento, sua presença é pretexto para afastar e restringir os esforços governamentais, o voluntariado entra em uma zona de risco;

Penso que o voluntariado é uma zona de risco, é um campo minado por discursos falaciosos do Estado e pelas práticas contraditórias das identidades voluntárias. A subjetividade individual e abstrata, diz Boaventura de Sousa Santos, ganharam prioridade, triunfaram no contexto das políticas neoliberais, que exigem a presença de

um super-sujeito que regule e autoriza a autoria social dos indivíduos. Esse sujeito monumental [arregimentador, nas palavras de Igor José Renó de Machado] é o Estado liberal [neoliberal] (...), [que] sendo um Estado mínimo, tem potencialidades para se transformar em Estado máximo (SANTOS, 2006: 138).

O Estado como sujeito monumental que regula “e autoriza a autoria social dos indivíduos” é um Estado máximo, arregimentador, capaz de interpelar milhares de indivíduos para ações as mais diversas possíveis. O voluntariado não é só um plano, é um programa, é um discurso ideológico para a diminuição das responsabilidades sociais do Estado (Estado mínimo), para que o mesmo amplie sua ação na facilitação, ampliação e melhoria da economia internacional (Estado máximo). Voltando ao primeiro mandamento do voluntariado, que diz que os(as) voluntários(as) devem ter informações acerca do voluntariado, digo, em contrapartida, que muitas informações são mascaradas e omitidas para facilitar a arregimentação das pessoas para o trabalho voluntário.

- A ação voluntária é como uma orquestra: o importante é que ela soe bem e não o fato de a flauta ser de madeira ou de metal ou a quem ela pertence. Da orquestra devemos exigir coordenação, coerência e concentração de forças. A fragmentação não leva a nada e numa equipe cada um joga em seu próprio posto colaborando com o resto em função da partida;

A voluntária Isabel, ao dizer que as voluntárias da RFCC-PI são uma equipe, que ela não falava no singular, mas no plural, reflete o processo de identificação com esse discurso de que o voluntariado é “como uma orquestra”. Esse discurso também está presente no Manual do Voluntário (2002), da Rede Feminina de Combate ao Câncer:

o trabalho voluntário é sério. Há necessidade de uma equipe para coordenar o trabalho. Trabalhar em grupo significa usar a linguagem do programa, sabendo relacionar-se com o outro, sem vaidade, sem diferenciação, valorizando o trabalho de cada um. É importante que o voluntário se integre aos movimentos, aos técnicos e profissionais da instituição responsável pelo

tratamento médico do paciente. O voluntário tem que funcionar como apoio, complemento (Manual do voluntário, 2002: 15).

Assim, o(a) voluntário(a) é um complemento, um apoio de um grupo maior, que faz do valor solidariedade seu lema principal, pois para a Rede Feminina e, penso que para as demais entidades filantrópicas, “a solidariedade faz milagres” (Manual do voluntário, 2002: 45). Pois, ao agrupar diferentes pessoas em torno de uma causa pelo chamado da solidariedade, ações emergenciais são realizadas/concretizadas, ações essas capazes de aglutinar as dissonâncias em consensos pró-mundo melhor. Daí que a filantropia e a solidariedade se confundirem intensamente neste atual contexto nacional, sendo que a “filantropia (...) é a atividade mais persistente e duradoura de regulamentação secular” (MESTRINER, 2005: 13). Essa confusão ou entrelaçamento dá-se pelos sentidos construídos para as duas palavras. A filantropia por ser uma constante preocupação com o bem-estar coletivo entrelaça-se com o sentido politizado de solidariedade social, que além de ser uma constante preocupação com o bem-estar coletivo, é a aplicabilidade real dos direitos sociais, o que promove o bem-estar coletivo de um povo.

- A ação voluntária deve ter competência humana e qualidade técnica. O amor não é suficiente. Se, por ignorância ou incompetência fazemos sofrer uma pessoa frágil, embora tenhamos a melhor das intenções, conseguiremos, apenas, aumentar a sua impotência e a sua marginalidade;

No manual do voluntário da Rede Feminina (2002), o(a) voluntário(a) além de ter muito amor disponível para atuar no cuidado a pessoas com câncer, deve ter um preparo/aprendizado adequado e conscientizado para não prejudicar a pessoa assistida e nem incorporar a doença, em questão. Isto é, “o voluntário tem que agir, funcionar como apoio, como um suporte para o paciente e seus familiares, minimizando-lhes as carências, jamais incorporando-as”, pois “o papel do voluntário tem que ser voltado para atividades afetivas, de ajuda, apoio ao paciente, sem jamais interferir na ordem técnica de médicos, enfermagem etc.” (Manual do voluntário, 2002: 21-22). A RFCC-PI atua em uma área cuja exigência emocional das pessoas com câncer, ser em vários casos, extremamente delicada, visto o estado de saúde de algumas pessoas atendidas pela entidade está bastante agravado pelo avanço da doença e/ou pelo tratamento quimioterápico e/ou radioterápico. O aprendizado técnico de como lidar com a doença câncer, no caso de entidades que atuam neste setor da medicina, é fundamental no cuidado assistencial, social e afetivo da pessoa com câncer. Dos dez mandamentos do trabalho voluntário, este é o que apresenta um conteúdo rico e importante no ensino crítico e politizado do voluntariado.

Lúcia da Silva Vilarinho, em sua dissertação de mestrado, fala sobre a educação em saúde no âmbito hospitalar, no sentido de que é preciso mudar, que é preciso implementar uma educação em saúde, no processo de humanização do atendimento hospitalar. Quer dizer, a educação em saúde, da qual fala a autora, é uma abordagem que privilegia o diálogo entre médico(a) e sua clientela, diálogo que focaliza, principalmente, uma perspectiva social, cultural e biológica das doenças. Para a autora,

Essa nova abordagem baseia-se no diálogo, na troca de saberes, no intercâmbio entre o saber científico e o popular no qual cada sujeito do processo tem muito a ensinar e a aprender, e tem como projeto o desenvolvimento de ações efetivamente capazes de alterar hábitos e atitudes relativas não somente à saúde, mas à vida cidadã, tendo como direção o desenvolvimento cultural e não o adestramento, de modo que se privilegie a formação da consciência político-sanitária da população (VILARINHO, 1999: 114).

Nesse sentido, há um aprendizado recíproco na entidade filantrópica RFCC-PI, no que concerne ao tratamento e apoio às pessoas com câncer. As voluntárias, em seus cursos de capacitação, procuram aprender formas higiênicas e preventivas de como cuidar de pessoas com câncer, como também procuram ensinar uma forma mais humana de lidar com os(as) assistidos(as) pela entidade. Na ata 41, do dia 17 de fevereiro de 2005, do segundo livro de atas (2002-2006), foram relatados os objetivos do ano a serem realizados pela Rede. Dentre eles, estavam a intenção de “elaborar um manual orientador para as escolas a respeito de pacientes oncológicos e [a intenção de] planejar visitas às universidades de medicina e enfermagem com o tema da humanização hospitalar”. Ora, este sexto mandamento do decálogo do voluntariado é uma prática que deve ser realizada por toda e qualquer entidade do terceiro setor que vise prestar serviços de qualidade e seriedade à população.

- O voluntariado deve ganhar espaços entre as classes populares. Não pode ser uma instituição que interesse apenas à classe média, nem àqueles que têm tempo disponível, responde ao exercício da cidadania que é responsável pelos assuntos que a todos afetam;

Lúcia Cortes da Costa diz que

A despolitização da crise do Estado foi assegurada, no discurso do governo, ao tratar com conceitos de cidadania, administração gerencial, eficiência e descentralização como termos isentos de conotações políticas. Assim, a esfera pública aparece no discurso do governo como algo essencialmente técnico e dissociado de interesses de classe (COSTA, 2006: 180).

Penso que o voluntariado não precisa ganhar espaços entre as classes populares, pois ele é mantido justamente pelas classes populares, as quais são destituídas de seus direitos sociais e de sua cidadania. O chamado/interpelação para o voluntariado não se caracteriza apenas pelo tempo disponível, mas também pela possibilidade de ser exercer uma pretensa cidadania. A contra-reforma estatal, dos anos 1990, evidencia a despreocupação do governo FHC e da elite econômica com o grave quadro social brasileiro, quadro que reduz o(a) cidadão(ã) a cliente, a cidadania à prática solidária motivada por valores e sentimentos morais, despolitizada e a-contestatória, fazendo do mercado o espaço único e legítimo capaz de proporcionar o acesso a bens e serviços. O terceiro setor é um dos espaços deste mercado. Porém, os discursos e práticas do terceiro setor o instituem como o espaço da esfera privada que executa serviços de utilidade pública, mas sem finalidades lucrativas, é um espaço competitivo, como diz Bresser Pereira, que visa unicamente o bem comum e a cidadania.

Penso que boa parte das instituições/entidades/organizações que compõem o terceiro setor são necessárias para a sociedade brasileira, especialmente, para a sociedade piauiense. No entanto, não concordo com a ideologia de que o terceiro setor ao contrário do Estado é mais eficiente e eficaz na solução dos problemas sociais. Fazer da interdependência entre as pessoas de uma sociedade o canal condutor de um programa sutilmente perverso de desresponsabilização do Estado na questão social, para que o mesmo possa garantir sustentabilidade para as políticas econômicas em detrimento de uma maioria empobrecida, é considerar a população como um todo como sendo incapaz de pensar por si própria e de buscar sua emancipação. Durante cinco séculos, o povo brasileiro se mantém sob o jugo de ideologias que mingam a sua capacidade de se articular conjuntamente e contestar a favor de sua liberdade e, principalmente, sua igualdade social.

- O voluntariado aprecia o profissional da ação social e busca sempre a complementaridade, mas justamente por isso não se transforma em auxiliar nem em corrente de transmissão, defende o espaço de liberdade que lhe é próprio;

Como explicado no segundo capítulo, as identidades são impostas e politizadas, podendo ser ganhas ou perdidas, isto é, as identidades são disputadas, devido ao fato de a identidade e a diferença não conviverem, de forma harmoniosa, em um campo hierárquico. Por não serem simplesmente definidas, pois são processos sempre em transformação, as identidades sociais e culturais estão sujeitas a relações de poder, tais como o poder de inclusão/exclusão, demarcação de fronteiras, classificação e normalização (SILVA, 2000). Dizer que o voluntariado aprecia o(a) assistente social, ou seja, o(a) profissional da ação social, sem se transformar em seu(sua) auxiliar e nem em corrente de transmissão, pois cada

qual tem seu espaço, sendo que o(a) voluntário(a) possui seu espaço próprio de liberdade é uma tentativa de fixar fronteiras simbólicas e identitárias, que delimitem em um campo hierárquico a posição do(a) voluntário(a) como sujeito central e portador(a) de uma identidade, que lhe proporciona autonomia e liberdade. Esse discurso é uma luta por poder, o poder de definir e assim fixar a identidade que melhor se adequa à ação social. Nesta disputa, percebe-se claramente o quanto que as identidades não são inocentes e o quanto elas são disputadas, podendo, como diz Tomaz Tadeu Silva, ser ganhas ou perdidas. E a realidade como construtora do social mostra que as identidades voluntárias estão ganhando espaço cada vez maior no terreno da questão social brasileira.

Nas palavras de Maria Luiza Mestriner,

Embora a Loas [Lei Orgânica da Assistência Social] determine o comando único da assistência social no âmbito da administração direta, esta já é ilegalmente desterritorializada pelo próprio governo federal em um novo espaço que dilui a responsabilidade pública federal na ação do voluntariado, isto é, da informalidade negadora de direitos. É o estímulo à forma paralela de gestão, dita solidarista, que provoca o embaçamento da responsabilidade estatal.

A segunda dualidade na gestão da assistência social se ancora na invisibilidade da responsabilidade pública e se dá pela relação genética, ou talvez arquetípica, entre a assistência social e as organizações da sociedade civil. São elas as ferramentas amparadas pelo Estado para capilarizar a atenção social sem que se configure como responsabilidade pública (MESTRINER, 2005: 295).

Como se vê nas palavras de Maria Luiza Mestriner, há uma disputa por espaços entre os(as) assistentes sociais e o voluntariado. A autora diz que a assistência social foi reterritorializada em um espaço diluidor da responsabilidade pública, espaço este ocupado pela ação voluntária, sendo que para a autora, o voluntariado é uma ação informal que nega direitos sociais, mas amplamente amparada pelo Estado, através de subsídios e outros meios. Isso ocorre devido a uma velha tradição brasileira da associação entre assistência social e filantropia. Por muito tempo, no Brasil, a assistência social e a filantropia se identificaram mutuamente, pois antes de 1930, era a sociedade brasileira que prestava assistência aos(às) mais necessitados(as), através de ações filantrópicas. Contudo, depois das várias transformações ocorridas no cenário nacional em relação à questão social e com a promulgação da assistência social como política pública estatal,

O velho foi sendo travestido e recolocado como nova solução. E segundo a mesma lógica, atualmente, por causa da reforma do Estado [e com o governo Lula], que vai se eximir mais radicalmente das suas responsabilidades sociais, numa atitude dual e num processo ambíguo está

se reproduzindo a velha lógica da benemerência numa nova solidariedade fundada na retórica do resgate da cidadania [como se a cidadania como categoria social, política e cultural pudesse ser resgatada e não construída pelos atores envolvidos na luta social por direitos sociais e por suas posições como cidadãos(ãs) portadores(as) de direitos] (MESTRINER, 2005: 294).

- O voluntariado precisa, hoje, disciplinar a sua ação. As melhores iniciativas se perdem pela incapacidade de submetê-las a um programa, a objetivos, a um método, a certos prazos, a uma dedicação séria, a uma avaliação. A boa intenção é um caminho viável desde que haja disciplina; se ela não existe, é um fracasso. O voluntariado evita palavras fúteis para se aproximar dos gestos eficazes;

Neste nono mandamento, encontra-se a exigência da elaboração de projetos sociais para viabilizar a gerência adequada e eficaz dos recursos financeiros e humanos das entidades/instituições/organizações do terceiro setor. Para Marcovitch (2005), desenvolvimento sustentado duradouro da sociedade por meio do terceiro setor depende da capacidade das organizações do setor de transformar problemas em soluções e sonhos em projetos sociais, pois estes são ferramentas adequadas para superar a fragilidade profissional das organizações não-governamentais, a qual tem levado ao desaparecimento precoce de muitas delas. Neste mesmo sentido, Amaral (2003) diz que os projetos sociais esboçam um processo de institucionalização e profissionalização das instituições do terceiro setor. Horochovski (2003) diz que a importância dos projetos sociais para as entidades do terceiro setor está no fato delas pleitearem recursos tanto públicos como privados para a realização de seus serviços.

O que esses autores querem dizer acerca dos projetos sociais, os quais são exigidos no nono mandamento do voluntariado para que a ação social voluntária seja disciplinada e eficaz, é que a adoção de projetos sociais facilita o gerenciamento dos objetivos das organizações sociais; dinamiza e focaliza a execução de atividades da organização, sem a necessidade de vultosos dispêndios de tempo, dinheiro e pessoal. Pois, as organizações do terceiro setor, embora voltem suas ações para serviços de utilidade pública, mas sem finalidades lucrativas, são organizações de iniciativa privada, inseridas no mercado competitivo, como mostra o filme “Quanto vale ou é por quilo?” (2005), dirigido por Sérgio Bianchi, no qual é exibida a competição entre ONG’s para conquistar assistidos(as).

- A ação voluntária requer reciprocidade: não é orientada simplesmente à assistência do outro, mas ao crescimento de ambos, embora as suas contribuições sejam diferentes. A estima do outro não exige apenas a acolhida, mas espera também uma resposta análoga.

O décimo mandamento fala acerca da dádiva. As voluntárias Glória, Berenice e Albertina se referiram, durante as entrevistas, à reciprocidade entre elas e as pessoas cuidadas e assistidas pelas mesmas. Para a voluntária Glória, o voluntariado é ajuda recíproca, a voluntária tanto ajuda como recebe ajuda. Para a voluntária Berenice, o voluntariado é uma felicidade recíproca, pois é pautada na doação, na entrega de amor e ajuda, na participação, no sentimento de utilidade, o que a torna gratificada e realizada. E, para a voluntária Albertina, o voluntariado é uma integração como o dar e o receber, pois é um trabalho profundo, rico e que faz a pessoa crescer.

A interpelação para os voluntariados ou interpelações identitárias voluntárias, através do apelo à solidariedade voluntária e local, através do apelo à dádiva e a sentimentos valorizados pela cultura ocidental como pela veiculação de uma imagem de Estado ineficiente em prover adequadamente serviços sociais universais à sociedade, promove a construção de uma cultura do voluntariado. A dádiva entra nesse processo devido sua característica paradoxal, que a faz escapar do interesse egoísta e do altruísmo, pois a dádiva é, simultaneamente, interessada e desinteressada, ela é ambígua, assim como os voluntariados e as identidades voluntárias. Dessa forma, além do fato da dádiva fazer parte do processo de construção identitária do voluntariado contra o câncer infantil piauiense por causa das relações construídas por esse determinado tipo de voluntariado pautado na obrigação tripartite do dar-receber-retribuir, ela é inerente ao mesmo por causa da interpelação identitária dos voluntariados pelo Estado, o qual sutilmente delega suas responsabilidades sociais para a sociedade.

3.10 Extras: conversar involuntárias entre voluntárias.

Tabela 8 – Resumo das conversas involuntárias entre voluntárias e pesquisadora durante as entrevistas.

EXTRAS	
VOLUNTÁRIAS	RESPOSTAS
Albertina	É preciso ter ouvido de mercador e ser coerente. O voluntariado é como casamento, não pode falar mal dele. Os vales sociais do governo valem “o voto da eleição seguinte”. Isso a indigna.
Berenice	Falou sobre as divergências entre as voluntárias. Voluntárias que

	gostam de “aparecer como voluntária”. As crianças têm tudo na RFCC-PI, mas precisam de muito carinho.
--	---

Conclusão: Tabela 8 – Resumo das conversas involuntárias entre voluntárias e pesquisadora durante as entrevistas.

Diva	Era professora. Está aposentada. Começou a trabalhar muito cedo (ritmo de trabalho acelerado). Não quis trabalhar por dinheiro. Encontrou o Lar de Maria, que é tudo em sua vida. O voluntariado a modificou pessoalmente e socialmente. Ficou mais amena e parou de se lastimar.
Elza	Experiência gratificante. Crescimento conjunto (voluntária e crianças com câncer). É um momento concedido por Deus.
Gilda	Relatou a comoção que sentiu ao acalmar uma menina que teria uma das pernas amputadas.
Glória	Falou de crianças que são abandonadas pela família no Hospital São Marcos e que acabam falecendo. Gosta das festas e dos eventos da Rede, de levar as crianças das enfermarias para festejar. Disse ter um bom relacionamento com as mães das crianças. Procura “fazer o máximo que [pode] com as mães. Porque eu sei que elas são umas sofredoras... porque esse problema sério dos [filhos], elas sofrem bastante”.
Mariazinha	O ensino/aprendizado passado pelas crianças como força e alegria.
Perpétua	Disputas entre as voluntárias (quem é a melhor voluntária?). Falou da necessidade da humildade no trabalho voluntário. Ressaltou a importância dos bens simbólicos (sorriso, palavras amigas). Trabalho voluntário é muito bonito; algo que se faz desinteressadamente, “Nós fomos criados para só trazer felicidade para todos e não coisas ruins”.
Tereza	Quer que as pessoas ajudem mais. Acha bonito o trabalho do programa social da Rede Globo, “Ação Global”. As pessoas precisam se conscientizar mais. Isso “seria muito bom”. Há muitas pessoas precisando de ajuda, de apoio, de uma palavra, “tem muitas pessoas desesperadas”. Necessidade de incentivo, de ajuda moral, espiritual e material. Bens simbólicos.

Esta última categoria, Extras – conversas involuntárias entre voluntárias, é o resultado de minha insistência com algumas voluntárias para que as mesmas continuassem a falar sobre o voluntariado que exerciam e que ainda exercem, já que as informações anteriores eram tão ricas e, no entanto, extremamente sucintas. Por isso, denomino esta categoria como extras, no sentido de complementação. Ao dar ao título “Extras” o subtítulo de conversas involuntárias entre voluntárias, pretendo contrastar as falas originadas desta categoria com as falas das demais categorias, pois, as voluntárias que aceitaram prolongar suas entrevistas só aceitaram porque insisti para que as mesmas continuassem com seus relatos. Conversas involuntárias

entre voluntárias quer dizer, então, conversas forçadas, não no sentido da obrigatoriedade, mas no sentido da negociação entre voluntárias – voluntárias pesquisadas que também são sujeitos atuantes, pensantes e falantes – e voluntária pesquisadora.

Esta categoria por conter relatos diversos não contém continuidade entre as falas das voluntárias entrevistadas. Portanto, cada fala possui um valor próprio que a diferencia e que, principalmente, traz à cena da construção identitária do voluntariado contra o câncer infantil piauiense dados e informações importantes para a análise desta rica identidade permeada de sutilezas e ambigüidades.

3.10.1 O câncer como realidade social.

Primeiramente, trago à cena, a fala da voluntária Glória, que falou sobre crianças que são abandonadas pela família no Hospital São Marcos e que acabam falecendo; das festas e dos eventos da Rede; da presença de crianças internadas nas enfermarias nas festas promovidas pela RFCC-PI, em sua sede; do bom relacionamento que tem com as mães das crianças, pois procura “fazer o máximo que posso com as mães. Porque eu sei que elas são umas sofredoras... porque esse problema sério dos [filhos], elas sofrem bastante”.

Para Antonieta Barbosa, autora do livro Câncer – direito e cidadania, livro inspirado em sua própria vivência com a doença câncer, o impacto do diagnóstico da doença é capaz de transformar a vida da pessoa doente, pois o câncer muda o sentido da vida e do cotidiano da pessoa. A autora fala sobre a “síndrome do câncer”, e por falta de palavras mais sucintas faço uma longa citação sobre como a autora vivenciou a representação social do câncer:

Quando uma pessoa é acometida de câncer há um grande impacto não só sobre ela, mas também entre os que lhe são próximos, e todos são acometidos de uma espécie de “síndrome do câncer”.

Nessa ocasião todos se lembram de alguém saudável e alegre, que após um diagnóstico de câncer, faleceu em meio a muito sofrimento.

O câncer lembra a morte, e a morte é o fim da vida, ou desta vida, como acreditam os espiritualistas de quase todos os credos. Na verdade, embora seja a morte a nossa única certeza, ninguém se sente confortável falando sobre ela e nunca se está preparado para enfrentá-la.

O câncer ainda constitui um tabu, sendo esta palavra pronunciada à meia-voz ou através dos mais diversos pseudônimos, como “CA”, “tumor maligno” ou “aquela doença”, e o paciente é sempre poupado de ouvi-la para que sejam evitados maiores constrangimentos.

Outro detalhe que atormenta a vida de muita gente diz respeito ao fator surpresa. A falta de sintomas iniciais pode acarretar um diagnóstico tardio que muitas vezes inviabiliza a cura, embora existam casos de milagrosas recuperações.

O câncer não é apenas uma doença traiçoeira, mas também democrática. Ataca sem preconceito de idade, raça, sexo, religião, classe social, sendo este também um dos seus aspectos mais perversos, principalmente quando atinge crianças e jovens saudáveis (BARBOSA, 2003: 16-17).

Antonieta Barbosa, ao falar do acometimento não só da pessoa com câncer, mas também de toda a família, no que ela chama de “síndrome do câncer”, lembra o que a voluntária Glória disse em sua entrevista: “procuro fazer o máximo que posso com as mães. Porque eu sei que elas são umas sofredoras... porque esse problema sério dos [filhos], elas sofrem bastante”. Em meu trabalho sobre a representação social da criança com câncer atendida pelo Lar de Maria, realizado em 2004, fiz uma breve análise da relação das mães das crianças atendidas pelo Lar de Maria e a doença de seus(suas) filhos(as). As mães dessas crianças, durante a estadia no Lar, ocupam-se dos trabalhos domésticos da Casa de Apoio, cada uma com determinadas tarefas a cumprir diariamente. Além disso, são as mães e/ou as acompanhantes mulheres (tias, irmãs, avós, etc.) que ficam responsáveis pelo cuidado de cada criança, pelas idas das crianças às consultas médicas, pelas idas ao Hospital São Marcos para o tratamento quimioterápico e/ou radioterápico.

Embora, as mães tenham ocupações quer com o trabalho doméstico do Lar de Maria quer com o cuidado e tratamento de seus(suas) filhos(as) durante o tempo em que permanecem na Casa de Apoio, elas não tem atividades lúdicas e/ou de distração e/ou um acompanhamento especializado na área de psicologia, como também muitas mães e/ou pais e/ou acompanhantes das crianças atendidas pelo Lar de Maria não possuem conhecimento acerca do câncer. Tanto que, durante a minha pesquisa, em 2004, ao conversar com uma mãe de uma adolescente de 14 anos, que faleceu naquele ano, observei seu horror em pronunciar a palavra câncer. Ao invés de dizer que a filha tinha câncer, dizia que a filha tinha “aquela doença maldita”. Ainda, uma parte da sociedade ocidental, principalmente, a que tem pouca escolaridade, senti medo, nojo em relação ao câncer, como se o fato de não pronunciar a palavra e, às vezes, em seguida cuspir no próprio corpo, contivesse um poder mágico imunizante. Isso, remete ao que Antonieta Barbosa e Susan Sontag falam sobre o câncer como igual a morte, constituindo-se em tabu. Portanto, a palavra câncer deve ser pouco pronunciada e/ou não pronunciada e/ou substituída por pseudônimos, que aumentam ainda mais a representação negativa da doença, o que para Susan Sontag é prejudicial ao tratamento e ao processo de cura da pessoa doente. Para Susan Sontag, a forma mais saudável de ficar doente é aquela em que a pessoa doente não seja exposta a pensamentos metaforizados sobre sua doença.

Mas, voltando ao acometimento da família pelo diagnóstico do câncer, penso que a RFCC-PI e todas as entidades que trabalham com quaisquer tipos de doença ou deficiência poderiam realizar palestras sobre a doença e/ou deficiência, para assim desmitificá-las. No caso da RFCC-PI, procurei saber o motivo de não realizarem atividades lúdicas ou outros tipos de atividades com as mães. A resposta que obtive foi a de que isso já foi tentado, no entanto, não funcionou por falta de recursos humanos, isto é, por falta de voluntárias interessadas em trabalhar com as mães. Contudo, pontuo a relevância do trabalho com as mães das crianças atendidas pelo Lar de Maria, no sentido de reeducá-las sócio-simbolicamente, através de discursos que mostrem as possibilidades de cura do câncer e também de terapias ocupacionais, pois como frisou a voluntária Glória, “elas [mães] são umas sofredoras... porque esse problema sério dos [filhos], elas sofrem bastante”. Em sentido semelhante, embora com objetos de pesquisa diferentes (Lar da Fraternidade e Lar da Esperança), Solimar Lima diz que

as direções das casas [Lar da Fraternidade e Lar da Esperança] tratam seus residentes com um assistencialismo exacerbado, com uma caridade paternal que só reforça a inutilidade. Desde suas criações, as Casas não efetivaram nenhum programa de terapia ocupacional. A preocupação maior é com comida e remédios (LIMA, 1997: 25).

Embora, os contextos do Lar da Esperança e do Lar da Fraternidade sejam diferentes do contexto do Lar de Maria e da Rede Feminina, concordo com Solimar Lima ao abordar o aspecto da inutilidade dos(as) assistidos por causa do assistencialismo exagerado. A RFCC-PI, embora, trabalhe com projetos educativos para a sociedade piauiense acerca do câncer, de sua prevenção e de seus tratamentos, atua em sua sede e no Lar de Maria, não com o paternalismo caritativo, mas com uma caridade maternalista, que visa cuidar, proteger, mas não educa para sobreviver à doença. Isto é, penso que se as pessoas com câncer forem representadas sócio-culturalmente como pessoas que anseiam viver e que podem viver, mas que, temporariamente, estão doentes, no entanto, possuem todas as possibilidades de cura, a eficácia do poder simbólico atuará no sentido de cura, ao invés de atuar no sentido da morte imediata, como diz Antonieta Barbosa: “Nessa ocasião todos se lembram de alguém saudável e alegre, que após um diagnóstico de câncer, faleceu em meio a muito sofrimento” (BARBOSA, 2003: 16). Pois, de acordo com Ana Márcia Silva, a possibilidade de cura é proveniente da permanente elaboração e reelaboração do corpo e da doença no mundo sócio-cultural.

Ao frequentar um grupo de apoio a pessoas com câncer, Antonieta Barbosa, percebeu a ausência de informações sobre os direitos que a pessoa com câncer possui. Penso que essa ausência de informações acerca dos direitos que a pessoa com câncer possui, não é uma ausência inocente, mas estrategicamente promovida. A omissão de informações é tão prejudicial quanto uma ação danosa. Os direitos que a pessoa com câncer possui envolvem-se diretamente com os recursos financeiros da União, pois:

- Os servidores públicos civis têm direito à aposentadoria em decorrência de doenças graves, como a neoplasia maligna (Constituição Federal de 1988 – art. 40, §1º, inc. I e art. 196; Lei nº 8112, de 11/12/1990; Lei nº 9527/97);
- Os servidores públicos militares têm direito à aposentadoria em decorrência de neoplasia maligna (Lei nº 6880, de 09/12/1980 e Medida Provisória nº 2215-10, de 31/08/2001);
- As pessoas que contribuem com a Previdência Social têm direito à aposentadoria em decorrência de neoplasia maligna – aposentadoria por invalidez (Lei nº 8213, de 24/07/1991, consolidada e republicada por determinação do art. 6º da Lei nº 9032, de 28/04/1995), entre outros direitos (BARBOSA, 2003).

E, na contra-reforma estatal, a ação social do Estado brasileiro foi reduzida drasticamente, repassando para a sociedade organizada do terceiro setor a responsabilidade pelos cuidados de quem precisa de cuidados sociais. Como dizem Bresser Pereira e Nuria Grau, as atividades públicas não-estatais têm como objetivos o desenvolvimento de capacidades e habilidades da sociedade para resolver problemas, criando, dessa forma, as condições necessárias para o Estado retirar-se como o “produtor direto de bens e serviços” (PEREIRA e GRAU, 1999: 38). Além desses objetivos, os autores dizem que as esferas públicas não-estatais destinam-se às organizações de auto-ajuda e ao voluntariado (que a meu ver, é indispensável para a legitimação do terceiro setor e para a consolidação da contra-reforma estatal) visando à satisfação, por meio da solidariedade, das necessidades públicas. Tanto que uma das primeiras iniciativas de Antonieta Barbosa, ao saber que tinha câncer de mama, foi o de procurar uma entidade de apoio a pessoas com câncer. Com as palavras da autora,

Felizmente, temos à nossa disposição, pelo menos nas grandes cidades, instituições, ONGs e grupos de apoio que ajudam, dão suporte ao paciente de câncer e, de acordo com sua estrutura e objetivos, promovem reuniões de compartilhamento, palestras, eventos e atividades diversas, visando aliviar a “síndrome do câncer”, que acomete tanto o paciente quanto os seus familiares (BARBOSA, 2003: 26).

3.10.2 O amor e suas disputas: os conflitos do voluntariado contra o câncer infantil piauiense.

As identidades são ficcionais, diz Zygmunt Bauman, são ambíguas, facas de dois gumes. As batalhas de identidade unem e dividem, incluem e excluem e tudo isso para que as identidades possam ser usadas e exibidas e não armazenadas e mantidas guardadas. Ora, falas sobre as disputas e os conflitos entre as voluntárias da Rede Feminina, cujo “movimento é pela vida”, são coerentes com o processo de construção identitária, visto que as identidades são ficcionais, isto é, criações, construções, e são ambíguas, contraditórias e que necessitam ser usadas e exibidas. Daí que a pergunta sobre quem é a melhor voluntária faz parte de todo este processo.

Francisco Cavalcante Júnior, do mestrado de psicologia da Universidade de Fortaleza-Ce, no Jornal Diário do Nordeste, Caderno Viva, página 02, de 24 de dezembro de 2006, fez um artigo “às pessoas boas”. Nesse artigo publicado no referido jornal, Francisco Cavalcante Júnior fala da importância do amor. Cita o apóstolo Paulo e sua carta aos coríntios, cita o monge budista Shantideva, a escritora brasileira Clarice Lispector entre outros(as) autores(as) para reforçar a importância da prática do amor. Em seu artigo, depois de citar as idéias de vários(as) autores(as) sobre a prática concreta do amor, ele finaliza: “várias dessas idéias poderão ser aprofundadas e, espero, praticadas, para a reconstrução de uma Sociedade de Pessoas Boas” (Jornal Diário do Nordeste, Caderno Viva, página 02, de 24 de dezembro de 2006). Quando se fala em pessoas boas, descarta-se de imediato a idéia de que essas pessoas são humanas e repletas de vicissitudes. De pessoas, comumente, consideradas boas espera-se somente atos de caridade, de bondade, generosidade e solidariedade. No entanto, quando de pessoas, comumente, consideradas boas, vê-se atos de egoísmo e disputas, uma das primeiras impressões é a decepção. No entanto, é preciso ter em mente que mesmo que pessoas boas, cotidianamente, se motivem para realizar trabalhos solidários através de ações em relação a valores, elas também tanto podem realizar seus trabalhos solidários através de ações em relação a valores como em relação a fins.

Três voluntárias entrevistadas (Perpétua, Berenice e Albertina) falaram acerca das disputas internas do voluntariado da RFCC-PI. A voluntária Perpétua disse que na Rede há disputas entre as voluntárias – quem é a melhor voluntária? Por isso, também falou da necessidade da humildade no trabalho voluntário, pois, nas palavras da voluntária “nós fomos criados para só trazer felicidade para todos e não coisas ruins”. A voluntária Berenice disse que há divergências entre as voluntárias, em especial entre as que gostam de “aparecer como

voluntária”, como o interesse em aparecer na televisão, em jornais. Mas, como diz Zygmunt Bauman, as identidades sociais são construídas para serem usadas e exibidas e não guardadas. Ora, o desejo de algumas voluntárias em aparecer na mídia como uma mulher caridosa não é, sócio-antropologicamente falando, incoerente com seus discursos de amor ao(à) próximo(a), pois como lembra Max Weber, as ações sociais não são feitas somente com base em um único tipo ideal, mas em vários tipos ideais. Ora, ações em relação a valores coadunam-se com ações afetivas e com ações em relação a fins, no voluntariado contra o câncer infantil piauiense. Diante desses fatos, a voluntária Albertina fala que é preciso ter ouvido de mercador e ser coerente, pois o voluntariado é como um casamento, não se pode falar mal dele, tem-se que conviver com os defeitos.

Como abordado no segundo capítulo, de acordo com Tomaz Tadeu Silva, com quem concordo, identidades são impostas e politizadas, podendo ser ganhas ou perdidas, isto é, as identidades são disputadas, devido à identidade e a diferença não conviverem, harmoniosamente, em um campo hierárquico. Por não poderem ser definidas, estão sujeitas a relações de poder, tais como o poder de inclusão/exclusão, demarcação de fronteiras, classificação e normalização (SILVA, 2000). Somos bons(boas) e maus(más), generosos(as) e avarentos(as), amorosos(as) e egoístas. A antinomia entre bondade e maldade, como dito anteriormente, é uma utopia construída pela tradição judaico-cristã, permeada pela luta do bem (Javé, Deus) e o mal (Satanás e seus demônios). Enfim, as identidades sócio-culturais são ambivalentes por comportarem duplos ou mais significados e sentidos.

DESDOBRAMENTOS POSSÍVEIS

Parafraseando Marco Aurélio Nogueira, dou às considerações finais desta dissertação, o título de “desdobramentos possíveis”, no sentido de que a pesquisa por mais poliocular que tenha sido não foi capaz de dar conta de campos de estudo tão vastos como o terceiro setor e o voluntariado, principalmente, por uma perspectiva inovadora nestes campos, que é a perspectiva da identidade social. Desdobramentos possíveis, nesta dissertação, quer dizer também a necessidade de um olhar mais aprofundado acerca desses assuntos, que ficam situados em campos de batalha opostos: campos de defesa apologética e campos de crítica ferrenha. Precisei desdobrar-me o quanto possível para não cair nos ardis destes dois campos antagônicos, para como voluntária da Rede Feminina de Combate ao Câncer do Piauí e do Lar de Maria e como cientista social e mestranda de políticas públicas, fazer uma análise crítica e pautada na realidade como produtora de sentido social.

Daí, que a minha pesquisa aponta para a importância social do terceiro setor e dos voluntariados e, em especial, do voluntariado contra o câncer infantil piauiense, devido à grande necessidade da sociedade brasileira e da sociedade piauiense em relação às mais diversas questões sociais que as circundam. No entanto, o terceiro setor e os voluntariados, dentre eles, o voluntariado contra o câncer infantil piauiense são ferramentas de legitimação de um dos programas da contra-reforma estatal iniciada na década de 1990, e sutilmente, mantido pelo primeiro governo Luís Inácio Lula da Silva, ao incentivar e promover o terceiro setor e os voluntariados.

O terceiro setor e os voluntariados como ferramentas de legitimação do programa de publicização, encapsulam voluntários(as) e outras pessoas que atuam neste setor quanto às reivindicações políticas e sociais em relação aos direitos sociais e, principalmente, em relação à aplicabilidade dos direitos sociais, que, comumente, ficam relegados ao plano legal. O encapsulamento de voluntários(as) dá-se, a meu ver, devido à eficácia dos aspectos performativos dos enunciados das identidades sociais, visto que, no Brasil, com a contra-reforma estatal da década de 1990 e com o programa de publicização, construiu-se uma cultura do voluntariado, que ajudou a construir sócio-culturalmente identidades voluntárias, que possuem, assim como as demais identidades sócio-culturais, a capacidade de “cegar” as pessoas quanto a suas escolhas e investimentos conscientes e inconscientes.

Assim, penso que o discurso reformista do Estado, principalmente, no que diz respeito ao programa de publicização, ou seja, ao processo de transferência dos serviços sociais e

científicos do Estado para as atividades públicas não governamentais competitivas, serviços esses, considerados pelo discurso oficial e falacioso dos dois governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), como não exclusivos do Estado, foi uma interpelação da sociedade, pelo Estado, representada na figura do(a) cidadão(ã), individualista, mas solidário(a), através do valor da solidariedade voluntária e local e através da transmutação dos direitos sociais em deveres sociais. Ou em outras palavras, foi um discurso pautado no problema da governabilidade, que teve como finalidade legitimar a reforma do Estado, o que visava constituir sujeitos-cidadãos(ãs), supostamente, mais cientes de seus direitos e deveres, para que legitimassem, contraditória e complementarmente, competição (mercado) e solidariedade voluntária e local (sociedade), no processo de redução da atuação do Estado na área de serviços sociais.

A idéia de fazer esse diálogo entre estas disciplinas comumente compartimentalizadas (sociologia, antropologia, política – políticas públicas e sociais) surgiu de minhas dificuldades de encaixar o primeiro projeto de pesquisa sobre representação social da criança com câncer atendida pelo Lar de Maria ao mestrado de políticas públicas. Mas, graças às disciplinas Teoria e Método nas Ciências Humanas, Tópicos Especiais em Cultura e Identidade, ambas ministradas pela professora doutora Dione Moraes, Estado e Políticas Públicas, disciplina ministrada pela professora doutora Maria D'Alva Macedo e Tópicos Especiais em Saúde, disciplina ministrada pelo professor doutor e meu orientador Francisco de Oliveira Barros Júnior, pude compreender que embora a teoria do Estado e a teoria das identidades sociais, na maioria das vezes, sejam estudadas e analisadas como duas teorias distintas, que tratam de objetos e sujeitos distintos, elas podem dialogar entre si e oferecer caminhos novos para novas análises.

Desdobramentos possíveis também se referem a esses novos caminhos e a essas novas análises. Em 2006, fui a dois congressos nacionais como apresentadora de trabalho. O primeiro encontro foi a 25ª Reunião Brasileira de Antropologia (25ª RBA), que ocorreu na cidade de Goiânia. Apresentei meu projeto de pesquisa sobre a análise do voluntariado pelo viés da identidade social, no Grupo de Trabalho intitulado Antropologia do Estado. Nesse grupo, o voluntariado e o terceiro setor como categorias analíticas tiveram presença marcante, mas, além de meu trabalho nenhum dos outros abordaram a discussão desses dois temas pelo viés da identidade social. Os outros trabalhos acerca do voluntariado e do terceiro setor os relacionavam à questão da dádiva, o que também, nesta dissertação, não foi passado em branco, já que o voluntariado é diretamente relacionado ao tema da dádiva. O segundo encontro foi o X Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social. Neste encontro

apresentei dois trabalhos: meu projeto de pesquisa e o esboço preliminar do primeiro capítulo desta dissertação. Novamente, os temas trabalho voluntário e terceiro setor estavam presentes nas discussões, mas voltados somente para a perspectiva da teoria do Estado e das políticas públicas e sociais.

Não foi fácil encontrar um denominador comum entre as teorias do Estado e das identidades sociais. Críticas e orientações foram oferecidas generosamente por muitas pessoas e cada uma das críticas e orientações foram cuidadosamente pensadas e repensadas. Então, coube a mim, decidir que caminho seguir diante de tantas alternativas. Como diz Tomaz Tadeu Silva, a análise das identidades sociais é uma experimentação (eu chamo tal experimentação de viagem teórica e empírica por campos densos, conflituosos e extremamente dádivosos) que torna difícil o retorno do eu ao que era antes. É uma viagem que exige do viajante “o impensado e o arriscado, o inexplorado e o ambíguo, em vez do consensual e do assegurado, do conhecido e do assentado” (SILVA, 2000: 100).

Por isso, considero que, no Brasil, houve um Estado de bem-estar social, embora uma parcela dos(as) autores(as) teóricos(as) estudados(as) digam o contrário. O Brasil é um país periférico, repleto de particularidades que o tornam único dentro do contexto da América Latina e, principalmente, dentro do contexto mundial. E, assim, como Esping-Andersen disse que há várias formas de *welfare state*, penso que o Brasil, com suas particularidades históricas, políticas, econômicas, culturais e sociais, implantou diferenciadamente uma forma de Estado de bem-estar social, a partir da década de 1930, com o governo Getúlio Vargas, através de políticas populistas, mas que iniciaram a abertura para a promulgação de leis que garantiam constitucionalmente os direitos sociais trabalhistas. É claro que não podemos nos enganar quanto às sutilezas do Estado de bem-estar social brasileiro. Ao tempo que se dizia para os(as) pobres, enriquecia assustadoramente a elite nacional, daí que Sônia Draibe o chamou de meritocrático-particularista-clientelista. Méritos, determinadas classes sociais – elite nacional – e clientelismo impediram o Brasil de redistribuir com igualdade social a riqueza produzida coletivamente.

O Estado de bem-estar social brasileiro também se revestiu com a roupagem do desenvolvimentismo nacional, iniciado com o governo Juscelino Kubitschek e continuado com a ditadura militar. Não podemos nos esquecer do milagre econômico brasileiro, na década de 1970. Enfim, embora com avanços e retrocessos, a forma peculiar de Estado de bem-estar social brasileiro não conseguiu realizar, plenamente, o pleno emprego, a redistribuição eqüitativa da riqueza, mas conseguiu colocar as possibilidades brasileiras no contexto internacional e mesmo misturando indevidamente assistência social com filantropia,

deu início a algumas medidas inovadoras no trato da questão social, que deixou de ser uma questão de polícia e passou a ser uma questão de Estado, através do marco maior da democracia brasileira, que, a meu ver, é a Constituição Federal de 1988. Com o fim da ditadura militar e com o início de um governo civil, o governo José Sarney, o Brasil começou a dar os primeiros passos rumo à democracia. No entanto, os passos democráticos brasileiros foram redirecionados para a proposta democrática neoliberal.

Com Fernando Collor de Mello, o Brasil começou a aderir ao neoliberalismo, que teve como protagonista principal os dois governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que implantaram literalmente, sob a roupagem da social-democracia, os princípios básicos neoliberais: privatização, descentralização e focalização. Dentre os sub-programas do grande programa chefe da contra-reforma estatal, como chama Elaine Behring, estava o programa de publicização, processo de transferência de serviços sociais e científicos do Estado para a sociedade, programa amparado legalmente por diversas leis, como a lei do serviço voluntário, a lei do terceiro setor (das Oscips) e a lei da parceria.

Nesse novo contexto democrático, a cidadania brasileira duramente conquistada por longos anos de batalha foi substituída pela importação de uma categoria norte-americana, o terceiro setor. Daí, a dificuldade dos(as) especialistas brasileiros(as) da área em definir o que seja terceiro setor e o que ele engloba. Não foi minha pretensão apresentar uma nova definição à categoria terceiro setor e muito menos encontrar uma palavra ou expressão mais adequada para a mesma. No entanto, através de minhas leituras teóricas e de minhas observações de campo, entendi que o terceiro setor e os voluntariados são campos minados. A expressão campos minados tem dois sentidos complementares. O primeiro é referente aos discursos falaciosos do Estado brasileiro sobre a incapacidade/ineficiência/ineficácia do aparelho administrativo e burocrático do Estado, por causa dos enormes gastos sociais e da falta de recursos financeiros, de gerir a questão social brasileira. Então, o discurso oficial e falacioso do Estado brasileiro, na década de 1990 e início dos anos 2000, repassou para a sociedade boa parte de suas responsabilidades sociais, através do apelo à solidariedade, que de social e universal, passou a ser voluntária e local, uma verdadeira despolitização da cidadania e da questão social.

Além disso, o Estado financia e subsidia inúmeras categorias do terceiro setor. Então, fica claro seu papel ambíguo na contra-reforma estatal, no que diz respeito ao programa de publicização. O reino da autoridade para alimentar fantásticamente o reino do privado e/ou da mercadoria, subsidia o reino da solidariedade voluntária e local, através da dádiva pública, que para Raimundo Faoro, viabiliza as iniciativas privadas, no caso iniciativas privadas

prestadoras de serviços públicos, mas, sem finalidades lucrativas. Este é o primeiro sentido do termo campo minado em relação ao terceiro setor e aos voluntariados. O interessante é que, o Estado, ao subsidiar iniciativas do terceiro setor, relega a um segundo plano suas próprias iniciativas sociais como os hospitais públicos, escolas públicas, universidades públicas, a previdência social e a melhoria das condições básicas de vida dos(as) cidadãos(ãs) brasileiros(as). Ora, com o campo minado do terceiro setor e dos voluntariados, o Estado pôde dissociar, sem reivindicações/contestações, ruídos e multiplicidades, desenvolvimento econômico do desenvolvimento social, sendo que o primeiro tipo de desenvolvimento foi o privilegiado.

Com a implantação do terceiro setor, no Brasil, houve a criação de uma cultura do voluntariado. E, como cultura e identidades sociais são diretamente relacionadas, a cultura do voluntariado promoveu a construção de identidades voluntárias através do processo de interpelação, que nomeia e posiciona indivíduos em posições-de-sujeito. As identidades voluntárias, a meu ver, legitimam o processo de publicização, pois os sujeitos ao assumirem e investirem na posição de voluntários(as), mantêm, constroem e reconstroem entidades/organizações/associações pertencentes ao terceiro setor e tudo isso pautado em valores e sentimentos morais, religiosos, éticos e cívicos. É importante, novamente, destacar que o Estado ao transferir para a sociedade serviços não exclusivos do próprio Estado, subsidia as iniciativas privadas sem finalidades lucrativas e voltadas para serviços públicos não-estatais a se manterem, seja através da isenção de impostos, seja através do repasse de recursos financeiros.

O segundo sentido complementar ao primeiro diz respeito às ambivalências entre o que é dito e o que feito pelas voluntárias da Rede Feminina de Combate ao Câncer do Piauí. Os conflitos latentes do voluntariado do/pelo amor e da/pela vida são mascarados por uma fictícia união e um fictício consenso em torno da necessidade de ajudar o(a) próximo(a), através de amor, carinho e cuidados maternos. Como disse a voluntária Albertina, em entrevista, “ser voluntária é chique”, pois, de acordo com um *slogan* de uma rede de lojas piauiense, “a solidariedade está na moda”. Disputas para mostrar quem é a melhor voluntária, qual voluntária participa mais, quem mais gosta de aparecer na mídia fazem parte do cotidiano do voluntariado contra o câncer infantil piauiense. Contudo, as contradições/ambivalências e vicissitudes entre o que é dito e o que é feito pelas voluntárias da RFCC-PI, não torna suas identidades como voluntárias falaciosas, que devem ser desmentidas e postas a nu. Pelo contrário, a identidade voluntária contra o câncer infantil piauiense não pode ser definida, visto ser um processo em curso, um processo ficcional, que

precisa do aspecto performativo dos enunciados identitários para ter e manter sua eficácia social, simbólica e política, já que as identidades são disputadas politicamente, portanto, não são inocentes e muito menos naturais. Como diz Edgar Morin,

Devemos compreender que os seres humanos são seres instáveis, nos quais há a possibilidade do melhor e do pior, uns possuindo melhores possibilidades do que outros. Devemos compreender também que os seres possuem múltiplas personalidades potenciais [digo, em concordância com D. Cuhe, que as pessoas possuem identidades sincréticas] e que tudo depende dos acontecimentos, dos acidentes que ocorrem com eles e que podem liberar alguns deles (MORIN, 1999: 61).

Então, o terceiro setor e os voluntariados como campos minados são repletos de contradições, ambivalências e vicissitudes, promovidos estrategicamente como meios sutis de transferência das responsabilidades sociais estatais para a sociedade, por meio da solidariedade como a nova expressão de se fazer política no Brasil. Isso, não tira, a meu ver, o valor de algumas entidades do terceiro setor, como a Rede Feminina de Combate ao Câncer do Piauí. Não digo isso por ser voluntária, mas por ver a importância do trabalho de tal entidade no contexto piauiense e que ainda abarca pessoas provenientes do Maranhão e do Pará.

Todavia, a entidade tem uma importância relativa, já que se deixa enclausurar em uma passividade política a-contestatória. O máximo de exigência que a RFCC-PI faz é cobrar silenciosamente recursos do Estado. Não basta somente exigir mais recursos, é preciso contestar o porquê de tais contextos e, principalmente, contestar pela aplicabilidade dos direitos sociais que as pessoas com câncer possuem. Outra forma de contestação é a integração de todas as entidades do terceiro setor piauiense, como um movimento de contestação e de reivindicação. Assim, penso que a solidariedade voluntária e local das entidades do terceiro setor piauiense, se revestiria politicamente como solidariedade social contestatória, ativa e ensurdecidamente atuante.

Antonieta Barbosa, na parte dos agradecimentos de seu livro, apresenta um ditado chinês, que diz: “se você quer ser feliz por uma hora, tire uma soneca; por um dia, vá pescar; por um mês, case-se; por um ano, herde uma fortuna; pela vida inteira, ajude os outros”. Para Dalai-Lama, a arte da felicidade está na compaixão, em colocar-se na perspectiva das outras pessoas. Então, eu pergunto: caso você fosse uma pessoa de baixa renda, pouca escolaridade, e com algum tipo de necessidade, o que você preferiria: um assistencialismo paternalista ou maternalista ou uma ação solidariamente social e universal, que priorize a aplicação real de seus direitos sociais, políticos e civis?

Outro contexto da identidade voluntária contra o câncer infantil piauiense é o contexto de uma forma específica de cuidado a pessoas com câncer, principalmente, crianças. Até vinte anos atrás, o câncer era representado socialmente como equivalente à morte. Atualmente, com os avanços tecnológicos na área médica oncológica muitos tipos de neoplasias (cânceres) já possuem cura, desde que, em muitos casos, detectados no estágio inicial. Os tipos de tratamento também tinham uma representação social negativa e o uso da quimioterapia e da radioterapia era comparada a estratégias militares de combate, devido à forma agressiva das antigas formas dos tratamentos quimioterápico e radioterápico. No entanto, ainda hoje, algumas das representações sociais negativas acerca do câncer continuam no imaginário de uma parcela da sociedade ocidental, principalmente, da população de pouca escolaridade.

A Casa de Apoio à Criança com Câncer foi criada para, dentre seus objetivos, evitar a ruptura dos laços de reciprocidade familiares e também para evitar o abandono do tratamento, devido às pessoas atendidas pela Rede Feminina serem, em sua grande maioria, pessoas de baixa renda e provenientes do interior do Piauí e de outros estados como Maranhão e Pará. Por falta de informações acerca do câncer algumas mães, pois quase sempre são mães e/ou familiares mulheres que acompanham as crianças com câncer, durante o tratamento de seus(suas) filhos(as), desistem da busca pela cura. Em outros casos, pessoas com câncer são abandonadas no Hospital São Marcos, como relatado por uma das voluntárias entrevistadas, que contou a história de uma menina abandonada por sua mãe, no hospital, e que em pouco tempo, faleceu. Também há o caso da menina Beatriz, que foi deixada pela família no Lar de Maria, e, posteriormente, adotada pela RFCC-PI, que lhe proporciona as condições necessárias do tratamento médico, de assistência escolar e familiar, pois as voluntárias da Rede Feminina, os(as) funcionários(as) do Lar de Maria e as pessoas assistidas pela Casa de Apoio “tornaram-se sua família”.

O cuidado oferecido pela RFCC-PI é um cuidado específico voltado para pessoas com câncer. Portanto, anualmente, as voluntárias da entidade participam dos cursos de capacitação para obter conhecimentos técnicos, psicológicos, motivacionais e religiosos para proporcionarem um cuidado humano e adequado às pessoas com câncer, principalmente, crianças. Tanto que a entidade implantou o programa Doutores da Amizade para distrair as crianças que freqüentam a sede da RFCC-PI e as pessoas internadas nas enfermarias do Hospital São Marcos. Para as voluntárias da entidade, o cuidado que elas oferecem e dão às pessoas com câncer é um cuidado vocacionado, no sentido de uma vocação religiosa e moral. É um cuidado pautado em valores e sentimentos morais, como o amor, a compaixão, a solidariedade e a generosidade. No entanto, pude perceber, nas falas das voluntárias

entrevistadas e nas observações de campo, as ambigüidades da identidade voluntária contra o câncer infantil piauiense.

Ora, esse determinado tipo de identidade é pautado em ações sociais em relação a valores, em relação a fins e ações afetivas. O primado do ego individualista e egoísta é compatível, na sociedade neoliberal, com o altruísmo. Daí, que entre o que é dito pelas voluntárias e o que é feito pelas mesmas, em seus trabalhos voluntários cotidianos, pode haver e há contradições/ambigüidades e vicissitudes, características que dinamizam a identidade voluntária contra o câncer infantil piauiense, recheando-a de sutilezas e complexidades, no sentido da complementaridade de inúmeros fatores e contextos e no sentido das linhas tênues entre as aparências e realidade social, construtora de sentidos, os sentidos do voluntariado contra o câncer.

Outro ponto abordado, nesta dissertação, foi a relação entre identidade voluntária contra o câncer infantil piauiense e a dádiva. Nas relações sociais cotidianas entre voluntárias e as pessoas, especialmente, as crianças atendidas pela Rede Feminina e pelo Lar de Maria, há uma verdadeira circulação de bens simbólicos, mais do que de bens materiais. Isto é, embora a entidade filantrópica RFCC-PI dependa de doações de voluntários(as) indiretos(as), que doam dinheiro por meio do *telemarketing* da entidade e de outras doações provenientes de empresas privadas do Piauí, os bens que mais circulam pela entidade e que promovem uma integração entre todas as partes componentes da entidade e que fazem com que as voluntárias se sintam como mulheres bravas, fortes e cuidadoras, que lutam por uma causa nobre, pois os seus movimentos são pela vida, assim diz o novo *slogan* da RFCC-PI, são os bens simbólicos como sorrisos, abraços, carinhos e, principalmente, a construção de laços de amizades.

Então, não falo em trocas de bens simbólicos em relação à questão da dádiva dentro da entidade RFCC-PI e de seu principal projeto social, Casa de Apoio à Criança com Câncer – Lar de Maria. Falo em relação à dádiva na construção identitária do voluntariado contra o câncer infantil piauiense em um sistema pautado na solidariedade voluntária e local. As voluntárias, através do voluntariado, acreditam retribuir a Deus as graças recebidas, pois mais de 80% das voluntárias entrevistadas são católicas e até as que não são, explícita ou implicitamente, falaram acerca da necessidade da retribuição. Daí, que a obrigação tripartite do dar-receber-retribuir ser parte da identidade voluntária da RFCC-PI. Contudo, a dádiva assim como a solidariedade é utilizada pelos meios interpeladores dos voluntariados como meios estratégicos de arregimentação das identidades voluntárias. Pois, como a dádiva é, simultaneamente, espontânea e obrigada, interessada e desinteressada, o Estado a utiliza, midiaticamente, como uma forma de convocação de novos(as) voluntários(as).

Como diz Leonardo Boff, as palavras estão grávidas de significados. A palavra solidariedade foi reconstruída e revalorizada, nos últimos dez anos, no Brasil. No entanto, a palavra solidariedade não foi reconstruída no sentido do conceito e da prática da solidariedade social, priorizadora da universalidade dos direitos sociais e da aplicabilidade real dos mesmos. A palavra solidariedade foi reconstruída com um velho-novo conceito e uma velha-nova prática de solidariedade voluntária e local, dada as circunstâncias históricas da relação assistência social e filantropia, que desde o século XVI foi o meio de prestação de ajuda aos(as) necessitados(as) sociais. Mas, mesmo com a constituição legal da Assistência Social como política pública do Estado, com a Constituição Federal de 1988 e de outras leis garantidoras dos direitos sociais e da cidadania, as práticas filantrópicas locais foram trazidas à cena da questão social brasileira. Ora, o que ocorre no campo minado do terceiro setor brasileiro é uma refilantropização do social, como diz Maria Carmelita Yazbek, com a explícita apartação entre desenvolvimento econômico e social. Por isso, Marco Aurélio Nogueira chama a reforma estatal, nos anos 1990, de reformismo fracassado e Elaine Behring, de contra-reforma estatal.

A crítica feita, nesta dissertação, teve como uma de suas características principais o “retorno dos saberes dominados”. Pois, promovi um diálogo entre dois saberes diferentes: o saber científico e o saber local e singular das voluntárias da RFCC-PI sobre seus papéis de voluntárias, que, de acordo com Michel Foucault, pode-se chamar de “discursividade local”. A crítica ao não comprometimento do Estado brasileiro com as questões sociais, tendo como campo de pesquisa a RFCC-PI, não se tratou de uma análise de uma experiência local, particular, sem levar em conta o não-local, isto é, os processos sociais mundializados, e que são definidos fora das fronteiras regionais do Piauí. A crítica construída, nesta pesquisa, foi um diálogo constante entre o local e o não local, um constante diálogo entre teorias comumente compartimentalizadas e prática/empíria, para não perder de vista as sutilezas do terceiro setor e dos voluntariados e assim estabelecer concretamente uma perspectiva poliocular/complexa, sem cair no artil da apologia ou de uma crítica vislumbrada em ser ferrenhamente política, mas, por ser extrema torna-se uma crítica despolitizada.

Em relação a essa questão apontada acima, no X ENPESS, que ocorreu, em Recife, no mês de novembro de 2006, a professora e pesquisadora Maria Carmelita Yazbek, que também estuda o terceiro setor brasileiro, questionou-me como eu iria analisar a categoria voluntariado pela perspectiva da identidade social. Depois de seu questionamento, a professora sugeriu que eu pesquisasse a teoria das identidades sociais no campo da psicologia social. Em nossa discussão, que foi muito frutífera para mim, lhe disse que não havia necessidade de eu, como

cientista social, mergulhar no fascinante campo da psicologia social, visto que autores e autoras como Stuart Hall, Kathryn Woodward, Tomaz Tadeu Silva, D. Cucho, Jens Schneider, Roberto Cardoso de Oliveira, Michel Agier, Boaventura de Sousa Santos, Klaus Eder, António Firmino da Costa, Zygmunt Bauman, Benedetto Vecchi, Igor José de Renó Machado, José Manuel Mendes, Miriam Adelman, Conceição de Maria Costa (mestra pelo Mestrado de Políticas Públicas, cujo tema de sua dissertação é a construção identitária de moradores(as) a assentados(as)), Guillermo Raúl Ruben, R. Moraes e Anthony D. Smith, todos(as) da área de ciências sociais trabalharem com a teoria das identidades sociais.

Em relação aos autores e autoras que pautaram a discussão sobre a dádiva, tive a oportunidade de travar diálogos construtivos com Maurice Godelier, Paulo Henrique Martins, Roberta Campos, Allain Caillé, Jacques Godbout, Paulo Afonso Brito, Marcel Mauss, Laura Zapata e Josenília da Silva Oliveira (assistente social pela Universidade Federal do Piauí). Autores que pautaram a pesquisa na área dos valores morais como a compaixão e práticas do cuidar foram: Dalai-Lama e Howard Cutler, Edgar Morin, Leonardo Boff e a Bíblia Católica; valores motivadores do terceiro setor e dos voluntariados: Andrés Thompson, Rubem César Fernandes, Simone Coelho, Lester Salamon e Ruth Cardoso; dos micro-poderes do cotidiano: Michel Foucault e Roberto Machado; das ações sociais e motivações em relação a valores, ações afetivas, e em relação a fins: Max Weber.

Autores e autoras como Lucette Valensi, Roberta Campos, Márcia Pereira Leite, José Maurício Domingues, Francisco de Assis Guedes Vasconcelos, Cristina Luci Câmara da Silva, Maria do Carmo Carvalho, Pedro Demo, Elenise Scherer, Maria do Socorro Alves de Sousa e Pierre Rosanvallon subsidiaram-me na discussão sobre os conceitos e práticas da solidariedade. Marta Arretche, Sônia Draibe, Marcelo Medeiros, Esping-Andersen, Elaine Behring, Maria Ozanira da Silva e Silva, Pedro Demo ajudaram-me a entender o Estado de bem-social ou *welfare state*, e, embora, Elaine Behring, Maria Ozanira da Silva e Silva e Pedro Demo não concordem com a existência de um Estado de bem-estar social, pauto-me pela linha de pensamento de Sônia Draibe, Wilnês Henrique e Marcelo Medeiros que defendem a existência de uma forma peculiar de *welfare state* brasileiro.

Já na discussão sobre o Estado neoliberal e sobre a contra-reforma estatal dos anos 1990, principalmente, sobre o programa de publicização, do terceiro setor e dos voluntariados, pautei-me em Francisco de Oliveira, Potyara Pereira, Elaine Behring, Fernando Abrucio, Raimundo Faoro, Ruth Cardoso, Maria Ozanira da Silva e Silva, Bresser Pereira, Nuria Grau, Peter Anderson, Boaventura de Sousa Santos, Maurice Godelier, Ivanete Boschetti, Simone Tavares Coelho, Lúcia Cortes Costa, Lúcia da Silva Vilarinho, Helenara Silveira Fagundes,

Rubem César Fernandes, Victor Cláudio Ferreira, Rodrigo Horochovski, Denise Gros, Frey Betto, Maria Luiza Mestriner, Jeremy Rifkin, Jacques Marcovitch, Carlos Montaña, Marco Aurélio Nogueira, Klaus Frey, Elisa Reis, entre outros autores e outras autoras.

Sobre a representação das doenças, principalmente, sobre a representação do câncer e as leis referentes às pessoas com câncer, pautei-me em Susan Sontag, Solimar Lima, Antonieta Barbosa, François Laplantine, Jean-Charles Sournia e em minha pesquisa de graduação sobre a representação social da criança com câncer atendida pelo Lar de Maria. Outros autores e outras autoras como Mary Jane Spink, Rose Mary Frezza, Carlos André Passarelli, Roberto Damatta, Edgar Morin, Pierre Bourdieu, Louis Althusser e Gilles Lipovetsky ajudaram-me a reforçar as idéias construídas, nesta pesquisa. Também usei dois filmes “Quanto Vale ou é por quilo?” (2005), dirigido por Sérgio Bianchi e “Path Adams: o amor é contagioso” (1998), dirigido por Tom Shadyac, além de jornais escritos de Teresina-PI e de Fortaleza-CE, estes últimos trazidos por meu orientador de suas viagens à Fortaleza, sua terra natal, jornais televisivos do Piauí e revistas de circulação nacional. Outros(as) autores(as) não foram mencionados nesta última parte, mas foram de extrema importância para a construção teórica e prática da metodologia desenvolvida, nesta dissertação. Dou destaque à contribuição teórica de Edgar Morin, pois esta pesquisa foi construída com base em um olhar poliocular, em um pensamento complexo de uma epistemologia da complementaridade, cuja função principal é a descompartmentalização dos saberes e das disciplinas.

Enfim, através das cento e trinta leituras feitas, dos(as) diversos(as) autores(as) lidos(as), uns(umas) de um lado e outros(as) de outro lado da discussão acerca do Estado, do terceiro setor e dos voluntários, penso que não é dividindo Estado, mercado e sociedade em primeiro, segundo e terceiro setores, respectivamente, que se consegue ou se conseguirá proporcionar igualdade social à população brasileira, mas é respeitando os direitos sociais, a solidariedade social e universal e, principalmente, a aplicabilidade real e não somente legal dos direitos de cidadania. Medidas pontuais e focalistas são fracas e inexpressivas diante de um cenário complexo como o brasileiro. Embora, o voluntariado tenha sua importância social e sua importância ideológica no processo de legitimação do terceiro setor e do programa de publicização na contra-reforma estatal dos anos 1990 e início dos anos 2000, ele não é capaz de salvar sozinho da miséria a maioria empobrecida do Brasil.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABRUCIO, F. O federalismo e questões institucionais. O longo caminho das reformas nos governos estaduais: crise, mudanças e impasses. In: MELO, M. André (org.). Reforma do Estado e mudança institucional no Brasil. Recife, Massangana: 1999, p. 196-198.

ADELMAN, M. Paradoxos da identidade: a política de orientação sexual no século XX. Revista de Sociologia Política. Curitiba, 14, jun. 2000, p. 163-171.

AGIER, M. Distúrbios identitários em tempo de globalização. Tradução de Pedro Alvim Leite Lopes. Mana 7 (2): 7-33, 2001.

ALTHUSSER, L. Aparelhos ideológicos de Estado. Tradução de Walter J. Evangelista e Maria L. V. de Castro. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

AMABIS, J. M. MARTHO, G. R. Biologia dos organismos: classificação, estrutura e função dos seres vivos. Volume 2. São Paulo: Moderna, 1994.

AMARAL, A. V. Terceiro setor e políticas públicas. Revista do Serviço Social, 54, n. 2, Abr - Jun 2003, p. 33-57.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILLI, P. (org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1998, p. 09-23.

ARRETCHE, M. Emergência e desenvolvimento do welfare state: teorias explicativas. In: BIB, n. 39, Rio de Janeiro: 1995, p. 3-40.

BARBOSA, A. M. Câncer: direito e cidadania. São Paulo: ARX, 2003.

BAUMAN, Z. Identidade. Entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BEHRING, E. R. Contra-reforma do Estado, seguridade social e o lugar da filantropia. In: Políticas públicas e sociedade civil. Revista Serviço Social & Sociedade, n. 73, Cortez, mar./2003a, p. 101-119.

_____. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003b.

BEHRING, E. R. BOSCHETTI, I. Política social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.

Bíblia – Estudando a palavra de Deus. São Paulo: FTD; Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

BOFF, L. Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Tradução de Fernando Tomaz. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRITO, P. A. Dádiva e democracia participativa. In: MARTINS, P. H. CAMPOS, R. B. C. (orgs.). Polifonia do dom. Recife-PE: Editora Universitária UFPE, 2006, p. 117-137.

CAILLÉ, A. Nem holismo nem individualismo metodológicos. Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 05/06/2006a.

_____. O dom entre interesse e desinteressamento. In: MARTINS, P. H. CAMPOS, R. B. C. (orgs.). Polifonia do dom. Recife-PE: Editora Universitária UFPE, 2006b, p. 25-66.

CAMPOS, Roberta B. C. Utopia e sociabilidade: imagens de sofrimento e caridade no Juazeiro do Norte. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 28/03/2006a.

_____. O outro como fim: a caridade como *mimesis* do Deus. Implicações teóricas. In: MARTINS, P. H. CAMPOS, R. B. C. (orgs.). Polifonia do dom. Recife-PE: Editora Universitária UFPE, 2006b. p. 141-164.

CARDOSO, R. *et al.* Um novo referencial para a ação social do Estado e da Sociedade. Brasília: Comunidade Solidária e PNUD, 2000.

CARDOSO, R. Fortalecimento da sociedade civil. In: IOSCHPE, E. et al. 3º setor: desenvolvimento social sustentado. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

CARVALHO, M. C. B. Os significados e apostas contemporâneas nas organizações solidárias da sociedade civil: o terceiro setor. 1998, p. 01-21.

CICOUREL, A. Teoria e método em pesquisa de campo. In: GUIMARÃES, A. Z. (org.). Desvendando máscaras sociais. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

COELHO, S. C. T. Terceiro setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos. 2 ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

COSTA, A. F. Identidades culturais urbanas em época de globalização. RBCS, vol. 17, nº 48, p. 15-30, fevereiro/2002.

COSTA, Conceição de Maria S. B. De moradores(as) a assentados(as): trajetórias e identidades sociais no Centro do Designo, em Miguel Alves, no Piauí. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas), Teresina: UFPI, 2006, 136p.

COSTA, L. C. Os impasses do Estado capitalista: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil. Ponta Grossa: UEPG; São Paulo: Cortez, 2006.

CUCHE, D. Cultura e identidade. In: _____. A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru: EDUSC, 2002.

DALAI-LAMA, S. S. CUTLER, H. C. A arte da felicidade: um manual para a vida. Tradução de Waldéa Barcellos. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

DAMATTA, R. O que faz o Brasil, Brasil? 11. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DEMO, P. Brincando de solidariedade: política social de primeira-dama. In: SILVA, M. O. S. (coord.). O Comunidade Solidária: o não enfrentamento da pobreza no Brasil. São Paulo: Cortez, 2001, p. 43-69.

DOMINGUES, J. M. Instituições formais, cidadania e solidariedade complexa. Lua Nova, São Paulo, vol. 66, 2006, p. 9-22.

DRAIBE, S. As políticas sociais e o neoliberalismo. Revista USP, 17, mar.-mai, 1993a, p. 86-101.

_____. O welfare state no Brasil: características e perspectivas. NEPP/UNICAMP, Caderno nº 08, Campinas, 1993b.

DRAIBE, S. HENRIQUE, W. Welfare State, crise e gestão da crise: um balanço da literatura internacional. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 6, vol. 3, São Paulo, fev. de 1988.

EDER, K. Identidades coletivas e mobilização de identidades. Tradução de André Villalobos. RBCS, vol. 18, nº 53, p. 05-18, outubro/2003.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do welfare state. In: Lua Nova, n. 24, São Paulo, CEDEC: 1991, 85-116.

_____. O futuro do welfare state na nova ordem mundial. In: Lua Nova, n. 35, São Paulo, CEDEC: 1995, p. 73-112.

FAGUNDES, H. S. As repercussões do voluntariado e da solidariedade nas políticas sociais no Brasil. In: Revista Sociedade em Debate. Pelotas: Editora EDUCAT/UCPEL, vol. 12, n. 01, junho/2006, p. 87-102.

FAORO, R. Aventura liberal numa ordem patrimonialista. Revista USP, n. 17, mar-mai, 1993, p. 14-29.

FERNANDES, R. C. Privado porém público: o terceiro setor na América Latina. 3 ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

FERREIRA, A. B. H. Mini-dicionário da língua portuguesa - Aurélio. Coordenação de Marina B. Ferreira e Margarida dos Anjos. Equipe: E. T. Ferreira, et al. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993, vocábulos: fraternidade e solidariedade.

_____. Mini-Aurélio. Século XXI. O minidicionário da língua portuguesa. Coordenação de Marina B. Ferreira e Margarida dos Anjos. Lexicografia de Margarida dos Anjos, et al. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, vocábulo: compaixão.

FERREIRA, V. C. P. ONGs no Brasil: um estudo sobre suas características e fatores que têm induzido seu crescimento. Rio de Janeiro, 2005. Tese (Doutorado em Administração Pública) – Programa de Pós-graduação da Escola de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, 2005.

FOOTE-WHYTE, W. Treinando a observação participante. In: GUIMARÃES, A. Z. (org.). Desvendando máscaras sociais. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

FOUCAULT, M. Genealogia e poder. In: _____. Microfísica do poder. Organizado e traduzido por Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 167-177.

Frei Betto. Sair de si para os outros. Revista Caros Amigos. Maio/2006, p. 15.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e políticas públicas, Brasília, IPEA, n. 21, 2000, p. 212-258.

GASKELL, D. et al. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (org.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Petrópolis: Vozes, 2003.

GODBOUT, J. T. Introdução à dádiva. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 05/06/2006.

GODELIER, M. O Enigma da dádiva. Tradução de Pedro Miguel Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 1996.

GONÇALVES, I. L. A sobrevida de um nome: dádiva ou estigma? In: 25ª rba – Saberes e práticas antropológicas: desafios para o século XXI. Comunicação Coordenada 13. Goiânia, 2006. CD-Rom vol. 2.

GROS, D. B. Institutos liberais, neoliberalismo e políticas públicas na Nova República. RBCS, vol. 19, nº 54, fevereiro/2004, p. 143-159.

GUSDORF, G. Prefácio. In: JAPIASSU, H. Interdisciplinaridade e patologia do saber. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

HAGUETTE, K. T. F. A observação participante. In: HAGUETTE, K. T. F. Metodologias qualitativas na sociologia. Petrópolis: Vozes, 1987.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. (org.). Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103-133.

_____. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução de Tomaz T. da Silva e Guaracira L. Louro. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HOROCHOVSKI, R. Associativismo civil e Estado: um estudo sobre organizações não-governamentais (ONGs) e sua dependência de recursos públicos. Em Tese – Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 01, nº 01 (01), agosto-dezembro/2003, p. 10-127.

LAPLANTINE, F. Antropologia da Doença. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1991.

LEITE, M. P. Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 15, nº 44, outubro/2000, p. 43-90.

- LIMA, S. Portadores de sonhos. Teresina: MH&N Comunicação e Marketing Ltda., 1997.
- LIPOVETSKY, G. A sociedade pós-moralista: o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos. Apresentação de Juremir Machado da Silva. Tradução de Armando Braio Ara. Baurerri-SP: Manole, 2005.
- LOPES, D. L. et al. O diário de campo e a memória do pesquisador. In: WHITAKER, D. Sociologia rural: questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau, São Paulo: Letras à margem, 2002, p. 131-134.
- MACHADO, I. J. R. Estado-nação, identidade-para-o-mercado e representação de nação. Revista de Antropologia. São Paulo, USP, vol. 47, nº 01, 2004, p. 207-234.
- MACHADO, R. Introdução. Por uma genealogia do poder. In: Foucault, M. Microfísica do poder. Organizado e traduzido por Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. IX-XXV.
- Manual do voluntário, 2002, Rede Feminina de Combate ao Câncer do Piauí.
- MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. Sociologia e antropologia. Vol. II. Tradução de Mauro W. B. de Almeida e Lamberto Puccinelli. São Paulo: EPU, 1974.
- MARCOVITCH, J. Da exclusão à coesão social: profissionalização do terceiro setor. In: IOSCHPE, E. et al. 3º setor: desenvolvimento social sustentado. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- MARTINS, P. H. CAMPOS, R. B. C. Apresentação. In: MARTINS, P. H. CAMPOS, R. B. C. (orgs.). Polifonia do dom. Recife-PE: Editora Universitária UFPE, 2006, p. 09-22.
- MARTINS, P. H. A sociologia de Marcel Mauss: dádiva, simbolismo e associação. In: MARTINS, P. H. CAMPOS, R. B. C. (orgs.). Polifonia do dom. Recife-PE: Editora Universitária UFPE, 2006, p. 89-116.
- MEDEIROS, M. A trajetória do welfare state no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990. Textos para discussão, n. 852, IPEA, Brasília, 2001.
- MENDES, J. M. O. O desafio das identidades. In: SANTOS, B. S. (org.). A globalização e as ciências sociais. São Paulo: Cortez, 2002, p. 503-539.
- MESTRINER, M. L. O Estado entre a filantropia e a assistência social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- MONTAÑO, C. Terceiro setor e questão social. A crítica ao padrão emergente de intervenção social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- MORAIS, R. A realidade da cultura. In: Estudos de filosofia da cultura. São Paulo: Loyola, 1992.

MORIN, E. Para um paradigma da complexidade. In: _____. O problema epistemológico da complexidade. Portugal: Publicações Europa-América, 1996a, p. 236-255.

_____. A noção de sujeito. In: SCHINITMAN, D. F. (org.). Novos paradigmas, cultura e subjetividade. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996b, p. 45-55.

_____. Amor, poesia, sabedoria. 2. ed. Tradução de Edgar de Assis Carvalho. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. O pensamento dissimulado (paradigmatologia). In: O Método: 4. As idéias, habitat, vida, costumes, organização. Tradução de Juremir Machado da Silva. 2ª ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2001.

NOGUEIRA, M. A. Apresentação. In: COSTA, L. C. Os impasses do Estado capitalista: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil. Ponta Grossa: UEPG; São Paulo: Cortez, 2006, p. 09- 11.

_____. Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial. RBCS, vol. 18, nº 52, junho/2003, p. 185-202.

OLIVEIRA, F. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global. Rio de Janeiro, Vozes: 1999, p. 55-82.

_____. Neoliberalismo à brasileira. In: In: SADER, E.; GENTILLI, P. (org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1998, p. 24-28.

_____. Prefácio. Contra a corrente. In: Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003b, p. 15-18.

OLIVEIRA, J. S. Dádiva e solidariedade: um estudo de caso no Lar da Fraternidade em Teresina. Monografia – Serviço Social. Teresina: UFPI, 2005, 107 páginas.

OLIVEIRA, P. S. Caminhos de construção da pesquisa em ciências humanas. In: _____. (org.). Metodologia das ciências humanas. São Paulo: UNESP, 1998.

OLIVEIRA, R. C. Os (des)caminhos da identidade. RBCS, vol. 15, nº 42, fevereiro/2000, p. 07-21.

OSÓRIO, A. Bruxas modernas: um estudo sobre identidade feminina entre praticantes de wicca. In: CAMPOS: Revista de Antropologia Social – Universidade Federal do Paraná, nº 05/2, Curitiba: UFPR/PPGAS, 2004, p. 157-172.

PASSARELLI, C. A. F. Imagens em diálogo: filmes que marcaram nossas vidas. In: SPINK, M. J. (org.). Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 1999, p. 273-283.

PEREIRA, L. C. Bresser. A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. Cadernos MARE da Reforma do Estado. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

PEREIRA, L. C. Bresser. GRAU, N. C. Prólogo. In: PEREIRA, L. C. Bresser. GRAU, N. C. (orgs.). O público não-estatal na reforma do Estado. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 07-12.

PEREIRA, L. C. Bresser. GRAU, N. C. Entre o Estado e o mercado: o público não-estatal. In: PEREIRA, L. C. Bresser. GRAU, N. C. (orgs.). O público não-estatal na reforma do Estado. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 15-48.

PEREIRA, P. A. P. A nova divisão social do bem-estar e o retorno do voluntariado. In: Políticas públicas e sociedade civil. Revista Serviço Social & Sociedade, n. 73, Cortez, mar./2003, p. 75-100.

_____. Políticas públicas e necessidades humanas com enfoque no gênero. Sociedade em Debate. Pelotas: Editora EDUCAT/UCPEL, vol. 12, n. 01, junho/2006, p. 66-86.

PINHEIRO, O. G. Entrevista: uma prática discursiva. In: SPINK, M. J. (org.). Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 1999.

REIS, P. E. Reflexões leigas para a formulação de uma agenda de pesquisa em políticas públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, vol. 18, n. 51, fev./2003, p. 11-14.

RIFKIN, J. Identidade e natureza do terceiro setor. In: IOSCHPE, E. et al. 3º setor: desenvolvimento social sustentado. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

ROSANVALLON, P. A crise do Estado-providência. Tradução de Joel Pimentel de Ulhôa. Goiânia: Editora da UFG; Brasília: Editora da UnB, 1997.

RUBEN, G. R. Teoria da identidade: uma crítica. Anuário Antropológico/86. Brasília: Editora UnB/Tempo Brasileiro, 1988.

SANTOS, B. S. Os processos da globalização. In: SANTOS, B. S. (org.). A globalização e as ciências sociais. São Paulo, Cortez: 2002, p. 25-102.

_____. O Estado e os modos de produção de poder social. In: SANTOS, B. S. Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006, p. 115-133.

_____. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. In: SANTOS, B. S. Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006, p. 135-155.

SALAMON, L. Estratégias para o fortalecimento do terceiro setor. In: IOSCHPE, E. et al. 3º setor: desenvolvimento social sustentado. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

SCHERER, E. F. et al. Ação solidária nos cantos e recantos da Amazônia. In: SILVA, M. O. S. (coord.). O Comunidade Solidária: o não enfrentamento da pobreza no Brasil. São Paulo: Cortez, 2001, p. 111-131.

SCHNEIDER, J. Discursos simbólicos e símbolos discursivos: considerações sobre a etnografia da identidade nacional. Tradução de César Cordon. Mana 10 (1): 97-129, 2004.

SILVA, A. M. Corpo, ciência e mercadoria: reflexões acerca da gestação de um novo arquétipo da felicidade. Campinas: Editora da UFSC, 2001.

SILVA, C. L. C. da. ONGs/Aids, intervenções sociais e novos laços de solidariedade social. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 1998, vol. 14 (Sup. 2), p. 129-139. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 20/09/2006.

SILVA, M. O. S. (coord.). O Comunidade Solidária: o não enfrentamento da pobreza no Brasil. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: _____ (org.). Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 73-102.

SILVA, L. K. A. Anjos carecas: representação social da criança com câncer atendida pelo Lar de Maria – Casa de Apoio à Criança com Câncer. Pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC-UFPI). Teresina-PI, 2004.

SMITH, A. D. Para uma cultura global? In: FEATHERSTONE, M. Cultura global, nacionalismo, globalização e modernidade. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 183-205.

SONTAG, S. A doença como metáfora. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. Aids e suas metáforas. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SPINK, M. J. Apresentação. In: SPINK, M. J. (org.). Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 1999, p. 9-16.

SPINK, M. J. FREZZA, R. M. Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da psicologia social. In: SPINK, M. J. (org.). Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 1999, p. 17-39.

SOURNIA, J. C. O homem e a doença. In: LE GOFF, J. (org.). As doenças têm história. Lisboa: Terramar, 1997, p. 359-361.

SOUSA, M. S. A. A representação da questão social no Programa Comunidade Solidária. In: SILVA, M. O. S. (coord.). O Comunidade Solidária: o não enfrentamento da pobreza no Brasil. São Paulo: Cortez, 2001, p. 93-110.

THOMPSON, A. A. Do compromisso à eficiência? Os caminhos do terceiro setor na América Latina. In: IOSCHPE, E. et al. 3º setor: desenvolvimento social sustentado. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

VALENSI, L. RANDLES, W. G. L. (org.). Introdução. In: VALENSI, L. RANDLES, W. G. L. (org.). Para uma história antropológica. A noção de reciprocidade. Lisboa: Edições 70, 1978, p. 09-11.

VASCONCELOS, F. A. G. Fome, solidariedade e ética: uma análise do discurso da ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, vol. 11 (2), maio-agosto 2004, p. 259-277.

VECCHI, B. Introdução. In: BAUMAN, Z. Identidade. Entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005, p. 07-14.

VILARINHO, L. S. Re-pensando a educação em saúde no âmbito hospitalar. Dissertação – Mestrado em Serviço Social. PUC-SP e UFPI, 1999, 191p.

WANDERLEY, L. E. W. ONGs e construção de conhecimento. In: BERNADO, T. TÓTORA, S. (orgs.) Ciências sociais na atualidade. Brasil: resistência e invenção. São Paulo: Paulus, 2004.

WEBER, M. Conceitos básicos de sociologia. São Paulo: Editora Moraes, 1987.

_____. Ação social e relação social. In: FORACCHI, M. M. MARTINS, J. S. Sociologia e sociedade. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1994, p. 139-144.

WOODWARD, K. Identidade e diferença. Uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (org.). Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

YAZBEK, M. C. Prefácio. In: COSTA, L. C. Os impasses do Estado capitalista: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil. Ponta Grossa: UEPG; São Paulo: Cortez, 2006, p. 13-15.

_____. Prefácio. In: SILVA, M. O. S. (coord.). O Comunidade Solidária: o não enfrentamento da pobreza no Brasil. São Paulo: Cortez, 2001, p. 07-10.

ZALUAR, A. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In: CARDOSO, R. (org.). A aventura antropológica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

ZAPATA, L. Una antropología de la gratuidad: prácticas caritativas y políticas de asistencia social en la Argentina. In: CAMPOS: Revista de Antropologia Social – Universidade Federal do Paraná, nº 05/2, Curitiba: UFPR/PPGAS, 2004, p. 107-125.

DOCUMENTOS:

PRIMEIRO LIVRO DE ATAS DA REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DO PIAUÍ – 1986 A 2001.

SEGUNDO LIVRO DE ATAS DA REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DO PIAUÍ – 2002 A 2006.

LEI Nº 9608, DE 18 DE FEVEREIRO DE 1998. *In*: Manual do voluntário da Rede Feminina de Combate ao Câncer do Piauí. Teresina: 2002 e Jornal O Povo, de Fortaleza-CE, do dia 24 de dezembro de 2006.

FILME:

Quanto vale ou é por quilo? Brasil, 2005. Direção de Sérgio Bianchi.

Path Adams: o amor é contagioso. EUA, 1998. Direção de Tom Shadyac.

JORNAL TELEVISIVO

Jornal da Tarde, do dia 07 de novembro de 2006, da TV Meio Norte.

Piauí TV 2ª Edição, do dia 12 de janeiro de 2007, da TV Clube.

JORNAIS ESCRITOS

Jornal Meio Norte, Caderno Vida, Teresina-PI, do dia 11 de dezembro de 2005, página 08.

Jornal Meio Norte, Caderno Cidades – Minuta, Teresina-PI, do dia 19 de junho de 2005, página B/2.

Jornal Meio Norte, Caderno *Forteens*, Teresina-PI, do dia 18 de janeiro de 2007, páginas D/4 a D/6.

Jornal Diário do Nordeste, Caderno Regional, Fortaleza-CE, do dia 08 de outubro de 2006, páginas 01 a 03.

Jornal O Povo, Caderno Ciência & Saúde, Fortaleza-Ce, do dia 24 a 30 de dezembro de 2006, páginas 02 a 07.

REVISTAS

Revista Veja Edição Especial – Guia para fazer o bem. Editora Abril, ano 34, nº 51, dezembro de 2001.

Revista Exame, Edição 879, ano 40, nº 21, 25 de outubro de 2006. Título da matéria: “A caixa-preta das ONGs”, do jornalista Gustavo Poloni.

Revista Época, nº 451, do dia 08 de janeiro de 2007. Título da matéria: “As mil faces do câncer”. p. 59-71.

Revista Sociologia – Ciência & Vida, ano 01, nº 01. Título da matéria: “A assistência social e a igreja”. p. 72-78.

S586s Silva, Lourdes Karoline Almeida.
Solidariedade e Políticas Públicas: uma análise do voluntariado
pelo viés da identidade social./ Lourdes Karoline Almeida
Silva.
Teresina: 2007.
223 fls.
Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) UFPI

1. Neoliberalismo 2. Estado – Identidade Social. I. Título.

C.D.D. – 330.122

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)